

INTRODUÇÃO

Só à custa de muito esforço e de muita paciência conseguem os estudiosos de assuntos históricos obter, hoje em dia, exemplares de algumas peças essenciais ao conhecimento do ambiente político do Segundo Reinado, — os famosos panfletos “O Libelo do Povo”, de Francisco de Sales Torres Homem, publicado em 1849 pelo futuro Visconde de Inhomirim sob o pseudônimo de Timandro; “Ação; reação; transação”; publicado em 1855 por Justiniano José da Rocha, por muitos considerado o nosso maior jornalista no tempo do Império; e “A Conferência dos Divinos”, que o futuro conselheiro Antônio Ferreira Vianna publicou anonimamente em 1867. Seus autores foram nomes que encheram toda uma época, quer como jornalista políticos, quer como parlamentares e homens de Estado. Todos aqueles escritos, embora por mais de uma vez editados, acham-se há longo tempo esgotados e só por acaso podem ser encontrados num ou noutro vendedor de raridades bibliográficas. Citados frequentemente pelos nossos melhores historiadores e ensaistas, como

Joaquim Nabuco, Oliveira Lima, Taunay, Sílvio Romero, Oliveira Vianna, e outros, mesmo nas bibliotecas públicas não é fácil encontrá-los e nem todas os possuem. Por isso mesmo, a idéia de reuní-los num mesmo tomo, completado por esboços biográficos que dessem aos leitores informações de caráter geral sôbre os três grandes panfletários, de há muito se impusera ao nosso espírito. Concretiza-se agora essa idéia, graças à Companhia Editora Nacional, que, animada de igual disposição, deliberou acolher êste volume em sua prestigiosa coleção "Brasileira".

R.M.J.

SALES TORRES HOMEM E “O LIBELO DO POVO”

No panorama político do segundo reinado poucas figuras se elevaram tanto e tanto foram discutidas como a do autor do famoso panfleto “O Libelo do Povo”. Foi um homem notável, senão pela coerência, pelo talento e pela cultura, de que deu provas na imprensa e na tribuna, durante um período de quase quarenta anos de vida jornalística e política. Além de ter sido incontestavelmente um dos grandes parlamentares do seu tempo, na Câmara dos Deputados e no Senado do Império, desempenhou postos executivos, gerindo, em período difíceis, as finanças da nação. Como homem de governo, lidou sempre com cifras: alto funcionário do Tesouro Nacional, presidente do Banco do Brasil, ministro da Fazenda. Era financista por intuição, como quase todos os que possuímos na época. Certo, mergulhara nos tratadistas então em voga, com curiosidade e fervor, como quem quer tudo aprender, mas a sua formação cultural não fôra de molde a conduzi-lo a tal resultado.

Graduado, muito moço, pela Academia Médico-Cirúrgica, que se transformou, mais tarde, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Francisco de Sales Torres Homem fazia parte do grupo de jovens entusiastas que cercavam a figura fascinante de Evaristo da Veiga, frequentando-lhe a “loja de livros” e dêle recebendo estímulo. Aos vinte anos de idade, Evaristo o inscrevia

na Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional e o impelia a escrever artigos políticos para a "Aurora Fluminense". É Evaristo quem, após a queda de D. Pedro I, obtem para seu pupilo em jornalismo um lugar de adido junto à Legação do Brasil em Paris, chefiada, na época, pelo ministro plenipotenciário Luis Moutinho de Lima Alvares e Silva. Na França, não perde os dias a trocar pernas pelas ruas e avenidas. Aproveita suas horas o melhor que pode e, ao cabo de algum tempo, em lugar de aperfeiçoar-se em ciência médica, está licenciado em direito pela Faculdade de Paris. Era tempo de volver à pátria e tratar de abrir caminho, com os seus títulos e a sua ilustração. Regressa no ano da morte de seu protetor, o de 1837, e se apresta para recolher a sucessão do grande jornalista do primeiro reinado. Escreve, sucessivamente, em várias publicações. De início, no "Jornal dos Debates Politicos e Literários", nos anos de 1837 e 1838. Nêsse mesmo ano e até 1841 no "Despertador" e, ao mesmo tempo, no "O Maiorista", em que terça armas com Justiniano José da Rocha, o grande jornalista conservador, então redigindo "O Atlante", defensor da regência e saquarema exaltado. Mais tarde escreveria noutras publicações em que ainda melhormente firmaria reputação de completo homem de imprensa.

Fôra o jornalismo o caminho natural que o levaria à política. Em 1842, Sales Torres Homem, juntamente com Limpo de Abreu, futuro Visconde de Abaeté, os senadores padre José Bento Ferreira de Melo e padre José Martiniano de Alencar, os deputados padre José Antônio Marinho e Teófilo Otôni, fazia parte de uma organização secreta, de caráter revolucionário, a "Sociedade dos Patriarcas Invisíveis". Essa sociedade estava em entendimento com os rebeldes que, em Minas Gerais e em

São Paulo, tinham pegado em armas contra a monarquia. Como resultado disto, Sales Torres Homem foi prêso, juntamente com Limpo de Abreu, França Leite e outros, sendo, primeiro, recolhido à fortaleza de Santa Cruz e, depois, à da ilha de Villegaignon. Seguiu-se o desterro, durante vários meses, em Portugal. Ao regressar, recuperada a liberdade de movimentos, passou a fazer parte do grupo fundador da "Minerva Brasiliense", jornal de "ciências, letras e artes", publicado quinzenalmente e no qual escreviam Domingos José Gonçalves de Magalhães, Odorico Mendes, Manoel Araujo Porto Alegre, Joaquim Manoel de Macedo e outros. Era jovem, pleno de entusiasmo e de ardor. Trouxera da Europa a cabeça e o coração cheios de idéias e sentimentos generosos.

Formou nas hostes do Partido liberal, sendo eleito deputado, pela primeira vez, pela Província do Ceará, no ano de 1842, mas a Câmara foi prêviamente dissolvida por decreto imperial de 1.º de maio do mesmo ano, em razão da revolução liberal que então lavrava em Minas Gerais e em São Paulo, como sob a alegação de fraude generalizada, levantada pelo Marquês de Paranaguá e seus companheiros de ministério. Assim, embora tivesse sido reconhecido, Sales Torres Homem ficou sem a cadeira no Parlamento... Mas, na legislação de 1845-1847, é novamente eleito, desta vez pela Província de Minas Gerais, e logo em seguida, na de 1848, pela Província do Rio de Janeiro. Apesar da facilidade dos triunfos que colhera, não houve crítico mais implacável do sistema eleitoral então vigente e da própria monarquia. No ano de 1848, começara a circular um novo diário, o "Correio Mercantil", de cujo corpo redatorial fez parte. No ano seguinte, num ímpeto liberal, ante o esmagamento da revolução praieira

em Pernambuco, a morte do bravo líder Joaquim Nunes Machado e de tantos dos seus seguidores (*) o então deputado Francisco de Sales Torres Homem tomou da pena e traçou as páginas vibrantes e devastadoras do seu "Libelo do Povo". Não o assinou com o seu próprio nome, mas com o pseudônimo de Timandro. O panfleto era explosivo, revolucionário, escrito com um vigor de que não havia exemplo no meio tímido e inclinado mais às louvaminhas e às bajulações que aos ataques frontais, às invectivas diretas e sem peias. Máu grado as cautelas do pseudônimo, não faltou quem logo identificasse o autor, cuja pena corajosa já deixara traços bem vivos no jornalismo da Côrte. Admiravam-no alguns, pelo rasgo de audácia. Insultavam-no muitos, candidatando-se às graças do poder.

As origens de Sales Torres Homem não são inteiramente esclarecidas pelos que se ocuparam de sua personalidade em estudos políticos ou livros de memórias. Ninguém melhor do que êle poderia parodiar o verso de Alfred de Vigny, — "J'ai fait illustre un nom qu'on m'a transmis sans gloire". Dizem uns que era "oriundo de família modesta"; dizem outros que era "de origem humilde". Só o padre João Manuel de Carvalho disse meia verdade em suas "Reminiscências sôbre vultos e fatos do Império e da República": "era filho de uma preta quitandeira, que estacionava no

(*) Segundo um relato transcrito por Ernesto Senna, em "Rascunhos e Perfis" (Notas de um repórter), Francisco de Sales Torres Homem, juntamente com Teófilo Ottoni e outros, fôra quem elaborara o plano da fuga do capitão Pedro Ivo Veloso da Silveira, chefe militar da revolta pradeira, da Fortaleza da Lage, onde se encontrava. Torres Homem os aguardava na rua da Prainha, para onde se dirigiram, de carro, depois de terem desembarcado de um escaler, Pedro Ivo, seu escravo Teodoro e o cadete Barros Falcão de Lacerda. O conselheiro Nabuco de Araújo, pai de Joaquim Nabuco, teria também participado desta conspiração, allás inútil, no que toca a Pedro Ivo, pois que êste, pouco tempo depois, morria, à vista da costa de Pernambuco, no navio genovês em que tentava alcançar a Europa.

largo do Rosário para fazer o seu negócio”. Apenas, sendo padre, agiu com natural parcialidade, ao ocultar que o pai do futuro Visconde de Inhomirim era um sacerdote de vida desregrada, parecido com aquele que Manuel Antônio de Almeida descreve nas saborosas “Memórias de um sargento de milícias” e para o qual, provavelmente, fornecera o modelo. Tal sacerdote, negociista, senhor de escravos, metido em brigas, de conduta tão escandalosa que até acabou proibido de celebrar o ofício divino, era o padre Apolinário Torres Homem, cujo sobrinho legítimo, José Vicente, se tornaria um dos luminares da medicina no tempo do Império. O padre João Manuel não alude às origens de Sales Torres Homem para rebaixá-lo. Ao contrário, sustenta que a impureza do sangue não lhe maculava a fidalguia do talento e que, “se não era fidalgo de nascença, o fôra por temperamento ou por intuição”. Embora o fisico não o ajudasse, deixou fama de elegante, dos mais casquilhos que, no seu tempo, frequentavam as sessões do Parlamento e passeavam, ao fim da tarde, pela rua do Ouvidor.

Vários políticos que atuaram no terceiro quartel do século passado nos deixaram retratos de Sales Torres Homem, todos compostos com a tinta do pitoresco. Recordaremos, aqui, os do Visconde de Taunay, do padre João Manuel de Carvalho e de José de Alencar.

O mais minucioso é o do Visconde de Taunay, nas “Reminiscências”, em que diz: “Nada atraente o fisico, a figura de Sales Torres Homem. De estatura baixa, tinha predisposição para engordar, com exagêro, o ventre proeminente, pernas curtas em relação ao busto, o todo pesadão. O rosto de uma tez amarelenta, as feições inexpressivas, numa quietude apática, era pronunciadamente vultuoso, o que mais se acentuou no fim

da vida, quando a bronquite crônica de que sofria em moço se foi transformando em opressora asma cardíaca; os lábios grossos, o inferior um tanto penso, belfo. Usava óculos fixos de aro de ouro sôbre os olhos pardacentos, esbugalhados, e basta cabelreira postiça, sob um chapéu alto de abas um tanto largas, com o rosto liso e a barba sempre escanhoada em regra, aspecto de comodista e gordalhudo pastor protestante. Vestia-se, porém, com o maior apuro, buscando conservar certa elegância de bom cunho parisiense, na sobrecasaca rigorosamente abotoada e bem assente ao corpo, nas gravatas de gôsto com alfinetes artísticos, nas botinas envernizadas, sem nunca dispensar luvas, que trazia quase todo o dia calçadas. Gostava de bengalas de valor e delas tinha grande variedade; nem jamais se o via de guarda-sol ou de chapéu-de-chuva, como é tão geral no Brasil, hoje ainda mais do que outrora. Professava todo um sistema de idéias acêrca da côr da gravata apropriada ao dia e da pedra preciosa que tinha de nela figurar; e, numa feita, o ouvi discorrer com muito espírito, erudição e habitual solenidade de frase sôbre a significação das gemas entre os antigos e particularmente hebreus, e sua adaptação às roupagens que deviam fazer realçar — o diamante sôbre o estofa preto, a safira sôbre o branco, a esmeralda no vermelho, o topázio em cima do azul, e assim por diante. — “É preciso, aconselhava êle, não deixar aos mediocres e tolos sequer essa superioridade: trajarem bem. As exterioridades têm inquestionável importância. A um tresloucado e criminoso é muitíssimo mais fácil dar logo cabo de qualquer maltrapilho do que simplesmente desrespeitar um homem revestido das insígnias de alta posição social. Conturba-o a certeza de que êsse insulto será incontinenti punido pelas leis e pelas autoridades”. Consoante

êsse modo de pensar, eram as suas maneiras compassadas, pouco expansivas, nunca familiares. O andar lento, quase majestoso, devido, aliás, em parte, à imperitante e antiga bronquite que só lhe consentia fôlego curto, parecia denunciar muito orgulho de si, concorrendo para a reputação que lhe faziam, de displicente e emproado, quando, entretanto, em convivência mais chegada, se mostrava o que, na realidade, era: gênio simpático, afável, folgazão, conversador inestimável e divertidíssimo”.

Aqueles assomos de vaidade provocavam manifestações de hostilidade naqueles que não suportavam a fatuidade do ilustre homem público. Mesmo alguns de seus amigos tinham dessas expansões. Nabuco de Araújo, por exemplo, dizia:

— Se o Sales não tivesse tanto talento era um perú de roda... Só não digo pavão porque êste, segundo Buffon, é o rei da natureza em formosura...

O padre João Manuel de Carvalho, deputado em várias legislaturas e que, na última Câmara do Império, deu o famoso grito de “Viva a República!” na sessão em que se apresentou o gabinete de Ouro Preto, traçou em seu livro “Reminiscências sôbre vultos e fatos do Império e da República”, um retrato breve, em que deixa transparecer a sua antipatia pela figura física e os ademanos de Sales Torres Homem: “Personagem de estatura abaixo de mediana, quase rotundo, de cabeleira postiça, um formidável par de beiços grossos, óculos de ouro com vidro de cristal, *card de poucos amigos*, carancudo, aprumado, têsso, parecendo respirar orgulho, vaidade e impostura e encarar o resto da humanidade com o mais soberano desprezo, caminhando com o passo lento e firme, sem olhar para os lados, sempre empavesado, trajando caprichosamente, com apuro irrepreen-

sível, supondo, talvez, que êle fôsse o *único mulato no mundo*". O antigo deputado e jornalista conservador frisa uma circunstância de que Sales Torres Homem não se envaidecia e, ao contrário, gostaria de esconder. Não era por outro motivo que êle fazia raspar o crâneo e sôbre êle colocava suas artísticas perucas, fabricadas pelos melhores fornecedores de Paris especialmente para seu uso. Era um modo ingênuo de tentar ocultar a mulatice denunciada pelo cabelo natural. Mas o próprio padre João Manuel acrescenta que só à distância era êle assim. No convívio íntimo, era cordial, despretencioso, sem afetação e sem impertinência, a tal ponto que "aquele todo tão fisicamente repelente se transfigurava em foco de luz que iluminava os espíritos e inflamava os corações".

Também José de Alencar o retratou, embora sob nome posticho, nas páginas de um dos seus romances. Os leitores bem informados decerto não ignoram que "A Guerra dos Mascates", embora baseado em fatos reais e passados no Recife no século XVIII, é mero pretexto para uma sátira ao meio político do Império. O D. Sebastião de Castro Caldas que êle pinta é menos o da história, o que governou a província de Pernambuco, do que o próprio D. Pedro II, assim como o padre João da Costa é monsenhor Pinto de Campos, Simão Ribas é o Marquês de São Vicente, o ajudante Negreiro é Saião Lobato, Barbosa Lima é o Visconde do Rio Branco, etc. Lá está também Sales Torres Homem, apontado como "um dos luminares da mascataria e, sem contestação, o mais bem falante". Na continuação do retrato de tal personagem, designada no livro pelo nome de Costa Araújo, o "almoxarife", isto é, o ministro da Fazenda, escreve José de Alencar: "Em arranjar um vistoso ramalhete de bonitas frases, ninguém lhe levava a palma.

No mais não se cansava; tôda a ciência dos negócios, cifrava-a em ter por si o *homem*, fazendo-lhe como aos meninos se costuma as pequenas vontades”. O *homem*, nessa alusão, é o imperador. “Quando moço, — frisa Alencar, — tinha êle tomado ao sério essa nigromância apelidada política, e prodigalizara grande soma de talento, de entusiasmo e de atividade, na defesa dos povos contra a prepotência dos governadores. Fôra um dos precursores da democracia brasileira, que um século depois devia suscitar o Martins, o Miguelinho e outros mártires pernambucanos. Nêsse fervor dos anos escrevera uma filípica, no gênero de Demóstenes, contra a raça bragantina, o que lhe valeu a ira dos adversários, e o receio dos amigos que temiam-lhe o contágio. Recebeu a lição e aproveitou-a. Conheceu que os povos, por quem se havia sacrificado, eram animais domésticos: à liberdade preferem o quente aprisco onde os reis os põem à ceva. Desde então mudou de rumo; passou a viver nos melhores têrmos com os governadores, que tinham em grande conta os seus conselhos; pelo que o proveram no cargo de almoxarife, além de outras mercês. Rosnavam os invejosos de um ato de contrição feito a D. Sebastião de Castro. Vinha o boato da mordacidade de um dos tais amigos, que se valem da intimidade para melhor beliscarem: são como os gorgulhos que se metem dentro do grão para lhe roerem a flor. No físico, não fôra a natureza tão liberal com o Costa Araújo como na moral; mas sabia êle dar à sua quadratura um tom apresentável. Se, nêste século de espiritualistas, em que se tiram fotografias às almas do outro mundo, houvesse um curioso que se lembrasse de pintar a estampa de alguma figura de retórica das mais bochechudas, como por exemplo a prosopopéia, teríamos o retrato, ao vivo, do nosso pomposo almoxarife”.

Essa figura de retórica em forma de gente tinha uma coisa em comum com Justiniano José da Rocha: era, como êste, um amigo da bôa mesa. Rendia tributo à gastronomia, embora sem ser um comilão vulgar. Entre as anedotas que a seu respeito se contam, figura a recomendação feita a um vizinho, durante um banquete:

— Não coma o pão senão a côdea. O miôlo incha logo no estômago e ocupa lugar que pode ser melhor preenchido...

Falava aí o apreciador dos bons petiscos, e não o médico, que fôra absorvido pelo político, tão cheio de ardor revolucionário na juventude quanto conformado e tranqüilo na velhice. Ao publicar "O Libelo do Povo", Sales Torres Homem beirava os quarenta anos e o precoce imperador Pedro II não tinha ainda dez anos de reinado e não completara o vigésimo quinto de idade. Pouco disse o panfletário a respeito do jovem monarca. Mas reduziu a pó a dinastia que êle representava em nossa terra. A Casa de Bragança teve pelo menos os alicerces abalados pelo panfleto impiedoso. E não menos a dos Bourbons. O cunhado de D. Pedro II também não foi poupado. Afirmando que "a Europa vôa para a democracia", Timandro lança um golpe de vista sôbre o velho continente e assim caracteriza a figura de Ferdinando II, o "rei Bomba", o cruel Bourbon que então reinava em Nápoles: "A Sicília rompe o nexô que a prende ao Nero napolitano, — déspota atrozmente beato e beatamente verdugo e dilapidador do povo". Ao irmão de D. Tereza Cristina chamou até mesmo de "rei parricida". No que toca aos Braganças, faz desfilar a ascendência do nosso jovem imperador, numa sucessão de impressionantes retratos, de irreverentes perfis, de desabusada caricaturas verbais: "Examinai a história de qualquer outra raça real, e entre a longa sucessão de reis

ignorantes, cruéis e depravados, um o uoutro encontra-reis sôbre quem a posteridade possa repousar os olhos com satisfação. Na dinastia bragantina, porém, não há nenhum que esteja nêste caso”. E enumera: D. João IV, bastardo, inerte, pusilâmine e incapâz; Afonso VI, a crápula revestida das insígnias de rei, forçado a abdicar por sua inaptidão e desenvolta imoralidade; Pedro II, moedeiro falso e responsável pelo execrando auto de fé em Coimbra, vendido aos interesses estrangeiros, lacaio da Inglaterra, a que entregara de mãos atadas a indústria nacional; D. João V, continuador da tirania do seu antecessor, libidinoso, cínico, profanador dos lugares sagrados com suas infames orgias; D. José I, fraco, ignorante, nulo; D. Maria I, uma pobre louca, restauradora de abusos passados; D. João VI, refalsado, suspeito, irresoluto, poltrão, beato sem fé e sem costumes; e, finalmente, D. Pedro I, em quem se refletia “a maior parte dêsses defeitos originaes, não atenuados pela educação e antes corroborado pelo veneno depravador das Côrtes”. Quanto a êste, acrescentava: “Imitou Luís XIV, fazendo do seu “eu” o Estado, sem imitar contudo o grande rei em outras coisas mais que o despotismo, o fausto, os favoritos, as concubinas”. O jovem imperador D. Pedro II é acusado pelo libelista principalmente de complacência. Entregara-se, logo, aos inimigos da liberdade, aos inimigos da nacionalidade, aos velhos campeões do absolutismo e da recolonização. O nome de José Clemente Pereira, — favorito dos dois imperadores, — merece referências as mais cáusticas. Faz, do Império, retrato grandemente desfavorável: “Considere-se a lastimável posição da nossa pátria! Uma constituição nominal; direitos sem exercício, interêsses sem satisfação, liberdade sem garantias, ministérios sem dogma e sem nacionalidade; um Senado vitalício e

faccioso, pretendendo transformar-se em oligarquia à veneziana; o direito de propriedade sem segurança porque a justiça civil é distribuída por magistrados políticos que sacrificam às paixões de partidos a imparcialidade do julgamento; a justiça criminal entregue a inúmeras harpias de uma polícia que atropela, despoja e escravisa o cidadão pacífico, a indústria nacional monopolizada pelo querido português, enquanto o povo enjeitado geme sob a carga dos tributos, que exige a dívida de 400 milhões dispendidos na bela empreza de afogar em sangue seus clamores e de enriquecer os seus inimigos; a nação envilecida por uma côrte, que sonha com o direito divino, e só respira a aura corrompida da baixesa, da adulação e do estrangeirismo; nada de generoso, de nacional e de grande; nada para a glória, para a liberdade, para a prosperidade material; o entusiasmo extinto; o torpor do egoísmo percorrendo gradualmente, com a frialidade do veneno, do coração às extremidades, e amortecendo as carnes mórbidas de uma sociedade que supura e dissolve-se... tal é o estado do Brasil!"

Depois dessa tirada, perguntava quando, afinal, raiaria o dia da regeneração dos nossos costumes políticos. A essa interrogação, respondia êle próprio, com estas palavras que não eram senão uma profecia a cumprir-se quarenta anos mas tarde: "Quando estiver completa a revolução que há muito se opera nas idéias e nos sentimentos da nação; revolução que, caindo gôta a gôta, arruinou a pedra do poder arbitrário; revolução que não poderão conter nem as cabalas, nem as baionetas, nem a corrupção; revolução que trará insensivelmente a renovação social e política sem convulsões e sem combate, da mesma maneira que a natureza prepara de dia em dia, de hora em hora, a mudança das estações; revolução, finalmente, que será o triunfo definitivo do interesse

brasileiro sôbre o capricho dinástico, da realidade sôbre a ficção, da liberdade sôbre a tirania!”

Desnecessário é dizer que a reação dos conservadores foi imediata e virulenta. Para que se tenha uma idéia da repercussão do “Libelo do Povo” basta dizer-se que mais de um jornaleco foi criado, exclusivamente para malhar, sem dó nem piedade, o audacioso Timandro, sôbre cuja identidade, já agora, não havia mais a menor dúvida. O revide era terrivelmente insultoso. Para um dêsses pasquins, “A Contrariedade pelo Povo”, Sales Torres Homem era apenas um desprezível filho de padre. Quando o autor do “Libelo do Povo” foi designado para fazer parte da deputação que iria levar ao jovem imperador a resposta à fala do trono, os insultos redobram; “Infame! Terás a coragem de, no dia 4 de março, te apresentares diante do Senhor D. Pedro II na deputação da Assembléia Geral?!?” E, mais adiante: “Infame! Não sabes o que fizeste!... Cavaste a tua ruina, e chafurdarás sempre nêsse lodaçal de pútrida lama em que te mergulhaste! Brasileiros, fiéis à religião, à Constituição e ao Imperador, autoridade suprema dela emanada, guerra e guerra de morte a êsse indigno e vil Timandro, vergonha dos fluminenses honrados; e amaldiçoado seja todo aquele que, ao passar por êle, lhe não cuspir na cara! Guerra e mais guerra!” Além dêsse, havia outros pasquins, entre os quais “O Cabloco”, que desferia iguais ataques e se fazia veículo das piores injúrias contra o panfletário liberal. Os conservadores tinham a seu serviço um poeta de aluguel, notável pela veia satírica, pela presteza do epigrama, pela virulência e perfídia. Em cada número de “O Cabloco” havia pelo menos um soneto satírico contra Sales Torres Homem. Isto sem falar nas matérias em prosa, nas quais era chamado de “crioulo malandro” e outras amabilidades dessa espécie.

A dar-se crédito ao que publicava “O Caboclo”, Torres Homem, que devia sua incipiente carreira política a Aureliano de Souza Coutinho, futuro Visconde de Sepetiba, tinha trazido de Paris, em sua companhia, uma modista francesa, de nome Elisa, dona de alguns recursos por êle dissipados ao chegar ao Brasil. Depois, abandonando a francesa, desposara, por interesse, uma moça do interior, dona de respeitável fortuna — D. Isabel Alves Machado — e, homem rico, bem instalado na vida, só então começara a devolver, aos poucos, o dinheiro com que o socorrera a modista, desprezada e restituída ao seu antigo mister. Dizia também “O Caboclo” que um oficial do Exército, A. J. Rangel, em pleno dia, em frente da Tipografia do “Diário do Rio de Janeiro”, agredira a chicote o político e jornalista liberal. Timandro, surrado, resolvera desafiá-lo para um duelo, a pistola, o qual só deveria terminar pela morte de um dos contendores. Mas, depois de tudo isso, acabara aceitando uma simples reconciliação, proposta por um dos padrinhos, embora continuasse com o rosto lanhado... Os sonetos do rimador verrineiro se imiscuam, também, na vida particular de Timandro. Por exemplo:

“O CRIOULO MALANDRO

Esse grave doutor da mula ruça
 Que nos lombos levou tremenda coça,
 E de Paris nos trouxe aquela moça
 Sôbre a qual muita gente se debruça;

Esse inchado pavão, que se empapuça
 Por ter casado rico, lá na roça,
 É doutor mesmo próprio de carroça,
 Servindo-lhe a c'rapinha de c'rapuça.

Da anarquia feroz o facho atija
Tratando a monarquia de chalaça
Sem lembrar-se do pai, Padre de Missa!

O tratante quer ver se o povo embaça,
E p'ra satisfazer a vil cobiça
Deseja que governe algum cachaça!"

Saiu tal soneto na edição de de 10 de março de 1849, na qual, num tópico em prosa, Torres Homem é chamado de "médico sem doentes, à procura de fortuna". O poeta a serviço da política conservadora caprichava não apenas nos insultos, mas igualmente nas rimas:

"Eu já vi o *Libelo inflamatório!*
Do filho do Rev'rendo Apolinário;
Dez tostões me custou o calendário
Por ser obra do sábio João Tenório.

Poucas idéias, vasto palanfrório;
O diabo leve o trono hereditário!
É um tição que sopra o salafrário
P'ra acender o furor republicório!

O miolo esgotou nesta matéria;
A Casa Bragantina fez injúria,
O capadócio diz-lhe muita léria!

Leia todo o Brasil essa lamúria;
A Musa que a inspirou foi a Miséria
E o autor quem o fez foi a Luxúria!"

Quando as impiedosas cutiladas abrandavam, o poeta de aluguel, esquecendo a mulatice e as origens do panfletário, fustigava, principalmente, a vaidade de Sales Torres Homem:

“De asneiras sabichão, forte na intriga,
Formado na impostura, e descarado,
Mais que outro qualquer, audaz e ousado,
Quando fracos rivais morde e profliga.

Só querendo esconder fôfa barriga
Esse Adônis gentil feito a machado
E de si mesmo sempre enamorado
Qual Narciso (segundo a história antiga),

Arrogando-se a ser grão-publicista
Quando apenas é forte papelão,
Mais curto inda de idéias que da vista,

Eis aqui dos Luzias o Alcorão,
Eis o Galo d'Aldeia (mas sem crista),
Eis o Homem, o Sales toleirão”.

Foi também levantada contra o libelista a pecha de plagiário. Timandro deveria muitas das melhores páginas do famoso panfleto ao escritor francês, igualmente panfletário, Visconde de Cormenin, cujos “Entretiens du village” foram traduzidos para a nossa língua no século passado com o título de “Colóquios aldeões”. Alguns dos jornais conservadores, ou por êstes estípidos, fizeram traduções de panfletos de Cormenin, colocando algumas passagens em confronto com trechos de “O Libelo do Povo”. Taunay, nas suas “Reminiscências”, registra, aliás, uma opinião autorizada em tal sentido: “Do Timandro, afirmava o abalisado lente de São Paulo João Theodoro: “As poucas páginas do “Libelo do Povo”, brutais e mal enxertadas, pertencem a Sales Torres Homem; tudo o mais a Cormenin”. Entretanto, o próprio Taunay desmente uma increpação de plágio, também corrente, contra um dos discursos de Sales Homem, sôbre a lei do “ventre livre”. Um mali-

cioso jornalista da época ter-lhe-ia soprado esta suspeita malévola: “Combine-se o que traz Stuart Mill com o que diz Pellegrino Rossi no seu “Curso de Economia Política” e ter-se-á o discurso inteirinho do Sales. Nêsse último lá está, palavra por palavra, a tão admirada frase — *pirataria exercida em tôrno dos bérços, nas águas da jurisdição divina*”. Deu-se Taunay ao trabalho de fazer o confronto. Encontrou em Stuart Mill um capítulo “sóbrio e sêco”, sôbre a escravidão, e em Pellegrino Rossi, “menos conciso, mais elegante e imaginoso”, não identificou, tampouco, a frase atribuída ao já então senador do Império. “Posso afiançar, — escreveu Taunay, — que nada menos verdadeiro”. E frisa que não houve senão “o discreto aproveitamento de teses e opiniões gerais”. Silvio Romero concede a Sales Torres Homem altos dons literários. Diz, mesmo, que tem êle “direito de aparecer na história das nossas letras, por ter sido um de nossos mais eloquentes oradores e um dos mais perfeitos de nossos estilistas românticos”. E, condenando as idéias políticas que sustenta, declara, no entanto, que “O Libelo do Povo” é “notável pelo vigor da forma”. Para Oliveira Lima, sabidamente monarquista, — “O Libelo do Povo” poderia ter sido redigido por um escritor francês de mérito literário, que no entanto, fôsse familiar não só com Chateaubriand, mas com Macaulay”, embora classifique-o de “sátira cruel”, a mais cruel de quantas alvejaram a Casa de Bragança. Doia-lhe, sobretudo, o retrato de D. João VI, o avêso daquele que o diplomata e publicista pernambucano apresentaria em seu livro de maior repercussão.

Para revidar aos ataques desferidos pelos conservadores agastados e seus numerosos escribas, surgiu uma nova folha do liberalismo radical, “A Filha de Timandro ou a Brasileira Patriota”, de linguagem não menos

imoderada que a de “A Contrariedade pelo Povo” e “O Caboclo”. “A Filha de Timandro” surgia já com um timbre nitidamente abolicionista. Essa condição terá de ser sempre reconhecida por quem estude a personalidade de Torres Homem: a de haver sido um dos precursores do movimento em favor da extinção do cativo. “A Filha de Timandro ou A Brasileira Patriota” não deixava de ter razão quando comentava: “Lancem-se os olhos sôbre essa aluvião de folhas ministeriais que por aí formigam, e logo se deparará numa com o artigo — Timandro — noutra mais — Timandro — e noutra ainda — Timandro. O homem curioso passa a ler êsses diferentes artigos, pensando aí encontrar uma análise sisuda e séria, a respeito das matérias contidas nêsse libelo; mas bem depressa se convence de que muito errado foi o seu pensamento. Em vez de raciocínios e argumentos, depara com um montão de palavras, cada qual mais insultuosa, e que deshonra a imprensa brasileira; depara com imorais e mentidas alusões, que só podem desacreditar e cobrir de lama aqueles que as escrevem”. Os insultos, porém, continuavam. Mas, apesar das terríveis diatribes de “A Contrariedade Pelo Povo” e de “O Caboclo”, não há sinais de que a pessoa do deputado geral Francisco de Sales Torres Homem, médico e bacharel em direito pela Sorbonne, tenha sido desrespeitada, por quem quer que fôsse... Continuava-se, isto sim, a ler avidamente o seu audacioso panfleto, cujas tiragens se sucediam vertiginosamente, a tal ponto que parecia que a própria monarquia estava nelas interessada... Para dar-lhes sumo, é claro...

Enquanto isso, as prisões se enchiam de insurrectos que tinham participado do movimento praieiro, em Pernambuco. Uns vão para Fernando de Noronha, como Felipe Lopes Neto, o antigo deputado liberal. Outros vêm

para as fortalezas do Rio de Janeiro, como Pedro Ivo Veloso da Silveira e Barros Falcão de Lacerda. A anistia é oferecida aos rebeldes mas em têrmos tão drásticos que Pedro Ivo a recusa e prefere a fuga, a que se segue a morte. Valera, porém, o movimento como uma advertência. E o Marquês de Paraná assume com o imperador o compromisso de acomodar as duas facc oes, — conservadores e liberais, — em um s o gabinete, em um ministério de concentrac ao, capaz de proporcionar ao país uma t regua política. Os ardores de Timandro logo se amortecem. “Com a mesma pena com que escrevera “O Libelo do Povo”, nota Joaquim Nabuco em “Um Estadista do Império”, tornara-se no jornalismo o paladino da conciliac ao”. E o “Correio Mercantil” passa a ser, nêsse momento, o estuário em que se encontram três dos maiores jornalistas da época: Francisco Octaviano de Almeida Rosa, José de Alencar e Francisco de Sales Torres Homem. O ministério de Conciliac ao subiu ao poder depois da queda do gabinete conservador de 1852, chefiado por Joaquim José Rodrigues Torres, futuro visconde de Itabora . O marquês de Paraná, presidente do Conselho, reuniu em t orno de si homens da melhor envergadura: na pasta do Império, Luis Pedreira do Couto Ferraz, o futuro Visconde do Bom Retiro; na da Justiça, o então deputado José Thomaz Nabuco de Araújo; na dos Estrangeiros, Antônio Paulino Limpo de Abreu, futuro visconde de Abaeté; na da Guerra, o general Pedro de Alcantara Bellergerde, que respondeu interinamente t amb m pela da Marinha até ser escolhido, pouco depois, para occup -la, o então deputado José Maria da Silva Paranhos, futuro Visconde do Rio Branco. Reservou o Marquês de Paraná, para si, a pasta da Fazenda. Houve, no decurso dos quase quatro anos de durac ao do ministério, altera oes em algumas pastas.

Para a da Guerra, entrou em junho de 1855 o general Luis Alves de Lima e Silva, futuro Duque de Caxias, que, no ano seguinte, com a morte do Marquês de Paraná, passaria a presidir o gabinete. A da Fazenda passou às mãos de Limpo de Abreu, e em breve interinidade, às do senador João Maurício Wanderley, futuro Barão de Cotegipe, desde 1855 ocupando em caráter efetivo a pasta da Marinha. Para a dos Estrangeiros, transferiu-se, desta, José Maria da Silva Paranhos, que, também, viria ainda a gerir, em caráter interino, a pasta da Marinha. Para Sales Torres Homem, a constituição desse gabinete, embora com predominância de conservadores, representou uma vitória dos pontos de vista que vinha sustentando, numa longa série de artigos que, então, publicava nas colunas do “Correio Mercantil”, com as iniciais de F.T.H.. O rebelde do “Libelo do Povo” mudara singularmente de pensar e era, agora, o grande pregoeiro da conciliação dos partidos. Tais artigos demonstram que Sales Torres Homem possuía uma bôa cultura geral. Sabia não só francês, mas inglês e latim e, mais do que isso, era versado em literatura, fazendo citações de Shakespeare e de Racine no original. Como sucedera no “Libelo do Povo”, uma das suas teclas favoritas era o combate à corrupção. Inclusive a corrupção que então campeava no próprio poder legislativo, — muito antes que Zacarias tivesse chamado a Câmara de *confraria de pedintes*... Eis como, a êste propósito, se manifesta num dos artigos do “Correio Mercantil”:

“Quantas paixões cúpidas não têm os ministérios reacionários que satisfazer para acoroçoar a dedicação de suas maiorias artificiais! Em troco de um voto como se multiplicam as exigências de posições lucrativas e de distinções honoríficas para quem o dá, e para seus parentes, aderentes, e todos que o serviram na eleição! A

corrupção parlamentar foi também a grande enfermidade do sistema representativo em Inglaterra durante uma grande parte do século passado. Mas ao menos os publicistas e os oradores independentes não guardavam silêncio, nem resignavam-se a êste espetáculo de degradações; e pelo contrário levavam o cautério à ferida com impavidez e energia. Eram a princípio os parlamentares de 1720, os Pulteney, os Wyndham, Chesterfield, Carteret, que repetiam diariamente e em todos os sons “que a corrupção transbordava, que os ministros tinham maiorias na algibeira, que não havia déspota tão perigoso para a liberdade como um parlamento corrompido”. Era Bolingbroke fazendo remontar o mal à sua verdadeira origem, e denunciando nas regiões mais altas do poder o projeto de substituir-se a violência pela corrupção. Era Burke que, continuador em 1770 da acusação de Bolingbroke, demonstrava com um brilho incomparável que a árvore cortada da prerrogativa tinha brotado novas raízes sob o nome de *influência*, e que a Câmara dos Comuns, pervertida pela corrupção tornava o govêrno senhor absoluto do país. Era Lorde Chatham, que exclama, em plena sessão da Câmara dos pares, que a corrupção motivava o vivo descontentamento do povo e abria caminho às usurpações do poder real. Era William Pitt, entre o seu primeiro e o segundo ministério, que exprobase em altas vozes, à Câmara dos Comuns ser “ao mesmo tempo mãe e a filha da corrupção”. Não falemos de Fox, cujas eloquentes invectivas levaram muitas vezes o terror e o remorso à alma dos corruptores e dos corrompidos. Entretanto, o mal que assinalavam e estigmatizavam êstes homens de Estado era menos geral e menos profundo alí do que é em nosso país. Esta política, que se agacha sob a pressão dos interesses individuais, e funda sôbre as paixões baixas

da nossa natureza a esperança de sua ostentação, não só perverte e danifica o sistema constitucional como ataca pela raiz a moralidade pública. Quando a população vê o sistema parlamentar tornar-se um manto de baixo do qual promovem-se outros negócios que não são os seus; quando vê a corrupção remontar a onda impura até o nível dos poderes públicos, e a espuma dos vícios mais sórdidos cobrir a superfície da sociedade, que fé pode ela mais depositar nos homens, nas instituições, como ainda na eficácia dos princípios do bem moral e da eterna justiça? Não é natural que se infiltre nos espíritos primeiramente a dúvida, e depois o ceticismo moral, político e religioso? Do momento em que a corrupção é a condição do poder discricionário das facções, e o penhor da impunidade dos seus satélites, desinteresse, coragem, emulação, patriotismo, tudo se eclipsa, tudo definha e ressenete-se de aviltamento social”.

Noutra passagem, adverte Sales Torres Homem:

“É ocioso que recordemos aos partidos aquilo que, de tantas vezes, têm sido testemunhas e vítimas; que façamos a conta de todo o ouro desviado dos cofres da nação, que as mãos da polícia derramam para poluir as urnas; e que enumeremos cada um dos artificios escandalosos, cada uma das intimidações e dos abusos da força com que ela defrauda, sopeia, ensanguenta e nulifica o exercício da liberdade de enunciação do voto público, que aliás é o *summum jus* dos povos constitucionais, a aura vital, sem a qual perece de asfixia o sistema representativo”.

Havia, porém, quem pensasse diferentemente. Para êsses, a concentração inaugurada pelo Marquês de Paraná não era, senão, a própria negação da vida democrática, baseada não no acôrdo silencioso entre os par-

tidos para a tranquila ruminação das vantagens do poder, mas precisamente no embate das opiniões, nas divergências lealmente expostas, nas lutas pela conquista das simpatias da opinião pública. Assim, viam na conciliação não um período de paz interna e de poder consolidado, mas uma fase de estagnação e de marasmo, prejudicial ao próprio funcionamento do sistema parlamentar em que se fundavam os governos. Havia, além disto, o espetáculo pitoresco da aproximação dos contrários, o rasgar de sedas entre adversários que antes pareciam irreconciliáveis. Este aspecto não escapou às sátiras em verso, tão ao gosto da época. Veja-se, por exemplo, o soneto "A conciliação", de José Antônio, publicado primeiro na "Marmota", de Paula Brito, e depois no livro "Lembranças":

"Um nobre assim dizia em tom zangado
A outro, que também era homem fino:
— Que é Vossa Excelência? Um assassino,
Um vil por todo mundo desprezado!...

Ao que este também responde irado:
— Ó cachorro, ladrão, homem sem tino;
Se continuas mais, p'ra o teu ensino
Vou-te às ventas... ouvistes, malcriado?

— Vai-me às ventas?!... É muito, só brejeiro;
Retire a expressão... Olhe que o massô!
— Retiro... mas você seja o primeiro

Olharam-se... e depois de breve espaço,
Disseram, cada qual mais prazenteiro:
— Nada houve entre nós... Venha um abraço!"

A conciliação teve singulares consequências políticas: proporcionando um campo aos entendimentos

cordiais entre homens dos dois partidos que se degladiavam na arena parlamentar do Império, fez com que alguns conservadores se passassem para as fileiras liberais e com que alguns destes se transferissem para o campo oposto. Tal foi o caso de Sales Torres Homem, cuja carreira política pode ser assim configurada: primeira fase, revolucionária; segunda, coalicionista; terceira, conservadora... Essa violenta transformação, essa trajetória de um a outro polo, êle a fez no curto período de dez anos.

Como “conciliado” fôra nomeado por Paraná para a direção do Tesouro Nacional, e, como néo-conservador, quando Limpo de Abreu, já então Visconde de Abaeté e sem os pruridos liberais de outrora, organizou o gabinete de 1858, o deputado Francisco de Sales Torres Homem nêle aparecia como o novo ministro da Fazenda. A imprensa liberal não o poupou e mesmo entre os conservadores houve algum desgosto.

“O Libelo do Povo” seria constantemente invocado, a cada passo dado à frente por Sales Torres Homem, em sua carreira política. Quando se deu o seu ingresso no ministério, em 1858, foi essa a arma preferida de seus adversários. Ninguém se lembrou de dizer que Abaeté, — quando era apenas Limpo de Abreu, — fôra também um conspirador, um revolucionário, um inimigo da ordem pública, um desterrado que embarcara para a Europa na mesma fragata, a “Paraguaçu”, em 1842, ao malograr a revolução liberal que estalara em Minas e em São Paulo! Timandro, porém, jamais seria poupado... Para a absolvição política de Sales Torres Homem muito contribuiu Nabuco de Araújo, que lhe tomou a defesa, naquela ocasião. Estava o padre Pinto de Campos deputado por Pernambuco, entre os que mais fustigaram o autor do contundente panfleto por querer acon-

chegar-se ao regaço do poder. Partiram de Nabuco de Araújo estas palavras conciliadoras: “Perdoam-se e canonizam-se os que ensangüentam a pátria, atentam à mão armada contra o trono, e quer-se fazer um crime imperdoável de um escrito”. Mas que escrito! Menos tolerante que Nabuco de Araújo, a imprensa liberal, que via o antigo correligionário retificar as atitudes passadas e ingressar em definitivo nas hostes conservadoras, não o poupou nessa como noutras oportunidades. Inventaram que Sales Torres Homem conquistara o Ministério da Fazenda por escolha pessoal do imperador, impressionando com as críticas que, sob o pseudônimo de “Veritas”, fazia no “Jornal do Comércio” à administração de Souza Franco. O imperador, lendo tais críticas, ficara impressionado e dissera:

— Ai está quem eu quero para meu ministro da Fazenda...

— Mas “Veritas” é o Sr. Sales Torres Homem...

— Não faz mal... Essa é a minha escolha... Mandem chamá-lo ao paço...

Simple e desajeitada invenção, — não se lhe pode dar outro nome. Os ministros, segundo a praxe da época, eram, *salvo raríssimas exceções*, escolhidos entre os membros da Assembléa Geral, isto é, entre os senadores e os deputados do Império. Nem o imperador faria a escolha de um ministro entre os colaboradores dos “a pedidos” de um jornal, nem tomaria pessoalmente tal iniciativa. Escolhia o presidente do Conselho, o chefe do gabinete, e éste era quem organizava o ministério, fazendo as consultas e ouvindo, é claro, o imperador. Se o imperador chamara Abaeté ao poder, é bem provável que esse não tenha querido dar a impressão de que subia sózinho, traindo ou abandonando os companheiros de outras jornadas. Daí, talvez, ter procurado impor a

escolha de Torres Homem, o mais extremado do grupo de exilados de 1842, porquanto reincidente em 1848.

O combate que Sales Torres Homem ofereceu, tenaz, constante, demolidor, ao ministro da Fazenda do gabinete do Marquês de Olinda, foi leal, sem o disfarce do anonimato e do pseudônimo, como não podia deixar de ser uma luta que se desenrolava na tribuna parlamentar. Quem folhear os anais da Câmara dos Deputados e analisar os debates então travados testemunhará não só a superioridade de Sales Torres Homem sôbre o seu adversário, como a pugnacidade com que se empenhou em destruir a política financeira de seu antecessor.

A tarefa, de resto, não era muito difícil, porque a crise lavrava, terrível, como resultado da súbita transformação da economia do país com a supressão total do tráfico de escravos, de há muito ilegal, mas sempre tolerado até que Eusébio de Queiroz decidiu extingui-lo. Os capitais vantajosamente empregados no tráfico de escravos, produzindo lucros fabulosos, em lugar de serem aplicados na produção agrícola, foram destinados a especulações perigosas em que a avidez dos ganhos ignorava os riscos das empresas. Houve um surto bancário sem precedentes e, como se apenas dinheiro gerasse dinheiro, alguns dêsses estabelecimentos, investidos na faculdade de emitir, que então não era privilégio apenas do banco do govêrno, lançaram em circulação um volume de notas bancárias que ultrapassava a soma, enorme para a época, de quinze mil contos. A situação cambial era péssima, e tudo isso conduzia ao que Itaboraí chamaria de "carnaval financeiro", uma situação anômala, em tudo por tudo parecida com o encilhamento dos primeiros tempos da República, quando Ruy Barbosa, passando pelo Ministério da Fazenda, restaurou a política financeira pluriemissionista.

O próprio imperador estava alarmado com a administração de Bernardo de Souza Franco e mais alarmado ficou quando as falências começaram a se suceder, tanto na Côrte, como nas capitais das províncias. Oliveira Lima descreveu como características daquela política “o abuso do crédito, a jogatina desenfreada, a desvalorização do papel moeda, a baixa do câmbio, os prejuízos do comércio legítimo”, acentuando que “notas promissórias sem data fixa de pagamento eram permutadas por notas do Tesouro, por via de companhias de títulos atraentes e enganadores, varrendo diante de si com gritos de alegria selvagem as notas do Banco do Brasil, garantidas por uma reserva metálica equivalente à metade do valor de sua emissão”. Mais tarde, o próprio Banco do Brasil foi autorizado a emitir três vezes mais que o valor de suas reservas e Souza Franco chegou a pensar em autorizá-lo a emitir no quádruplo. Sales Torres Homem entendia que o Banco do Brasil devia ter o privilégio das emissões, em nome do govêrno, tendo curso forçado as suas notas. Apoiavam seu combate a Souza Franco principalmente os deputados Teixeira Júnior e Sérgio Macedo, ao passo que Souza Franco tinha a seu lado, entre outros, o Barão de Mauá e Tito Franco. Os mais longos e vibrantes discursos de Torres Homem sôbre a situação financeira foram os de 21 e 25 de junho e de 17 de julho de 1858. Quem proferia tais discursos, em presença de Souza Franco, ou interrompia os dêste, crivando-os de apartes devastadores, não precisaria frequentar as colunas de “a pedidos” do “Jornal do Comércio” com o pseudônimo de “Veritas”.

Falou-se muito, também, numa cena patética, em que Sales Torres Homem se teria humilhado diante do imperador, pedindo-lhe perdão e exclamando:

— Senhor, para os grandes crimes só os grandes arrependimentos!

O imperador, indulgente, teria dado o seu perdão, acrescentando:

— Por mim, fica tudo esquecido, mas não conte com o perdão da imperatriz... Ela é italiana e as italianas não perdoam nunca.

Não tem faltado quem repita essa historieta, querendo dar-lhe visos de verdade histórica.

Torres Homem desmentiria, sobranceiramente aquelas invencionices, numa ocasião em que chegaram a repercutir na tribuna da Câmara dos Deputados, através alusões mal veladas de Saldanha Marinho ao perdão pedido em nome de Timandro “desiludido, arrependido e convencido”.

— Sr. Presidente, sem dúvida eu, mísera e indigna criatura, — declarou, — na ocasião de comparecer perante o tribunal do Ente Supremo, não ouviria a enumeração das faltas da minha vida sem a interromper, para invocar a sua misericórdia, pedindo o seu perdão. Mas, entre essas faltas, não se há de contar a de ter rebaixado a nobre natureza do homem, pedindo às grandezas da terra outra coisa que não seja a justiça!

Com êsse rasgo oratório afina perfeitamente o episódio anedótico referido pelo Visconde de Taunay, ao referir-se aos famosos “jantares do Barros”, frequentados pelos políticos amigos da boa mesa. Aí teria um conviva indiscreto feito esta pergunta inconveniente:

— Vossa Excia., senhor conselheiro, não se arrepende de haver escrito o Timandro?

Houve um silêncio constrangido, afinal quebrado pelo dono da casa, que castigou o indiscreto com esta observação contundente:

— O senhor conselheiro do que se arrepende é de vir a lugares como êste em que há pessoas que lhe fazem perguntas destas...

Contente com tal intervenção, Sales Torres Homem teria ajuntado:

— Muito bem, senhor Barros... Nunca perca o ensejo de dar uma bôa resposta...

Artigos vitriólicos, morfins irreverentes, appareceram por tôda parte contra o terrível panfletário que, dez anos antes, annunciava a queda da monarquia e expunha perante a nação as fraquezas e a incapacidade dos soberanos da casa de Bragança.

Luis Gama, o poeta negro, famoso pela veia satírica, ao publicar as "Primeiras Trovas Burlescas de Getulino", em 1861, quando era, ainda, um liberal radical, assim alvejou Sales Torres Homem:

"Se ardente campeão da liberdade,
Apregoa dos povos a igualdade,
Libelos escrevendo formidáveis,
Com frases de peçonha impenetráveis;
Já do Céu perscrutando alta eminência
Abandona os troféus da intelligência;
Ao som *d'argent* se curva, qual vilão,
O nome vende, a glória, a posição:
É que o sábio, no Brasil, só quer lambança,
Onde possa empantufar a larga pança!"

Não lhe pouparam as contradições os que lhe haviam aplaudido os rasgos de panfletário.

Entre os seus adversários mais aguerridos, ao tempo em que foi chamado a exercer o Ministério da Fazenda, distinguia-se D. Manuel de Assis Mascarenhas, para quem Torres Homem seria jejuno em matéria de

finanças, possuindo simples cultura livresca. Amigo de Souza Franco, destituído do posto em benefício do autor de "O Libelo do Povo", assim alvejava o novo ministro, do alto da tribuna da Câmara vitalícia:

— Diz Cormenin que se Deus unisse as almas de Thiers e de Guizot appareceria um homem extraordinário. Sem parecer elevar tanto os Srs. Visconde de Itaboraá e Souza Franco, direi que, se elles se unissem, o país não veria suas finanças entregues a um empírico que, decorando algumas páginas de Wilson, Took, Parnell e outros, e repetindo, à maneira de pregadar da roça, um ou outro discurso todo composto de retalhos, conseguiu um lugar no gabinete presidido pelo Sr. Visconde de Abaeté.

O momento em que ascendera Torres Homem ao Ministério da Fazenda fôra dos mais graves. Joaquim Nabuco reconhece que "Sales Torres Homem não podia, sem incoerência e sem descrédito, deixar de propor a inversão da política financeira de Souza Franco, que tão fortemente combatera". Retirando aos novos bancos a faculdade de emitir, tanto fazia autorizar-lhes o funcionamento como negá-lo, pois que, sem as emissões, não se incorporariam. A questão financeira seria o escolho em que soçobriria o novo ministério. Gritavam os adversários mais aguerridos, com Martinho de Campos à frente, na Câmara dos Deputados, que eram medidas de bancarrota as de Sales Torres Homem. A 10 de agosto de 1859 cai o gabinete, sob essa tremenda pressão, sendo substituído por outro, também conservador, o de Ângelo Muniz da Silva Ferraz, que, no entanto, há de prosseguir, em linhas gerais, na mesma política financeira.

Quando, ao fim de oito meses, demitiu-se o ministério Abaeté, essa demissão foi justificada, na tribuna da Câmara dos Deputados, pelo seu ex-ministro da Fa-

zenda, ofendido e revoltado com a cerrada opposição que encontrara. Declarou então Sales Torres Homem que a retirada do gabinete provinha “dos meios anormais e imprevistos com que a opposição procurou tornar impossivel a posição de ministro para os homens de pundonor, e de outros meios de ataque que, enfraquecendo o principio de autoridade, desvirtuavam as instituições representativas, rebaixavam o poder destruindo uma das condições essenciaes de sua fôrça”.

Os ataques que sofrera antes dos conservadores eram repetidos, agora, pelos seus ex-correligionários. Timandro identificava-se cada vez mais com os adversários de ontem. E a serviço destes era quem, em 1862, derrubava, com a apresentação de uma moção de desconfiança, o conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcelos, quando este, chamado pelo imperador, mal inaugurara um gabinete liberal. A duração dessa primeira investidura de Zacarias como presidente do Conselho não chegou a alcançar uma semana. Iniciada a 24 de maio daquele ano, a 30 do mesmo mês já se apresentava, perante a Assembléia Geral, um novo ministério, chefiado pelo ex-conservador Araújo Lima, Marquês de Olinda. Zacarias, entretanto, marcou Sales Torres Homem, disposto a retribuir o golpe na primeira oportunidade.

Como orador parlamentar, Sales Torres Homem adotava uma técnica particular, que elles mesmo explicava, declarando que não bastava ter idéias e ter talento; era preciso também ter escola.

— Quando entendi que devia fazer discursos notáveis — confidenciou êle, certa vez, a um amigo, — procurei na leitura dos grandes oradores da antiguidade o tipo com que mais me afeiçoasse. E felizmente encontrei-o. Identifiquei-me com o modelo. Assimilei-o com-

pletamente e, desde então, começaram meus triunfos oratórios. Em vista dêsse sucessos na tribuna parlamentar, dizem por aí que pronuncio discursos decorados. Com isto, querem diminuir-lhes o mérito e o valor. Mas não há tal. Não decoro os discursos: medito-os. Quando subo à tribuna sei o que vou dizer, pelo estudo que faço, refletindo sôbre o assunto de que vou ocupar-me. Não se deve falar sem estar bem preparado. Meditando os discursos, sabendo o que vamos dizer, o pensamento se revestirá com mais facilidade da forma apropriada, construindo-se naturalmente a frase, que se desprende dos lábios com espontaneidade e precisão. Não nos devemos arriscar aos improvizos, que são, em geral, os escolhos dos oradores. Os que, sem preparação, se arriscam a falar, confiando apenas nos recursos da inteligência, caem sempre nos lugares comuns e inevitavelmente se tornam vulgares...

Que o esquecimento, pelo imperador, dos agravos de "O Libelo do Povo" foi completo, prova-o o fato de ter alcançado Sales Torres Homem, desde que se aproximou da Corôa, os mais altos postos e as maiores honras. Depois de ministro da Fazenda, o antigo Timandro foi diretor das Rendas Públicas, presidente do Banco do Brasil e, de novo, ministro de Estado. Mas isso não lhe bastava. Em pleno domínio dos liberais, resolve alçar-se à Câmara vitalícia. É o ariete com que os conservadores forçam as portas da cidadela do poder. A ascensão de Sales Torres Homem ao Senado é tempestuosa. Zacarias aceitara, a contragosto, a imposição do adversário para a presidência do Banco do Brasil. Vá lá, porque ainda poderia haver a desculpa de que se tratava de uma função sem caráter político e especializada... Mas Torres Homem, de quem Zacarias guardava fundo ressentimento, por ter sido o autor da der-

rubada do seu primeiro gabinete, resolve disputar a eleição senatorial pela Província do Rio Grande do Norte com a qual, de resto, não tinha o menor vínculo. Em tôrno dêle congregam-se os conservadores e o seu nome vem na lista tríplice. O imperador o escolhe e o gabinete veta-o, sob a alegação de que era o ministério solidário com os atos do Poder Moderador e a escolha não lhe parecia acertada. Em "O Ocaso do Império", o illustre historiador Oliveira Vianna comenta êste episódio com uma superficialidade que não corresponde aos seus altos méritos. Diz que os concorrentes de Torres Homem eram entidades, senão inteiramente anônimas, pelo menos razoavelmente anônimas e que Zacarias fôra inspirado por motivos que não eram dos mais elevados. Entretanto, é de justiça salientar que Amaro Bezerra, indicado pelo Partido Liberal, era não apenas o chefe provincial do partido de Zacarias, mas o primeiro colocado na lista tríplice, com votação superior, portanto, à Torres Homem, nome estranho ao Rio Grande do Norte e que iria apoderar-se da vaga senatorial em detrimento dos que faziam politica naquela província. Não prevaleceu apenas o sentimento pessoal de Zacarias, mas o de todo o gabinete, que preferiu sacrificar as posições de mando que detinha a cometer uma deslealdade com um correligionário, admitindo o seu alijamento em favor de um adversário colocado em segundo lugar. Mas êsse adversário era Timandro e o imperador queria, mais uma vez, provar que não era rancoroso... Se tira razão aos liberais no rompimento com o imperador quando da escolha senatorial, Oliveira Vianna a restitui duas páginas adiante, ao dizer: "Lógicamente, dada a situação unanimemente liberal da Câmara, demitido Zacarias, caberia a um outro procer liberal organizar o novo gabinete. Entretanto, o imperador

chamou Itaboraí — e o novo gabinete, que apareceu diante desta Câmara unanimente liberal, era unanimente conservador!” Mais acertado que o raciocínio de Oliveira Vianna era o de Saião Lobato: “Não cedendo o imperador e demitindo-se o gabinete liberal, a quem iria chamar o soberano para constituir o novo govêrno? Não poderia ser os liberais, que estariam solidários com os demissionários e renovariam as mesmas exigências. O convite teria de ser feito, forçosamente, aos conservadores”. E os conservadores surgiram, com um gabinete constituído quase inteiramente de senadores, e mais o jurisconsulto José de Alencar, então sem mandato parlamentar, o deputado Paulino José Soares de Souza, e o burocrata Joaquim Antão Fernandes Leão. Sales Torres Homem, o liberal radical, o revolucionário de 1842 e 1848, convertia-se, assim, no instrumento da derrubada do Partido Liberal do poder e da sua proscricção por um periodo de dez anos! Vingar-se-iam os liberais no Senado, anulando a eleição e obrigando-o a voltar às urnas. Dessa vez surgiria em primeiro lugar na lista triplíce e, de novo nomeado pelo imperador, não prevaleceriam razões para nova impugnação... Nessa ocasião a imprensa liberal divulgava esta paródia do famoso soneto camoniano “Alma minha gentil que te partiste”:

“SONETO

*(Ao autor dos meus dias,
o ingrato Timandro)*

Timandro, ingrato pai, que te partiste,
E o filho renegaste infielmente
Repousa no Senado eternamente
E viva eu cá na estante agora triste,

Se lá nessa cadeira onde subiste
Memória de um *libelo* se consente,
Não te esqueças daquele amor ardente
Com que as páginas minhas imprimiste...

E se vires que pode merecer-te,
Alguna coisa a dôr, que me deixaste,
Da mágua, renegado, de perder-te,

Com a *quem*, por meus lábios, *infamaste*...
Que anda o povo a dizer — que inda há de ver-te
Renegar do perdão que lhe imploraste.

Por seu filho obediente,
LIBELO DO POVO”.

Na Câmara vitalícia, Sales Torres Homem finalmente toma posse, a 27 de abril de 1870. Nessa ocasião, “A Semana Ilustrada” publica uma “charge” em que mostra a figura esquelética de Timandro por terra, tentando agarrar-se à bem nutrida pessoa de Sales Torres Homem, que lhe faz figas, com as duas mãos à altura do nariz. A cena passa-se à entrada do Senado do Império e a legenda é constituída por êstes versos:

“TIMANDRO VENCIDO

Fúria implacável! pesadêlo horrível!
Timandro, a quem outrora acalentei!
’stás vencido, por mim, monstro nefando!
Hoje sou Senador! Barão serei!”

Meses depois, a 29 de setembro, o novo senador fazia outra vez do govêrno, ocupando, como antes, a pasta da Fazenda, durante os seis meses que durou o

gabinete conservador presidido pelo Visconde de São Vicente. A 7 de março de 1871, ascendia ao poder um novo gabinete conservador, o que teve como presidente o Visconde do Rio Branco, um dos maiores estadistas do Império. No Senado, foi Sales Torres Homem um dos que mais tenazmente defenderam a aprovação da lei do “ventre livre”, em que se empenhara o gabinete Rio Branco e em razão da qual ninguém mais nasceria escravo em terras do Brasil.

Em verdade, Sales Torres Homem havia tido participação direta na feitura do projeto de lei, redigido, quase inteiramente, por Nabuco de Araújo e Teixeira Júnior, mas incorporando sugestões vitoriosas de Jequitinhonha, Muritiba, Sapucaí, São Vicente e outros, nos debates do Conselho do Estado. Uma das divergências entre Sales Torres Homem e Nabuco de Araújo, estava em que êste, mais radical, queria que os filhos menores de sete anos de escrava libertada fôsse a esta entregues sem indenização, ao passo que o autor do “Libelo do Povo” era partidário da indenização aos senhores, à conta do projetado “fundo de emancipação”. Mas nem isso alguns dos ferrenhos escravagistas na Câmara e no Senado queriam permitir. O grande argumento de que lançavam mão os escravagistas era o de que “a propriedade era sagrada” e qualquer lei que viesse restringi-la seria injusta, revolucionária, funesta. Foi em verdade admirável o longo discurso proferido, então, por Sales Torres Homem. Principalmente porque êle destruiu, antes de tudo, a tese artificiosa dos defensores do cativo a qualquer custo. A certa altura disse o novo senador do Império:

“Os proprietários atacam a liberdade dos nascituros em nome do direito da propriedade violada; relutam contra a indenização como insuficiente e ineficaz para

o efeito. Se lhes perguntarem, porém, porque o legislador, que pode reformar e alterar tôdas as leis, não pode alterar a da propriedade, responderão sem dúvida que a propriedade é inviolável, porque se funda no direito natural, anterior à lei civil; e deriva-se de um principio imutável de justiça, o qual consagra e mantém a cada um o fruto do próprio trabalho, principio sem o qual o estado social seria impossível. Eis-nos, pois, transbordados à esfera do direito e da justiça, onde realmente se encontra a base racional da inviolabilidade, em geral. Pois bem, senhores: se provarmos que a propriedade da criatura humana, longe de fundar-se no direito natural, é pelo contrário a sua violação mais monstruosa, se em vez de apoiar-se na justiça unicamente se apoia na iniquidade da força, então caduca e desaparece o alegado fundamento da inviolabilidade dessa propriedade especial; e a lei, que a protegeu, reduzida a não ser mais que um erro ou crime social, está sujeita a ser mudada, como qualquer outra, funesta aos interesses da nação”.

É provável que a ação de Sales Torres Homem no Senado, em defesa da liberdade dos filhos das escravas, consagrada pela lei de 28 de setembro de 1871, tenha contribuído para elevá-lo no conceito do soberano, como de certo o elevara no do Visconde do Rio Branco.

Logo no mês seguinte, foi o panfletário agraciado com a comenda da Ordem de Cristo. Nessa oportunidade, isto é, em outubro de 1871, “A Semana Ilustrada”, espirituosa revista de Henrique Fleuiss, por onde passaram as penas de Machado de Assis, Joaquim Serra, Ernesto Cibrão, Alfredo d’Escragnolle Taunay e outros, publicou uma esplêndida “charge”, em página inteira, mostrando o adversário tenaz da “nobreza de chinelos”, diante de um espelho, com uma vasta condecoração ao

peito, admirando as cintilações do enorme crachá e o seu próprio garbo... Sob caricatura, havia estes seis versos:

“Tôda a gente se admira
do *macaco* fazer renda,
quanto mais de ver *Cupido*
ser caixeiro de uma venda,
quanto mais de ver *Timandro*
andar hoje de comenda!”

Mas isso, como a própria “A Semana Ilustrada” já desconfiara, era apenas a preparação do caminho para honraria maior. Um ano depois, a 15 de outubro de 1872, era Sales Torres Homem agraciado com o título de “visconde com grandeza”. Visconde de Inhomirim, pois que, pelo casamento, pasara a ser dono da Fazenda de Inhomirim, na Província do Rio de Janeiro. Publicado o decreto que lhe concedia tal título, muitas foram as críticas que alvejaram o ex-liberal, o outrora violento Timandro do “Libelo do Povo”. Ficou famosa uma sátira em versos publicada anônimamente em “A Reforma”, jornal de que o poeta, dramaturgo e jornalista maranhense Joaquim Serra era sabidamente o “faz-tudo”:

“Outrora, quando advogava
Bôa causa popular
Torres Homem se chamava
Um nosso parlamentar.

Parecia bem cabido
E devia parecer
O volumoso apelido
Que, enfim, veio a fenecer.

Que inversão! Deus nos acuda !
Mudam-se os tempos, — ó dôr! —
O nome também se muda
Ao eloquente orador!

Vós, gramáticos defuntos,
Não vistes o que hoje vi!
Dois diminutivos juntos,
Um português e um tupil!

Inho, até aqui desinência,
Já se antepõe a *mirim*
Simbolizando a eminência
Do senhor *Inho... mirim!*"

O título do novo visconde se prestava, à maravilha, para uma pilhéria desta espécie... Bem se pode imaginar o sucesso dos versinhos de "A Reforma"...

Nos últimos anos de vida, senador do Império, visconde com grandeza, Sales Torres Homem perdera tôdas as ilusões e todo o estímulo. Chegara até onde pudera chegar, — e as vitórias conquistadas não lhe davam prazer, nem alegria. Timandro renascia de suas próprias cinzas. A insatisfação de novo lhe agitava o ser, agora já sem revolta, mas com desencanto e tédio. Além dos mais, a saúde precária, a asma cardíaca, renitente e insidiosa, tirava-lhe o gôsto de viver. Em carta ao nosso representante diplomático em Londres, conselheiro José Carlos de Almeida Areas, futuro Visconde de Ourém, datada de 23 de novembro de 1870 e cujo original pertence ao arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, já assim se manifestava: "Continuo doente de asma quase sem interrupção, porém, a soffro sem muita impaciência, porque o tempo corre ligeiro e espero chegar breve ao fim da viagem. Perdi a

saúde e também tôdas as ilusões. Entretanto, acho-me pela segunda vez no ministério, representando um papel no teatro das quimeras, e desculpando-me com a fatalidade.”

Essa carta continha instruções para a negociação de um empréstimo na Inglaterra e, em particular, para que fôsse conseguido de modo a nos libertar da tutela da Casa de Rothschild: “Eu desejo subtrair o Tesouro, no que toca a empréstimo, à influência despótica (*) de Rothschild; mas isto só poderá ser feito com muita prudência. Assim, V. Excia., no empréstimo de que se trata, lh’o oferecerá, em primeiro lugar; e se não o aceitar, com as condições marcadas nas instruções, nenhuma razão terá para estranhar, que batamos a outra porta”. A outra porta era a dos banqueiros John Henry Schroeder & Co., de Londres, em nome dos quais fizera contácto com o govêrno brasileiro, — por incrível que pareça, — O Sr. Hermann Haupt, cônsul geral do Norte da Alemanha, apresentado em carta a Areas, para servir como intermediário nas negociações.

Em março de 1873. escrevendo a seu íntimo amigo, Domingos José Gonçalves de Magalhães, Visconde de Araguaia, depois de mencionar um discurso que fizera no Senado sôbre a reforma eleitoral, acrescentava Torres Homem: “No meio de tudo isso, continuo sempre adoentado e estou resolvido a ir, em maio próximo, procurar alívio na Europa. Não encontro mais ilusão nem prazeres neste mundo e passo o tempo a meditar nos problemas do destino do homem e na vida futura. É um trabalho constante e cansativo do cérebro. Quanto mais reflito e me absorvo, mais ignorante me acho, mais aumentam as trevas e se coñdensam em torno dos meus pensamentos, em vez da luz que eu desejara poder lobrigar,

(*) -No original está “despolitica”.

longe, longe que fôsse! A cintilação única que enxergo é a que irradia das idéias eternas de justiça e do bem em si e que ilumina o caminho único, por onde se pode chegar a Deus”.

Conforme anunciava nessa carta, Torres Homem partiu para a Europa, em busca de melhoras, deixando de cumprir o regimento do Senado, que determinava que o senador devia obter licença prévia para viajar para o exterior. O Visconde de Inhomirim se limitara a fazer a comunicação de que estaria ausente até o fim da sessão legislativa. Sem a concessão da licença, não teria êle direito aos subsídios. Contudo, depois de algumas discussões, foi aprovada a licença, a 9 de junho do mesmo ano. Em 1874, estava de volta, pouco tendo lucrado com a viagem. Depois de participar dos trabalhos legislativos dêsse e do ano seguinte, sem poder, contudo, ocupar a tribuna, em razão do agravamento dos seus males, decidiu voltar à França, para consultar especialistas. Não voltaria com vida. Uma síncope cardíaca o fulminou, no dia 3 de junho de 1876, no seu quarto de hotel, em Paris, quando, de pena na mão, sentado à mesa, intentava escrever. Tempos depois seus restos mortais foram removidos para o Rio de Janeiro e receberam sepultura definitiva no cemitério de São João Batista. No seu túmulo há apenas esta inscrição: F. de Sales Torres Homem (Visconde de Inhomirim).

O LIBELO DO POVO (*)
POR
TIMANDRO

(*) Conforme o texto da terceira edição, impressa em Lisboa, no ano de 1870.

I

NOVA TENTATIVA CONTRA AS LIBERDADES DO BRASIL: — RÁPIDA VISTA D'OLHOS SÓBRE OS SUCESSOS DA EUROPA EM 1848: — TIMANDRO TIRA DO ESTADO ATUAL DO MUNDO RISORNHAS ESPERANÇAS PARA OS OPRI-MIDOS, E PREDIZ A QUÉDA DA TIRANIA.

Aos 29 de setembro de 1848, a causa constitucional sofreu em nossa pátria um novo eclipse. Alucinada pelo mais vil dos sentimentos, a côrte fechou repentinamente os olhos ao fúnebre clarão, que espargia nossa história recente, como o farol aceso no meio dos escolhos depois de um grande naufrágio. Um acesso de pavor das idéias do século, uma desconfiança injusta e cobarde da lealdade e bom senso dos Brasileiros, foi tudo o que bastou, para que num instante se preterissem os primordiais princípios da constituição, e a nação se visse com espanto outra vez transviada do caminho, onde no fim de tantas procelas havia entrado com toda a energia de seus votos, com todo o ardor da esperança de um futuro melhor.

Aí regressaram ao poder os representantes de um passado de amarguradas lembranças, os

protagonistas de um drama cheio de terror e de lágrimas; aí regressou com elles o império das mesmas doutrinas funestas, das mesmas tendências de reacção contra o espirito liberal do Brasil, das mesmas pretensões anti-nacionais, que já três vezes puseram em litigio as conquistas de nossa civilização constitucional, e três vezes trouxeram ao império dias de cruéis dissensões, de angústias e de sangue. Vai-se rolar de novo o infernal rochedo, que nunca chega até o píncaro da montanha, e torna a cair sempre!

O país aflige-se, ao ver recommençar essa luta fatal, que desalenta todos os bons principios, e fortifica os maus; porque uns necessitam de estabilidade e certeza de um porvir, e os outros de oscilações e de azares. Elle estremece diante dessa mudança incompreensivel, que arrojando-nos na carreira do desconhecido, subordina os cálculos da prudência ao impeto das paixões desencadeadas, e ameaça submergir a sociedade na torrente de acontecimentos fortuitos e alheios à sua deliberação. Mas temendo muito pelo próprio repouso, o país nada teme pela sorte definitiva do principio liberal. Não; não é quando o sol da liberdade levanta-se radiante nos horizontes europeus, e ilumina com seus reflexos magníficos todo o orbe civilizado, que nós os Americanos desmaiariamos à vista da sombra projetada por uma nuvem passageira.

Não; quem desmaia é o cego, que, como a ave da noite, não viu o alvorecer da era nova de emancipação e de liberdade, inaugurada ante o mundo cristão pelo pontífice magnânimo, o tribuno evangélico dos povos, o missionário supremo das grandes verdades políticas e sociais, que se santificou,

misturando-as a essa benção solene, que do alto do Quirinal estende sôbre Roma e sôbre o universo!

Oh sofista da côrte, que negas o movimento ao espirito humano, e misero povo, que oprimes, à imobilidade de boi da charrua, contempla por um instante a rapidez e a grandeza dos triunfos de tal principio, que desconheces, e confessa depois a vaidade insensata de tal empreza! Vê como a palavra reformadora de Pio IX, que a principio caíra como o orvalho matinal no sulco, em que gemiam os destinos da liberdade, é logo transfigurada pela opposição dos reis em centelha de fogo, que leva o incêndio à massa de imenso combustivel, que em toda a parte accumularam os interesses novos da nova civilização, a crescente indústria, e a illustração mais ampla das classes tidas em insultante desprezo. A essa palavra de esperanza, de vida e de futuro, a Itália e a Europa inteira comovem-se, abalam-se; e o ouvido dos reis, que dormiam acalentados pela lisonja, arrepiam-se com os ecos sinistros, que indicando a revolução operada nos sentimentos das nações, anunciam que vão ser quebrados os laços aviltantes, com que os interesses dinásticos as têm manietado. Em vão elles traçam anular mais este escândalo, em vão esperam que o nobre entusiasmo da liberdade comprimida sob a roda dos canhões sirva ao futuro de documento e de lição viva. Eis logo ao impulso da nova cruzada, a França, que tem a glória da iniciativa em todos os grandes fatos da civilização, ergue-se em pé, e precipita sôbre as lages das barricadas o trono de um rei pertinaz em governar a pretexto de ordem contra as necessidades do movimento, contra as

legítimas exigências da democracia, e que antepusera a causa egoísta da dinastia, e o interesse de pater-famílias à influência, à preponderância, e à glória do povo. Onde estavam naquele momento as inumeráveis legiões de guerreiros desse rei poderoso, suas linhas formidáveis de castelos e bastiões, seus filhos brilhantes como os de Priamo, seu budjet de mil milhões, sua polícia vasta, sombria e terrível, suas leis fortíssimas de repressão?

Ah: tudo isso esvaeceu-se como por encanto ante o simples poder moral das idéias, em uma nação inteligente, compenetrada de seus direitos, e heróicamente firme na resolução de sustentá-los! O medo da anarquia, que assinalou o espírito do seu reinado, foi positivamente o que perdeu o filho do regicida *Égalité*. Os golpes nimiamente profundos, com que traspassára a hidra, feriram a liberdade, que vinha após ela, e romperam a cadeia dos turbilhões. Ariosto conta a história de uma bela fada, que pela lei misteriosa de sua natureza, estava condenada a aparecer em certas épocas, encantada em venenosa serpente. Os que a ultrajavam nesta triste metamorfose, eram para sempre excluídos da partilha de seus benefícios; àqueles, porém, que, sem embargo de seu aspecto hediondo, a tratavam com comiseração, ela revelava-se mais tarde sob a forma angélica, que lhe era natural; acompanhava-lhes os passos, acrescentava-os em riquezas e venturas, e concedia-lhes todos os troféus da guerra, todas as palmas do amor. Essa fada é a liberdade. Há tempos, em que veste a pele do odioso réptil; em que serpêa, sibila e morde. Desgraçados porém dos que de asco ousam esmagá-la; felizes

os que a respeitam ainda na sua horrível transformação; êsses serão galardoados por ela no dia de sua glória.

Despenhando de tão alto por sua cegueira, Luiz Felípe corre à terra do exílio pelo mesmo caminho, por onde lá foram ter em menos de meio século três gerações de Bourbons inacesíveis às lições do infortúnio e da experiência, e a França, a quem já nenhuma ilusão apascenta sobre o princípio monárquico, abraça em sua maior latitude o regimen da liberdade, trocando o govêrno do privilégio pelo govêrno da nação. Assim verificou-se a primeira parte do vaticínio de poeta Realista, do imortal autor de *Gênio do Cristianismo*, quando, há 15 anos, escrevia em uma página memorável de suas memórias d'além túmulo:

— “A Europa vòa para a democracia. O que é já a França senão uma república transformada por uma corôa? Desde David até nosso tempo, os reis foram chamados; agora chegou a vez das nações; a sociedade moderna abandona a monarquia. As doutrinas mais atrevidas são dia e noite assoalhadas à face dos reis, que tremem por trás de uma tríplice fileira de soldados suspeitos. O dilúvio da democracia os alcança; êles sobem espavoridos de andar em andar, da rés do chão até o fastígio de seus palácios, donde se atiraram a nado na onda, que os há de afogar.”

O estampido da queda do trono francês re-tumba com fôrça além dos Alpes nesse solo já vulcanizado desde a foz do Cécina até o Friul, onde servem de sinal às nacionalidades escravizadas, que incontinenti soltam o grito de guerra

santa em defesa de sua emancipação, e da reconstrução da unidade da pátria Italiana. A Sicília rompe o nexó, que a prende ao Nero napolitano; proclama uma constituição, e reconquista com glorioso denôdo seu solo, e o govêrno de si mesma.

Em Nápoles, onde a dignidade do homem, jazia no opróbrío de reconhecer como lei única o alvitre de um dêsputa atrôzmente beato, e beatamente verdugo e delapidador do povo, o parto da liberdade efetua-se no meio de cenas de incrível horror. Trazido à necessidade irresistível de promulgar a constituição, que abomina, êle não quer que o princípio absoluto expire, sem rodear-se de vítimas e de ruínas. De rosário na mão, e todo contrito, revolve as escumas do abismo; chama em seu auxílio o lazarone bárbaro e faminto; e entrega sua capital, a moderna Parténope, ao saque e à devastação dessa horda infrene de feras... Espero da justiça de Deus (porque eu também sou religioso) que muito tempo não volverá, antes que o sol em seu curso veja restabelecida a relação natural entre o crime e o castigo na pessoa desse rei parricida.

A Sardenha abre a carreira, por onde chegará a firmar o império da liberdade, da qual a esbulhara a política retrógrada dos conselhos áulicos: ela ostenta à frente de seus destinos um príncipe, que inculcando-se exceção dos outros príncipes, e parecendo convertido aos princípios do século, tornou-se o paladino da causa dos povos, e a esperança da independência da terra comum.

A Toscana segue o impulso da Sardenha, Placência, Módena, arvoram igualmente o estan-

darte da revolta contra seus respectivos Augústulos, os anões burlescos do despotismo europeu, que avexam a liberdade, avexados êles próprios pelo potentado do norte, a quem servem de carcereiros vís, e instrumentos submissos.

O leão de S. Marcos expande as asas, ao resfolgar os sons repercutidos da liberdade; Veneza restaura sua independência, e com ela essa magnífica república, a espôsa do Adriático, a que outrora devera o esplendor de seu comércio, e sua alta importância nos mares. Servindo de atalaia à Italia setentrional, ela jura sepultar-se antes em suas lagunas do que dobrar a cerviz ao jugo de Viena.

A Lombardia insurgida em massa contra a casa da Áustria sauda com entusiasmo a aurora da regeneração, e a marcha do rei cavalheiro, que rasgando os tratados anti-nacionais de 1815, vem reunir-se ao campo de batalha, em que se decidirá da sorte da liberdade itálica. Milão desapercibido, e sem outras armas além das que o furor da resistência ministra, renova os prodígios de sua energia antiga contra Frederico Barba-Roxa. A fortuna parece a princípio sorrir-se aos esforços magnânicos de um povo, que pugna pela mais justa das causas; já as armas sardas e lombardas triunfam em uma série de combates desiguais às margens do Adige e do Tagliamento; já a águia austriaca esvoaça em retirada, soltando das garras sangrentas a presa, que tinha segura. — Não permitiram porém os acasos da fôrça, que tão de pronto fôsse aluida a obra da conquista, e da usurpação; e às vitórias sucedem os revezes. . . Mas a liberdade não está ali perdida; os povos aparelham-se com recrescido ímpeto; e o dia se

apropínqua, em que êsse belo nome de Itália, que por tão dilatadas eras exprimiu entre os homens a glória das armas, o genio civilizador, o brilho das letras, a magnificiência das artes, deixará de ser o simples resumo de uma grande história morta, para tornar-se o símbolo de um povo vivo, independente, e livre.

Voltemos no entanto as vistas para o painel não menos curioso, que do outro lado do Reno nos oferecem as monarquias do direito divino, sôbre cujas grimpas soberbas entencbrece agora o dia, e estala a tempestade de todos os pontos do horizonte. Frustrar a influência das reformas representativas na Alemanha, era o afã das côrtes de Berlin e Viena, a cuja tutela a havia entregue a aliança liberticida, que dos reis tomou o nome de santa. Os bons Alemães pareciam resignados com a sua sorte, porém uma revolução lenta, profunda, adequada ao caráter germânico, aí solapava, pelo alicerce, o monstruoso artefato do mundo absoluto. A mesma Prússia, como que forçada a consentir em seus estados o movimento da riqueza e da intelectualidade, para mellhor resguardar-se da expansão politica da civilização, preparava sem o querer futuros mais nobres a seus súditos.

Soa enfim a hora, em que essa revolução confinada na região das idéias especulativas, e amadurecida pelo tempo, vai traduzir-se em atos práticos, e receber a sanção material pelo contato da lava incandescente, que a cratera francesa arroja em todas as direções. Enquanto a bandeira da liberdade e de reforma é vitoriada pelas aclamações unânimes da Alemanha, o que é que se passa debaixo do teto dourado dos palácios, onde

residem aqueles em cujas mãos está o atalhar o tropel de desastres e calamidade, que a repulsa dos justos votos de seus súditos trará inevitavelmente consigo? O que é que aí se passa, Santo Deus! Todos os aristocratas alardeados de privilégios, todos os cortesãos, que vivem das fertildades do imposto, todos os zangões sociais, todos os vampiros, reuñem-se em chusma á roda dos tronos, e dizem ao ouvido de cada um dos reis:

“Ohi vós, que sois a emanação do sopro divino, o transunto de Deus na terra, e sôbre cuja frente unguida pela igreja brilha o emblema de uma mente infalível e de um coração impecável; vós, que distais tanto do resto dos humanos, quanto da matéria bruta dista a fôrça inteligente que a move; rei poderosíssimo, sapientíssimo, nobilíssimo, augusto, penhor de nossas venturas presentes e futuras sustentai a dignidade das prerrogativas de vossa corôa, esses florões antigos da realza Teutônica, contra as quais uma minoria turbulenta ousa erguer vozes rebeldes e sacrílegas, falando em reformas em nome da nação! A nação! Ah! se ela tivesse o direito de querer alguma coisa, seria simplesmente a continuação da ordem, que é condição única e suprema de toda felicidade, e além da qual nada há mais que desejar. Mas a vós, seu soberano e tutor, é a quem compete o cogitar e querer por ela; no que ganha incalculavelmente a nação, porque a opinião pública é sempre errônea e a da corôa, aconselhada por seus fiéis aúlicos, sempre excelente e salutar. Se cerceando vosso poder hereditário, conseguisse a nação ser regida segundo o impulso de suas próprias idéias, e na conformidade de seus votos, então ai da

monarquia! Ela tornar-se-ia popular e deixando por isso de existir, cairíamos todos na desesperação da miséria, na ignomínia da anarquia. Quais seriam os míseros fados da espécie humana abandonada a si mesma, sem o amparo de um rei, e de uma côrte?

“Senhor, a maioria judiciosa do povo abomina o progresso, a liberdade, a reforma; uma única coisa ama com paixão, e vem a ser, o trono. Ele vos vê descer o rio da vida alegremente, nédio, circundado das pompas do mundo, das profusões do luxo, ora dançando no meio da fragância das flôres e do fulgor das pedrarias, ora cevando-se em mil festins, que vos oferta a amabilidade desinteressada dos candidatos ás graças, e onde não faltam nem os passáros custosos de Phara, nem os gelos engrinaldados de rosas do estio, nem os áureos triclinios coroados de espumante Falerno. Este espetáculo deslumbrador de vossa fortuna é o que basta, para que o povo também se repute felicíssimo, e dirija votos ardentes ao céu pela perpetuidade do govêrno de um príncipe, que come com tão bom apetite, e baila com tamanho desembaraço.

“Quando isto porém assim não fôra, lembrai-vos que a majestade do trono, rebaixa-se, e avilta-se, aquiescendo ás exigências, sejam quais forem, daqueles que sôbre quem exerce a soberania por imprescritível direito de propriedade. O que salva os estados é o terror, e não as concessões”.

Assim falou a turba dos cortesãos; e os príncipes extasiados da sabedoria que descobriram nêstes acentos da lisonja, do embuste, e da trai-

ção, resolveram não ceder, e recorrer à violência. Mas os povos, a quem as luzes, e com elas os sentimentos de seu valor e dignidade cresceram, como os cabelos ao homem forte da Escritura, não voltam cara aos cruentos aprestos da côrte, e á luta abominável, a que os condena.

Em Viena, as baionetas mercenárias sucumbem depois de pelejas encarniçadas das ruas, em que a população se mostra digna do grande fim a que aspira. O direito divino inclina-se ante o da soberania nacional, debaixo de cujo império é convocada a assembléia dos notáveis do reino, e são outorgados todos esses direitos e garantias, por amor dos quais se mandara degolar os cidadãos. No mesmo momento a Boêmia lança mão das armas, e organiza uma constituição sua. A Hungria, que é a chave do Danúbio, a barreira da Europa contra a ambição moscovita no Oriente, e a protetora das povoações, que demoram nas ribeiras do seu rio nacional, insurge-se igualmente; arraza os monumentos da feudalidade; vende os bens eclesiásticos, e constitui-se em estado independente da Áustria. Em presença dêstes sucessos, que encadeam-se com fulminante rapidez, Fernando I desorienta-se; ora abandona-se consternado ao fluxo; que o arrasta; ora tenta recuar, apenas tenuíssima esperança de recuperar o perdido bruxuleia em seu espírito. Duas vêzes abandona precipitadamente o palácio de seus avós; e vai, não sabe para onde, à mercê dos destinos levando em um sacco de viagem as insígnias da realza.

Enquanto as iluminações, o tanger dos sinos, os cânticos de glória e o ribombo da artilharia assinalam na Áustria as vitórias da democracia,

e suas puras alegrias, há um homem que vagueia de cidade em cidade através da Alemanha, solitário, fugitivo, aterrado, que cuida ouvir no adejar da brisa, e no murmúrio da fonte o ruído dos passos da vingança social, que segue os seus; um homem que bate a todas as portas amigas, e a quem nenhuma se abre, como se estivesse inçado da peste, ou ferido pela maldição do céu. Esse homem, para quem não há piedade na terra, é o chefe altanado da oligarquia do norte; o depositário inflexível das tradições da Santa Aliança; o ministro que durante quarenta anos assistira por parte do despotismo aos funerais da liberdade em toda a Europa; é o diplomata, que com o compasso sobre o mapa do mundo repartira as nações entre as dinastias, como em uma feira se distribuem manadas de gado entre os marchantes; é o favorito poderoso, cuja influência sobrepujara a da corôa, a quem ofuscava com sua sombra magnífica. Possa a queda do príncipe de Metternich ser mais uma lição, de que não há grandeza sólida e durável para os inimigos da causa do povo; e que o favor e conivência dos príncipes não bastam para escorar esses castelos edificadas à beira do precipício, e que o primeiro sopro da borrasca derruba e aniquila!!

De Viena a revolução circunvolve quase simultaneamente a Alemanha inteira; e diante de sua marcha vitoriosa, caem por toda a parte as prisões de estado, a censura, o monopólio, a mantiqueira das côrtes, os favoritos, e os bufos. Em toda a parte a liberdade triunfa do privilégio! Triunfa em Berlim, onde anima e inflama o povo em sua resistência desesperada e admirável contra a fôrça de linha; e faz convocar uma assem-

bléia constituinte, da qual nascerá a ordem nova para a Prússia.

Triunfa em Baviera, onde o velho monarca libertino e enamorado é impellido a trocar o trono por una bailarina, e a abdicar no príncipe es-carmentado, que logo responde ao voto liberal de Munich.

Triunfa em Hesse-Darmstadt, destronizando o soberano para franquear caminho ao direito de associação, à imprensa, ao júri, e à introdução do código francês em Mayence.

Triunfa em Wurtemberg, Oldebourg, Nassau, Leipzig, Baden, Hesse-Cassel, Mecklembourg, onde arranca aos diversos príncipes com mão armada e debaixo das descargas, a sua acessão ao princípio do parlamento alemão, a adoção das côrtes nacionais outrora proscritas do *Burschenschaft*, e as garantias dos direitos do homem, e do cidadão.

Triunfa em Hamburgo, Bremen, e Lubeck, que ampliam no sentido democrático o âmbito de suas constituições republicanas.

Corôa finalmente a série de seus triunfos, inaugurando sôbre as ruínas da Dieta servil de Frankfort o majestoso congresso da democracia germânica, no qual a confederação dos povos toma o lugar da associação dos príncipes, e muda o centro da gravitação política da Alemanha.

Tão numerosos e sublimes resultados foram obtidos em menos tempo, do que o que é preciso para a execução dos trabalhos mais fáceis da vida de um homem; tamanho é o ardor, com que hoje em dia as nações progridem por vias novas para essas plagas de risonha perspectiva,

em que as guardam grandes e gloriosos destinos? Nada valeram desta vez os canhões aos reis, êsses *pais* carinhosos dos povos, como a lisonja os tem apelidado, e que por excesso de amor talvez não conheçam outro meio de afortunar seus filhos bem amados, senão assassinando-os, e exterminando-os a fogo de metralha! Deus nos preserve de sua ternura!

Enquanto o velho mundo mudava de pele, e regenerava-se no meio das tormentas da guerra civil, nós, mais felizes, elaboravamos pacificamente os elementos de nossas reformas, sob os auspícios do govêrno do partido da liberdade, e seguros e tranqüilos, como o homem ditoso de *Lucrécio*, só ouviamos de longe o bramir das ondas e dos ventos, que nos não podiam atingir.

*Suavi mari magno turbantibus aquora ventis
Et terra magnum alterius spectare laborem.*

Num instante toda esta seguridade é trocada pelo alarma; e ameaça-se nossa liberdade, que nenhuma culpa tivera dos trances porque passaram na Europa os cunhados, e parentes do reposteiro. Qual será o desenlace desta agressão, que começa atroz e horrível, arrancando nossas províncias do sossêgo de que gozavam, e tornando-as vítimas das misérias e calamidades da conquista? Vencerá aqui a tirania, que sucumbe no resto do mundo? Não; o ídolo insaciável, a quem não fartou o sangue dos Mineiros e Paulistas, e que hoje devasta Pernambuco, há de reconhecer, que a rocha sôbre que está firmada a liberdade do Brasil, e que é a natureza mesma das coisas, não se abala sem perigo para quem o tenta.

II

ANTAGONISMO ENTRE A SOBERANIA NACIONAL E A PRERROGATIVA REAL. TIMANDRO PROCURA NO PASSADO AS RAIZES DO MAL PRESENTE: — REMINISCÊNCIAS HISTÓRICAS.

A obra da inversão, que na política do Brasil o paternal govêrno da côrte houve por bem decretar, e a que os mantenedores da facção anti-nacional puseram mãos açodadamente, arrebatados uns da bárbara alegria de rivalidade, que se vingam, aliciados outros pela perspectiva de tirarem da guerra civil e do sangue derramado larga porcentagem em proveito de sua ambição e fortuna, tal inversão, digo eu, não é senão uma fase nova da mesma crise, que há vinte e cinco anos começou, enlutando as últimas cenas de nossa incompleta independência. Crise dolorosa, e cheia de desenganos, que depois continuou com intermitências, e da qual nossos pais, que a viram originar-se, não tiveram menos que sofrer do que sofre a presente geração, a quem êles contavam legar a fruição tranqüila, e definitiva de tão nobres sacrifícios! Quando acontecimentos como êsse, a que me refiro, e que envolvem a postergação de todos os princípios, e o mais insultante desprezo para a opinião pública, sobrevêm a um país, que atavia com o nome de constitucional, é indubitável que mal profundo e de data antiga aí vicia e corroi o âmago mesmo das instituições. Causas accidentais podem momentaneamente conturbar a serenidade do jogo da máquina consti-

tucional, mas não fazê-la rebentar tão aniudadas vezes, e com tamanho desastre para a maioria dos cidadãos.

A revolução da independência, que devolveu-nos à posse de nós mesmos, firmava como dogma fundamental da nova ordem social o grande princípio da — soberania do povo—. No interior como no exterior, êsse princípio, que é a pedra angular dos estados livres, tornava-se os árbitros únicos, supremos, e absolutos de nossos próprios destinos. Só do povo; só de suas luzes, e espontânea deliberação pendia a escolha da organização política, que desde então devia regê-lo; só a êle, e a mais ninguém cabia traçar e erguer o novo edifício, em que havia de abrigar-se a nascente nacionalidade. Todos os laços, que prendiam-nos ao passado, estavam mortos; tínhamos recebido uma segunda vida, uma segunda natureza, que anulava e excluía as pretenções da realeza da conquista.

Em virtude daquele direito, preferiu a nação a monarquia do mesmo modo que poderia preferir a república de Franklin e de Washington; aclamou por seu rei o primogênito da casa de Bragança como aclamaria o filho do Grão Turco, se fôra isso do seu gosto. Êsse rei era simples feitura de nossas mãos: nenhum título antigo e preexistente o assistia, porque tudo era novo, tudo datava de ontem nesta situação; o solo estava varrido e limpo; seu único título de legitimidade vinha da eleição nacional, título aliás mais belo e honroso do que o acaso cego do nascimento; seu trono, contemporâneo de nossa liberdade, repousava sôbre a mesma base que ela — a revolução.

Passamos depois a fazer o pacto primitivo da sociedade, como tínhamos feito um rei. O poder constituinte é parte essencial da soberania da nação, a qual delega o seu exercício, sem nunca abdicá-lo.

Mas ainda não corria em meio a construção da obra constitucional, quando de improviso é profanado e dissolvido com mão armada o congresso, a quem o país cometera essa sublime tarefa, e são atirados ao desterro os seus mais conspícuos e beneméritos representantes, os fundadores ilustres da independência da pátria. O mesmo mesmo ato de imprevista agressão, que fere a constituinte, e com ela nossos primeiros direitos, leva o despotismo e o terror a todos os ângulos do Brasil, onde ressoa o grito da indignação, que semelhante abuso da força devia provocar.

Porque tão azinha empalideceu a estrêla, que há pouco cintilava em céu tão puro, inspirando as mais doces e animadoras esperanças? O que aconteceu, para que assim se dispersasse o povo brasileiro ainda no meio das festas da liberdade, e se trocassem seus hinos faustosos em murmúrios de pezar e consternação? Eu vou dizer-lo. Houve a usurpação da soberania popular por aquilo, a que a côrte designa com diversos nomes, — soberania real, direito divino, prerrogativa, legitimidade, poder hereditário. — A nova realza saída da lavra da nação, ostenta-se superior a ela, ataca-a, e a absorve em si. É o caso da balada inglesa: o químico concebe o singular projeto de compôr uma criatura humana; já os ingredientes reagem e combinam-se no

laboratório; forma-se um membro; depois outro; depois outro; enfim um ente vivo palpita e respira. Porém, oh Deus, é um monstro disforme, que lança-se sôbre o químico arrependido, o dilacera, e o devora.

Donde vinha a Pedro I autoridade de assim confiscar os poderes da nação que se constituía? Do seu direito hereditário? Não, porque seguir-se-ia o absurdo, que separando-nos de Portugal, continuávamos sujeitos ao rei, como um domínio privado e não enfeudado à corôa. Essa autoridade, segundo a metafísica dos cortesãos, que têm sempre muita imaginação, derivava-se da virtude intrínseca da mesma realeza, de uma propriedade oculta, misteriosa, e sôbrenatural, que ela possui. O imperador não era acaso o filho do rei velho, o senhor do povo pela superioridade do seu sangue, o símbolo da ordem, o enviado da Providência? Como então se ousa perguntar a razão de sua onipotência?

Com tais e quejandas palavras ermas de sentido, mas consagradas no vocabulário da servilidade e da adulação, plantou-se na terra virgem do Brasil a semente feudal, fez-se do monarca uma entidade distinta de nossa espécie; e recomeçou essa superstição monstruosa e cheia de vís adorações, que dura até hoje, e que põe o interêsse transitório de uma família acima das imperiosas necessidades da humanidade, e a majestade do príncipe a par da majestade de Deus!

Singular tem sido em verdade a história das aberrações do espírito humano! O boi Apis foi adorado em Memphis, o crocodilo em Tebas, o gavião em Philis; a serpente, a mussuranha, o hi-

popótamo também tiveram altares. Nada disto porém existia mais, quando nasceu a monarquia brasileira; e idéias mais sãs e conformes à dignidade de nossa natureza corriam então o universo. Na Inglaterra muito tempo havia, que a luta da prerrogativa e da idolatria Real com a verdade e com os fóros do povo tinham causado a Carlos I o desgosto de morrer no cadafalso, e ao derradeiro Stuard o incomodo de ser expulso como um mendigo. Já das florestas de nossa América tinha partido a famosa declaração de princípios, que fez tiritar de susto os opressores, e ateou o facho da revolução francesa de 89, em que do templo da impostura tudo ardeu e desfez-se em cinzas, tabernáculo, ídolo, e sacrificadores. Logo depois disso um soldado glorioso, saído do seio do povo, havia acabado de quebrar o encanto à legitimidade, e provado a onipotência da nação, vestindo por seus sufrágios a púrpura dos Césares, e repartindo entre outros soldados e plebeus corôas arrancadas a príncipes menos dignos que êle de as trazer.

A maioria da sociedade brasileira não estava longe do nível do século XIX; o fanatismo, o gênio da servidão, o embrutecimento e degradação das classes industriais, que em outros lugares abrem passagem às pretensões do mando arbitrário, aqui felizmente não existiam. A resistência e a guerra civil estavam pois contidas como consequências indeclináveis no atentado da dissolução da constituinte, e no regimen abominável, com que em seguida tornou-se cada vez mais flagrante o antagonismo entre o trono e a liberdade, entre o espírito nacional e o interesse recolonizador.

Para sopear a revolta, que efetivamente rebenta ao norte do Império, o sangue dos brasileiros, a quem a luta da independência preservara, é vertido em torrentes pelas paternais baionetas do imperador, não em nome do legítimo princípio da segurança social, que ninguém senão êle mesmo ameaçara, mas em simples oblação ao orgulho e à sanha da ambição do príncipe, que tendo usurpado os direitos do país, propunha-se governar sem êle e a despeito dêle.

Sôbre as vilas de Pernambuco, essas Termópilas veneráveis da liberdade, do heroísmo, e do martírio, jorra então como hoje a chuva de sangue e de extermínio, que em 1817 as assolara, e que agora mais aperta, agourentando até o horror das lembranças dos procedimentos do regimen colonial.

Após da devastação militar, vem a procissão dos carrascos, dos patíbulos e das vítimas. Sedento de vingança, o príncipe invade o santuário da justiça para exigir as cabeças de seus súditos instá, roga, ameaça, seduz; mas um resto de consciência dos juizes, que o exercicio de obedecer e adular de todo não paralisara, trepida ante o remorso de enviar à morte cidadãos que outro crime não tinham senão o de anteporem seu país a um homem, e a liberdade á tirania. Então compondo, como Tibério, o gesto e o rosto, êle fala dos constrangimentos de sua alma, exalta a própria clemência, e se reclama a pena capital, é para ter a glória de comutá-la, e dar a filhos desvairados uma mostra de magnanimidade de seus sentimentos. O embuste decide o juiz; a morte está na sentença; o traidor não perdôa; o cadafalso fun-

ciona; e a nódoa indelével e eterna do assassinato jurídico de Racticliff negreja na frente imperial...

Enquanto os bons Brasileiros gemem e consternam-se, os cortesãos, os lusitanos, os inimigos e desertores da bandeira da nação, exclamam exultando de júbilo: — Venceu a causa da ordem; a anarquia e a rebelião foram suplantadas; o trono do inperador está salvo!

— O trono foi salvo, isto é, que dessa época data a sua perda; o sangue dos mártires subiu à presença de Deus pedindo justiça; a consciência pública ofendida jurou vingança; e o 7 de Abril veio cumprir o juramento!

Assim estreou Pedro I a sua omiessa carreira; e que outra coisa tinham os Brasileiros que esperar de um príncipe da casa de Bragança? Não era êle a vergonha dessa estirpe sinistra, a que Portugal deveu durante dois séculos o fatal declínio do seu poder e importância como nação, o aniquilamento de sua indústria, e a supressão de suas franquezas? Examinai a história de qualquer outra raça Real, e entre a longa sucessão de reis ignorantes, cruéis e depravados, um ou outro encontrareis, sôbre quem a posteridade possa repousar os olhos com satisfação. Na dinastia bragantina, porém, nenhum há que esteja neste caso. O bastardo João IV, inerte, pusilânime e incapaz, nada fez para utilizar os frutos da revolução que, sem esforço seu, o elevara ao trono; e, se não conspirou abertamente contra o voto público, foi pela apreensão de que o povo, em quem fervia ainda o entusiasmo do recente triunfo contra o poder de Castela, empunhasse de novo as armas para realizar a declaração amea-

çadora, que as côrtes reunidas acabavam de suspender sôbre a sua cabeça.

Afonso VI foi a crápula revestida das insignias de rei. Forçado a abdicar por sua inaptidão e desenvolta imoralidade, como por sua opposição sistemática á convocação dos estados do reino, acabou miseravelmente os dias em Cintra, onde o conservaram recluso quinze anos.

Pedro II, moedeiro falso, e responsável do execrando auto de fé de Coimbra, extinguiu de uma vez as côrtes, tão antigas ali como a monarchia; e com elas lançaram o derradeiro clarão as liberdades portuguezas. Vendido ao interesse estrangeiro, assinou o fatal tratado de Methuen, entregando a indústria nacional atada de pés e mãos à Inglaterra, por amor de quem já antes se empenhara loucamente na guerra da successão à corôa de Espanha contra Philippe d'Anjou, e o colosso do império de Luiz XIV.

Seu filho João V, herdeiro dos seus vícios e continuador de sua tirania, fundou o govêrno da teocracia monástica saturado de todas as torpezas da superstição. Levando a libidinagem e o desrespeito da honestidade aos extremos do cinismo do animal, fazia dos lugares públicos e consagrados ao culto, theatros de suas infames orgias. Devoto á moda de Luiz XI da França, dissipou as imensas riquezas metálicas importadas do Brasil na dotação de suntuosos conventos e na compra de indulgências. Depois de arruinar a agricultura, as fábricas e a navegação, não deixou nos cofres exaustos do estado um óbolo sequer, com que se lhe houvesse a mortalha para ser sepultado.

José I, fraco, ignorante e nulo, teria seguido o miserável trilhão de seus antecessores, se a Providência por um desses prodígios que raramente ela repete, lhe não impusesse um homem que, apoderando-se de sua vontade, reinasse em seu lugar. Do rei não houve com efeito mais do que o fantasma neste período da monarquia portuguesa: houve porém coisa melhor do que seria a sua realidade, e foi a esclarecida e vigorosa administração de Pombal.

O reinado de Maria, a louca, assinalou-se pelo furor incessante de restaurar os passados abusos, e destruir os atos do govêrno precedente, sem que a sombra majestosa do grande ministro pudesse reter o braço dos vândalos, que atentavam não só contra os monumentos de sua glória, mas contra os contestáveis melhoramentos do país.

Refalsado e suspeito, irresoluto e poltrão, beato sem fé e sem costumes, *nabab* da Inglaterra, joguete dos mais vis e desprezíveis favoritos, estranho a qualquer sentimento de dignidade pessoal e de honra nacional, patrono dos crimes e desordens de uma côrte corrompida, — tal foi D. João VI, regente e rei.

Era esta a linhagem do príncipe que a sorte nos deparara, e em quem refletia-se a maior parte dos defeitos originaes, não atenuados pela educação, e antes corroborados pelo veneno depravador das côrtes. Todavia algumas grandes qualidades, que inteiramente faltaram a seus ascendentes, dormiam nas sombras da natureza de D. Pedro I. Um dia o toque da adversidade as há de despertar; há índoles que depuram-se e sublimam-se no crisol do infortúnio. Mas, por ora, o que sopra é o

vento da felicidade, o que está visível, é a face deplorável de seu caráter.

O ferro e o fogo que conquistaram Pernambuco, não conquistaram os ânimos dos Brasileiros, onde cotidianamente mais avultava e condensava-se a ira contra a administração imperial. Para desgraça das emprêsas do despotismo, não existe meio algum de fuzilar as idéias; e esta impossibilidade é o que as malogra. A desordem das ruas tinha sido vencida; mas a fermentação lavrava nessas outras regiões inacessíveis aos golpes da força bruta; D. Pedro o sentiu, e parecendo ceder ao impulso das exigências da situação, e às indicações da prudência, outorgou uma constituição, onde sem dúvida foram consignadas doutrinas, que são a glória das nações cultas, e garantem a sua felicidade. Porém o desígnio pérfido de baldá-la na aplicação, e mesmo destruí-la mais tarde, quando se demudasse a fisionomia das circunstâncias, ocupou para logo a mente do imperador e de seus áulicos.

Contra a observância franca e leal da constituição não militava a mesma ordem de pretextos, que haviam motivado o naufrágio da constituinte?

A liberdade não era ainda essa inimiga nata da monarquia? Os foros da plebe não coarctariam as prerrogativas hereditárias e divinais do príncipe? Não estava decidido pela côrte, que todos os liberais são demagogos e fautores de anarquia? A nobreza da pessoa Real não se derrogaria, se subordinasse sua vontade soberana ao influxo de parlamentos eleitos pela canalha faciosa?

Fôsse instituído embora um simulacro de govêrno, que respondesse à vertigem dos tempos;

mas a realidade do poder permaneceria inteiro como antes entre as mãos arbitrárias do príncipe; e quando os representantes da nação desabusados da aparência enganadora das formas, reclamassem o cumprimento da palavra constitucional, nenhum caso se faria de suas vozes e autoridade. Neste pensamento cifrou-se por algum tempo a história da política imperial em relação ao sistema jurado, história cheia de lutas ardentes, fecundas, e gloriosas algumas vezes para o partido da liberdade. Mesmo mutiladas, ludibriadas, e torcidas em todos os sentidos pela mão de ferro de despotismo, ainda assim essas fórmulas tutelares da constituição pesavam em demasia a Pedro I, que empreendeu nulificá-la por uma reforma, em que para o futuro nada servisse de amparo aos direitos do cidadão.

Para aparelhar os meios conducentes a esta alta empreza, subiu então à administração pública o Sr. José Clemente Pereira, o predileto dos dois reinados, varão tenaz em seu lusitanismo, e em cuja crosta espessa não puderam até hoje infiltrar-se os sentimentos do país, que o adotou, Pedro I o havia bem estudado; e achou-lhe na especialidade do talento, nos instintos do coração, nas formas características do corpo, e até na acentuação ridícula do galego, outras tantas garantias de fidelidade e devoção para o bom êxito do plano, que meditara contra as liberdades do Brasil. Era o homem que no colégio eleitoral de 1821 não se pejara de apresentar à aprovação de seus companheiros uma ata falsa e caluniosa, em que se arguia o povo de delitos, que não cometera, e se justificava o governo de um dos maiores atentados, que jamais se ousou praticar

contra a espécie humana. Trazendo ainda as cicatrizes mal fechadas das feridas, que recebera na Praça do Comércio, o poder não havia encontrado outro eleitor com desplante bastante para incumbir-se de comissão tão odiosa.

Apoderado agora do fio diretor da política, êle apressa-se a lançar os fundamentos da obra, que lhe encomendaram, empregando como materiais, de um lado a difusão de doutrinas servis em escritos infamantes, e a criação de sociedades secretas; do outro lado a corrupção, a arbitrariedade, o terror, a suspensão de garantias em plena paz, e até a criação de comissões militares, tribunais de exceção e vingança entronizados com afronta da lei jurada! A escolha dos presidentes e comandantes d'armas condizia com a idéia fixa, que absorvia o monarca e seu ministro. Era um título para ocupar cargos de tão alta importância afixar princípios contrários á ordem constitucional, alardear desprezo pelo Brasil e pelos seus filhos; exprimir saudades pelo govêrno absoluto, simpatias para com o espirito lusitano. Guardasse-se porém aquele, que aspirava subir ao templo da fortuna, de mostrar que o coração lhe batia pelo país que o vira nascer; um tal crime não obtinha fácilmente perdão.

Reunidas as câmaras em 1829, um derradeiro vislumbre de esperança raiou no espirito dos povos; julgou-se que o monarca deixaria a direção, em que corria a meta incerta, perigosa e terrível; e que lançando-se nos braços da nação, trataria de propiciá-la, e merecer o olvido dos passados êrros. Vã ilusão! Quando a vertigem apoderase dos govêrnos dinásticos nada há que capaz seja de fazê-los arrepiar carreira. Avante, caminha,

caminha, lhe diz o demônio da fatalidade; e êles só param depois que rolaram ao fundo do abismo. A audácia do gabinete Clementino requintou; e a câmara eletiva ultrajada nas folhas a soldo, pisada pelo ministro preponderante, foi por fim materialmente ameaçada na acusação de um dos seus colegas. Fez êle acreditar à classe militar, que era de seu decôro manter por meios de terror a causa do ministro, provocando na tropa indisposição contra a assembléia, a quem aleivosamente assacava o desígnio de piorar a sorte do soldado, e assoprando a respeito dos paisanos a chama de uma rivalidade, que houvera produzido frutos de maldição, a não ser o bom caráter dos Brasileiros.

Depois de alienar com a dureza da mais insolente altivez o espírito da maioria dos representantes, buscou todos os modos de significar a essa primeira legislatura do país, que a corôa desprezava e aborrecia sua autoridade; e quando do seio da opposição patriota iam sair medidas, que prometiam á nação avultados beneficios, Clemente Pereira moveu o encerramento da sessão: e supôs-se autorizado para despender os dinheiros públicos, sem lei do orçamento, sem ato algum do poder que legisla e tem a direção suprema da fortuna do povo. Um Hampden não appareceu; não appareceu um Ludlow para recusar êsses tributos ilegais!

Mas isso não obstante, o pomo apodrecido estava prestes a soltar-se de per si do galho de que pendia; tudo tinha mudado; o gênio da liberdade suplantado levantava-se da terra, como o Antêu da fábula, com a plenitude do primitivo vigor; a opinião engrandecida pela constância, aguerrida pelos revezes, baldava uma a uma todas as tenta-

tivas de um govêrno, cujas molas, à fôrça de distenderem-se, achavam-se estragadas. O reinado de D. Pedro I não foi mais dêsde então que uma lenta agonia, a que a revolução de Abril pôs remate, precedida das fogueiras e garrafadas de Março, últimos auxílios da facção lusitana em prol da causa amiga.

Quais seriam os pezares amargos, tardios, e impotentes, que assaltaram o príncipe nessa hora final de desenganos? Ah! sem dúvida êle reconheceu então, que nenhum poder viola impunemente as condições de sua origem; e que a nação não se personifica nos lisonjeiros de palácio.

Que glória não seria a dêle, e que ventura a nossa, se compreendendo tudo o que a sua missão tinha de sublime, aceitasse a liberdade por companheira de sua fortuna, e se identificasse com os destinos do povo! Trinta anos antes, aquele, que deu a primeira batalha pela independência do novo mundo, e fundou a mais poderosa nacionalidade, tinha deixado gravado no frontispício da sua obra monumental e grandiosa o exemplo da política, que aos govêrnos vindouros dos estados Americanos cumpria seguir. Mas o neto dos reis abandonaria as tradições de seus avós para seguir a rasteira de Washington, o modesto plantador da Virginia?

Preocupado de sua pessoa, de seus direitos, de suas paixões e prazeres, nenhuma relação estabeleceu entre a felicidade dos súditos e a sua; e isolou-se no meio da nação a mais dócil, e agradecida. Como Luiz XIV, fez de seu *eu* o Estado, sem imitar contudo do grande rei outras coisas, mais do que o despotismo, o fausto, os favoritos, as concubinas. Para suprir o apoio moral da

opinião que fugia, promoveu mais que nunca o espirito militar, forçando o caráter pacífico e industrioso, que deve convir a um povo agrícola, habitador de terreno amplíssimo, despovoado e sem vizinhos formidáveis. Com as mesmas vistas fez consistir a prosperidade do Brasil, não no progresso de suas artes e lavoura, mas no fofo esplendor de uma côrte aparatosa, para o que era mister fomentar com enganosas seduções a paixão de um luxo destruidor, e galardoar com distinções honoríficas os que haviam consumido em misérias a rica herança de seus progenitores. Nada faltou ao espetáculo desta grandeza inerte, aparente e ridícula, nem mesmo uma aristocracia achinelada, entretida à fiuza do orçamento, e para cujos braços heráldicos o povo não podia olhar sem rir-se.

De tudo isto nem sequer o fumo remanesca em 7 de Abril; e Pedro I estendendo os braços em roda de si, não encontrou senão a solidão, o vácuo, as trevas, e a desesperação!

III

USOS E ESTILO DA CÔRTE. — O GOVERNO DA REVOLUÇÃO. — PARALELO ENTRE A POLÍTICA IMPERIAL E A DA REGÊNCIA. — SERVIÇOS DA DEMOCRACIA.

Se perguntares aos Narcisos e aos Tigelinos, que tais foram os primeiros anos da administração do interregno, êles vos responderão que foram o que podia ser o resultado da invasão da barba-

ridade plebeia no santuário da realeza. Na verdade, todas as coisas grandes e respeitáveis, com que os governos *paternais* divertem e felicitam seus queridos filhos, como sejam as genuflexões, os beija-mãos, os lutos oficiais, a etiqueta, as librés recamadas de ouro, as promoções pela carnificina do povo, as graças pelos aniversários natalícios, pelas viagens, pelos jantares, tudo, havia desaparecido. Era o regimen da canalha, na sua expressão a mais prosáica.

Os regentes, cidadãos então mui sigélos, tinham a ingenuidade de supôr, que valiam menos que o país, e cingindo-se às direções da opinião pública, limitavam-se a cumprir sua tarefa de perfeito acôrdo com ela, Quem visse, porém, o desrespeito com que a democracia correspondia às deferências do novo govêrno, não poderia deixar de vaticinar desde logo a sua perda. O súdito, em vez de ajoelhar-se em presença dos chefes do estado em sinal de adoração, conservava-se em pé, direito sôbre o plano da terra, na attitude irreverente em que o homem saiu das mãos do Criador! Que escândalo! Não eram menos desprezados outros usos antiquíssimos e essenciais à monarquia, e que por felicidade nossa foram depois restaurados. Se os regentes eram convidados a banquetes, portavam-se como convivas agradecidos; e depois retribuïam a obsequiosidade de seus amáveis hóspedes com outros banquetes, ou com serviços de caráter pessoal. Mas nunca os pagavam com os dons do Estado, de modo que aquele, que empregara sua erudição e virtudes em preparar lauta mesa para regalar os chefes do govêrno, nem por isso ficava sendo, como agora, barão, marquês ou grão-cruz, como se os serviços

gastronômicos fossem de menos valia e merecimento que os prestados á nação. Que injustiça!

Se perdiam algum parente, carpiam, ou simulavam carpir a sua morte; e logo consolavam-se, como podiam ou queriam no seio da família e na intimidade da amizade. Não decretavam porém lutos públicos, receiando que os cidadãos não tivessem provàvelmente a mínima vontade de charrar por pessoas muito respeitáveis sem dúvida, mas a quem nunca tiveram a honra de ver e conhecer. Não compreendiam aquêles espíritos apoucados, que nas monarquias, em que a ficção representa o principal papel, também chora-se e ri-se por ficção; e que em côrte, onde existe sempre de reserva abundante sortimento de dôr e alegria para as encomendas officiais, pode-se muito bem prantear a rainha *Pomaré*, ou o rei *Lahore*, sem que da existência destas augustas personagens se tivesse antes a menor informação.

Quando era dia de anos de algum dos membros do novo govêrno, haviam provàvelmente cenas festivas de vida doméstica; mas a nação ficava ignorando a grande felicidade, que lhe acontecera, de ter o govêrno feito anos. Não se viam, como hoje, promoções no exército e marinha; primeiramente, porque a lei da revolução as interrompera; em segundo lugar, porque a curtesa de vistas dêsses representantes da democracia não lhes teria deixado apreciar devidamente a íntima conexão que existe os aniversários natalícios e os prêmios destinados às ações do campo de batalha, e tomariam talvez por louco abuso recompensar cidadãos em virtude de um fato, a que eram estranhos, não tendo concorri-

do com trabalho algum para adicionar mais um ano á cadeia da existência individual de Suas Excelências, ou de Suas Majestades!

Nos discursos, com que se dirigiam ao corpo legislativo, enunciavam protestos de sua fidelidade e lealdade para com o país, e não diziam pelo contrário: “Eu aprecio os sentimentos de fidelidade e lealdade, que o país me há mostrado”. Eles davam ao sistema representativo uma singulam interpretação; entendiam que sendo todos os poderes políticos delegações da nação, como o ensina a teoria da constituição, os depositários do poder delegado, seja qual fôr a sua hierarquia, nada mais eram relativamente a ela do que seus funcionários e representantes temporários ou perpétuos; e que consequentemente ao monarca, ou à regência em seu nome, é a quem competia render preito e homenagem á nação, que é tudo, e não a nação a êles, seus subordinados, e criaturas suas. Que lógica estranha! Não é assim?

Há tal corteção, que até esta hora não concebeu ainda como pudemos, durante dez anos carregar o pêso da existência sem o rico manancial de vida, que se contém nas condecorações e nos títulos. Mercê de Deus, viviamos incomparavelmente melhor sem isso, do que com isso, senhores fidalgos! Falemos sério; pois realmente cuidais, que graças aviltadas, prostituídas, vendidas por dinheiro contado, vendidas a pretexto de uma filantropia interesseira, negociada, e ajustada, e vendidas em trôca de sorvetes e fricandós oferecidos ao imperador em viagens de recreio, produzem melhor efeito, do que se inteiramente não houvesse o direito de dá-las?

Mas as graças, replicam êles, são moeda essencial para acoroçoar as letras, recompensar serviços, promover o desenvolvimento das artes, e excitar a dedicação militar.

Acoroçoar as letras? Qual tem sido entre nós a pessoa, que a elocubrações e trabalhos científicos devesse o ser condecorada? Há para a côrte outra ciência prestimosa, que não seja a de anular, mentir, e oprimir o povo?

Recompensar serviços! Pôde-se dizê-lo sem escárneo em um país, em que José Bonifácio e Martim Francisco, sob cujas cabeças venerandas resplandecia o astro do Ipiranga, baixaram ao túmulo não trazendo sôbre o peito mais que o hábito de Cristo do tempo colonial?

Essencial para as artes! Pois deveras a côrte faz caso das artes? E precisam elas de suas bugigangas para florescerem? Havia rei, côrte, e condecorações em Atenas, quando no meio dos aplausos da multidão admirada, *Zeuxis* ornava de suas páginas sublimes as paredes do Partenon, ou quando debaixo do cinzel dos Fídias respirava a majestade viva dos deuses? Estava já por ventura instituída a legião d'honra em França, quando o altivo génio de David lançava as *Sabinas* entre os dois exércitos, e pintava Leonidas moribundo nas Termópilas? Foram moços da câmara, e cavalheiros da Rosa os Ticianos, os Rafaéis, os Corrégios, e os Murílos?

Essencial para a dedicação militar! Mas não tinham hábitos e comendas os soldados de Maratona, de Salamina, e de Patéa!

Não as tinham as famosas legiões, que avassalaram o universo conhecido ao poder da república romana!

Não necessitou delas a Suíça para manter a independência dos seus rochedos, resistir á ambição de seus poderosos vizinhos.

Não foram armados cavaleiros de ordem alguma os cidadãos dos Estados Unidos, que pelejaram pela emancipação do país em cem combates, bastando a veneração pública a êsses homens singelos e grandes.

Na Inglaterra moderna raríssimos são os despachos de semelhantes enfeites; a honra, e o patriotismo são ali os acúmulos do cidadão. No dia de Trafalgar, Nelson não exortava seus soldados dizendo — coragem, porque haveis de ser criados do paço, e ter um habitozinho — Dizia-lhes unicamente — a Inglaterra espera que cada um de nós fará a sua obrigação.

Era a imagem da pátria, e não a da côrte, que êle punha diante dos olhos da guarnição da sua armada invencível; era o sentimento do dever para com a terra natal, que despertava, e não a cobiça de frivolidades.

Quando os soldados da república francesa de 94, rotos, descalços, e sem soldo, arrojavam-se como águias da montanha sôbre os plâinos da Lombardia, e executavam êsse primeiro episódio, o mais admirável talvez da grande epopéia, levando daí o terror das armas francesas até os muros de Mênfis, acaso nesse tempo haviam cruces de ouro para ataviar seus uniformes enegrecidos pelo fumo das batalhas? Oh! não; o amor da liberdade e da república era o que aviventava-lhes os corações; a glória os coroava; simples espadas de honra atestavam suas altíssimas proezas, que boletins redigidos ainda em frente do inimigo

acabavam de registrar. Mais tarde uma medalha famosa foi criada, que tirava seu único valor da fascinação do nome do herói que a dava. Mas podia ela, ou qualquer outra, ter igual prestígio, sendo recebida das mãos de príncipes, que a barateassem, por não terem visto da guerra mais do que a pintura?

Não é pois para maravilhar, que a primeira regência, govêrno eletivo e inoculado pela revolução do espirito do povo, não vergasse ao pêso de sua árdua tarefa, apesar da falência dêsse recurso, que lhe seria então supérfluo, e que antes e depois só serviu para originar escândalos, e desairar dois reinados?

Ela fez mais ainda: Pedro I tinha-nos legado a anarquia e a pobreza em trôco do trono, que lhe dêramos; o exêrcito indisciplinado acabava de ser dissolvido; o desânimo e a desconfiança, que entravam o trabalho e a indústria, secavam todas as fontes da renda pública; o impêrio estremeçia até os alicerces. Pois bem! Nesta apertada conjuntura, a regência tranquilizou, reorganizou, salvou o país, sem soldados, sem dinheiro, sem nenhum dos meios que no regimen dos imperadores julgou-se indispensáveis para restabelecer uma paz efêmera e manchada de opróbrios. Que! Como pôde isso ser, hão de exclamar naturalmente os que se lembram dos enormissimos e cruéis sacrificios que às instituições e à fortuna do Brasil custou a pacificação de Minas e S. Paulo em 1842! Eu o explico.

O govêrno da revolução estava inocente de desordens, a que o seu procedimento não era motivo, e que pelo contrário procurara desvelada-

niente prevenir; entretanto que ninguém ignora, que foi o governo do imperador quem, conduzido por um pensamento de ditadura e vingança, desafiou acintemente a sublevação das duas infelizes províncias. Aquêlê, forte pela justiça que o assistia, apelava para o patriotismo e energia nacional com a consciência em paz e a fronte serena. Este, repudiado pela opinião, que o acusava de autor único de nossas desgraças e dissensões, só podia apelar para o recrutamento, para o imposto, e para a violência.

Nas revoltas subseqüentes à abdicação, o que aparecia era o desencadeamento das paixões, dos instintos grosseiros da escória da população; era a luta da barbaridade contra os principios regulares, as conveniências e necessidades da civilização. Em 1812 pelo contrário o que se via á frente do movimento a braços com o soldado mercenário, era a flôr da sociedade brasileira, tudo que as províncias contavam de mais honroso e eminente em illustração, em moralidade e riqueza; espetáculo, que se renova hoje em Pernambuco, com o mesmo séquito de atrocidades e infânnias.

No primeiro caso tratava-se de um interêsse, que tocava a todos; a massa da nação reunia-se pressurosa em torno do poder, não para apoiar as côres rivais de uma contra outra facção, mas para defender-se a si mesma. No segundo, nada havia de comum entre a causa geral e a de uma oligarquia ávida e infernal, que provocava o povo, depois de o ter barbaramente avexado e despojado. Os papéis achavam-se assim trocados; o que representava a razão, a regra, o interêsse social, era a resistência feita á autoridade, que

violara todos os direitos. As simpatias e esperanças do país estavam ali, onde estava a rebelião; não restavam pois ao governo do imperador senão os recursos dos governos anti-nacionais, isto é, as baionetas da linha, os milhões do tesouro, os golpes de estado, o confisco, e a pilhagem...

Os resultados destas duas políticas são dessemelhantes como os sentimentos, que as animam. Uma popular e generosa, considera a desordem, que não pôde conjurar um acidente funesto e lamentável; e logo que a desarma, apressa-se a apagar-lhe os derradeiros vestígios, promovendo pela moderação de seu proceder o arrefecimento das paixões, e a conciliação dos ânimos. A outra, aristocrática primeiro que tudo, rival implacável da liberdade, saúda com satânica alegria os sintomas precursores das revoltas, instiga-as, accelera-lhes a marcha, porque vê nisso feliz oportunidade de conquistar e exterminar sua inimiga; e uma vez alcançado êsse objeto do seu anelo, solta todas as fúrias da reação e vingança, que vão repartir a população de nossas províncias em vítimas e algozes, e eternizar o ressentimento dos partidos. Não é isto o que agora mesmo está produzindo em Pernambuco essa política selvagem e abominável que especula sôbre discórdias civis, e bate a moeda de sua ambição sôbre a carnificina dos Brasileiros?

Eis a razão, porque a regência conseguiu restaurar a ordem legal sem dilacerações, e sem dôres; quando ao infeliz governo do Sr. Pedro II há sido preciso, para atingir a simples aparência do mesmo efeito, cobrir o império de ruínas e de sangue,

Em referência às finanças do estado a administração da revolução não foi menos patriótica e admirável do que o fôra enquanto à repressão da desordem. Ela as encontrou suspensas por delgado fio sôbre o golfão da bancarrota, que tantos desvarios e dissipações do precedente regimen havia aberto.

Em junho de 1822 era nossa dívida orçada em 10, 176: 580 rs (1): um ano depois estavam feitos e concluidos os grandes dispêndios, que exigiram a guerra da independência, e nossa elevação à categoria de nação livre e contudo apenas de dois mil contos se havia aumentado o algarismo de nossos empenhos, graças ao patriotismo e alta probidade de Martim Francisco. Tal foi o zelo deste ministro, que, ao sair do govêrno, deixou à disposição do tesouro uma soma de valores suficientes para resgatar todo o incremento da dívida (2). Entretanto Martim Francisco, banido por Pedro I, foi em sua velhice exautorado e insultado pelo govêrno do filho; ao passo que ambos colmaram de honras e grandezas a outros, que arruinaram as finanças do Brasil!

*Isto fazem os reis, cuja vontade
Manda mais que a justiça, e que a verdade;
Isto fazem os reis, quando embebidos
Numa aparência branda, que os contenta,
Dão os prêmios de Aiace merecidos
À língua vã de Ulisses fraudulenta.*

CAMÕES

(1) Relatório do marquês de Queluz.

(2) Esses valores consistiam em: -- 370:000\$000 réis em moeda; -- 6,000 quilates de diamantes; -- 4,000 quintais de páu Brasil; -- 49,000 barbas de baleia; -- toda prata obtida na guerra contra Artigas, e considerável porção de ouro, restante na casa da moeda para cunhar,

Dai em diante as palavras economia, moralidade, e fiscalização foram para sempre desterradas dos aumentos e cálculos administrativos de um govêrno que olhava mais à suntuosidade da côrte, do que à miséria do povo. Já em janeiro de 1827 tinha subido a dívida interna a 15,805:606 \$rs e a externa calculada pelo cambio de então (48 pence por 1\$000rs) a 24, 500:000\$rs, perfazendo ambas a total de 40,305:600\$000rs.

Mas isto pouco era ainda em comparação do assombroso progresso, que iam ter os públicos gravames sob a administração de Miguel Calmon Du Pin, hoje visconde d'Abrantes. Os fabulosos recursos de um império cheio de futuro e de esperança permitiam-nos, segundo êle, contrair impunemente dívidas imensas. Consequentemente, aos empréstimos, em que a usura e a alicantina de mãos dadas com quem os negociava, fintavam o tesouro com enormes onzenas; e quando a nação, adormecida pela suavidade pérfida dêste expediente financeiro, abriu os olhos em 1831, horrorizou-se de achar sua dívida orçada do modo seguinte: — interna fundada, 15,233:318\$rs; dita flutuante, 24,573:801\$rs; — externa, 53,317:000\$rs — empréstimo do cobre emitido como moeda 14,126:000\$rs; importância do pagamento das presas da guerra do Sul 7,000:000\$000rs, total 114,259:000\$000rs.

Dêste modo, em menos de quatro anos 74 mil contos foram acrescentados ao passivo da nação para alimentar a fatuidade e ambição de uma monarquia infensa aos seus interêsses como aos seus sentimentos, e que só soubera tiranizá-la e empobrecê-la.

O governo da revolução compadecida do pobre povo que não era então simples besta de carga da côrte, como hoje, voltava, depois de nove anos de êrros e desgraças, a êste princípio muito elementar, — que para as nações como para os individuos não há outros recursos além dos que acumulam o trabalho e a economia. — O pensamento da nova ordem de coisas incluía-se por inteiro nesta máxima salutar; e o partido liberal, que a proclamou, teve a glória de atravessar os maus dias de uma revolução, e de apenas ajuntar à dívida nacional no longo periodo de seis anos 3.000 contos, dos quais 2.000 foram destinados ao pagamento de atrasados anteriores a 1827.

Comparem-se os orçamentos antes e depois de 1831! Veja-se em 1829 o ministro Calmon pedir para as despesas do estado quase 30 mil contos, devendo só as repartições de marinha e guerra absorver 12,700:000\$000rs. E contudo a paz estava feita; tinhamos concluido com Buenos-Aires essa guerra fatal, de que nos ficou em resultado a perda de nossos limites naturais, e a vergonha de assinarmos uma convenção ludibriosa, nós, a primeira potência da América Meridional! O mais farto dos orçamentos posteriores à abdição, o de 1833, votado entre os receios de uma restauração, e os graves distúrbios de duas províncias, não prestou para as fôrças de mar e terra mais do que 4.600 contos!

Assim procedia a política de 7 de Abril; mas não tardava o momento, em que, por uma rotação caprichosa do destino, tinham de regressar ao governo do país as idéias e as práticas do regimen proscrito, e que ali levaria um grupo de sofistas,

a quem o orgulho e o ressentimento pessoal contra o chefe do estado tornara trânsfugas do campo liberal.

Em 19 de setembro de 1837, Diogo Antônio Feijó, caráter dirigido e talhado à antiga, abnegava o poder nas mãos de seus adversários, que o não haviam conquistado, mas de que êle lhes fazia presente, imaginando que, satisfeita assim a ambição que os levava a agitar o país e entorpecer a ação governativa, não deixariam de conter-se dentro da linha dos princípios que traçara a revolução.

Apossados da autoridade, os Proteus não demoraram-se em explanar as modernas doutrinas, que inculcavam ao público em substituição de suas opiniões de outrora.

“Não há em política princípios (exclamava um dêles na tribuna), nem justo, nem injusto; tudo depende da mobilidade das circunstâncias. A *transação* é a única lei da moral política.” O materialista, que tal pregava, se bem o dizia, melhor o fazia; não se dirigia nem á razão, nem ao sentimento; caminhava direito ao positivo; falava à avidez em lingua de dinheiro, base única da filosofia da nova seita.

A lei da perfectibilidade da espécie humana, ajuntava êle, não é o progresso, é sim o regresso; e dissertando pedantemente sôbre paradoxo tão extravagante, concluía convidando o povo a ter em desprezo as instituições livres, e a retrogradar para tempos, de que se não podia lembrar sem estremecer.

Em época de eleições, dizia outro, ficam suspensas garantias da honra e da propriedade! Para este, todo o dia era dia de eleição.

Na sessão imediata vinha-se anunciar aos representantes de uma nação livre, — que o terror era o melhor meio de governar. — Era o terror, ou a *transação*? O regente Araújo Lima, espirito eminentemente conciliador, adotava por excelentes ambas estas doutrinas, para evitar dissidências de que não gosta.

Está demonstrado em economia política, repetia maviolosamente o ministro financeiro, que os empréstimos enriquecem as nações. Quem assim caluniava a ciência, pondo na boca dos economistas heresia, que elles nunca proferiram, era o mesmo Sr. Calmon Du Pin, que já antes nos havia enriquecido por sua parte com 74 mil contos de dívida, e que dispunha-se a completar em breve a nossa opulência com mais outro tanto.

Desta arte erigia-se em teoria de estado a incredulidade sôbre o bem e o mal; abria-se escola pública de venalidade, de prostituição, de desprezo da probidade, de denegação de todos os deveres, de todos os princípios invariáveis e eternos da justiça. O que a *transação* ensinava, era o culto exclusivo do ouro, o reinado bruto do interesse, a glorificação do corpo, em contraposição às verdades morais e religiosas, em que brilha a face ideal e imortal de nossa natureza, e que únicas podem dar dignidade, estabilidade, e fôrça às associações humanas. Estas máximas execráveis, que desciam das sumidades do poder sôbre o povo como miasmas pestíferos, e infecionavam a atmosfera política, destruíam geralmente a fé, o patriotismo e entusiasmo, a dedicação, e todas as outras virtudes, que não rendem dinheiro. Corromper, e ser corrompido, para ser-

vir-nos da expressão de *Tácito*, tornou-se o título de distinção da época; *corrumpere et corrumpi probum seculum vocatur*. Viu-se dêsde então formar-se essa sôfrega conspiração de enriquecer, não por honesto trabalho, e generosa indústria, mas pela ruína do Estado e dos cidadãos. A administração pública tornava-se uma espécie de loteria, em que cada qual lisonjeia-se de tirar bom prêmio; e uma multidão inumerável de intrigantes, e de homens de bem arrependidos de o ser, atiram-se de mistura e à porfia na carreira, que lhes tinha sido aberta por uma política tôda dirigida por outro fim, que não era o bem público. Ter-se-ia dito, que aquêle ministério na impossibilidade de captar a benevolência da nação, procurava adrede *debochá-la* e depravá-la para mais seguramente dominá-la.

Enchendo a boca de — trono, de fidalguia, e de regresso, — e escarnecendo de suas mesmas antecedências, assentava êle que estavam agora dispostos os elementos para uma reacção contra o princípio liberal, e que poderia sem dificuldade habilitar-se da herança do primeiro reinado. O ato adicional, obra do govêrno do interregno, e o único liame, que pôde manter então ligadas entre si as dezoito estrelas do pavilhão imperial, foi o primeiro alvo, contra que se assestaram as baterias da facção retrógada. Sob o falso título de interpretação, e a pretexto de uma ou outra imperfeição, que naquela carta das liberdades provinciais escapara a nosso tirocínio, êle a reforçou, ou antes anulou com cerebrina hermenêutica o texto da lei constitucional, defraudando a assembléia de suas mais preciosas atribuições:

e isto de um só jato, e preteridos os trâmites, que a mesma constituição impusera como outros tantos preservativos contra a precipitação em matéria de tal magnitude. Foi dêste jeito, que os homens, que sonham para a nossa terra extensíssima uma centralização à moda das pequeninas monarquias do antigo mundo, cuidaram apertar os laços da comunidade Brasileira, e realizar as pretendidas doutrinas da reorganização, e do futuro. O futuro! Sim: êle nos revelará, se nossas províncias separadas por vastos desertos, e mares de longa navegação, podem obedecer à lei dessa centralização forçada, contrária à natureza, e que tolhe sua prosperidade, distraindo as condições de seu desenvolvimento; ou se não se preferirá antes o regimen federativo, que multiplique os focos de vitalidade e de movimento a êsse imenso corpo entorpecido, onde a vida aparece aquí e alí, mas em cujo restante não penetra, nem pôde circular a seiva animadora da civilização.

A reforma das outras instituições, assuntos da irrisão e vitupério daquêles tribunos convertidos, foi por falta de tempo adiada para mais tarde; e no entanto reduziam à prática governamental os axiomas de seu novo direito público, isto é, o arbítrio, a delapidação, a fraude, e a perseguição com a mais desenvolta imoralidade. O descontentamento profundo, que o escândalo de semelhante proceder, e a decepção grosseira de suas promessas mais solenes, deviam excitar, manifestou-se de todos os lados. Êles se haviam vaidosamente comprometido a pacificar o Rio Grande do Sul em prazo marcado; e nunca as armas da legalidade experimentaram mais terrí-

veis revezes; nunca a rebelião de Piratinim ganhou mais brilhantes sucessos. Três anos durou a regência setembrista, e quase outro tanto tempo conservou-se o exército imperial trancado dentro dos approches de Porto Alegre depois da sanguinolenta derrota do Rio Pardo. Prometeram governar com estrita economia; e a satisfação desta promessa foi um acréscimo de trinta e três mil contos da dívida pública (3); trinta e três mil contos despejados nos sorvedouros insaciáveis da *transação*, sem que o país dissesse colhesse o mínimo benefício.

Em 1840 estava coberto de desprezo, gangrenado, e reduzido á última impotência e esterilidade, esse governo que só conspirou contra o ventre que o gerou, e que não só complicara todos os males anteriores, como outros causara mais perniciosos e até ali desconhecidos. Então o Brasil julgando-se prestes a fazer naufrágio, dirigiu as vistas para o augusto orfão, que a revolução entregara á sua tutela ainda envolto nos enxovais da puerícia, e cujo trono atirado ao pé da terra nós havíamos generosamente levantado e conservado. Para a imaginação de um povo descontente do presente, e que vivia ingenuamente de devaneios e vagas esperanças, era o jovem príncipe

(3) Em 1837, para as despesas decretadas por esse partido concedeu-se um crédito de 4,600:000\$000 de rs.

Em 1838, outro de 3,800:000\$000 de rs. Estes dois créditos realísados em apólices vendidas a menos de 70, deram segundo os documentos officiaes, a soma de 12,000:000\$000 de rs.

Em 1839, preencheu-se o deficit com emissão de papel-moeda na importância de 6,000:000\$000 de rs.

Em 1840, novo crédito foi concedido de 10,000:000\$000 de rs. decretado pelo mesmo partido ainda dominante nas câmaras; e mais 1,000:000\$000 para pagamento de indenisações portuguezas. A realisação de ambos importou em 15,400 contos, segundo os cálculos do tesouro.

no novo talvez, que viria desassombrar a terra de Judá da opressão dos satélites de *Atalia*. Por detrás dêle não divisava-se ainda a enchente dos cortezãos; mas podia-se repetir com Racine:

*Loïn du throne nourri, de ce fatal honneur
 Helas! vous ignorez le charme empoisonneur,
 De l'absolu pouvoir vous ignorez l'ivresse,
 Et des lâches flateurs la voix enchanteresse,
 Bientôt ils vous diront, que les plus saints lois,
 Maitresses du vil peuple, obeissent aux rois,
 Qu'un roi n'a d'autre frein que sa volonté même
 Qu'il doit immoler tout à sa grandeur suprême
 Qu'aux larmes, au travail le peuple est condamné,
 Et d'un sceptre de fer veut être gouverné.*

IV

VOLTA DO DESPOTISMO IMPERIAL.
 — MALÓGRO DAS ESPERANÇAS DA
 MAIORIDADE. — TIMANDRO PINTA
 COM TINTAS TÃO VIVAS COMO VER-
 DADEIRAS AS CONSEQUÊNCIAS, QUE
 DAÍ SEGUIRAM-SE.

Está vivamente impressa em minha lembrança a cena dêsse pronunciamento, metade parlamentar e imperial, metade popular, que precedeu a investidura antecipada e revolucionária do monarca no exercício de suas altas funções. José Bento Leite Ferreira de Melo, a primeira figura desta *journée de dupes*, ocupava uma das janelas do senado, e aí abraçado com o busto do imperador exortava o povo impaciente pela demora da comissão que se dirigira ao paço de S. Cristovão.

Parece-me estar vendo ainda aquêla fisionomia móbil e ardente, em que se reverberavam em um espêlho, as nobres paixões de sua alma entusiasta e patriótica! A comissão volta; a decisão do príncipe, que quer governar dèsde já, é anunciada; e José Bento, delirante de júbilo, congratula-se com todos como por uma faustosa vitória alcançada para a causa do país. Ah, desventurada vítima! Se naquêle instante iluminando-se repentinamente as trevas, que occultam aos olhos do homem as páginas do porvir, tu visses em seguida dessa vitória burlada pela ingratição, o Brasil estrebuchando sob as garras de uma facção, as liberdades públicas agrilhoadas, teus amigos lançados nas masmorras e no destêrro, tua bela província entregue ao sangue e à devastação: e mais longe, teu próprio cadáver ensanguentado, e prostrado em uma estrada pública pelo bacamarte da reacção... o que dirieis, o que farieis?...

Oito meses não decorriam ainda depois da ascensão do monarca, e já o govêrno do partido, que a efetuara, achava-se derribado, proscrito, sem causa honesta e legítima; e não obstante a expressão verdadeiramente nacional, com que em seu favor acabavam de pronunciar-se em urnas eleitorais consultadas em todo o Brasil. Como em 1823, a côrte sempre a mesma, sempre surda ao ensino da experiência, tinha novamente achado na liberdade um elemento repugnante com a instituição monárquica; e no predomínio dos varões incorruptíveis da independência, uma ameaça feita á influência da facção portugûesa, cuja cooperação se julgava precisa a fim de resguardar a corôa dos assaltos da opinião constitucional,

Mais adequados para firmar o pacto de aliança dos inimigos da liberdade com os inimigos da nacionalidade, foram chamados a servir no segundo ministério do Sr. D. Pedro II os José Clemente, os Paranaguás, os Calmon Du Pin, isto é, a mobília estragada e carcomida de seu pai, os velhos campões do absolutismo e da recolonização, os autores odiosos da crise política e financeira, que tamanhas calamidades nos havia causado!

Por semelhante forma, o novo reinado constituía-se solidário e continuador do antigo, riscava de nossa história o grande fato da revolução, que os devia separar e discriminar; inutilizava o tempo, os acontecimentos, o caminho andado: e restaurava o passado, não só com suas deploráveis tradições, e tendências, mas até com seus homens, com seus êrros e seus crimes! Não podia ser mais completa a decepção da expectativa do país, condenado assim à sorte dêsse enfêrmo do purgatório da *Divina Comédia*, que se revolve em todos os sentidos sôbre um leito ardente, e a quem a dôr mais se exacerba e pune na postura em que busca o alívio:

Simigliante aquella inferma

Che non può trovar posa in su piume

Ma che con dar volta suo dolore scherma.

O que tinha de produzir tal política que só de per si era um manifesto de guerra dirigido contra o partido liberal e Brasileiro, e a que vieram associar-se os professores corruptos da última regência, estava calculado, previsto e esperado. Os atos de incrível agressão, e inqualificável perversidade que logo se seguiram uns após outros, revoltan-

do por sua qualidade, e intimidando pelo seu número, e que a necessidade de aterrar e levar de rastos a nação para onde ela resistia a ir, impunham ao gabinete imperial, são fatos que vivem, e viveram na memória pública acompanhados de toda a execração que inspiram e merecem. Sim; o povo Brasileiro difficilmente se olvidará desse govêrno, que acobertado com o manto do imperador, e secundado pela baixa servilidade e prostituição de um espectro de parlamento, proscreeu das fórmãs do processo judiciário garantias afiançadas ao cidadão no código fundamental do estado; e isto com o único propósito de destruir a última trincheira da liberdade, e de ter sempre alçado o machado da vingança sôbre o colo de seus adversários, cuja vida e fortuna aquella reforma asiática e monstruosa deixava do seu dispôr; — dêsse govêrno, que depois de sufocar as vozes da imprensa livre em todo o império, já com processos policiaes, já com ameaças e inauditas violências, condenou, suprimiu, e puniu o direito de petição, que na Turquíã se reputa sagrado, o primeiro direito que se ganha, o derradeiro que se perde na vida social; — dêsse govêrno, que em nome do monarca recusou receber a representação da assembléia provincial de S. Paulo com o ridículo pretexto de que seu estilo não era respeitoso, esquecendo-se de informar a Sua Majestade, — que o povo tem jus a ser ouvido, embora ignore a retórica da côrte; que a ocasião não era a mais azada para melífluos cumprimentos; que nossos pais nunca sofreram tão profunda humilhação da administração colonial, a qual se nem sempre dava aquiescência e lenitivo a seus queixumes, ao menos

guardava a aparência da atenção, e não fazia delas objeto de zombaria e de ultraje; — dêsse govêrno, que não satisfeito de dobrar a seus sinistros designios uma câmara pouco difficil nas condições do seu mercado, ainda assim ousou reformar, por simples decreto administrativo, a legislação eleitoral; e subordinou ao alvitre da policia a enunciação do voto público, conseguindo por êste modo viciar a totalidade do sistema, que era obrigado a respeitar, à semelhança dêsses Israelitas da idade média, que para dar cabo dos Cristãos, envenenavam a água das fontes públicas, que não podiam destruir; — dêsse govêrno, que por ilimitada desconfiança de todos e de tudo, ou antes pela consciência da justa animadversão, que excitava, acroçoou e estabeleceu a delação e a espionagem, entendendo a improbidade e infâmia de seus processos inquisitoriais ao escândalo de autorizar a violação diária da fé pública dos correios, afim de rastrear nos mistérios do coração das familias, nas confidências mais recônditas da amizade uma ou outra palavra, que retricada pelos novos *Mantiques* fôsse prova em palácio de sonhadas conspirações; — dêsse govêrno, que espavoriu e assolou nossas províncias pela ditadura de seus pro-cônsules; convertendo em instrumento político de perseguição o recrutamento exercido do modo mais bárbaro; alistando em toda parte debaixo de seus estandartes entes ferozes, e energúmenos, a quem o ministério anterior discontentara; soltando dos cárceres salteadores e assassinos convictos e confessos para entregar-lhes a autoridade e o comando da força pública, como no Ceará e Paraíba aconteceu, onde esbulhou-se a opposição até do direito de viver, e foi entronizada à face do sol a políti-

ca do punhal e do trabuco; — dêsse govêrno finalmente, que depois de embriagar-se no sangue dos Mineiros e Paulistas, a quem uma série de insultos e requintadas atrocidades chamara às armas e à resistência, deu o sinal do saque e da pilhagem pelo horroroso decreto do confisco, e açulou sôbre a propriedade privada, sôbre o patrimônio inviolável das famílias a cabilda famélica, que seguia-lhe o carro de triunfo!

Todas quantas demonstrações de displicência e indignação pode uma nação culta dar ao poder, que o oprime e avilta, foram corajosamente dadas àquêlê govêrno no meio das orgias de sua prepotência. O juri, tomando a si a missão das outras instituições violentadas e emudecidas, proclamou cem vezes a santidade da revolta; e mandou sem culpa os cidadãos inscritos nas tábuas da proscricção. Em toda a parte houveram ovações, e apoteóses em nome da justiça nacional para a resistência movida ao poder faccioso e perjuro, que rasgara a constituição e violara seus primeiros deveres. E todavia a oligarquia continuou a dominar impávida nos conselhos da corôa, desafiando e calcando a opinião pública, até o momento, em que susceptibilidades e ciúmes de reposteiro a derrubaram, e fizeram o que os clamores e interêsses da nação não tinham conseguido fazer.

O 2 de fevereiro não foi um triunfo da opinião liberal; não foi uma satisfação às exigências constitucionais do Brasil; foi uma simples vindita da côrte; e a duração da nova ordem política, que daí resultava, tinha de ser circunscrita pelo tempo, que persistisse a causa sentimental e pessoal, que a criara. O partido Santa Luzia, ou porque isto não visse, ou porque entendesse, que se deve

concorrer para o bem, seja qual fôr o motivo que o inspire, e que primeiro que tudo cumpria-lhe olhar com olhos de amor de pátria para a desesperada posição do país, não hesitou em prestar a sua franca cooperação a essa política, que se inaugurou com as côres da liberdade. Partido magnânimo, tão sincero e crédulo, quão generoso e cavalheiro, de tudo esqueceu-se em um momento; anistiou a tirania de que acabava de ser vítima, para sómente ocupar-se do futuro, e da salvação do Brasil!

A princípio pareceu-se favorecer e auxiliar sua marcha e seus trabalhos; as relações entre êle, e o poder apresentavam um aspecto pacífico senão benevolente e amigável; o abraço dado na liberdade não sufocava ainda; e a harmonia entre o ministério e a câmara, embora aceita pela côrte antes como uma necessidade de situação do que como um direito permanente, e uma condição invariável do sistema representativo, surtiu ao menos por enquanto frutos, que ultrapassavam a medida das mais lisonjeiras esperanças do país.

Em breve foi apagado o terrível incêndio, que há tanto tempo devorava S. Pedro do Sul, e firmada a concórdia nessa província, que o imperador pôde então viajar sôbre caminhos juncados de flôres, naquêles mesmos lugares, onde apenas dois anos antes só encontraria os rastilhos da rebelião, e os destroços sangrentos dos combates. Bastou a fôrça moral de nossa moderação, e de nossa lealdade; bastou a ascendência de nossos princípios de nacionalidade, de fraternidade, e conciliação, para que caíssem as armas das mãos daqueles, a quem um decênio de porfia-

das lutas, tantos exércitos e riquezas destruídas não puderam domar.

Quos neque Tydides, nec Larissæus Achilles

Non anni dommere decem, non mille carinæ.

VIRG.

Da mesma forma, e pelo mesmo meio foi restabelecida a confiança, e plantada a ordem na totalidade do império; ordem honrosa, que se livrou na espontaneidade da obediência do cidadão; que harmonizou-se com o livre e amplo exercício de todos os direitos, com o respeito de todas as garantias; ordem sólida, que deu ao país cinco anos de repouso e bonança, quais nunca se vira antes, e que até hoje duraria ainda, se não houvesse quem se julgasse com direito de imolar a seu capricho as mais sérias conveniências de uma nação inteira.

O que sucedera em 1822 e 1831, parar de improviso o progresso incessante da crise do tesouro, sob o benéfico influxo do partido da liberdade, repetiu-se de novo agora. Fiel às suas antecedências, êle levantou mais uma vez o paradeiro à torrente da desordem financeira, que engrossada de ano em ano por administrações imprevidentes e negramente malversoras, ameaçava submergir a fortuna pública e particular (4). Na sessão imperial de 1847 já o discurso da corôa anunciava ao corpo legislativo e ao Brasil, que as despesas públicas achavam-se enfim equilibradas

Nota. O aumento da dívida pública de 1841 a 1844 tinha sido o seguinte:

1841	4,565 :000\$000
1842	17,262 :000\$000
1843	12,158 :000\$000
1844	5,810 :000\$000

TOTAL 39,795 :000\$000

com a renda, de que não havia mais deficit em nossos orçamentos.

A integridade do império salva, as finanças salvas, a ordem recuperada e reconciliada com a liberdade; eis o triplice resultado, que o partido liberal pôde ostentar com nobre orgulho a seus amigos e inimigos; resultado imenso, beneficio inapreciável, que só por si bastaria para chamar sôbre êle as bençãos do país agradecido, e as simpatias de uma côrte, que menos indifferente fôsse ao bem público.

Quanto não houvera ganho o Brasil, se a legislatura e o ministério tivessem podido por mais tempo caminhar acordes e desimpedidos, como nessa sessão de 1845, tão fecunda em força moral para ambos, e em que foram lançadas as bases de importantíssimos trabalhos, e proclamados os grandes princípios de reforma que teriam firmado e desenvolvido a instituição constitucional, e trazido ao povo tantos outros melhoramentos! Mas o astro esgarrado da órbita por um choque passageiro, tendia a voltar à direção inicial, solicitado pela força atrativa de seu centro natural de gravitação. O ressentimento contra os saquaremas, único motivo que fizera amortecer na côrte suas eternas prevenções contra o progresso e a liberdade, perdia de intensidade, e por consequência declinava na mesma proporção a regularidade do sistema constitucional, e começava a desordem a se introduzir nas relações entre os poderes do Estado.

De 1845 em diante foi o corpo legislativo tratado sem a mínima consideração; gabinetes se compuseram fora da sua influêcia, e até sem ciência sua; o ministro incumbido de os organizar,

propunha em palácio os nomes daquêles com quem lhe convinha servir de acordo com o voto parlamentar; êsses nomes eram rejeitados; lembrava outros, depois outros, até que finalmente esgotada a longa lista dos ministros *impossíveis*, o governo pessoal compunha uma amálgama de entidades heterogêneas, onde apenas um ou outro liberal era incluído, para que se não dissesse que o pensamento dominante no parlamento havia sido desatendido.

Era isto guardar realmente as regras, e observar as condições que prescreve o regimen representativo? O que devia-se esperar de gabinetes assim formados, retalhados entre si por diversidade de opiniões, debilitados e desacreditados logo ao nascer, por êsses germes de destruição que traziam no próprio seio? Por outro lado o que podiam as câmaras fazer de útil e de grande, tendo em frente de si ministérios, em que seus princípios não eram convenientemente representados, e que mal poderiam dar impulso, direção e sistema a seus trabalhos, navegando êles próprios a ludíbrio de todos os ventos?

Por muito tempo a câmara dos deputados devorou em silêncio esta infração clamorosa das normas da constituição, que esterilizava seus esforços, e a inibia de cumprir os graves empenhos que havia contraído para com a nação. Mas ela sabia, que só tinha que optar entre a sujeição à influência inconstitucional da corôa, ou então a guerra civil, o desmoronamento do país, efeitos inevitáveis da reabilitação imediata dos apóstolos do absolutismo, com quem já se tinham feito pazes, e com quem se a ameaçava cotidianamente.

Se o partido liberal ama e respeita os princípios da organização política, que abraçamos, também consagra iguais sentimentos á ordem e paz pública; e não queria expô-las a medonhas contingências, rompendo logo com o poder fátuo e desassisado, que não olharia às consequências de sua vingança. Cumpria-lhe no interêsse do país ter prudência por si, e por quem a não tinha; cumpria-lhe de dois males preferir o menor; e dar tempo ao tempo, usando da mesma circunspeção de sua conduta, da diuturnidade de sua paciência, e dos triunfos da razão pública, que se chegasse a aceitar francamente o govêrno da constituição com todos os seus corolários.

Assim correu êste período monótono da vida parlamentar até a abertura da sessão de 1848, em que perante a câmara dos deputados um novo gabinete compareceu, mosaicamente composto como os anteriores, com a diferença porém, que uma de suas frações preponderando pelo visível apoio de alta paragem, ameaçava arrogantemente inverter a situação política, que ela laboriosamente fundara, e que tomava a peito conservar.

O chefe dêsse gabinete, o profundo visconde de Macaé, luseiro da ciência, varão eminentíssimo nas letras divinas e humanas, declarava-se arrependido de seu ministério de 1844, e prometera agora emendar a mão, demolindo tudo quanto anteriormente fizera. Ainda bem, que os sábios são sujeitos a mudar de conselho! Mas pareceu à câmara, que o douto e virtuoso fidalgo atordado pelo despeito não lembrava-se, de que muitos outros atos haviam em sua vida, que poderiam com mais fundamento servir de matéria aos escrúpulos de sua delicada consciência.

Desta vez a resignação da câmara devia ter limite; o que se atacava era a bandeira mesma de sua política; o que corria perigo era a ordem de coisas, que os acontecimentos haviam justificado e legitimado, e em cuja manutenção estavam comprometidas sua fé e sua honra. Uma votação solene e hostil ao presidente do conselho arrependido e a impressão da nova assustadora da revolução de Paris, que naquele mesmo tempo aqui chegara, determinaram o reposteiro a escolher outro menos desestimado, que provisoriamente tranqüiliasse a opinião até o termo da sessão legislativa.

A nomeação do gabinete Paula e Souza não era com efeito mais do que um armistício, um espaçamento da luta, que se ia travar com o partido constitucional; a côrte vendo arder as barbas de *Ugalegonte*, recuava, porém, não desistia de seu projeto, e antes cada vez mais suspirava pela volta de seus bons aliados, os sectários da monarquia sem trambolho. Mas quantas decepções, e perfídias não era mister empregar para reter o ministério no seu posto até o encerramento da assembléia, e isto quando por outro lado o reduziam à mais miserável nulidade!

Antes de dois meses já o véu da ilusão estava roto para o primeiro ministro Paula e Souza, contrariado em suas vistas, impossibilitado de obrar, e a quem só se pretendia deixar a responsabilidade do govêrno, sem a realidade da ação. Tarde êle reconheceu o laço armado à sua boa fé, e tendo debalde instado pela demissão, retirou-se a pretexto de moléstia, e foi ocultar em S. Domingos profundos desgostos, deixando seus cole-

gas entregues à traição e aos desacatos do reposteiro.

Aquilo, de que não havia ainda exemplo nas monarquias modernas, a criadagem da casa do rei ultrajar impunemente os depositários do governo da nação, estava reservada a esta triste época. Um dia era o camarista da semana, que enxotava os ministros de palácio como a cães, e vedava-lhes brutalmente acesso junto à pessoa do monarca; outro dia era o médico de Sua Magestade, que vinha vangloriar-se em pleno parlamento das humilhações, que os vira sofrer, e cobri-los de impropérios e de escárneo. E êsse camarista não teve a mínima admoestação; e êsse médico foi promovido ao lugar de diretor da escola de medicina, sem embargo da opposição dos ministros, a quem acabava de enxovalhar publicamente! A recompensa do insulto cometido foi a satisfação que se deu às queixas dos membros de um dos poderes do Estado! Faltava-nos mais êste opróbrio!

Entretanto o gabinete manietado, e a quem calculadamente recusavam-se as medidas necessárias para o bom desempenho de suas funções, conservava-se nessa posição anômala e vergonhosa receiando, dizia-se, descobrir a coroa nas explicações, que fôsse por ventura obrigado a dar ao corpo legislativo sôbre as causas de sua demissão. Que falta de compreensão das verdadeiras regras da monarquia representativa!

Sem dúvida, é obrigação dos ministros amparar a corôa com seu corpo, assumir a responsabilidade inteira dos atos do governo, ou sejam voluntariamente praticados, ou extorquidos à sua

fraqueza e à sua deferência para com a vontade da pessoa real. Mas se essa entidade inviolável saindo de sua esfera própria, e invadido os poderes ativos, que a constituição confiou a ministros responsáveis, tornasse impossível a tarefa destes; então o caso seria diferente; então seria de seu dever abandonar sem demora o govêrno, e expor sem reboço às câmaras os motivos, porque o fizeram. É um mal que a corôa seja posta a descoberto; ninguém o nega; mas não é outro mal mil vêzes maior, que o sistema constitucional seja falseado em um dos seus pontos mais vitais, sem que o país o saiba, sem que a opinião pública possa fazer voltar o poder transviado ao limite, em que se deve conter?

Assim tem sido isto entendido pelos estadistas mais consideráveis da própria terra, onde nasceu a máxima que — o rei não pode fazer mal (the King can do no wrong.) Não é possível falar na ilegítima ingerência do reposteiro sôbre a marcha dos negócios da Inglaterra, sem que logo ocorra o exemplo de Jorge III, êsse triste monarca, cuja insistência em preterir as condições do govêrno parlamentar, excitou contra si durante vinte anos todos os rancores nacionais. Quereis saber, Srs. ex-ministros, que não tivestes a coragem de fazer o vosso dever, e que mudos e insensíveis preferistes roer o frio ignóbil da côrte, quereis saber como em circunstâncias análogas se houveram os *Chatham*, os *Rockingham* os *Grafton* e os *Shelburne*?

Em 1770, lord *Chatham* (ex-primeiro ministro) declarava na câmara alta que — “desde a ascensão de Jorge III o poder não tinha pertencido “aos ministros, mas a uma influência irres-

“pouco responsável, invisível, influência tão baixa como perversa. Devo confessar com dôr, que eu mesmo fui ilaqueado, se adquiri à minha custa a triste convicção de que nenhuma administração independente é possível. Se quisesse sujeitar-me à influência, de que se trata, e aceitar a responsabilidade sem o poder, ainda até hoje eu seria ministro.”

Sete anos depois, o marquês de *Rockingham* (ex-primeiro ministro) explicando-se sobre o mesmo objeto dizia: — “Durante o pouco tempo que servi no ministério, forcejei por militar, e reduzir o poder inconstitucional da corôa; sinto dever declarar, que o não pude conseguir. Aquêles, que compararem a glória da Inglaterra no reino de Jorge II aos desastres e á decadência do atual, hão de achar a causa no sistema pernicioso, que desloca o poder e não deixa substituir senão as formas da liberdade. É um engano, mylords, acusar unicamente a lord *Bute*; o mesmo sistema existiria, se aquêl nobre lord não tivesse nascido, porque é axioma da côrte, que a prerrogativa e a influência da corôa devem bastar para manter qualquer administração, que Sua Majestade julgue a propósito escolher. Daí tem vindo essa enchente de corrupção, e despotismo, de que não havia exemplo em nosso govêrno temperado.”

Em outra sessão, o duque de *Grafton* (ex-primeiro ministro) repetia: — “que desde o dia em que Jorge III subira ao trono, um govêrno oculto e inconstitucional se apossara da Inglaterra, e que os ministros não tinham autoridade, nem responsabilidade verdadeira. — A corôa deve ser dirigida por ministros responsáveis,

“(ajuntava lord Shelburne, ex-ministro.) É nisto, “que se funda a máxima que o rei não pode fazer “mal, máxima, que se tornaria *escandalosa* e “*blasfematória*, si o rei se dirigisse pelo seu juizo “pessoal.”

Na câmara dos comuns, *Fox* apoiando-se sôbre estas revelações officiais exclamava — “não “é um boato das ruas, que o rei é o seu próprio “ministro, é uma fatal verdade, uma verdade “comprovada. Não há doutrina mais perigosa, “mas inconstitucional do que essa, que tendo a “desobrigar os ministros de sua responsabilidade, “e a fazê-la recair sôbre uma pessoa inviolável. “Contudo tem ela uma vantagem, a de lembrar “aos reis, que se conforme os princípios de nosso “governo, as desgraças de um reinado devem ser “imputadas aos maus conselhos de ministros, “pode acontecer, e acontece, que quando essas “desgraças excedem certo limite, que os minis- “tros sejam esquecidos, e que só o rei seja punido. “Os Stuarts tinham detestáveis ministros, o que “não os dispensou de ser castigados, um com a “perda de vida, o outro com a perda da corôa.”

V

CONTINUAÇÃO DO MESMO OBJETO.

— O QUE É A REALEZA EM UM PAÍS LIVRE. — PROJETOS CONTRA O MONOPÓLIO DO COMÉRCIO NACIONAL.

— SUCESSOS DE 7 DE SETEMBRO. —
DEMISSÃO DO MINISTÉRIO.

Se nossos ministros tivessem tido a firmeza de imitar esta franca e enérgica linguagem da

verdade, isso de certo houvera causado dentro dos reposteiros a impressão de um grande escândalo. Mas o que importava? Ter-se-ia ensinado ao povo a lei, em que vive; ter-se-ia levado o facho do exame e da análise à obscuridade desse dogma — que o monarca é tudo, e a nação nada; que do seu simples querer depende a sorte dos gabinetes, os destinos da política, o predomínio ou a queda dos partidos. Dogma subversivo e fatal, que destruiu toda a estabilidade, toda a força, toda a virtude, toda a racionalidade do sistema de nosso governo submetido aos intermináveis vaivens do capricho individual; e fez da monarquia representativa no Brasil uma comédia de mau gosto, quando não é um drama sangüinolento.

Guardar a constituição não é observar sua letra, e violar o seu espírito. Nela, como em toda a lei escrita, alguma coisa há sempre de indefinido e descricionário, que o legislador confiou ao bom senso e à lealdade de quem a executa. As atribuições de Sua Majestade estão marcadas na constituição, onde deixou-se ao seu exercício uma liberdade bem entendida. Mas quer isto dizer que pode prescindir do voto da nação, das indicações do pensamento público, e ter unicamente em linha de conta os seus sentimentos pessoais, ou os interesses e preconceitos de sua côrte? Se isto assim fôra, então para que servira todo esse mecanismo tão custoso e complicado de nossa organização política, cujo fim consiste em pôr em evidência e fazer triunfar sempre e em tudo a opinião da maioria do país? Não seria nesta hipótese mais lógico e singelo reduzir-nos ao princípio da onipotência real, e acabar de uma

vez com essas fórmulas supérfluas e mentirosas, que só têm prestado para mascarar aos olhos do povo o seu nada, e a ignomínia de sua servidão?

O que é positivo, é que Sua Majestade não pode em circunstância alguma, sem arrogar-se um direito, que não é o seu, escolher e impor a política, que deve dirigir o Estado, nem levantar e fazer cair alternadamente os partidos a seu alvedrio. Lá isso é da privativa competência da nação, a qual delegando à coroa certos poderes, guardou em si o de indicar periodicamente por meio da eleição qual o sistema, porque entende dever ser regida, qual o partido mais capaz de realizá-lo. Sua opinião simbolizada nos nomes próprios, que saem das urnas, eis a lei suprema, a que nenhum pretexto pode dispensar a realza, poder neutro e imparcial, de cingir-se pontualmente.

O govêrno do país pelo país está escrito em cada artigo, em cada linha da constituição; o que significa em outros termos, que êle não tem tutor; que encarrega-se de seus próprios negócios, e traça sem dependência de quem quer seja os caminhos de sua felicidade. Se erra, e ilude-se, tanto pior para êle: não é porém mais justo e razoável presumir-se, que saiba melhor o que lhe convém do que um só indivíduo, que por convenção chamamos imperador, mas a quem a natureza fez igual a todos os outros homens? Sua Majestade é uma fração de alguns milhões de habitantes que contém o Brasil; e por que milagre essa fração milionésima reuniria em si só mais luzes e capacidade, do que o total desta vasta aglomeração de criaturas humanas? Pois um

povo livre compõe-se de crianças e de idiotas, tendo a sua frente um único homem de juízo?

Não; a simples qualidade de imperador não é uma desigualdade natural, como o é o gênio, a beleza, o heroísmo, a ciência, e a virtude. O seu poder é emprestado, convencional, subordinado ao parecer e à vontade da nação, que é a origem de sua superioridade artificial, e na qual exclusivamente reside a força real, a majestade verdadeira, e o poder sem condições. Só ela é soberana; só ela é augusta; só ela é perpétua; é perante ela, que os reis devem inclinar-se respeitosamente. A supremacia do nascimento, e do direito divino, é a teoria incompreensível e absurda do cortezão; a soberania do povo é a única confessada pela civilização, pela justiça, pela consciência do gênero humano.

Chamar-se-á isto espírito democrático! Embora; se-lo-emos com o grande século positivo, e desenganado, que vai substituindo em toda a parte a sombra pela realidade, a mentira pela verdade. A côrte ilude-se supinamente quando cuida, que o prestígio de uma coroa hereditária pode eximir Sua Majestade de uma obediência restrita às exigências da forma de govêrno, que jurou manter, e aos desejos do povo, de quem é delegado. O tempo dos prestígios fundados na simples imaginação foi-se para mais não voltar; e das monarquias tais quais outrora eram concebidas, só resta agora o aparato externo. Elas se acham no ponto, em que estava o paganismo em seus derradeiros dias; os ídolos tinham ainda templos esplendentes de mármore, e de lavor, candelabros d'ouro, estátuas, sacerdotes, oblações;

a mirra recendente da Índia fumegava em suas aras; porém os arúspices riam-se no interior do santuário dos seus falsos deuses, e o povo repetia, que não adorava senão a ficção e a impostura.

É já tempo, que a única realeza, que na América existe, abandone suas tradições góticas, e expurgando-se do que tem de fantástico, e de contrário à dignidade do homem e aos foros do povo por sua repugnante mistura de democracia e feudalidade, abrace a verdadeira lei, e deixe de confundir em si os dois princípios opostos, como do mágico *Ismeno* disse o cantor de Jerusalém:

*Anzi sodante in uso empio e profano
Confunde le duo leggi a se mal note...*

De outro modo, nós não vamos bem; e se a Providência não inspirar o imperador, também no Brasil a monarquia corre a sua perda infalível... Mas o que estou dizendo? Vaticino, em vez de escrever a historia! Perdão, amigo leitor; eu reassumo o fio interrompido de minha narração.

A côrte, que ora de emboscada, ora abertamente guerreava o pobre ministério surpreendido e preso no alçapão fatal, impaciente contava os dias da sessão legislativa, quando os acontecimentos de 7 de setembro tiveram lugar. Para bem compreendê-los, é mister, que remontemos às circunstâncias, que os precederam.

Aqueles, que seguem com atenção o andamento dos trabalhos de nossas câmaras, estarão sem dúvida lembrados dos projetos oferecidos naquela sessão por dois honrados deputados

de Pernambuco, os srs. Nunes Machado e Urbano, e que tinham por objeto fazer baquear o monopólio do comércio de retalho, de que estão de plena e exclusiva posse os Portugueses, e franquear aos filhos do país essa carreira, que lhes há sido até hoje inteiramente fechada. Esses projetos, bem que pudessem ser notados de alguma exageração enquanto ao caráter dos meios propostos, contudo tão patriótico era o pensamento, que os inspira, tão profunda e geralmente sentida era a necessidade, que tendiam satisfazer, que encontraram na população de nossas grandes cidades a mais viva e ardente adesão.

Com efeito, a imensa inferioridade de condição, em que se acha o triste Brasileiro no próprio solo, em que nasceu, não tendo por si mais que o ar e a luz do sol, relativamente ao venturoso forasteiro Português assenhoreado das fontes de nossa riqueza, sobejamente explica essa manifestação do sentimento público em favor dos mencionados projetos.

Das indústrias tais e quais a atualidade apresenta em nossa terra, é a do comércio a mais cômoda, e mais fácil, a mais lucrativa, quer a confrontemos com a indústria manufatureira, que apenas desponta para nós, e cujo desenvolvimento prematuro e forçado fôra antes um mal do que um bem; quer a comparemos à lavoura, donde as dificuldades de clima tropical, a concorrência aviltante do negro, e natural esquivaça do crédito para as operações do solo, afugentam a população livre, a quem faltam um emprêgo, e a possibilidade de empatar capitais na compra do escravo.

Porém essa indústria a mais vantajosa, e que se exerce extensamente sôbre uma massa de valores superior ao da totalidade da produção nacional exportada, não é para o Brasileiro; não; ela pertence ao aluvião de Portuguezes, que enchem e desnacionalizam as capitais de nossas provincias marítimas, e que mensalmente se recrutam com centos e centos de recém-chegados, os quais vem ainda mingoar nossa civilização, impregnando-a de seu espirito estreito, estacionário e rotineiro, como se não bastasse o infortúnio de ter sido o Brasil descoberto e colonizado por eles.

Em vão tentará o filho do país ser admitido como caixeiro nos delubros da plutocracia lusitana; todas as portas se lhe fecham; tais empregos estão reservados para os patricios pequeninos, que vieram ou hão de vir d'além-mar contando com o apoio e proteção desta confraria de nacionalidade. Se apesar de tudo estabelecer-se negociante, as intrigas o rodeiam; procura-se por mil modos iludir seu crédito comercial, pôr tropeços às suas operações, para puni-lo da ousadia de restolhar uma ou outra espiga nesta messe amplíssima, e privativa de quem é Português.

Assim, enquanto milhares de Brasileiros obscuramente vegetam sem occupação, sem carreira, sem posição, eles aqui encontram o *Eldorado*, os meios de uma opulência rápida e fácil; para os Portuguezes, as premissas da produção, os pontos d'ouro, a importância e influência que dá o dinheiro; para nós outros, os espinhos, o serviço militar, o imposto do sangue, as fadigas ingratas e estéreis, a miséria e o hospital!

A idéia de uma reforma social destrutiva desta viciosa distribuição do trabalho, que dá a uma classe de estrangeiros o quinhão de leão, e não deixa medrar o povo, estava contida nos projetos dos dois nobres deputados.

Essa reforma, que não é uma simples tese do porvir, mas uma questão palpitante de atualidade, exaltou, como era natural, o patriotismo de alguns jovens Brasileiros menos prudentes e refletidos, dando azo aos motins de que nossa pacífica capital foi testemunha em 7 de setembro do ano último. Nada de grave e sinistro tinha havido naquelas demonstrações populares, aliás tão comuns entre os povos livres em dias de eleição, e cuja odiosidade era aqui até certo ponto atenuada pelo proceder pouco circunspecto dos Portuguezes, que entre todos os nascidos do Brasil não haviam achado nomes dignos de honra de figurarem a par do sr. *Clemente Pereira* na lista de seus candidatos à câmara municipal.

Entretanto, este pronunciamento passageiro e sem consequências foi exagerado pela côrte além dos limites conhecidos da hipérbole; em palácio não se dormiu e só se respirava vingança; caluniou-se o coitado do ministério, imputando-lhe a paternidade do acontecimento; e insistiu-se com ele, não só para processar, como para deportar os que haviam faltado ao respeito aos Portuguezes, as colunas do trono, os amigos certos do reposteiro, e a quem por isso uma estrondosa satisfação era devida. Singular a predileção que tem os govêrnos dinásticos para o estrangeiro, parece que há no altivo sentimento da independência nacional alguma coisa que se assemelha

à liberdade, e esta paridade de fisionomia a torna suspeita a seus olhos.

Sem dúvida, a ninguém pareceram bem distúrbios que avivam uma cisânia funesta, em que só entes desumanos podem comprazer-se, e que por vezes alterou a paz do nosso país assaz grande, e assaz hospitaleiro para abrigar todos os adventícios, que nele venham buscar melhora-mento de sorte. Mas a côrte, tomando dores pelos Portuguêses com uma indignação estudada, e desproporcionada à insignificância da injúria, não deixava ressumbrar o desígnio secreto que a movia, e que não era o simples zêlo do repouso público?

Sim; conspirava contra o partido da liberda-de, a quem traia noite e dia, era-lhe indispensá-vel alentar e lisonjear os lusitanos, de cujo valioso auxílio bem depressa careceria na guerra aberta em que iria achar-se empenhado com a maioria da nação.

Desgraçadamente, esse auxílio tem sido sem-pre prestado com incorrigível cegueira contra as instituições livres; e em troco disso os Portuguêses adquirem o direito de ditar-nos a lei, pesando na balança política com uma preponderância inconciliável com nossa soberania e nosso pun-donor. Em regra geral, eles são hoje entre nós o que eram, há meio século; ficaram imóveis, enquanto tempo correu, enquanto tudo mudou-se em torno de si; e se tem achiado no seio do Brasil independente e livre, em face da recente geração constitucional toda saturada de idéias novas, no estado em que a lenda refere dos *sete dormentes*, quando no fim de seu sono de trezentos anos se

viram no meio de um povo, que já não reconheciam, e cuja lingua mesma não compreendiam bem. Outra não é a razão, porque todo o ensaio absolutista no Brasil é igualmente recolonizador; os soldados de um e de outro são os mesmos; e a liberdade não pode succumbir, sem que a par disso se restaure a influência humilhante, de que nos emancipamos por duas revoluções, cujos resultados políticos são novamente desconhecidos e combatidos.

Este acontecimento acelerou o desfecho da crise ministerial; a côrte não podia mais conter seu despeito e irritação; a correspondência entre S. Cristovão e os Saquaremas por intervenção do dr. Jobim e do visconde de Macaé, tornou-se mais ativa, menos disfarçada; e o ministério, para com quem a coroa abundava diâriamente em seguranças verbais de ilimitada confiança, achava-se de fato cada vez mais tolhido de fazer o menor movimento, de preencher livremente as mais humildes funções da administração.

Nestes termos o sr. Paula e Souza saiu enfim do retiro, irrevogavelmente decidido a dar a sua demissão, a qual não foi aceita sem relutância, porque as câmaras estavam ainda abertas, e não era chegada a hora calculada, em que isso devia ter lugar. Assim caiu do govêrno do país o partido liberal, depois de ter exaurido inútilmente tudo o que a paciência no sofrimento e a moderação dos princípios lhe podiam sugerir para chamar à razão e à observância dos deveres constitucionais um poder refratário, e pérfido. Com ele caíram a ordem, a liberdade, o repouso do Brasil, e a esperança de suas reformas e regeneração por meios regulares e tranqüilos!

VI

RESTAURAÇÃO DOS SAQUAREMAS. —
REAÇÃO CONTRA OS LIBERAIS. —
REVOLTA DE PERNAMBUCO. — CRISE
DO PAÍS. — CONCLUSÃO.

Guindado ao governo por uma baixa manobra de reposteiro, que derrotou todas as revoluções regulares do sistema representativo, o novo ministério, conformando-se ao caráter de sua origem, e à especialidade de sua missão julgou-se desonerado de dar ao corpo legislativo qualquer mostra de cortezia e contemplação.

Ao expresso convite, que lhe endereçou a câmara dos deputados, de ir explanar-lhe o seu programa político, como é uso de obrigação constitucional dos ministros, êle redarguiu com a insultante recusa de comparecer perante ela; e quando a assembléia indignada protestava contra tão estranho menosprêzo de sua dignidade e de suas prerrogativas, um decreto de adiamento veio impor-lhe silêncio, e dispersá-la!

A estréia da facção foi o que devia ser; podia-se razoavelmente esperar dela, que respeitasse direitos que fez sempre timbre de desprezar, quando os não anulava pela corrupção? Por outro lado, o que tinha em verdade que explicar às câmaras? Iria confessar, se não quisesse mentir, que o seu programa era — manter a máquina infernal de 3 de dezembro, debelar a causa das reformas, aniquilar o espírito liberal, calcar aos pés todas as garantias, desafiar sublevações, e

imperar pelo terror e pela carnagem? Oh! essas são coisas, que se fazem, mas não se dizem. Se o ministério estava amparado com a égide da côrte, com o apoio lusitano, e as baionetas dos míseros recrutados, que precisão havia de constrianger-se, e dar satisfações aos representantes da nação?

Não havia tempo que perder para esses homens, que se erguiam de uma longa queda com a vingança na mente, e a iniquidade no coração; e ao ver o afã com que começaram a menear o machado da reação, o país os reconheceu, e gritou — são eles! são eles mesmos, os devastadores de 1842!

Trocando irrisòriamente os nomes às coisas, chamaram *tolerância* o furor de inverter; chamaram *imparcialidade* o rancor mais implacável; e em breve não ficou pedra sôbre pedra no edificio que acharam; destituições em massa foram *imparcialmente* infligidas aos suspeitos do crime de liberalismo; fez-se *tolerantemente* tábua rasa em todo o pessoal administrativo, onde refulgia um pensamento de fidelidade ao princípio nacional. Diz-se que a coroa não teria desejado ir tão longe; também o navio não quer bater nos cachopos, mas se abandonou-se ao vento e à corrente, lá irá ter!

Para refrear e abater a fôrça da opinião, demitir não era de certo suficiente a essa facção diminuta em número, detestada e rejeitada pela generalidade do povo Brasileiro. Era-lhe preciso perseguir, aterrar, conquistar pelas armas nossas províncias uma a uma; e a de Pernambuco foi a escolhida para o primeiro ensaio; ela possuía tantos títulos a esta preferência! Sua deputação

havia mostrado tamanho empenho e temeridade em fazer da independência uma realidade, elevando a condição do Brasileiro à altura da do Português na concorrência do comércio e da indústria! Tinha essa província eleito duas vezes para senadores candidatos odiosos à oligarquia vitalícia, afrontando seus decretos, e desprezando apelos à resistência, que da tribuna lhe eram dirigidos pelo visconde de Olinda, atual presidente do conselho. Lamentáveis conflitos haviam também ali ocorrido entre Brasileiros e Portugueses, em que estes últimos foram maltratados; era justo que Pernambuco expiasse com rios de sangue semelhantes atentados.

Mas como atacar de frente e sem perigo um povo forte por sua união, por seu valor, por sua dedicação à liberdade; forte pelo mesmo entusiasmo das reminiscências de sua história heróica e gloriosa? Convinha pois proceder à falsa fé; convinha primeiramente adormecer os Pernambucanos, enquanto se aparelhassem em silêncio os meios seguros de sua opressão; e depois agredí-los subitamente, compeli-los à revolta, e exterminá-los a ferro e fogo. Tal foi o plano atroz e covarde, de cuja realização incumbiu-se o presidente Pena.

Ele principia amontoando fôrças militares na capital, e vasos de guerra nas águas do porto, sem que motivo algum plausível de ordem pública coonestasse este aparato bélico em uma província perfeitamente tranqüila. Interrogado sôbre tal estranheza, responde reiterando as seguranças, que tantas vezes dera hipòcritamente, de que nenhum sentimento de reação o inspira; que sua missão é só de paz e concordia. Ao passo que

assim mistifica os deputados Pernambucanos, manda ir secretamente a palácio os caudilhos mais furibundos e ávidos de vingança da facção adversa; conferencia com êles alta noite sôbre o melhor modo de destruir o partido liberal; escreve as demissões que êles ditam, escreve as substituições que indicam; escreve nomes de salteadores e de assassinos jubilados, instrumentos de terror e de devastação. Tudo passa-se em profundo mistério; o presidente entrega-lhes confidencialmente em mão as portarias; põe à sua disposição fortes destacamentos, armamentos, munições e emprasa-os para a conquista e para a mazorca.

No dia marcado, quase todos os municípios da província são a um tempo invadidos, e assaltados com mão armada; as povoações pacíficas e inermes recusam crer no que seus olhos vêem; as autoridades em exercício e as pessoas mais gradas e conspícuas são presas, espancadas, assassinadas; suas casas varejadas e saqueadas; suas famílias insultadas atrozmente por essas hordas de facínoras.

As novas autoridades policiais de Muribeca, Olinda, Iguarussú, Santo Antão, Escada, Goiana, Nazaré, Ipojuca, Pau d'Alho, confiadas a monstros cobertos de crime, e inimigos figadais do partido proscrito ultrapassam em excessos os horrores da tirania moscovita na triste Polônia, ou as barbaridades do fanatismo turco contra os Helenos. A sua nomeação equivalia a dizer-lhes — aqui tendes o poder e as armas; eia, vingai-vos! Pois bem! As feras vingam-se à sua maneira; as prisões, as buscas, os recrutamentos multiplicam-se por toda a parte; e cada prisão

é um assassinato, cada busca um saque, cada recrutamento um suplicio.

Centenas de cidadãos, e entre eles oficiais da guarda nacional, proprietários, honestos pais de famílias, entraram na capital encorrentados como recrutas, e antes de serem lançados ao porão dos navios de guerra, são dados em espetáculo, nas ruas mais públicas, à gentilha portuguesa, que triunfa, e os cobre de vaias e baldões, os que ela denuncia serem envolvidos no conflito de nacionalidade de junho do ano passado são chibatados no quartel da policia, como aconteceu a Luis José da Cruz, mancebo de excelentes costumes. O pardo ingênuo de nome Serafim é surrado conjuntamente com outros também livres e Brasileiros como ele, pelo mesmo crime, de que o argüiam os lusitanos!

À vista destas afrontas revoltantes, e incriveis enormidades que, um govêrno faccioso e sanguinário autorizara, os Pernambucanos recorreram para o alto juizo de Deus, e lançaram mão das armas, em defesa de suas vidas, de suas propriedades, da honra de suas famílias, de seus direitos constitucionais, de tudo o que há de mais caro e sagrado para o cidadão!

A primeira parte do plano infernal estava assim plenamente preenchida; a politica da perseguição e do bacamarte tinha produzido de suas entranhas uma revolta; os ministros estavam satisfeitos; era isso positivamente o que queriam. Mas a segunda! Essa não será tão fácil se para a primeira bastou o desprezo pelo Brasil, pela constituição, e pela humanidade, mais alguma coisa do que isso será preciso para esmagar os

briosos compatriotas dos Vieiras, dos Camarões, e dos Henriques Dias.

Repellido pela imensa maioria da população horrorizada, o governo imperial achou-se só com os soldados; e esses soldados tinham sido arrancados da guarnição de nossas fronteiras, que ficaram abandonadas, e entregues às correrias e à invasão do estrangeiro. Um dia o Brasil há de pedir contas de traição tão indigna. Enquanto os Orientais infestam o território nacional com incessantes excursões; enquanto depredam e matam o estancieiro Riograndense, lá está o exército distraído em verter o sangue de seus irmãos. O que importa a defesa do território, e da honra de país, quando se trata primeiro que tudo de sufocar a liberdade no interior? “Antes sujeitar-se Vossa Majestade ao jugo de Luiz XIV, do que às exigências de vassallos rebeldes, dizia Landerdale a James II.” A máxima é sempre a mesma para a grande família dos governos dinásticos!

Entretanto redobrando de furor com as contínuas vitórias dos liberais, o presidente Tosta dizima a população pelo recrutamento, entulha sem processo as masmorras de suspeitos, santifica o assassinio dos prisioneiros; e dá garrote na liberdade da imprensa sem formalidade alguma judicial, para que os brados das vítimas não retinam no resto do Brasil! Tudo isto é feito sem declaração de suspensão das garantias da constituição, que aliás apenas autorizou — a suspensão de *algumas das formalidades*, que protegem a liberdade individual.

E depois de tais fatos ousará ainda o governo imperial intitular-se um poder regular e legítimo?

A carta de sua legitimidade é a constituição; e despedaçada ela, o que fica sendo? Fica uma facção preponderante pela fôrça; mas como a fôrça não constitui direito, outro braço mais pujante pode amanhã arrancar-lhe o alfanje das mãos, e virá-lo contra seu peito.

Receiem-se os verdadeiros amigos da ordem dos que, em circunstâncias, como as nossas, nos falam em golpes de Estado, em *salus populi*, e que calcando a lei escrita, que única podia salvar-nos, nos ameaçaram com um princípio eminentemente revolucionário, e que só presta quando se pertende derrubar as instituições nacionais. Foi em nome da salvação do povo, que ninguém comprometia senão os mesmos inaus governos, que ele, têm desorganizado as nações. É reclamando esse princípio de exceção, e gritando sempre, que não há lei, quando se trata de remover perigos, que os déspotas de todos os tempos têm confiscado as liberdades públicas, e entronizado, entre cadáveres, a tirania por algum tempo. Na nossa forma de governo nunca existe para o chefe do Estado necessidade de abrir mãos de medidas revolucionárias, uma vez, que proceda nos caminhos da justiça, e não nutra o pensamento de sacudir o jugo suave das garantias políticas formadas na constituição. O *salus populi*, a salvação do Brasil estava na fiel observância do que foi jurado; e os que julgaram poder impunemente tomar êsse pretexto para saciar sua ambição, tornaram impossível de ora avante o respeito para um governo, que perdeu o seu caráter distintivo, e a preeminência, que lhe dava a lei fundamental do país.

O que os liberais pleiteiam hoje nas margens do Beberibe debaixo do fogo de metralha, não é um interesse local; é a causa do direito geral, e do interesse comum; as liberdades do Brasil inteiro estão lançadas na mesma balança, em que ora pesam os destinos de Pernambuco. Êle foi a primeira vítima arrastada ao altar do sacrificio; e se succumbir em sua resistência magnânima, igual sorte aguarda as demais províncias, onde ninguém se reputará seguro contra o furor da proscricção.

O país o sabe e é por isso, que a fermentação, e o alarma derramam-se por todas as classes da população; é por isso que os cidadãos perguntam uns aos outros cheios de ansiedade — quando e como terminará esta lide horrível entre o poder, e a massa do povo? Onde estão as portas da saída desta desgraçada situação?

A imensidade da crise, que nos ameaça, confunde a imaginação, e não deixa abertas a mesma esperança, que em outras épocas do excesso dos males renascia. O despotismo da tríplice aliança embargando o curso das reformas e dilacerando o país, acabou com todas as soluções regulares do problema social, e privou até do remédio ordinário sofrimentos, para que são precisos meios heróicos e radicais.

Considera-se a lastimável posição da nossa pátria! Uma constituição nominal; direitos sem exercício, interesses sem satisfação, liberdade sem garantias, ministérios sem dogma, e sem nacionalidade; um senado vitalício e faccioso em plena revolta contra o princípio do govêrno, pretendendo-o transformar em oligarquía à veneziana;

o direito de propriedade sem segurança porque a justiça civil é distribuída por magistrados políticos que sacrificam a paixões de partido a imparcialidade do julgamento; a justiça criminal entregue a inumeráveis harpias de uma política, que atropela, despoja, e escraviza o cidadão pacífico; a industria nacional monopolizada pelo querido Português, em quanto o povo enjeitado geme sob a carga dos tributos, que exige a dívida de 400 milhões despendidos na bela empresa de afogar em sangue seus clamores, e de enriquecer seus inimigos; a nação envilecida, despresada, conculcada por uma côrte, que sonha com o direito divino, e só respira a aura corrompida da baixeza, da adulação e do estrangeirismo; nada de generoso, de nacional e de grande; nada para a glória, para a liberdade, para a prosperidade material; o entusiasmo extinto; o torpor do egoismo percorrendo gradualmente, como a frialdade do veneno do coração ás extremidades, e amortecendo as carnes mórbidas de uma sociedade, que supura e dissolve-se... tal o estado do Brasil!

Mas quem acordará do letargo nossa independência natural, nossas tendências americanas, nossa vitalidade, nossas esperanças e nossa grandeza? Quem nos salvará desta gangrena social, a que a política anti-progressiva condenou-nos? Quem salvará a liberdade das perseguições brutais e sistemáticas do governo do privilégio? Quem fará da exceção a regra, do Brasileiro um cidadão, e das fôrças de todos, a base e o gênio do Estado ?

Quem?

O ato da soberania nacional, que nomear uma *assembléa constituinte!*

Quando raiará o dia da regeneração?

Quando estiver completa a revolução, que há muito se opera nas idéias e sentimentos da nação; revolução que caindo gota a gota arruinou a pedra do poder arbitrário; revolução que não poderão conter nem as cabalas palacianas, nem as baionetas, nem a corrupção; revolução que trará insensivelmente a renovação social e política sem convulsões e sem combate, da mesma maneira que a natureza prepara de dia em dia, de hora em hora a mudança das estações; revolução finalmente, que será o triunfo definitivo do interesse brasileiro sôbre o capricho dinástico, da realidade sôbre a ficção, da liberdade sôbre a tirania!

JUSTINIANO JOSÉ DA ROCHA E “AÇÃO; REAÇÃO; TRANSAÇÃO”

“Foi o primeiro dos jornalistas do seu tempo”, — é o julgamento sintético do Barão do Rio Branco, numa das páginas das “Efemérides”, a respeito de Justiniano José da Rocha, cuja atuação se exerceu no período regencial e nos dois primeiros decênios do Segundo Reinado. Juízo não menos lisonjeiro foi o de Alfredo Pujol, quando escreveu: “A imprensa política deve a Justiniano as suas páginas de mais forte relevo e de ressonância mais vibrante”. Na sua “Contribuição à História da Imprensa Brasileira”, publicada em 1945, escusa-se o professor e historiador Hélio Vianna de não se ocupar mais longamente da personalidade daquele homem de imprensa com a declaração de que o fará noutro trabalho, com o título de “Justiniano José da Rocha, o maior jornalista brasileiro”. É assim que, no passado e no presente, tem sido considerado o autor de “Ação; reação; transação”, por figuras representativas da nossa cultura interessadas em assuntos históricos. O conceito de Rio Branco, menos lato que o de Hélio Vianna, restringe-se ao quadro da época, pondo Justiniano José da Rocha em confronto com os valores máximos da nossa imprensa entre 1833 e 1862. E entre êsses valores sobressaíam, como agitadores de idéias, vibrantes e inflamados, um Cipriano Barata e um Borges da Fonseca e, como exemplos de correção, de apuro de

forma, de elevação de pensamento, um Francisco de Sales Torres Homem, um Francisco Octaviano de Almeida Rosa, um José Maria da Silva Paranhos. Bôa cultura, pena destra, argumentação vigorosa, eram os recursos de que se valia Justiniano. Tinha, porém, em seu desfavor, a condição de haver sido quase sempre um jornalista governamental, desempenhando a tarefa ingrata de intérprete do pensamento conservador e de defensor dos ministérios dessa facção, os quais dominaram de 1841 a 1844, de 1848 a 1853 e de 1858 a 1862, estando em posição preponderante durante o período da “conciliação dos partidos”, com o Marquês de Paraná e depois com Caxias, de 1853 a 1858. Para que um “ministerialista” de profissão alcançasse o renome que alcançou realmente precisava ter qualidades não comuns.

Foi um dos mestiços que tiveram posição de relevo em nossa vida politica no tempo do Império. Sua origem é um tanto obscura. Existe um depoimento do Visconde de Nogueira da Gama, em “Minhas Memórias”, que o dá como neto do cônego Rocha, da Sé de Mariana, e de mulher que dividiu seus afetos também com o cônego Alves Maciel. Seria filho, segundo aquele visconde, do capitão-mor José Joaquim da Rocha, figura das mais ilustres entre as que atuaram na época da elaboração da independência, no primeiro reinado e no período regencial. Tal informação sofreu, porém, uma contestação do escritor Salomão de Vasconcelos, em artigo intitulado “Retalhos Históricos” e publicado na “Revista do Arquivo Público Mineiro”, ano XXV, 1.º volume, de julho de 1937. Na verdade, não primava o visconde pela boa memória e algumas de suas informações são inverídicas. Diz, por exemplo, que o capitão-mor José Joaquim da Rocha vivera em mancebia com várias mulheres de condição humilde e que *nunca fôra*

casado. Ora, casara-se êle em Mariana, a 25 de abril de 1798, com D. Maria Joaquina Eufrásia de Souza, como prova Salomão de Vasconcelos, com a publicação da certidão do casamento. Araújo Porto-Alegre, fazendo-lhe o necrológio no Instituto Histórico, no ano de sua morte, dissera que José Joaquim da Rocha vivera cinqüenta anos em companhia da espôsa. Nem o casamento, nem a duração da sociedade conjugal, excluíam, porém, a existência de ligações ilícitas e de filhos ilegítimos. Casados também foram Pedro I e José Bonifácio, e ambos os tiveram... Salomão de Vasconcelos, contestando o Visconde de Nogueira da Gama, diz: "Sôbre Justiniano José da Rocha, que tão notável relevo alcançou nas letras pátrias, muito se honraria êle, decerto, em ser filho do grande patriota marianense, mas não tinha com êle nenhum laço de parentesco, ao menos que dissessem os seus biógrafos". Quase todos os biógrafos que se ocuparam de Justiniano José da Rocha, — Joaquim Manuel de Macedo, Inocêncio, Sacramento Blake, etc., — não mencionam os pais do grande jornalista e o Visconde de Nogueira da Gama atentara, decerto, nesta circunstância, ao escrever as "Minhas Memórias". A revelação dêsse titular do Império, que foi o último mordomo da Casa Imperial, a respeito de suas origens, tem um ar de indiscrição. Parece a revelação de um segrêdo de família. Justiniano era mulato, — e as caricaturas anônimas que dêle existem, arquivadas na seção de estampas da Biblioteca Nacional, mostram-no bastante escuro, quase prêto, em contraste com o retrato oficial do album de Sisson, embelezado o embranquecido. Um crônista da vida acadêmica paulista, Almeida Nogueira, em "A Academia de São Paulo" (Tradições e Reminiscências), o dá como filho, não de José Joaquim da Rocha, e sim de José *Caetano da Rocha*.

Seria êste o verdadeiro nome do verdadeiro pai de Justiniano? Na época em que êle nasceu, a 8 de novembro de 1812, vivia no Rio de Janeiro o capitão-mor. Nascido em Mariana, viera para o Rio de Janeiro, onde fôra empregado de um cartório e rábula de fama.

Na "Galeria dos Brasileiros Ilustres", de Sisson, existe um esboço biográfico que nos dá notícia da participação de José Joaquim da Rocha no movimento da independência. Por êsse esboço, sabemos que êle foi um dos deputados eleitos por Minas para participar das Côrtes de Lisbôa. Entretanto, nem êle, nem seus companheiros, que eram em número de doze, chegaram a partir para Portugal. Em representação datada de 25 de fevereiro de 1822, dirigida ao govêrno provisório da Província de Minas Gerais, declararam-se as razões porque adiavam a partida, e um dêles, que estava então na Europa, José Eloy Ottoni, igualmente não participou das Côrtes, por não lhe ter chegado às mãos o diploma. Desenvolveu desde logo José Joaquim da Rocha um intenso trabalho, em Minas Gerais, na coleta de assinaturas para representações ao príncipe regente D. Pedro, encorajando-o a ficar no Brasil e fazer a independência. Conseguido êsse objetivo, foi um dos deputados eleitos, em 1823, para elaborar a Constituição do Império. Pouco durou, porém, a sua atividade de legislador. Instalada a Assembléia Constituinte a 17 de abril daquele ano, a breve trecho se declarava o corpo legislativo em aberto conflito com o jovem e impetuoso soberano, do que resultou a violenta dissolução, a 12 de novembro de 1823. José Joaquim da Rocha já estava entre os adversários mais tenazes do príncipe que ajudara a elevar ao trono do Brasil. E oito dias depois do fechamento da Assembléia Constituinte tanto êle como os filhos mais velhos, Inocêncio e Juvêncio, eram

deportados para a Europa, juntamente com os irmãos Andrada (José Bonifácio, Martim Francisco e Antônio Carlos), Francisco Gé de Acaiaba Montezuma, o padre Belchior Pinheiro de Oliveira e os irmãos Menezes de Vasconcelos de Drummond, ambos redatores de "O Tamoio". Partiram todos na charrua "Lucônia", que deixou o porto do Rio de Janeiro a 20 de novembro. A José Joaquim da Rocha, como a todos os deputados exilados, o govêrno arbitrou uma pensão, que lhes seria paga durante a duração do expatriamento. O que singulariza a revelação de Nogueira da Gama é o fato de ter a presença dos Rochas exilados coincidido com a do menino Justiniano em Paris, como aluno do Collège Henri IV, onde fez o curso de humanidades, distinguindo-se em latim ao ponto de merecer elogios do rei, Carlos X, presente ao exame. É verdade que Justiniano nunca é mencionado nas cartas de José Bonifácio a Drummond, como são os outros, mas aí se dá a entender que o capitão-mor era dado a conquistas, apreciando a "fruta francesa". No mesmo ano de regresso de José Joaquim, surge no Brasil o jovem Justiniano, matriculado na Faculdade de Direito de São Paulo. Era José Joaquim ministro do Brasil na França, para onde seguiu em 1831, quando Justiniano se diplomou bacharel, em 1833. Frisando tal conjunto de circunstâncias, deixamos o assunto para que melhor o esclareça quem traçar a biografia definitiva de Justiniano.

Passo a passo seguiria êle a carreira de capitão-mor: no fôro, não como rábula, mas como advogado; no serviço da nação, como funcionário público; na política, como deputado por Minas Gerais em várias legislaturas. Três anos depois de formado em direito, já havia enveredado pelo jornalismo, fundando o "Atlante", de vida efêmera. A êste periódico seguiu-se o "Cronista", em que fez

oposição ao regente Feijó e que também pouco viveu. Mais tarde, em 1840, emprestou o fulgor de sua pena e de seu talento a "O Brasil", em que apoiou a facção conservadora, derrotada, então, pelos liberais que hábilmente levantaram a campanha da maioria do imperador, convertendo-a numa causa popular. Em pouco desaparecia "O Brasil" (*) e algum tempo depois encontrava Justiniano José da Rocha, apoio para o lançamento de um jornal diário, o "Correio do Brasil", mas este, como os demais, desapareceu à mingua de recursos. Novas tentativas fez, ainda, com o "Constitucional" e "O Regenerador", este fundado em 1860 e o último dos jornais que dirigiu.

No "Atlante", sustentou Justiniano José da Rocha as suas primeiras campanhas. O jornal, de formato acanhado, publicava-se duas vezes por semana, às terças e sextas-feiras, e trazia esta legenda: "*Les lois sont les souverains des souverains — Luis XII*". Frequentemente

(*) Mais um elemento de ligação do nome de Justiniano José da Rocha ao do capitão-mor José Joaquim da Rocha: quando, em 1848, é indicado em Minas Gerais o nome do segundo para figurar na chapa de deputados gerais, "O Farol" o ataca desabridamente. E quem o defende? Justiniano! E o faz num tópico que diz o seguinte:

"O SR. JOSÉ JOAQUIM DA ROCHA — O Sr. José Joaquim da Rocha é um desses cidadãos que, depois de haver prestado ao país valiosos serviços em épocas gloriosas, vive como esquecido; depois de haver contribuído para a independência de nossa pátria, depois de havê-la dignamente representado em França; vivo ele hoje retirado, fora do turbilhão político, sem os ódios que os partidos excitam e, um dos primeiros advogados do Rio de Janeiro, trabalhando incansavelmente para desempenhar os seus deveres de chefe de numerosa família. Lembrou-se algum dos seus amigos de indicá-lo aos eleitores mineiros: bastou isso para que o *Farol* o acomettesse. Ah! o Sr. José Joaquim da Rocha tem outro pecado: deu um esplêndido chá ao Sr. Vianna, com quem mantém relações de amizade. O *Farol* não lh'o podia perdoar!" O Vianna de que aí se fala era, sem dúvida, Cândido José de Araújo Vianna, o futuro Marquês de Sapucaí, um conservador. Ora, para que Justiniano José da Rocha, político conservador, num jornal conservador, defendesse a candidatura de José Joaquim da Rocha numa chapa liberal, ligações muito poderosas deviam prendê-lo a esse patriota...

mente transcrevia matérias publicadas originalmente em francês: pensamentos de Lamennais, frases de Tocqueville, observações de natureza política de Benjamin Constant. Os liberais, manobrando habilmente para deslocar a fonte do poder, buscaram em 1863 transferir os encargos da Regência para a princesa Januária, que, nascida em 1822, acabara de completar quatorze anos. Ninguém foi mais veemente que Justiniano José da Rocha no combate a essa manobra. Afiançava que os liberais “queriam iludir uma princesa incáuta e inexperiente”, taxando os “januaristas” de ambiciosos sem escrúpulos, no desejo de promover a decretação da maioria da irmã mais velha de D. Pedro II, para que esta, em nome do irmão, assumisse o poder. Perguntava como poderia governar D. Januária. “Com os seus talentos? Eles inda são ignorados, e não são as atuais circunstâncias muito oportunas para que os experimentemos: sua idade, seu sexo, trazem consigo o preconceito da fraqueza e debilidade, e para lutar com o Anteo da revolução, é mister, todos o reconhecem, atleta rigoroso e enérgico”. O Anteo da revolução era, aí, o movimento que irrompera no Rio Grande do Sul e que se tornaria conhecido pelo nome de “Guerra dos Farrapos”.

Além da campanha contra o “januarismo”, “O Atlante” valentemente combatia os traficantes de escravos, que sob as vistas complacentes do govêrno e da sociedade da época, continuavam a trazer negros da África, introduzindo-os no país ilegalmente. Na edição de 7 de junho de 1836, aparece um dos mais veementes editoriais escritos contra os negreiros em nossa imprensa. De início, dizia: “Poderosas nações se têm coligado para cessar o tráfico de escravos, e no Código da Civilização conta-se como crime reduzir à escravidão pessoa livre, traficar de homens: leis criminais já decretaram penas severas contra êsses atos... e o tráfico continua! Apesar

dos castigos, que não receiam, apesar do grito da consciência, que não ouvem, animados pelos proveitos, excitados pela cobiça, acoroçoados com a impunidade, muitos *negociantes* ocupam-se com o tráfico; e o tráfico continua, prospera. Vemos chegar todos os dias a êste porto navios da costa d'África, e vêm em lastro; e as leis são impotentes, e a policia não pode descobrir o fio dessas negociações, coligir provas e entregá-las à Justiça, para que descarregue a espada contra os criminosos”.

Adiante, “O Atlante” conclamava “os escritores públicos” à luta contra o tráfico, dizendo: “Combatamos essa impunidade que o interêsse de alguns, os receios de outros, a apatia de muitos asseguram ao traficante de homens”. Revela o editorial aspecto brutais do tráfico, verdadeiras tragédias desenroladas a bordo dos navios negreiros: “Um traficante, numa de suas especulações, carrega 300 homens: dêstes, pelo máu trato, que se lhes deu, ou sufocados por falta de ar no porão em que vêm entulhados, ou por tédio à nova existência que se prepara, ou mesmo pelos açoites com que foram sufocados seus murmúrios, morrem cem, perde-se o terço da negociação: e êsse traficante foi cem vezes *assassino*; sôbre a sua cabeça pesa a morte de 100 indivíduos; pois bem! talvez que se arrependa de seus assassinatos? não: êle se lastima de ter perdido o terço de sua negociação, e para recuperar o que perdeu, repete a mesma especulação e continua a ser assassino. Julgais porventura que êsse homem que assim procura enriquecer não é capaz de envenenar o copo da amizade para ganhar alguma herança, que não é capaz de cravar em vosso peito o punhal do homicídio para vos roubar? Êle, que se animou a ser traficante de carne humana, recuará diante de um crime menor?”.

No final do artigo, a veemência não era menor: “Fazei-lhe, pois, justiça: tributai-lhe o desprezo e a

indignação geral, marcai-o com o ferrete da infâmia, rejeitai-o de vossa Sociedade: nada de aliança, nada de pacto, nada de relações com semelhante homem; qual pária, viva só, isolado em seus palácios, rodeado dos seus cofres, no meio do seu ouro... mas vós não o fareis, que esse homem está rico, e é dourada sua infâmia; então, por que perseguis o assassino que só mata um homem, o ladrão que só furta objetos de pouco valor? Eles não são tão assassinos e tão ladrões quanto o é o traficante de homens”.

O tráfico de escravos estava proibido desde 1830, em razão da convenção firmada entre o Brasil e a Inglaterra, em 1826, representado o Império por Inhambupe. Era, assim, uma atividade ilícita. Contudo, a repressão era frouxa e o contrabando quase escancarado. Que fazia o nosso governo e que faziam os ingleses, cuja divisão naval patrulhava as nossas costas, em razão daquele acôrdo, dando combate ao tráfico de negros? Aprendiam a carga humana das embarcações nêle empenhadas, — e os africanos deixavam de ser vendidos nos leilões do Valongo, para serem distribuídos por estabelecimentos públicos do Império e... por ministros, senadores e deputados!

Em 1840, no “O Brasil”, o próprio Justiniano da Rocha, com grande desembaraço e como se acaso se tratasse da coisa mais lícita do mundo, escrevia um tópico com o título “Os Africanos”, em que dizia: “Imenso era o estrondo e o espalhafato que faziam os Srs. que hoje estão no poder a respeito das distribuições de Africanos, feitas no gabinete de 19 de setembro. Esperávamos, hoje que estão de posse de todos os papéis, que houvessem, para eterno opróbrio de seus adversários, de tudo publicar. Mas a tanto não se atreveram; bom é declamar, fácil é inventar uma calúnia; porém

sair com a prova... aí o apuro. Se houvessem posto patente tudo isso de Africanos ver-se-ia que os inimigos do ministério foram tanto ou mais bem aquinhoados que os seus amigos”.

O dadivoso ministério a que alude era o de Bernardo Pereira de Vasconcelos, que assim corrompia, ao mesmo tempo, correligionários e adversários, com farta distribuição de escravos a uns e outros... Exercendo ao mesmo tempo as pastas do Império e da Justiça, a partir de 19 de setembro de 1837, tinha como colaboradores Maciel Monteiro, futuro Barão de Itamaracá, na dos Estrangeiros; Miguel Calmon du Pin e Almeida, futuro Marquês de Abrantes, na da Fazenda; Joaquim José Rodrigues Torres, futuro Visconde de Itaboraí, na da Marinha; Sebastião do Rego Barros, na da Guerra... Como veremos adiante, o próprio Justiniano José da Rocha um dia viria a confessar, da tribuna da Câmara dos Deputados, que fôra um dos contemplados com tão estranha dadivosidade...

No “Brasil”, sustentou o vigoroso jornalista, logo de início, viva campanha contra o movimento da maioria do imperador, que lhe parecia um golpe escandaloso contra o artigo 212 da Constituição do Império, que claramente estabelecia a idade em que o soberano seria declarado capaz de assumir as rédeas do governo. Os argumentos de que então usou eram semelhantes aos que utilizara quando fôra suscitada a questão do suprimimento de idade da princesa Januária, a fim de que esta passasse a ser regente, no lugar do senador Feijó.

Dessa vez de nada valeram os seus argumentos. Os adversários manobraram habilmente, converteram a campanha da maioria numa causa popular, levaram os conservadores de vencida, sob a liderança de Holanda Cavalcanti, no Senado, e de Limpo de Abreu, Manuel

Antônio Galvão e Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, na Câmara dos Deputados. Foi quase uma revolução, senão uma revolução armada, ao menos uma revolução parlamentar, através da qual Bernardo Pereira de Vasconcelos, que de novo fôra chamado ao poder, pelo regente Araújo Lima, sofreu o mais rude dos golpes, só permanecendo na pasta pelo espaço de nove horas...

“O Brasil” rendeu-se à evidência e, em seu número de 28 de julho de 1840, dizia: “Está declarado maior o Senhor D. Pedro II, imperador constitucional e defensor perpétuo do Brasil; quaisquer que fôsem os meios de que se serviram os homens que se acobertaram com a púrpura imperial, a fim de saciarem as suas ambições, nada diremos sôbre êles; acima de nossas convicções, existem as considerações do bem público, e aqueles que agitando as massas não souberam sacrificar a êsse bem público seus rancores e inimizades pessoais, aprendam de nós a respeitá-lo de hoje em diante”.

Tecia ainda outras considerações, para em seguida declarar: “A maioria do Senhor D. Pedro II é para nós um fato consumado; dando lições de lealdade e patriotismo aos homens que conquistaram o poder nas praças públicas, nós o aceitamos, não por medo, que não o temos, mas em atenção à alta pessoa do Monarca e aos interesses de nossa pátria”. Contudo, registre-se que em “O Brasil” é que, já em 1841, na edição de 19 de julho, foi lançada a tese de que “o rei reina e não governa”, segundo a fórmula inglesa, — o que alguns dos nossos historiadores políticos tidos por bem informados costumam a atribuir ora a Nabuco de Araújo, ora à reação de Zacarias e de outros liberais, depois da crise de que resultou a demissão do gabinete liberal de 1868. Antecipou-se a todos Justiniano José da Rocha.

Quando queriam feri-lo, os adversários, primeiro que tudo, atiravam-lhe ao rosto a condição de jornalista ministerial, de escriba do govêrno, de pena de aluguel. Antônio Carlos, irmão de José Bonifácio, não o poupava. Em resposta, Justiniano José da Rocha dizia que êle era um doido. Afirmava que o próprio patriarca da independência fizera esta advertência insuspeita: “Ao mano Antônio, dêem-se honras e fitas; emprêgos não, porque é doido”. Pouco antes de declarada a maioridade de D. Pedro II, vangloriava-se de ser um jornalista de bôa ética e elevado estilo e entendia que “O Brasil” era um padrão de compostura e comedimento. Escrevia, a êste respeito: “Ah! se a imprensa opositorista tomasse o exemplo que lhe dá “O Brasil”; se discutisse as questões com seriedade, se não atacasse senão os homens políticos, suas opiniões, suas obras que manifestam suas intenções, bem estaríamos; mas para a opposição, — no jornalismo como na tribuna, — não há matéria que mereça ser discutida, a invectiva toma o lugar da argumentação; a maioria das câmaras é corrupta; um nobre deputado é hiena, outro tigre, todos os ministros ladrões. Demos, nós o exemplo de tão asquerosas imundícias? Não, que a nossa causa é muito bôa, e de certo não a íamos comprometer com tais auxílios; fiquem êles em monopólio aos parlamentares jornalistas”.

Apezar de se orgulhar de sua ética, “O Brasil” apelava para as alcunhas e para o ridículo, tinha as suas descaldas e os seus excessos. Foi, por exemplo, o divulgador insistente da pitoresca alcunha de Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, futuro Visconde de Sepetiba, ministro dos Estrangeiros do gabinete liberal de 24 de julho de 1840, — o gabinete maiorista, — desde então conhecido como Couro de Anta. Pegou tanto a alcunha que passaria, mais tarde, a Aureliano de Souza e Oli-

veira Coutinho Filho, apelidado, quando chefe de Polícia, pelos pasquins da última década do Império, de Dr. Couro de Anta Júnior...

Com a queda do gabinete liberal e a ascensão dos conservadores, a 23 de março de 1841, com Araújo Vianna, futuro marquês de Sapucaí à frente, invertiram-se os papéis entre os dois grandes jornalistas rivais da época. No "O Maiorista", Sales Torres Homem passava à ofensiva. E em "O Brasil", Justiniano José da Rocha, assumia a defesa do governo, golpeado todos os dias pelas penas liberais.

Poucos meses depois da mudança do gabinete, Sales Torres Homem, começou, pelas colunas de "O Maiorista", a falar da inexplicável tristeza do moço imperador. O Sr. D. Pedro II parecia acabar-se de melancolia. Era um acabrunhamento denunciador de um estado moral delicado, de um profundo desgosto com as coisas que o cercavam. As notas, alarmantes, insinuavam que a causa de tal estado eram as contrariedades que vinha causando a Sua Majestade a política reacionária, a conduta do gabinete conservador.

Em "O Brasil", Justiniano José da Rocha foi ao encontro da provocação, num longo editorial, sob o título "A Tristeza de S.M.", em que dizia, no período final: "Ora, o monarca, apesar de sua pouca idade, tem mais que precisa inteligência para conhecer qual o partido que mais se afana por fortificar-lhe o trono, sabe que entre os que querem mais liberdade do que a possuímos, e os que julgam mais que suficiente a de que gozamos, não há escôlha possível. Para que, pois, a oposição está todos os dias a dar sinistras interpretações aos seus sentimentos? Não seria mais lógico atribuir a si, aos seus excessos, aos seus tramas liberticidas essas nuvens de tristeza que diz embaciam a frente do jovem monarca?"

E se a opposição refletir verá que essa interpretação é tanto mais natural, quanto fácil seria o remédio, se a tristeza proviesse de considerar desastrosa a politica do gabinete. Se assim fôsse, não custaria ao monarca chamar para junto de si novos ministros; entretanto, o que não está em seu poder é chamar a opposição às vias pacificas da liberdade e da ordem, sem comprometer seriamente a liberdade e a ordem”.

Não bastou essa resposta, pois “O Maiorista” insistia em falar da tristeza do imperador, como se este fôsse prisioneiro dos conservadores e constringidamente mantivesse um gabinete indesejável. Dias depois, num tópico mais breve e em verdade pitoresco, o jornal de Justiniano José da Rocha assim se manifestava: “ESTADO MORAL DO IMPERADOR — Continúa o “Maiorista” a ocupar seus leitores com a tristeza de S.M.I., que lhe serve de tema para um sem número de calúnias, cada qual mais desprezível, e estúpida, mas que enfim pretendem êsses Srs. que sejam aceitas pelo fanatismo do partido. Já no outro n. mostramos que ainda dando como verdadeira a tristeza de S.M.I., não pode ela ser attribuida senão ao desgosto que lhe causam os manejos da opposição, porquanto se de outra causa politica proviessem, em menos de dois segundos tê-la-ia S.M.I. feito cessar. Todavia, em opposição à noticia dada pelo órgão da reunião, asseveramos que vimos, e viram conosco centenas de pessoas, sábado passado, e no sábado anterior, S.M.I. muito satisfeito, no teatro francês, com a frente serena e cândida, rir-se dos chistes e graças dos voveviles nêsses dias representados”.

Teciam-se destas pequenas coisas as polêmicas de imprensa daqueles tempos... Tal noticia surgia em janeiro de 1842, ano em que os liberais tentariam retomar o poder através de uma revolução e em que partiriam do

Rio de Janeiro para a Europa as primeiras levas de desterrados políticos do Segundo Reinado...

Em 1852 e 1853, redigiu Justiniano o "Correio do Brasil", de maior formato que o anterior. Sobre essa fase, informa Sacramento Blake: "Nessa época Sales Torres Homem que ainda era liberal e não pensava ser Visconde de Inhomirim, escrevia no "Correio Mercantil" uma série de artigos com o título "A conciliação e os partidos" e Justiniano J. da Rocha escrevia no "Correio do Brasil", em contraposição, os "Prós e os contras". Enquanto, porém, que Sales Torres Homem escrevia um artigo, êle escrevia dois e três, e — pode-se dizer — os escrevia sobre a perna com habitual facilidade. Enquanto que para compreender um artigo de Sales Torres Homem era preciso a maior atenção, e até repetir a leitura, os artigos de Justiniano J. da Rocha tinham a maior clareza, eram fáceis de compreender, sem circunlóquios, sem dificuldades, em boa linguagem. O "Correio do Brasil" tinha maior formato do que as outras folhas, por isso, não podendo sustenta-la, voltou Rocha à precedente com o título: "O Velho Brasil". Este circulou até 1854.

Não foram poucas as obras deixadas por Justiniano José da Rocha. Não escreveu apenas na imprensa e nem se ocupou somente de assuntos políticos. Publicou também livros e folhetos. Um dêste, é uma "Coleção de fábulas imitadas de Esopo e de La Fontaine", em prosa, para servir como livro de leitura nas escolas e que appareceu dedicado ao imperador e "protegido pela imperial benevolência", conforme diz o autor no prefácio. Escreveu também uma "História Universal", em dois volumes, o primeiro dedicado à Antiguidade e o segundo à Idade Média. É que Justiniano José da Rocha, além de jornalista e advogado, foi também professor. Ensinou francês, latim e retórica a meninos e Direito das Gentes

aos cadetes da Escola Militar. Como advogado, fez longo estudo sôbre o Tribunal do Júri, instituição a que era particularmente adverso. No seu entender, o poder de julgar pertencia à nação e esta não devia delegá-lo. No livro que escreveu em 1835, "Considerações sôbre a distribuição da justiça criminal no Brasil e, particularmente, sôbre o júri", vê-se que fala principalmente o espírito conservador, que sempre fôra. O que mais depreca é a indulgência do tribunal popular para com os delitos de imprensa, para com os abusos da opinião escrita. "O júri, no Brasil, — diz Justiniano José da Rocha, — ainda não contentou a ninguém: passa já como axioma que não estávamos preparados para essa nova instituição; por tôda a parte se ouvem queixas contra seus êrros, pela mor parte irremediáveis. Na verdade, parece-nos que foram bastante imprudentes os legisladores: a experiência do antigo Júri para conhecer dos abusos da liberdade de imprensa deveria ter-lhes aberto os olhos sôbre essa instituição. Então, presenciemos a impunidade entronizada; a imprensa servindo de veículo às mais nojentas páginas, que o espírito humano tem concebido, às mais furibundas declarações do fanatismo político, e o Júri... o Júri achando que nada era crime, que nada continha abuso. Eis a instituição, que se nos gaba infalível, que derriba a aristocracia judiciária, etc. Examinamos todos os seus princípios, achamos continuamente... decepções... Indagamos tôdas as suas vantagens, encontramos... êrros, impunidade, atrocidade... Qual será o resultado futuro?"

O que há de particularmente curioso nêsse livro é que o autor, para ilustrar o seu ponto de vista, publica em apêndice o resumo de um processo célebre que transitou no fôro francês e na qual um jovem boêmio, Emilio de la Roncière, falsamente acusado por Marie Morell de estupro e agressão, foi condenado a dez anos

de prisão, embora inocente e havendo provas de que a pretensa vítima, menor de 16 anos, não era senão uma histórica, sujeita a delírios e habilíssima simuladora...

Publicou também Justiniano José da Rocha "A política brasileira na República Oriental do Uruguai", com o pseudônimo de "Um Brasileiro", o folheto "Monarquia e democracia", etc. Traduziu vários romances e novelas, publicadas como folhetins no "Jornal do Comércio", entre os quais "O Conde de Monte-Cristo", de Alexandre Dumas; "Os miseráveis", de Victor Hugo; "Piquillo Alliaga, ou os mouros no reinado de Felipe III", de Eugene Scribe, etc. Igualmente traduziu a peça teatral "A Questão do Dinheiro", de Alexandre Dumas Filho, que foi representada num dos teatros da Côrte e, depois, editada em volume, no ano de 1858. Durante algum tempo, foi Justiniano José da Rocha censor teatral, a convite da direção do Conservatório Dramático, e membro do Conselho Superior do Ensino.

Como jornalista, sua pena sempre esteve a serviço do Partido Conservador. Era, pois, um jornalista reacionário, — condição da qual não se envergonhava, nem pretendia esconder ou fingir ignorar. Ao contrário, êle próprio enfaticamente declarava pertencer à "política reatora", como então era de uso dizer-se. É possível que não só o interesse de jornalista subsidiado o levasse a tal posição e que também cedesse a uma convicção íntima, firme e espontânea, de que escolhera o melhor partido. Deputado nas legislaturas de 1842-1843, 1850-1852 e 1853-1856, sua última eleição para a Câmara temporária coincidira com a ascensão do gabinete de conciliação, chefiado pelo Marquês de Paraná (*). Em fun-

(*) Só tendo sido deputado pela Província de Minas Gerais, onde decerto se valeria, para eleger-se, do prestígio de seus parentes, tal circunstância parece acentuar as origens mineiras dos ascendentes de Justiniano.

ção dêsse movimento político é que iria escrever sua obra mais famosa, o panfleto político "Ação; reação; transação". Esse escrito é o que, além de breve biografia do Marquês de Baependi, assume maior importância em sua bibliografia.

Tem sido tal panfleto o guia de quantos historiadores se têm ocupado da política brasileira desde a independência ao período conhecido como o da "conciliação dos partidos", empreendida por Honório Hermeto Carneiro Leão. Um dos seus merecimentos maiores é o de ter fornecido a Joaquim Nabuco a linha mestra dos primeiros capítulos de seu famoso livro, "Um Estadista do Império". Cita-o êste repetidamente, ou repete-o sem citar, particularmente ao tratar da abdicação de D. Pedro I e de suas consequências políticas e da reação monárquica de 1837. É o próprio Joaquim Nabuco quem, nessa passagem, declara, em nota, ao pé de uma página: "Para o estudo da evolução monárquica, lêr cada palavra dêsse opúsculo". Bastaria tal recomendação para dar uma idéia do valor do panfleto de Justiniano José da Rocha, fonte em que tantos se têm abeberado. Alfredo Pujol subscreveu êste juízo: "O seu estilo, de que deixou notável modêlo no panfleto "Ação; reação; transação", é cerrado e terso, travado de uma dialética vigorosa".

Justiniano José da Rocha exerceu verdadeira fascinação sôbre alguns espíritos do seu tempo. Mesmo uma forte personalidade como a de Tavares Bastos o imitou, até onde pode um liberal imitar um ensaísta político conservador. A um dos seus panfletos dá o título de "Realidade, ilusão, solução", três palavras dispostas como as de "Ação; reação; transação". E a matriz de algumas das idéias que aí expõe está no panfleto do redator principal de "O Brasil". Encampa-lhe Tavares Bastos a crítica à

“viciosa educação clássica e juvenil admiração dos heróis antigos”, a mania de, a propósito de qualquer coisa, citar-se à Grécia e a Roma dos Césares. É da síntese de Justiniano José da Rocha que êle extrai a sua própria síntese: “Do seio fecundo da Constituição dois princípios fundamentais, nascidos para viverem combinados, desprenderam-se, separaram-se, combateram-se. O primeiro, é caracterizado pela revolução de 1831; o segundo, pela data reacionária de 1837. O primeiro é o princípio da liberdade distendido até à anarquia, o segundo é o princípio da ordem levado até à compressão. Pois bem, certo dia, essas idéias extremas fizeram parada, recuaram nas suas exagerações paralelas, retrataram-se de seus êrros e confessaram suas mútuas verdades; numa palavra, transigiram”. É quase uma paráfrase de Justiniano: ação, reação, transação.

Sílvio Romero, em sua “História da Literatura Brasileira”, dá uma breve notícia sôbre Justiniano José da Rocha, dizendo que, até então, como jornalista, não tivera o Brasil quem o excedesse. E salienta que êle sobrepujava os seus rivais “na dutilidade do talento, na espontaneidade da exposição e do estilo, na capacidade de interpretar os sinais dos tempos, a corrente das idéias, a evolução das coisas políticas”. Chamou-o “um dos mestres laureados da palavra escrita no Brasil”, louvando-lhe os artigos “em que apreciava, sob a paixão do momento, disciplinada, porém, pelo estudo e pela segurança de uma inteligência poderosa, os acontecimentos do seu tempo”. Quanto ao panfleto “Ação; reação; transação” afirma que “é uma curiosíssima lição de história política do Brasil dos anos de 1822 a 1855, desde a independência até à política de conciliação de Paraná e seus companheiros”. Descobre Sílvio Romero o motivo pelo qual o breve panfleto se reveste de tais caracte-

terísticas no fato de que “em Justiniano da Rocha o jornalista político era reforçado pelo mestre de história, profissão que exerceu durante a maior parte de sua vida”. E realmente assim foi.

Nêsse opúsculo, tantas vezes reeditado, mas sempre difícil de ser encontrado nas bibliotecas e nas livrarias, a finalidade imediata do autor era a de fortalecer a política desenvolvida pelo Marquês de Paraná, o artífice da “conciliação”. Para atingir êsse objetivo, dá-nos um quadro histórico da política brasileira, desde 1822 até àquele época, realmente magistral, pelo espirito de síntese, e em verdade digno de ser lido. Nêle, chega Justiniano José da Rocha à conclusão de que, então, alcançavam os partidos e o Império a sua maturidade política: “O período da transação está começado; dizei-nos onde param as antigas parcialidades, onde os seus ódios? Já de há muito desapareceram. Em testemunho disso vêde aí que palavra puseram por diante os parlamentares, que se levantaram contra o ministério que precedeu ao atual? A conciliação. E êsse mesmo ministério, como o seu predecessor, como o seu sucessor, que tendências mostrava, senão as de uma conciliação, que ao menos quanto aos indivíduos, punha em perfeito olvido todo o passado? E que movimento social era êsse, que todos os políticos pressentiam, a que todos obedeciam, que lhes fazia abandonar as suas posições de vencedores, senão o resultado da convicção íntima do país, de que estavam extintas as paixões, acabadas tôdas as lutas do passado? E essa extinção das paixões, êsse esquecimento dos ódios, o que são senão os sintomas de que a sociedade tem chegado a êsse período feliz de calma e de reflexão que pode e deve ser aproveitado para a grande obra da transação?” Depois dessa interrogação, perdia-se o grande jornalista em fórmulas um tanto va-

gas, dizendo, por exemplo, que “o que cumpre é que o que é do povo seja restituído ao povo”. Contudo, tem observações felizes, o opúsculo de Justiniano José da Rocha, uma destas a de que aos olhos do nascente nacionalismo brasileiro qualquer dos portugueses, mesmo os mais liberais, pareciam profundamente *corcundas*...

Entretanto, no mesmo ano em que vinha a lume êsse trabalho de apologia à conciliação e à política inaugurada pelo Marquês de Paraná, o deputado encaixado pelos chefes conservadores na representação da Província de Minas Gerais começava a tomar pé na realidade e a ver que as coisas não eram tão risonhas como as havia antes pintado. A unanimidade com que contava Honório Hermeto Carneiro Leão no Parlamento do Império rara vez era quebrada por uma voz discordante. À exceção de duas pastas, o gabinete se modificava, quase se renovando por inteiro, sem nenhuma intervenção da Câmara dos Deputados.

E isto era o menos. Tomava o gabinete audazes iniciativas, em graves assuntos exteriores, em segredo, sem nada saber o Parlamento. Uma expedição naval fôra mandada ao Paraguai, sob o comando do almirante Pedro Ferreira, e os representantes da nação disso só foram informados posteriormente, quando os vasos de guerra já chegavam ao seu destino. A soma de poderes concentrada pelo gabinete de conciliação era tal que o tornava despótico, desdenhoso, inabordável.

O Marquês de Paraná tinha, além do mais, um orgulho excessivo. Por ser assim orgulhoso, cheio de vaidade, pareceu-lhe uma afronta que Justiniano José da Rocha rompesse um dia aquele concerto unânime, aquela calmaria pôdre, para fazer um longo e veemente discurso de crítica ao govêrno, principalmente com relação à política externa. Criticou a conduta do gabinete nas

nossas relações comerciais com os Estados Unidos, cujo governo estava criando dificuldades à entrada do café brasileiro. Criticou também a conduta do Ministério dos Negócios Estrangeiros, principalmente no tocante à Argentina que, “sem Rosas, continuava, no entanto, a política de Rosas”. Principalmente, lembrou as promessas do Marquês de Paraná, quando dissera no Senado: “Não há mais saquaremas (*) nem luzias (**), as lutas passadas estão extintas. O governo é conservador-progressista, ou progressista-conservador. Aceita tôdas as questões políticas que têm sido pontos de divergência até agora, para, na calma das paixões, dessa substância geral de ódios políticos, discuti-las e resolvê-las, a tempo de evitar que no futuro fiquem como ocasiões de novas fermentações, de novos ódios. Conservador-progressista, eu dou a fiança do meu nome e do meu passado aos conservadores; aos progressistas, porém, a quem não posso dar a mesma fiança, asseguro-lhes que os convencerei dando os primeiros passos ao seu encontro”.

Depois de recordar tão solene compromisso, lembrava Justiniano José da Rocha que, em vez da salvação da ordem, tinha o gabinete chegado às vizinhanças do absolutismo. O que se via, em verdade, era a concentração de todo o poder nas mãos de um só homem, ou de uma corporação, o que era uma forma de tirania, consentida pelos partidos em coalisão. Comentou, principalmente, a facilidade que havia, tanto em prender, como em soltar. Com a mesma facilidade com que se enchiam as prisões, também se esvasiavam, por ato de graça do presidente do gabinete, que assim imitava o imperador, embora sem prerrogativas para tanto. O orador, neste ponto, armava um dilema: “Ou êsses

(*) Apellido dos conservadores.

(**) Apellido dos liberais.

prêsos estavam legalmente encarcerados, e então a policia não devia soltá-los, ou estavam ilegalmente prêsos, e não os devia a policia ter prendido". Em ambos os casos, não havia como justificar-se o procedimento do govêrno. Tal discurso fôra uma peça tremenda, arrasadora, sobretudo por provir de quem provinha, isto é, de um homem notoriamente ligado à politica conservadora e, mais ainda, do próprio autor de "Ação, reacção, transacção"!

Justiniano José da Rocha feria fundo o govêrno, virando pelo avêso quanto em favor da famosa conciliação escrevera naquele ensaio político... Por vezes, o Marquês de Paraná, que se achava presente, o apartava, sem qualquer cortezia. Veja-se, por exemplo, êste trêcho do debate:

O Sr. Justiniano José da Rocha: — Deixe o ministério na sua liberdade os interesses particulares, deixe a indústria na liberdade dos seus cálculos, não apresente por tôda parte um contrato e um subsidio; não, faça regulamentos sôbre regulamentos, contratos e mais contratos, ajustes e mais ajustes...

O Sr. Presidente do Conselho: — O que tem a dizer sôbre os contratos?

O Sr. Justiniano José da Rocha : — O número.

O Sr. Presidente do Conselho: — Enumere os que são danosos.

O Sr. Justiniano José da Rocha: — Direi que tôda vez que o govêrno intervem e quer ser tutor da indústria, expõe-se a gravissimos riscos; é máu govêrno o govêrno que muito quer governar...

O Sr. Presidente do Conselho: — Isso é uma banalidade.

O Sr. Justiniano José da Rocha: — Oh! Oh! Oh! Oh!

O Sr. Presidente: — Atenção!

O Sr. Justiniano José da Rocha: — Quanto mais o governo quer ser tutor do interesse individual pior o governo é; isso segundo os princípios da economia política que aprendi.

O Sr. Presidente do Conselho: — Isso é uma trivialidade”.

O orador assumia, nessa passagem, o papel de um advogado intransigente do “laissez faire”, fórmula em que se exprimia o liberalismo econômico da época. É evidente que, apesar dos apartes, com que, aqui e ali, fôra interrompido, causara o discurso uma forte impressão. Enganaram-se, porém, os que pensaram que o Marquês de Paraná iria imediatamente à tribuna, escudado em suas prerrogativas de chefe do governo, para dar longa e minuciosa resposta ao atrevido adversário.

Honório Hermeto Carneiro Leão deixou essa resposta para os últimos minutos da sessão. Deu-a breve, altiva, sobranceira, desdenhosa, insinuando que Justiniano José da Rocha não conhecia o seu lugar e que era, na Câmara, um deputado de favor, assim como, na imprensa, uma pena de aluguel. Falou sobre outros assuntos, respondeu a outras indagações, e no minuto final deixou cair estas palavras calculadamente ofensivas:

— Senhor presidente, eu teria também de responder ao discurso do nobre deputado pela minha província (*); podia demonstrar-lhe que interpretou mal o meu programa, podia mostrar-lhe que veio um pouco tarde com essa interpelação, porque êle já tinha feito outra, um pouco mais acertada, um pouco mais aproximada do meu verdadeiro pensamento, mas estando fati-

(*) Honório Hermeto Carneiro Leão era senador pela província de Minas Gerais, nomeado em 1842.

gado acho que não devo tomar essa tarefa. O discurso do senhor deputado fez muito pequena impressão sobre o govêrno, sobre as câmaras e, provavelmente, fará muito pequena impressão sobre o país. É tão flagrante a contradição em que o senhor deputado se acha consigo mesmo que, longe de ter eu de justificar o govêrno perante o senhor deputado, êle é que se tem de justificar da fase tão extraordinária, tão inexplicável que apresenta. Eu, portanto, dispenso-me de mais longa resposta.

Tudo isso ocorreu na sessão de 21 de maio de 1855. Bem se pode imaginar o constrangimento, a vergonha, o desgosto com que Justiniano José da Rocha, depois de haver permanecido durante cerca de meia hora na tribuna, recebeu tão maliciosa contestação, que não foi além de um magrissimo minuto... O orgulhoso marquês, em verdade, esmagou o adversário com o seu desprezo. Muitos risos e comentários irreverentes provocou a mordacidade de tal resposta. Foi tal o effeito que, na sessão seguinte, Justiniano José da Rocha se julgou na obrigação de voltar à tribuna, não para renovar o ataque, mas para justificar-se. Da ofensiva, passou à defensiva, o que prova a excelência da tática do habilíssimo contendor. Foi, então, que proferiu, entre lágrimas e soluços, um discurso sem paralelo nos anais parlamentares do Império.

Fez o jornalista conservador uma confissão dramática das vicissitudes que lhe affligiam a existência de foliulário governamental. Entre outras coisas, Justiniano José da Rocha mostra com a maior franqueza como era procedida a distribuição de escravos apreendidos às figuras da alta administração e, ainda, aos jornalistas. É assim que revela, sem rebuços, essa forma de suborno, espontaneamente oferecido, não só a êle próprio, mas aos seus dois companheiros de redação: "Nós três

abundávamos nas idéias do ministério, sustentávamos a luta na imprensa, e nêsse tempo nenhum favor ministerial me foi feito, nem nós pensávamos em favores ministeriais. E, senhores, já que eu falo nisto, vá uma pequena revelação. Distribuíam-se africanos, e eu estava conversando com o ministro que os distribuía, e S. Excia. me disse:

— Então, Sr. Rocha, não quer algum africano?

— Um africano me fazia conta, — respondi-lhe.

— Então, por que não o pede?

— S. V. Excia. quer, dê-me um para mim e um para cada um dos meus colegas. . .”

A essa altura, um largo riso se fez ouvir no recinto da Câmara. Imperturbável, no entanto, Justiniano José da Rocha continuou:

“Disse S. Excia.:

— Lance na lista um africano para o Dr. Rocha, um para o Dr. Fulano e outro para o Dr. Beltrano. . .”

Novo riso. . . O orador não nomeou o ministro que assim procedera. Nem era preciso. Pelas indicações que dá, em outras passagens, a respeito de alguns projetos e da época em que o caso se passara, não seria senão Bernardo Pereira de Vasconcelos. À guisa de justificação, diz o jornalista conservador que, então, já era casado, — e casara com espôsa sem dote, — tendo Deus abençoado o seu matrimônio com o nascimento de um filho por ano. Não vivia a bajular poderosos. Fazia raras visitas ao ministro do Império e não frequentava o gabinete de qualquer outro político. Nas épocas de revolução e de agitação popular, como em 1840, expusera a si e sua família a represálias, embora quase totalmente desamparado pelos políticos conservadores. Depois da ascensão dêstes, em 1841, ia, às vêzes, à casa de Paulino José Soares de Souza, (futuro Visconde do Uruguai),

então ministro da Justiça. Era dêle que recebia instruções sôbre a conduta a seguir e pequenos auxílios pecuniários, — quase uma esmola... É a essa altura que o deputado começa a se deixar dominar pela emoção e acaba perdendo o fio do discurso. Vai aqui transcrito literalmente, o que se lê nos “Anais” da Câmara dos Deputados:

— “O Sr. Paulino se entendia com a tipografia para a publicação, administração e distribuição da fôlha. Nós nada disso sabíamos, nem queríamos saber. Escrevíamos e mandávamos os nossos artigos à tipografia. As vêzes, senhores, eu que tinha família, e família numerosa (*o orador começa a soluçar*), pois além de ter Deus abençoado o meu consórcio com numerosa prole, também a desgraça veio pairar sôbre a minha família, levando-me meu pai... (*Voz do orador fica suspensa pela comoção, e vários srs. deputados lhe dirigem palavras consoladoras*). Então, o sr. Paulino em remuneração do trabalho insano da sustentação de um periódico, dava-me de vez em quando um papel dobrado e nêle algumas notas de 200\$000. (*O orador continúa em pranto*). E, senhores, (*com fôrça*) eu vivia com família numerosíssima, e digo esta verdade que não me pode ficar mal”.

Nessa mesma ordem de idéias, depois de receber alguns apartes com palavras de simpatia, acrescenta que nunca pensara estar se rebaixando quando, depois de quatorze horas de trabalho, Paulino José Soares de Souza lhe estendia o clássico papelucho dobrado, dizendo: — “Rocha, aqui tens”. Acrescenta que vivia com a maior economia, tanto que se privava de tudo e ninguém o via em teatros, visitas e festas. Já tendo sido deputado uma vez, continuara a morar, apesar de tudo, em casa térrea e de rótula. Sua espôsa não pudera ter um vestido de seda senão em 1848. Por fim, Paulino resolveu sus-

pende de vez com o jornal, achando que não valia a pena continuar a gastar cêra com os liberais. E, como despedida, dera 600\$000 a Justiniano José da Rocha, para que se arranjasse como bem entendesse. Ele, porém, teimara em mantê-lo. Fizera uma “derrama de assinaturas”, pagas adiantadamente, e obtivera outros recursos. Adoecendo, tivera que redigi-lo ardendo em febre. Por fim, em 1848, escorou-se noutro ministro da Justiça, Eusébio de Queiroz Coutinho Matoso Câmara, que lhe mandou tomar quinhentas assinaturas do jornal. Entendia que “nada havia nisso de infamante para o caráter de um homem de bem”. Tal fôra a sua vida de jornalista ministerial: uma vida de pobreza. De tal pobreza que, atacado repentinamente de forte erisipela, ardendo em febre e tiritando de frio, tivera que sair da rua da Cadeia, onde tinha o seu escritório, e de ir a pé para casa, que ficava bem longe, porque não tinha dez tostões sequer para pagar um tilburi que o conduzisse.

Alegava-se que ele havia recebido fortes quantias: vinte, trinta contos. Mentira. Fôra jornalista conservador, dando apoio aos ministérios, mais por uma questão de convicção que por espírito de lucro. Por fim, afastara-se da imprensa, como se afastava, agora, de sua anterior posição política. “Eu era jornalista ministerial. Hoje, estou deputado da oposição”, declarou. Quanto ao resto, — “olho para tudo isto e digo, como dizia em 1848, no tresvario ocasionado pela febre da erisipela: misérias do mundo”. Por fim, afirma: “o que fiz foi na persuasão de que não era indigno, nem me aviltava; não o fiz escondido, fi-lo assinado recibos. Mas se há quem suponha que êstes serviços não estavam nas previsões do orçamento, se êste dinheiro foi dissipado para se me corromper, pois que nas leis do Estado não pode haver verba para a corrupção, pare-

cia-me dever terminar pedindo a acusação dos ministros que dissiparam os dinheiros públicos dando auxílios à imprensa que divulga as suas idéias...

Depois dessa confissão plena e sem rebuços, o Marquês de Paraná veio pôr um remendo na situação: não quisera chamá-lo de venal, nem de fariseu, nem ferir-lo em sua honra. Falara naquele tom por se achar muito sentido, muito magoado com a ausência de tão valioso e útil companheiro das fileiras governamentais. Mas a verdade é que Justiniano José da Rocha falara demais. Ferira a si mesmo, para mais fundo golpear os seus antigos correligionários. Embora tivesse morrido no ano seguinte o Marquês de Paraná, sucedido pelo Barão de Caxias na presidência do gabinete, a grei conservadora tratou de arquivar definitivamente Justiniano José da Rocha. Com aquele discurso e aquela legislação, que terminara em 1856, ficou êle liquidado politicamente. Nunca mais voltou à Câmara dos Deputados, embora voltasse à posição anterior como jornalista, isto é, de empreiteiro da defesa dos conservadores, que lhe haviam dado ora africanos, ora dinheiro em papeluchos dobrados...

Quando fez aquêle célebre discurso, já morava Justiniano José da Rocha em casa própria, que fizera construir, por volta de 1850, no bairro de Catumbí, bem perto do cemitério. A inauguração da casa do jornalista e deputado por Minas Gerais foi solene. Encontramos um documento dessa festividade num dos folhetins que, em 1851, publicava no "Jornal do Comércio", sob o título de "Cartas ao amigo ausente", um homem de imprensa que seria, no futuro, estadista ilustre: José Maria da Silva Paranhos, mais tarde Visconde do Rio Branco. Na "carta" de 6 de setembro daquele ano, lê-se, a certo trêcho: "O programa dançante da semana foi realmente pomposo.

Segunda-feira, sarau em casa do Sr. deputado Pereira da Silva; ontem, em casa de outro parlamentar, o Sr. Justiniano José da Rocha, etc”. Adiante, declara que a festa deste foi “consagrada à deputação de Minas Gerais, que lá se achou em pêso e de ponto em branco”. Entrava depois em pormenores: “A casa, recentemente construída, com parcimônia e gosto, decorada com a mesma simplicidade e arte, mostrando por seus quadros e por algumas disposições que o seu proprietário é um homem de letras, que sabe reconciliar seu reconhecido amor aos livros com as distrações e gozos do mundo material, a novidade e belo aspecto do edifício davam imenso realce e vida à reunião, já em si animadíssima e luzida. Talvez seja o primeiro baile que se dá em Catumbí desde que aí se estabeleceram os *Campos Eliseos*. Havia um não sei que de vago e estranho nessa alegria delirante, nêsse movimento agitado dos vivos junto à habitação dos mortos, que dava-lhe uma ilusão tôda nova e particular, e poucas imaginações deixaram de sofrer a sua influência. O Sr. Dr. Rocha não era ontem o escritor extremoso de uma parcialidade política, era um cavaleiro igual e risonho para com o político e o indiferente, para com o amigo e o adversário, para com todos que o obsequiaram e foram por êle obsequiados concorrendo à sua reunião, que aliás não foi inspirada por um sentimento de todo extreme das afeições políticas”. O deputado dava uma festa aos colegas, para festejar a inauguração de sua casa, localizada ao lado do cemitério de Catumbí, construída com parcimônia e decorada com simplicidade, mas não tão pequena que nela não se pudesse dar um baile...

Os últimos combates de Justiniano José da Rocha foram travados, no “Regenerador”, contra “A Atualidade”, a folha da ala radical do Partido liberal, que rom-

pera violento fogo de barragem contra a conciliação dos partidos. Um dos seus tópicos, singular pela brevidade, justificava a demissão, considerada pelos liberais injusta e brutal, de Tavares Bastos, da função que exercia no Ministério da Marinha. Dissera o articulista apenas isto: o deputado liberal Zacarias de Góes e Vasconcelos, indo à tribuna atacar o ministro da Marinha, declarara que se demitia do seu cargo, nessa Secretaria de Estado, para ficar à vontade, como adversário, sem qualquer vínculo de subordinação para com a autoridade atacada. Ora, Tavares Bastos, como deputado, fizera a mesma coisa... e o governo o demitira, accitando a tese de seu companheiro de partido, Zacarias... Fôra êste quem arguira a incompatibilidade, não o governo...

Salvador de Mendonça, que o conheceu, no fim da vida, dêle deixou um retrato curioso, em que nê-lo descreve, não apenas como um jornalista admirável, mas ainda como um terrível glutão.

Em "Coisas do Meu Tempo", depõe Salvador de Mendonça: "A sua facilidade de composição era quase miraculosa. Escrevia em todo e qualquer lugar, a tôda e qualquer hora do dia ou da noite, em casa, na Câmara dos Deputados, no teatro, sôbre as costas de uma cadeira, sôbre a perna, em um peitoril de janela, no silêncio do gabinete, na sua varanda, no meio do chilrear dos pássaros e das correrias e barulhos das crianças. Dizia Octaviano que quando Justiniano acordava, de manhã, a primeira coisa que fazia era ver onde havia deixado a pena na véspera, e não garantia que não escrevesse enquanto dormia". Salvador de Mendonça pinta-o, num duelo de comilança, com Octaviano, à mesa farta de Nabuco de Araújo: "O conselheiro Nabuco pôs à cabeceira e na presidência da mesa o Marquês de Abrantes, como juiz único do duelo ajustado. Tinha à direita Jus-

tiniano e Octaviano à esquerda. Depois de declarar que as condições do duelo eram comerem os contendores segundo as maneiras civilizadas, depressa ou devagar, mas ficando como vencedor quem mais comesse, bateu palmas e iniciou-se o combate. Os dois gastrônomos, conhecidos nêsse tempo como os dois melhores garfos do Rio de Janeiro, começaram por algumas generosas fatias de presunto com pão e salada, regadas com algum vinho branco; em seguida, demoliram cada um a sua *mayonnaise* de peixe, passaram ambos a devorar cada qual a sua perdiz trufada, depois uma bôa libra de *roast-beef*, dois perús de forno e respectivos recheios de farofa, azeitonas e ovos duros, com tal bravura que os circunstantes já olhavam com terror para os combatentes e um dos copeiros já estimava o pêsô do alimento ingerido por cada um dêles em mais de sete libras. Passaram aos doces e quando atacaram conjuntamente um grande prato de desmamadas, Justiniano colhia-as com tal presteza que Otaviano disparou a rir ao ponto de não poder continuar o duelo; e, voltando-se para Justiniano, disse-lhe: — “Rocha, você já viu a última gravura de Gargantua, quando o padeiro lhe mete uma empada na bôca com uma pá? Você não come desmamadas, enforna-as!” E tomando uma taça de *champagne*, e bebendo à saúde do contendor, deu-se por vencido. O Marquês de Abrantes proclamou vencedor a Justiniano, declarando haver ficado ali bem comprovada *a sua maior capacidade*”.

O grande jornalista viveu o bastante, apenas, para assistir à queda do Partido Conservador, a 24 de maio de 1862, quando por uma semana desfrutou o poder Zacarias de Góes e Vasconcelos, egresso das fileiras conservadoras e destinado a ser um dos mais prestigiosos chefes liberais. Viu subir, a 30 de maio um novo

gabinete liberal, o do Marquês de Olinda, e foi na vigência dêste que morreu, a 9 de julho de 1862, sem ter chegado a completar cinquenta anos. Ao seu sepultamento, no cemitério de São Francisco Xavier, compareceram vultos de destaque do mundo político. Pegaram nas alças do caixão os conselheiros Vianna de Lima, Sayão Lobato, Taques e Josino do Nascimento Silva, e os senadores Firmino Rodrigues e Silveira da Mota. A imprensa da época registrou em palavras expressivas o seu desaparecimento, frisando principalmente o estado de pobreza em que se encontrava, ao morrer em consequência de “longa e penosa enfermidade”. O “Correio Mercantil” escreveu: “No quinquênio de 1843 a 1848, se não fôra a pena do escritor fluminense, teria morrido o chamado partido conservador”. E acrescentava, adiantando, frisando a ingratidão de seus correligionários: “E depois de tantos esforços, de tantos sacrifícios, de tanta luz derramada sôbre as cabeças obscuras de estadistas que nasceram e se fortificaram no periodo de um quarto de século ao sopro criador de tão inesgotável talento, o Sr. Dr. Rocha se extingue quase na indigência, apenas rodeado pela glória e sem uma distinção honorífica que assinale a gratidão dos homens!”

Triste fim, sem dúvida, para tão grande homem de imprensa. Perder-se-á, talvez, a memória da atuação parlamentar de Justiniano José da Rocha. Esbater-se-ão os traços de sua passagem pelo magistério e talvez mesmo pela imprensa. Mas o panfleto “Ação; reação; transação”, por si só, lhe perpetuará o nome, entre os estudiosos da nossa história.

AÇÃO; REAÇÃO; TRANSAÇÃO

DUAS PALAVRAS ACÊRCA
DA ATUALIDADE POLÍTICA
DO BRASIL

POR

JUSTINIANO JOSÉ DA ROCHA



AÇÃO; REAÇÃO; TRANSAÇÃO.

DUAS PALAVRAS ACERCA DA ATUALIDADE.

O estudo refletido da história nos patenteia uma verdade, igualmente pela razão e pela ciência do político demonstrada. Na luta eterna da autoridade com a liberdade há períodos de ação; períodos de reação, por fim, períodos de transação em que se realiza o progresso do espírito humano, e se firma a conquista da civilização. As constituições modernas mesmas não são senão o trabalho definitivo dos períodos de transação.

Chegados os povos à fase em que a reação não pode progredir, em que a ação esmorece, cumpre que a sabedoria dos seus governantes a reconheça, aí pare, e pelo estudo da sociedade descubra os meios de trazer a um justo equilíbrio os princípios e elementos que haviam lutado. Se a imprudência não quer reconhecer a nova fase, se a loucura contraria o seu desenvolvimento, se prossegue na sua conquista de reação, e a quer levar aos seus últimos limites, a ação torna a produzir-se, a exagerar-se, e vence a sociedade, presa em um férreo e sanguinolento círculo de paixões e de desgraças, aniquila-se nas ruínas das discórdias civis.

A fase da transação é pois a que exige mais prudência, mais tino, mais devoção nos estadistas

a quem é confiada a fôrça governamental e a alta direção dos públicos negócios; pois se a não sabem ou não querem reconhecer, se a não querem ou não sabem facilitar, se ainda mais a contrariam, provocam calamidades a que depois não há sabedoria que possa acudir.

O Brasil não podia evitar essas fases, e a menor reflexão sôbre as tão fecundas ocorrências do seu passado basta para fazê-las reconhecer.

Desde os dias da independência até 1851 vivemos no meio das lutas do elemento democrático e do elemento monárquico; procurando ambos alternadamente e com igual intensidade excluir-se trouxeram-nos pela vereda do infortúnio ao ponto em que estamos. Ter-lhe-íamos sucumbido, se nos não valesse a forte constituição da unidade brasileira; a ela devemos os dias que correm de paz e de bonança, de aspirações mais brandas e moderadas, de arrefecimento de ódios e de paixões.

Chegamos à fase da transação; muitos espíritos refletidos o haviam compreendido; compreenderam os estadistas chamados pela coroa à direção dos públicos negócios; como porém lhe satisfizeram?

Oh mesquinhez do espirito humano! a uma necessidade política, a uma satisfação moral no triunfo de idéias, substituíram uma satisfação de interesse no aviltamento dos individuos, e a isso chamaram — conciliação.

Os dias da transação vão passando, e não têm sido utilizados; já quem sabe se não desponta no horizonte do país o sinal precursor de nova ação... ainda é tempo todavia; os anos de 1855

e de 1856 ainda podem ser aproveitados; aproveitemo-los.

Para apreciar esta atualidade e suas esperanças e seus perigos, para bem compreender-se a teoria política pela qual a julgamos, um artigo de jornal, um discurso de tribuna não oferecem as necessárias larguezas. Cumpre dar a tal exposição o trabalho meditado e amplamente desenvolvido de um folheto. Resolvemos fazê-lo: queremos esclarecer as posições, conseguí-lo-emos se o pudermos; queremos servir o país, e não irritar paixões e suscetibilidades; não é pois um manifesto de guerra que lançamos, é um farol que acendemos à borda do abismo, para que dêe nos desviemos.

Dividiremos este opúsculo em diversos períodos, bem distintos. De 1822 a 1831, período de inexperiência e de luta dos elementos monárquico e democrático; de 1831 a 1836, triunfo democrático incontestado; de 1836 a 1840, luta de reação monárquica, acabando pela maioria; de 1840 até 1852, domínio do princípio monárquico, reagindo contra a obra social do domínio democrático, que não sabe defender-se senão pela violência, e é esmagado; de 1852 até hoje, arrefecimento das paixões; quietação no presente, ansiedade do futuro; período de transação.

PRIMEIRO PERÍODO. — 1822 A 1831.

AÇÃO: LUTA

Não tomaremos a história política do Brasil nos dias da independência, não estudaremos as

paixões, os instintos, os interesses e as idéias que convergiram para a sua gloriosa emancipação; tanto não é necessário para o estudo que empreendemos. Diremos todavia, e isso é incontestável, que, pelo menos nas camadas superiores das inteligências dessa época, dominavam instintos e aspirações republicanas. Nasciam tais aspirações de três causas diversas, igualmente eficazes: a educação clássica e a juvenil admiração dos heróis de Roma e da Grécia; a reação contra o sofrimento e a iniquidade do absolutismo; e o prestigioso encantamento da prosperidade dos Estados Unidos.

Tão poderosas atuavam essas três causas, que já em fins do século antecedente tinham apresentado conspirações em Minas, e, poucos anos antes da independência, tinham armado a revolução em Pernambuco. A sociedade inteligente, os círculos literários do país anelavam pois pela liberdade; e para eles liberdade era república.

Baldada foi a sua esperança pelo Fico que o príncipe regente havia dito ao senado da câmara do Rio de Janeiro, e pela resolução com que, lançando-se corpo e alma na causa dos independentes, e à frente dêles, deu a essa causa, despida do seu caráter revolucionário, o apoio das tradições monárquicas e do prestígio da dinastia.

Era todavia tão forte essa conspiração que arrancava ao príncipe frases como essa — a arvore da liberdade quer ser regada com sangue — e essa outra que lhe é atribuida, embora não apareça em documento official, — se o Brasil quer ser republicano, não tenho dúvida em ser

o primeiro cidadão dessa república. — Tão forte já era que trazia a convocação e a reunião de uma assembléia constituinte soberana, e que na mente dos que deviam fazer essa constituição existia como modelo de constituição monárquica, que devia ser imitado, a das côrtes espanholas.

O que teria saído dêsse caos de pretenções democráticas de envolta com aspirações patrióticas, na falta quase absoluta dos conhecimentos práticos do govêrno e da administração, e no meio da confusão irrefletida de teorias opostas, e de preconceitos repugnantes?

A fôrça veio dizê-lo: o poder teve o instinto de sua conservação, e reagiu contra todo êsse movimento pela dissolução da constituinte.

O golpe foi tremendo: respondeu-lhe o movimento revolucionário; suspenso pela proclamação da independência, e pela esperança da liberdade à espanhola, continuou seu curso. A república do Equador veio dar ao govêrno imperial ocasião e pretexto para desenvolver o aparato militar; comissões militares vieram comprimir as aspirações revolucionárias, deixando infelizmente nos corações o fatal fermento de tristes ódios.

Entretanto D. Pedro era fiel à sua palavra e ao seu juramento. Conseguida a ditadura pela dissolução da constituinte, e a intimidação pela compressão da revolta em Pernambuco, não tomou esse príncipe o exemplo de tantos que retraem-se nos dias da bonança dos compromettimentos aceitos nos dias da procela. O seu conselho de Estado formulou uma constituição política, e êle a ofereceu ao juramento dos Brasileiros, que lhe assentissem. Dessa constituição

tenham sido fontes os publicistas mais adiantados da escola liberal; o poder havia feito amplo o quinhão da liberdade; generosa era a parte de influência deixada à democracia no govêrno do Estado.

Leia-se essa nossa constituição, pois o projeto oferecido pelo conselho do Estdao obteve todas as adesões, e em geral sem restrições nem reservas; leia-se essa nossa constituição, e desculpando algumas minuciosidades regulamentares que nela foram escritas, diga-se qual o grande princípio de liberdade que nela não se ache consagrado, qual a instituição protetora que nela não esteja indicada, qual o direito do homem e do cidadão que nela não apareça proclamado e garantido?

Ainda mais uma perfeição nessa obra admirável da sabedoria constituinte: todas as constituições de que há exemplo são feitas para a eternidade, e por isso são mais ou menos efêmeras, nelas nada se estatui quanto aos meios de alterá-las para acolher a lição da experiência e a lei do progresso; com elas essa lição, essa lei perdem-se, ou só podem triunfar por meio de revoluções: a constituição brasileira deixou uma porta aberta ao progresso; admitiu que podia ser modificada, determinou as cautelas de circumspecta lentidão com que deviam ser-lhe feitas as alterações julgadas necessárias; não quis ser eterna, e por isso subsiste há trinta anos, e tem todas as condições necessárias para eternizar-se, adaptando-se a todo o progresso que a nação possa fazer.

Admiremos essa obra, e reconhecendo o atrazo da intelligência política dos nossos pais, ainda os mais ilustrados, veneremos essa obra que, de tão perfeita, não pode ser atribuída senão a uma súbita iluminação e providência do patriotismo. Não houvesse sido consagrado na constituição esse meio de reformá-la legalmente, e o que dela e de nós teria sido nos dias de 1851?

Jurada a constituição, começou a sua execução. A boa fé do govêrno, essa sinceridade que do meio da ditadura arrancara a mais liberal das constituições possíveis, presidiram as primeiras operações eleitorais. O govêrno absteve-se de intervenções, ainda as de simples recomendação, e como também ainda não havia passado político para os homens do país, nem alianças, nem manifestações, os títulos únicos atendidos, a par do da influência pessoal, foram os créditos do estudo e da illustração.

Com a instalação das duas câmaras do parlamento, em que evidentemente se achava contemplado tudo quanto de mais intelligente havia no país, reanimaram-se os debates políticos. Havia homens que de instinto temiam as revoluções, e desejando repelir os seus germes, procuravam desenvolver o principio da autoridade; mas não tinham pelo estudo descoberto o segrêdo da sua organização; havia homens que por amor da liberdade viviam em permanente desconfiança da autoridade; mas não sabiam como cerceá-la, conservando-lhe todavia o que lhe é indispensável para desempenho da sua missão social. No meio dessas duas tendências em luta, reprimiam-o de um lado o terror dos meios expeditos da ditadura, do outro o respeito à lei e à consciência alheia;

tudo estava por fazer, tudo por criar, pois não só era nova a forma constitucional, novas as instituições, como novo o país até na sua organização administrativa. A independência era muito recente, e ainda não havia tempo de ter-se criado a escola prática brasileira; se não faltavam capacidades, faltavam habilitações adquiridas para as grandes funções sociais.

Exagerando todo êsse antagonismo de aspirações, e talvez aproximando o seu desfecho, dava-se no Brasil uma cousa excepcional, que não nasce dos elementos ordinários do poder constitucional, que devia sua origem à circunstância especial de nossa nacionalidade.

O Brasil fôra colonia, e depois fôra parte subordinada do reino de Portugal. Ao separarmos da metrópole, tínhamos visto muitos Portugueses, entre nós residentes, aderirem ao movimento brasileiro, darem, muitas vêzes em posições elevadas, os seus esforços à nossa causa. Não queremos esquadrihar nos arcanos do coração humano os motivos diversos que sem dúvida os haviam impellido; o que todavia é certo é que, em atenção a essas adesões, e igualmente em conformidade com os grandes princípios de direito público, a constituição brasileira declarara cidadãos, não só os nascidos no país, senão todos os nascidos em Portugal que, residentes no Brasil na época da independência, haviam expressa ou tácitamente a ela aderido. Ora, em consequência do regime colonial por que havíamos passado, achavam-se estes nas primeiras posições de influências, nas que mais atraem as vistas, já pela superioridade da riqueza comercial, já pela

superioridade das funções públicas, especialmente na ordem da judicatura e da milícia.

O príncipe que ocupava o trono havia nascido em Portugal; dos seus criados quase todos, dos seus ministros também quase todos estavam no mesmo caso. Daí ciúmes de nacionalidade, fomentados por leviandades e arrogâncias; daí um antagonismo odioso permanentemente azedando os elementos políticos do governo representativo. Nesse sentido, o caráter das primeiras lutas do Brasil pode antes ser considerado social do que político; o espírito democrático não aparecia em primeira linha, em primeira linha estavam os ciúmes nacionais: em breve foi timbre, foi como condição necessária, imposta até pelos respeitos humanos, pelo temor do ridículo e da humilhação a todo o nascido no Brasil, ser adversários do governo, ser liberal, e vice-versa aos nascidos em Portugal, como garantia de suas posições, de sua influência, foi condição necessária apoiar o governo, querer desenvolver e fortificar a sua ação.

Quem não atender a essas condições sociais da população brasileira, nunca poderá compreender esse fenômeno de desenvolvimento democrático que foi aparecendo em toda a população, e que poderia ter sido tão fatal se a Providência não houvesse querido salvar-nos. Não antecipe-mos porém; descrevamos ainda o período da luta democrática.

Quis a fatalidade que essa predisposição intestina viesse exacerbar-se por ocorrências exteriores.

A guerra da Cisplatina, esse triste legado da ambição da corôa portuguesa, conflagrava o sul

do império, e dava mil ocasiões, mil pretextos à oposição que se desenvolvia enérgica. O exército, a marinha talvez por pouca habilidade dos seus chefes, da antiga escola portuguesa, não davam ao governo o prestígio da glória, antes pelo contrário; os corsários de Buenos Aires vinham afrontar o nosso poder, e depredar o nosso nascente comércio até nos mares brasileiros. Querendo diminuir no país o rigor dos recrutamentos, o governo fez vir tropas estrangeiras, e essas, como todas as tropas mercenárias em todos os tempos, não foram modelos de disciplina.

Dai mil germens de descontentamentos, mil pretextos de fermentação. Os empenhos pecuniários da guerra da Cisplatina pesando sobre as finanças do império, por uma causa que os Brasileiros não consideravam sua, mas sim de tradição portuguesa; os desastres do exército, da armada, do comércio, a vergonha das depredações dos corsários, e mais do que tudo a vinda de tropa mercenária, apresentada ao patriotismo como uma injuriosa desconfiança, e à liberdade como uma ameaça; — pois, dizia-se, êsses soldados, servos do governo que os assalariava, sem vínculos alguns de afeição que os prendessem à pátria, seriam no dia oportuno os instrumentos dos negregados planos do despotismo português; — tudo isso prestava alimento sobejo a paixões irresistíveis. Em breve os Irlandeses insubordinam-se: e cenas de terror e de sangue vêm ainda exasperar a população, dando-lhe ao mesmo tempo o segredo da sua fôrça, dos elementos destruidores de que poderia dispôr na hora das lutas populares.

Enquanto a guerra da Cisplatina assim fomentava e desenvolvia o espírito de oposição

liberal, morria o Sr. D. João VI, e por sua morte era deferida a corôa portugueza a esse príncipe que dissera: "De Portugal, nada, não queremos nada." Nas predisposições em que se achavam os espíritos brasileiros, era essa uma triste fatalidade que impunha os mais delicados deveres à prudência do governo para evitar sérias complicações. D. Pedro I o compreendeu; nem todos porém dos que o rodeavam o compreenderam.

D. Pedro o compreendeu: essa corôa que lhe fôra trazida, teve pressa de abdicá-la, não se servindo do poder que lhe ela entregava sobre o reino senão para dar-lhe a liberdade e o regime representativo, e uma libérrima constituição, modelada pela constituição brasileira.

A augusta princesa, rainha de Portugal, ao chegar à Europa, achou o seu trono ocupado por D. Miguel; os liberais, seus súditos, perseguidos, emigrados, foragidos para a Inglaterra: aí a miséria os recebia; a indiscricção acudiu a essa miséria com recursos pecuniários pertencentes ao Brasil; com êsses recursos e com a ingerência dos agentes diplomáticos, manejos se fizeram, expedições se prepararam a bem da causa liberal portugueza.

A repercussão dêsse procedimento no espirito dos Brasileiros foi imensa, e ainda mais se agravou com a vinda de muitos emigrados, com o agasalho que deviam achar e de fato acharam.

A identidade da causa política, pois eram êles liberais, não bastava para adquirir-lhes simpatias dos liberais brasileiros; que o embargava o ciúme do nacionalismo; e logo foi voz constante, foi opinião feita que, por mais liberal que fôsse o

Português em sua terra, no Brasil era profundamente *corcunda*.

O governo de D. Pedro não podia abandonar ao desamparo êsses que, por fidelidade a êle e a sua filha, por devoção à causa da constituição por êle outorgada à regeneração lusitana, sofriam as angústias e as misérias da expatriação; mas quando o sentimento nacional estava tão vigilante e tão hostil, calcule-se que fermentação daí deviam resultar, e quanta discrição da parte dos emigrante, quanta prudência nos depositários do poder eram indispensáveis para neutralizá-las: nem essa prudência, nem essa discrição houve.

Enquanto sob a influência dessas ocorrências ganhava fôrças no país a opposição liberal, e descreia do governo, no parlamento sentia-se o impulso desse desenvolvimento da opinião; tornavam-se mais calorosas as discussões, e se os representantes do país não tinham ainda conseguido pelo estudo substituir a falta da educação prática dos negócios, se eram mais declamadores que pensadores, todavia não adotavam em projetos de lei pensamentos que favorecessem com excesso esta ou aquela tendência, que sacrificassem este ou aquele elemento.

O mal da época não provinha de falta de patriotismo, ou de inspirações interesseiras; pelo contrário; todos queriam o bem, todos almejavam a ventura da pátria, o mal provinha das duas fontes que indicamos, a falta de conhecimentos práticos, e a inexperiência política. Uma singularidade: a opposição não buscava a conquista das pastas; estava convencida que seu fim era abnegar-se, renunciar à direção do governo, lutar

permanentemente, não tendo por fim do combate, por vitória, senão a ruína do poder. Quando alguma vez a corôa chamava ao gabinete algum dos mais proeminentes representantes da opposição, via-se êste desde logo incurso na desconfiança do seu partido, e como em frente das exigencias práticas do governo não podia manter-se qual opositorista inexperito se ostentara, a desconfiança dos seus achava-se como justificada; nada se fazia. Chegou isso a ponto de não consentirem os amigos de um dos mais illustres parlamentares daquele tempo que conservasse êle a liberdade de sua deliberação, quando constou que D. Pedro I queria entregar-lhe as rédeas da governança.

Êsse estado de coisas não podia levar senão a uma revolução; era a sua meta necessária, inevitável: a revolução appareceu.

Em causas immediatas dela poderíamos indicar a repercussão dos dias de julho de 1830 em França, a atividade das associações conspiradoras, o desenfreamento da imprensa democratica, o principio de insubordinação do exército de volta da campanha do Rio da Prata, contaminando os mais corpos de linha, aliás já predispostos pela questão da nacionalidade; não escrevemos porém a história, esboçamos apenas traços da fisionomia politica da época; digam pois outros qual a influencia dessas causas, esquadrinhem outras, desenvolvam-as; para nós basta o que levamos dito.

A revolução appareceu, e triunfou na noite de 6 para 7 de abril de 1831, na capital do império, e cumpre dizê-lo e proclamá-lo, invocando as reminiscências dos coevos, que tudo no país

para ela estava tão disposto que o seu triunfo era infalível. Se na côrte houvesse o príncipe achado regimentos fiéis, e com êles comprimido a revolta, a explosão appareceria infalivelmente em outro e em outros pontos. Bem inspirado foi pois o príncipe *retirando-se*, tão bem inspirado como havia sido em 9 de Janeiro de 1822 *ficando*; assumir a ditadura, e tentar por meio dela uma luta de compressão era impossível; com que elementos o faria? Aniquilar-se-ia, e consigo levaria ao precipício a sua dinastia, e a monarquia brasileira.

SEGUNDO PERÍODO — 1831 A 1836.

AÇÃO: TRIUNFO

No dia em que algum Tácito tiver de escrever a história da nossa terra, e esquecidas todas as paixões, apreciar os fatos com a madureza e o critério da imparcialidade, que época lhe arrancará mais admiração e lhe revelará mais sublimes as virtudes cívicas do Brasileiro, os arcanos da fôrça de vitalidade da nossa nação, do que a succedeu ao 7 de Abril de 1831? Não; povo nenhum moderno tem na sua história dias de mais honra! Por toda a parte surgiam perigos, e tais que raros eram os espíritos tão confiados no futuro, tão previdentes das peripécias sociais, que se afoitassem a esperar que todos seriam vencidos, que deles surgiria mais forte, mais brilhante, mais ilustrada, mais preparada para os seus grandes destinos, a nação inexperiente e dividida que no abismo deles se achava lançada!

Se o Brasileiro deve em sua gratidão bradar: “glória eterna aos homens de 1822, “não menos deve a sua gratidão exclaimar: “glória eterna aos homens de 1831!”

Das virtudes cívicas que êles mostraram, das súbitas iluminações do patriotismo que os esclareceram, do desinteresse que os dirigiu, nunca desmereçamos nós, e da pátria brasileira com justo título ufanar-se-ão os nossos filhos!

Na manhã de 7 de Abril de 1831 a nação brasileira achou-se em perfeita anarquia; o Imperador, a bordo de uma nau inglêsa, havia abandonado a sua jovem família à magnanimidade da nação; o ministério não podia governar, pois contra êle fôra dirigida a revolução; as câmaras representativas ausentes, pois o movimento se fizera no intervalo das sessões; ao pé do trono, em torno do poder, ninguém, nem um príncipe, nem um cidadão que tivesse alguma popularidade, que sôbre si pudesse assumir a responsabilidade da governança.

O exército que tomará parte ativa no pronunciamento, entregue às mil direções da insubordinação, nem sequer tinha a unidade necessária para poder dar uma autoridade à revolução vencedora. Os corpos policiaes, ainda mais evadados do princípio de insurreição do que os corpos de linha, nem ao menos ofereciam o ponto de apoio material necessário à manutenção da ordem pública.

Nem uma milícia cidadã, nem uma guarda nacional, nem uma autoridade municipal, nada que compreendendo a gravidade da posição política desse um centro qualquer à administração.

Até mesmo entre os chefes populares que mais ardentes tinham provocado o movimento não havia uma ambição grande e nobre, uma só coragem que se fizesse usurpadora.

A inspiração de D. Pedro I, que o levara a abdicar o trono, como que havia tomado de surpresa os insurgentes que a não tinham previsto, que não estavam preparados para essa eventualidade, e que, pasmos da fácil vitória que lhes entregava o poder, não sabiam que destino dar-lhe.

O povo estava no campo, dois sentimentos o dominavam, os dois sentimentos que haviam alimentado a luta contra o governo imperial; eram êles: 1.º, a suscetibilidade nacional, eivada de aversão contra os nascidos em Portugal: 2.º, a ardente aspiração para a república, apresentada francamente nos últimos dias de reinado, sob o véu transparente da federação, e que, na política ativa e de combate, se havia substituído ao pensamento liberal.

Dado esse caos de elementos, que político não dirá: “daqui só pode sair a subversão, daqui só uma conflagração geral que não se extinga nem nas ondas de sangue derramado pelos ódios?” Pois enganar-se-iam as sinistras previsões do político: a ordem se fez no caos; nem o punhal da vingança particular, nem o cutelo da vindita pública se tingiram de sangue! O nobre instinto do coração brasileiro bradou: “Perdão para os iludidos! A causa de todos os nossos males já não está entre nós!” calúnia generosa que às paixões vencedoras oferecia, como vítima expiatória, o príncipe que abandonara o trono. Essas paixões aceitaram essa vítima; a calúnia teve os foros de

verdade, e serviu de escudo para todos os vencidos.

Aos famintos de nacionalidade dizia-se: “Para que vinganças? não nos ocupemos do passado, senão para evitar a sua reprodução; no trono está um príncipe nascido no Brasil, que há de, como nós, amar a sua pátria e a sua gente”.

Aos famintos de república dizia-se: “Para que precipitações? o trono é um berço; temos pois todo o tempo de preparar o país para êsse governo republicano, tanto mais nobre, tanto mais excelente, quanto se assenta em ilustração e em virtude, que o povo brasileiro irá adquirindo nos longos dias da minoridade”.

Honra e glória aos que acharam nos seus corações esses sentimentos, ou nas suas inteligências essas inspirações! A anarquia foi comprimida!

Entretanto, os membros da representação nacional que se achavam na capital do império, e dos quais muitos gozavam de merecida popularidade, compreenderam que deviam lançar ao encontro das paixões vencedoras o prestígio de seus nomes, e organizar, embora por usurpação, imposta pela necessidade, um governo; fizeram-o: a iminência do perigo foi assim desviada.

Estava senhora do governo a democracia; a câmara dos deputados formava como o seu grande conselho diretor: regência, ministério, tudo era ela; o senado, conhecendo a sua impotência sobre a opinião popular, única força naqueles dias, resignava-se à posição secundária que as circunstâncias lhe haviam dado; vivia obscuro, para salvar a sua vida ameaçada.

Fora do parlamento, a opinião inflamava-se em todos os devaneios de uma imprensa em que o talento do político, e até a habilidade do escritor, eram substituídos pela fúria da paixão, pela violência do estilo, e pelas ameaças da subversão; a federação, a deportação e a proscrição dos nascidos em Portugal eram constantemente reclamadas, e no meio dos fúnebres delírios até se apresentou um monstro incompreensível com o título do grande *Fateozim* nacional, que devia operar o milagre de enriquecer a todos os pobres pela divisão das propriedades.

A par disso o motim se apresentava, e para dar-lhe maior gravidade associava-se-lhe a insurreição militar.

Contra o motim e a insurreição empregou a democracia dois remédios heróicos, o licenciamento do exército, e a criação da guarda cívica. Foram dois grandes fatos e das mais notáveis consequências: a ordem pública na capital achou-se defendida, e pôde superar todos os acometimentos. Não nós ocuparemos aqui com o exame de todas as medidas com que a democracia armou o seu poder para defender a sociedade; a lei contra os ajuntamentos; a jurisdição especial dos juizes de paz nos casos de assuadas e de injúrias; a supressão das cartas de seguro, etc.; não, o que queremos é fazer sobressair no meio dessa repressão o carater essencial do govêrno democrático.

O govêrno democrático comprehende, como todos os govêrnos, que é sua rigorosa obrigação defender a ordem pública, dar paz e segurança aos cidadãos; tendo porém de combater os ex-

cessos provenientes da aplicação dos mesmos princípios sôbre que assenta, recorre mais à violência da ação, aos meios excepcionais, do que à prudência política, que nega ou cerceia o princípio, para não ter de reprimir a consequência. Dêsse teor de proceder nos dava exemplo na França daqueles dias Casimiro Périer, com as matanças da igreja de S. Méry; no Brasil igual exemplo tivemos no princípio da minoridade: a artilharia respondia ao motim, como o licenciamento à insurreição.

As mesmas causas que atuavam na capital, influíam nas províncias: as revoltas se sucediam, como para dar testemunho, quer da fraqueza da autoridade, quer da impaciência das aspirações democráticas, quer dos elementos de conflagração acumulados durante o primeiro reinado. Por toda a parte era ela comprimida, sim, mas não neutralizados, não destruídos os seus elementos.

Então a par da câmara que assumira a ditadura, e da qual era como uma comissão o governo, a par da imprensa que promovia a inquietação popular, apresentava-se um novo e poderoso elemento de força, as associações políticas; três foram as capitais: a sociedade federal, que promovia o desenvolvimento revolucionário do elemento democrático nas instituições prescindindo das formas constitucionais, e não duvidando comprometer a ordem; a sociedade defensora, que se esforçava da manutenção da ordem e da união do império, mas resolvida a dar-lhes por base uma reforma profunda na constituição no sentido democrático: e enfim a sociedade militar, a quem federais e defensores acusavam de promover a restauração do Sr. D. Pedro I, e que, sem

embargo do seu título, não era senão um núcleo em que se agrupavam, quer os antigos servidores da monarquia, quer os que por instinto monárquico tinham aversão a uma atualidade que fazia eternamente pairar sobre o país a ameaça de uma organização democrática.

Dessas associações a mais hábil era incontestavelmente a derensora; abria ela seu grêmio a toda essa mocidade que no seu entusiasmo juvenil estudava a glória dos Girondinos da revolução francesa, e anelava pela república, poetizada pelos seus sonhos, a república de Atenas, sem ostracismo, de Esparta, sem o furor belicoso, de Roma sem as agitações do *forum* e sem as tábuas de proscricção, de França sem as prisões e a guilhotina, a república dos Estados Unidos enfim, mas sem as desgraças das ex-colônias espanholas. Em relações diretas com o governo e com a câmara, era-lhes um poderoso instrumento, e ao mesmo tempo via achegarem-se-lhes todos quantos, dependentes do governo e das câmaras, queriam uma recomendação, um atestado de *civismo*, para obterem algum favor.

Enquanto essas associações procuravam encaminhar o espírito público em diversas direções, a câmara tratava de organizar o país em proveito da democracia. A guarda cívica, improviso dos dias da luta permanente, transformou-se em guarda nacional; foi a cidade toda armada, fardada, sob a direção de chefes por ela própria escolhidos, e que em curto prazo, a não serem reeleitos, voltariam para as fileiras, indo ombrear com aqueles a quem haviam comandado.

O código do processo constituiu a policia eletiva e democrática dos juizes de paz, que,

desnaturados da sua essência, da sua paternal jurisdição, passaram a ser os formadores das culpas, os julgadores das contravenções e dos crimes sujeitos a fraca penalidade, os encarregados de todas as diligências policiais na descoberta dos crimes, na apreensão dos criminosos, nas diligências exigidas pela manutenção da ordem pública e da segurança individual.

Como tribunal apareceu o júri; o júri em todos os tēmos do império, o júri em que com raríssimas exceções todos os cidadãos eram admitidos, chegando-se até a determinar que a lei não exigia, e portanto não era necessário que o cidadão soubesse ler e escrever para ser incluído na lista de juizes de fato. Pela supressão de todos os fóros privilegiados (menos os fóros políticos expressamente marcados na constituição) o julgamento de todos os crimes, como o de todos os criminosos, estava debaixo dessa jurisdição; o funcionário público de qualquer categoria, não só nos crimes que como particular houvesse cometido, mas igualmente naqueles que só como funcionário podia cometer, e que se achavam incluídos no código penal, foi-lhe sujeito.

Até a magistratura civil lhe ficou entregue; pois os juizes de orfãos, os juizes municipais, bem como os promotores, acusadores criminaes perante o júri, foram nomeados pelo govērno de entre candidatos apresentados à sua escolha pelas câmaras municipais, e essas eram emanações diretas e imediatas da eleição popular.

Essa obra tão adiatanda da democracia completava o que já na lei da regência se havia decretado. Por essa lei o poder executivo estava

desarmado na presença da câmara; não podia dissolvê-la, nem negar a sanção aos seus projetos; estava privado do cofre das graças, ou porque, nesses dias de republicanismo, condecorações e títulos estavam condenados pelos fementidos desdems da opinião, ou porque se receiasse que com êsse instrumento captasse o govêrno ilícitas adesões; para maior fraqueza estava destituído de unidade, pois a regência compunha-se de três membros; estava-lhe enfim tolhida a grande expansão da clemência política, pois, se podia comutar e perdoar as penas impostas por sentença, não podia decretar anistias. Posteriormente a essa regência, eleita pelas câmaras, substituiu a reforma constitucional um regente único, filho de uma eleição geral no império; o mal da falta de unidade, que desapareceu, ficou compensado pelo mal, que se agravou, da origem eletiva, e da condição democrática da temporariedade.

A essa obra da legislação, para termos idéia da preponderância da democracia das nossas instituições, acrescenta-se o que já lhe havia dado a constituição; o senado, corpo vitalício, e em cuja composição intervem a corôa, nasce da eleição; e as condições de elegibilidade não são tais que excluam grande número de cidadãos; as duas únicas condições positivas que restringem a liberdade da escolha, a idade de quarenta anos, e a renda de 800\$ por indústria ou emprêgo, não são de certo bases virtualmente aristocráticas: a poucos excluem: substitua-se agora à corôa um chefe eletivo, como na minoridade, ver-se-á que o senado estava arredado da democracia unicamente pela vitaliciedade de seus membros.

A par do senado, ou antes acima do senado, como de tudo no país, pela popularidade de seus membros, pelas suas relações com o povo, pela sua influência sôbre os chefes das agitações, estava a câmara eletiva. A sua natureza de eletiva e de temporária, suficiente para caracterizá-la, ainda melhor caracterizada fica, quando se atende ao modo da sua eleição. Sem embargo dos dois degraus da eleição indireta, que tanto a viciam e transformam, era ela tôda popular. O único requisito constitucional para intervir nessas grandes lutas, e entrar nesses solenes comícios da soberania, era a recente residência na paróquia e a renda de 100\$; tanto vale dizer: “o sufrágio era universal.” E para êsse sufrágio universal como eram admitidos os votantes? Uma autoridade popular e eletiva, o juiz de paz, proclamava os nomes dos cidadãos que queria que com êle compusessem a mesa; os votantes, apertando-se em igrejas em que não cabiam, soltavam vozerias de aprovação e de reprovação: seguiam-se cenas de tumulto em que o triunfo definitivo ficava aos que tinham melhores pulmões, mais fortes punhos, mais audácia e mais persistência. A eleição estava feita; pois essa mesa recebia as listas que bem queria, aos maços, e apurava-as como bem queria, e a ninguém dava contas de si.

Os eleitores de paróquia, assim forjados, confundiam-se em colégios eleitorais, e os votos de todos os colégios da província marcavam os deputados.

Fácil é ver quais e quantos os defeitos dessa eleição; com ela o poder que quisesse abusar era invencível. . . mas então o poder tinha escrúpulos, abstinha-se do abuso, e a eleição dava os seus

frutos. A combinação dos votos dos diversos colégios anulava a personalidade do deputado, desapareciam as suas relações imediatas com os eleitores que haviam conferido o mandato; membro de uma chapa, parte de um corpo coletivo no qual se absorvia o individualismo da sua opinião, apenas servia para fortificar a opinião coletiva da deputação, ou a que lhe era imposta pelo membro dela mais influente e preponderante, o organizador da chapa.

Assim ia tudo, quando se tratou da grande questão, a da reforma da constituição, a da federação.

Essa reforma era um compromisso aceito pelos que tinham querido aplacar as ondas tempestuosas de 1831; muitos deles já estavam arrependidos, mas não tinham a coragem de ostentar o seu arrependimento: a constituição foi reformada no sentido das idéias descentralizadoras e democráticas; criaram-se assembleias legislativas provinciais com direito de estatuir despesas, de decretar impostos, de entender com as circunstâncias administrativas e judiciais das províncias, de regular tudo quanto era de sua administração, de ter um exército seu, como um tesouro seu, como uma legislação sua.

A essa assembleia, de origem eletiva idêntica à da câmara dos deputados, e cujo prazo de duração foi reduzido a dois anos, subordinou-se a magistratura, subordinou-se o delegado do poder executivo; pois as leis provinciais não lhe foi concedido o *veto*; umas tem êle obrigação de executar, ainda quando as desaprove; sôbre outras pode apresentar suas dúvidas, e se a assem-

bléia entende dever desprezá-las, a lei é lei, e o presidente a deve executar.

Havia idéia de ainda mais subordinar ao poder provincial o presidente da província; havia quem o quisesse também eletivo, embora em lista sêxtupla sujeita à escolha do govêrno central. Não houve porém coragem bastante para dar êsse passo; contentaram-se com invadir o executivo na nomeação dos vice-presidentes que foi entregue às assembléias provinciais.

Assim achou-se consumada a obra da democracia; ela por tôda a parte, mais ou menos diretamente intervindo em tudo, tudo subordinado: o poder legislativo era todo seu; o judicial o não era menos; pois tinha o júri, e os juizes de paz, e os promotores, e os juizes de orfãos e os municipais. Não lhe escapava o poder executivo; pois tinha o regente, filho imediato da mesma eleição que os deputados, com a diferença única de computarem-se-lhe todos os votos de todos os colégio de todas as províncias; pois tinha êsse regente limitadíssimas atribuições; pois os seus delegados imediatos, os presidentes de província, estavam subordinados às assembléias provinciais, que enfim eram as que elegiam os seus substitutos.

Não havia exército, e a fôrça armada que existia era a cidade inteira, obedecendo temporariamente a chefes da sua escolha.

Por toda a parte nessa organização política, em todos os atos legislativos de então, em todas as opiniões dominadoras, aparecia, como um eterno pesadelo, a desconfiança do poder; o poder, considerado como inimigo nato da liberdade, em

luta com os cidadãos a quem só desejava oprimir; o dever dos legisladores era pois cercear-lhe o mais possível as fôrças, as atribuições; era o inimigo vencido, era o leão apanhado em pequeno, indefeso, e a quem arrancam os dentes, limam as garras, cobrem de correntes, para apresentá-lo nas feiras, em ridículo espetáculo aos curiosos.

Ao poder assim aniquilado não duvidaram todavia, nos dias em que lhe cumpria defender a sociedade contra o motim em permanência, dar indulto para todas as arbitrariedades, conceder-lhe as medidas excepcionais de que se quisesse valer.

Enquanto se consumava essa grande organização democrática, o que era feito da opinião conservadora, o que do elemento monárquico, e dos seus sustentadores? Os sustentadores do elemento monárquico, do princípio conservador, não compreendiam a sua missão; lutavam sim, mas queriam lutar com os mesmos meios, o motim e a revolta; pela imprensa atacavam desordenadamente o poder, e não viam que o que lhes cumpria era amparar o poder para libertá-lo da tutela e do padroado da câmara; viam no trono um infante, e embalavam-se com a quimérica esperança de fazer voltar ao Brasil o príncipe que abdicara, e que viesse, ou imperador restaurado, ou tutor do seu augusto filho, salvar das invasões da democracia o trono brasileiro. Essa luta impaciente por fim o govêrno; promoveu êle um movimento popular contra a associação que a alimentava, a sociedade militar, contra a tipografia e os jornais que a serviam, deu um golpe de Estado contra o tutor, o venerável José Bonifácio, a quem acusava de fomentá-la; e com algumas

cenas de violência e de tumulto levou a intimidação a todos quantos acolhiam essas idéias, desregradas embora, impopulares de certo, mas não menos respeitáveis na sua inspiração.

TERCEIRO PERÍODO. — 1836 A 1840.

LUTA DA REAÇÃO.

Na dissolução do poder, na extinção dos seus meios legítimos de ação, na disseminação de princípios subversivos, na inflamação das paixões tumultuárias, era impossível que a obra da organização democrática se operasse sem que distúrbios se multiplicassem, e o sangue brasileiro desse lamentável testemunho de que a sociedade não pode caminhar sem autoridade que proteja a ordem. Era impossível que a fraqueza do governo, compensada pelos seus excessos, não adiantasse consideravelmente a educação política do Brasileiro, e não infundisse em alguns corações patrióticos, a par dos desgostos da atualidade, uma como saudade do passado, um como pesar de o haver comprometido.

A revolta tomou aspecto mais sinistro no Pará; a notícia das matanças que a tinham acompanhado, notícia provavelmente exagerada pela distância, cobriu de um véu de tristeza todos os corações. Cumpria acudir a nossos irmãos da extrema setentrional do império, salvar a unidade brasileira, e comprimir a bárbara selvajaria que ameaçava a civilização: cumpria; mas não tínhamos exército, nem marinha!

Ao mesmo tempo, na extrema meridional, o Rio Grande, essa província cuja população, essencialmente guerreira, tem crescido, tem-se educado nas constantes guerras e correrias da nossa luta contra os Estados do Prata, agita-se, e logo se revolta. Cumpria acudir-lhe.

Foram essas duas fatalidades o termo da ascendência das idéias democráticas na opinião. O poder cessou de ser considerado o inimigo nato da sociedade, foi sendo aceito e invocado como o seu natural defensor; então não cumpria mais desarmá-lo, cumpria pelo contrário fortificá-lo; mas como, mas em que?

Alguns espiritos arrojados conceberam a idéia de arrancá-lo à democracia substituindo ao regente eleito a regência de uma princesa; a idéia porém não vingou; apenas serviu para mostrar o princípio da reação monárquica que despontava.

Cotidianamente o ministério, o regente, ao dirigirem-se às câmaras, reclamavam, exigiam delas a fôrça necessária para defender a sociedade, conter e dissipar os germes da anarquia, que já por toda a parte frutificavam. A câmara exigia que lhe apresentasse o govêrno os projetos de lei que supunha necessários para dar-lhe essa fôrça; o governo não lhe podia responder, porquanto êle próprio ignorava de onde lhe provinha a sua fraqueza, o que pois devia remover, de onde lhe resultaria a fôrça, para onde pois devia dirigir-se.

Uma fatalidade: como a morte do Sr. D. João VI e a complicações da corôa portugûesa tinham vindo dar fôrça e armas à agressão democrática, assim a morte do Sr. D. Pedro I veio servir à reação monárquica que se preparava.

Cumpre lembrar que o partido conservador, representado na sociedade militar e na imprensa, sucumbira ineficaz, porque se havia desvairadamente posto em hostilidade com os grandes princípios nacionais: a volta do Sr. D. Pedro I, como imperador ou como tutor e regente, parecia-lhe ser o único meio de salvar as instituições brasileiras; ora, essa volta era profundamente repugnante a todos os instintos, a toda a razão do patriotismo; por isso tão fraca havia sucumbido essa sociedade, tão efêmeras desaparecido essas idéias na hora em que o govêrno contra elas soltara a turbulência popular.

A morte do Sr. D. Pedro I dissipou os receios de restauração, que, geralmente considerada como o maior dos perigos a que podia estar exposta a nação, exercia a mais fatal pressão sôbre os espiritos. O partido dominante, que até então não podia dividir-se, quaisquer que fossem os germes da divisão que em seu seio existissem, sentiu-se desafogado; cada um dos seus membros pôde consigo próprio consultar o seu dever, e atender à inspiração da própria consciência; e a nação, divorciada dos conservadores em ódio à restauração, pôde adotar os seus princípios políticos, confundir-se, identificar-se com êles.

Esse trabalho dos espiritos foi pressentido por um dos mais notáveis estadistas de então.

Aproveitando-o, hasteou êle na câmara a bandeira do regresso, e em um jornal da sua devoção fez aparecer o "SENSO COMUM *visitando os legisladores.*"

Nessas circunstâncias, emancipando-se o govêrno da tutela da câmara, e querendo expô-la à

pública animadversão, porque lhe ela não atendia, e lhe não dava a fôrça reclamada pelas urgências do público serviço, achou-se travada entre o poder executivo e o parlamento, ambos saídos da mesma origem, essa luta memorável que tanto apressou o triunfo da reação monárquica.

Então já tínhamos ganho alguma experiência política, já ia sendo compreendido esse regimen de ponderação e de equilibrio, em que a nação, sempre consultada, governa ela própria os seus destinos sem todavia reduzir à humilhação e à impotência aqueles que se acham revestidos dos poderes soberanos.

A unidade do govêrno pela solidariedade ministerial; a responsabilidade ministerial por todos os atos do poder; o respeito à maioria do parlamento, cuja confiança é condição de existência dos ministérios; o dever inerente ao govêrno de estudar as públicas necessidades, de sôbre elas formular projetos que ofereça ao estudo e aos votos dos legisladores, essa máxima tão nova — que a opposição procura e deve procurar o govêrno, deve desejar pastas, porque sómente assim lhe é possível realizar os seus pensamentos e servir eficazmente o país conforme suas idéias, esses axiomas do regimen representativo eram então novidades. Grande esforço de talento, multiplicadas porfias, foram indispensáveis para firmá-los. Enquanto êsses debates se promoviam, iam a voz da imprensa e a reflexão fazendo compreender que essa fraqueza de que se queixava o govêrno, tinha origem, não só nas idéias falsas geralmente aceitas e propaladas, como no complexo das leis e das instituições da democracia, e igualmente fazendo sentir que essa fôrça, por

êle com razão recalmada, sómente seria encontrada em uma melhor organização do poder, na restauração do elemento de unidade, do elemento monárquico.

Para que rápidas se propagassem essas verdades, para que como teoria triunfassem, tiveram o deplorável auxílio dos fatos os mais calamitosos, que cada dia se reproduziam. Os espíritos patrióticos achavam-se por êles lançados no abismo das incertezas e das sinistras previsões. Estamos mal, dizia o govêrno; estamos mal, repetia a opposição, e sentia a nação inteira; o código do processo é lamentável pela ruína da administração da justiça, dizia-o, e demonstrava-o no relatório que apresentava às câmaras um dos ministros mais adiantados da escola liberal; no ato adicional há o germen da anarquia e da ruína da unidade brasileira.

Com efeito, não tardaram os abusos a vir justificar essas apreensões; se alguma assembléia provincial, bem dirigida por estadistas que compreendiam quanto a bem da administração dos recursos provinciais podia fazer essa instituição, preparava os elementos de prosperidade, e o caminho dos melhoramentos, outras começavam a desvairar-se, e já iam mostrando duas tendências fatais; uma para criar antagonismos de interesses territoriais e fiscaes entre as províncias, outra para alterar a legislação, transformá-la, e acabando com a unidade dela, acabar com a unidade nacional.

Todas essas lições, todos êsses debates entre o parlamento e o govêrno, todo êsse desenvolvimento da opinião, trouxeram enfim a renúncia do regente ao posto a que o haviam cha-

mado os votos dos cidadãos, determinados especialmente pela recordação de energia com que, ministro da justiça, em dias lamentáveis pusera termo aos motins. Com a retirada do regente, com a formação de um novo ministério, saído do grêmio da opposição parlamentar, começaram a fazer-se nos hábitos públicos, na linguagem official, e nas leis, as mais importantes modificações.

Apelamos para a recordação dos que então viviam e se achavam na capital do império: êles que digam que sensação imensa produziu na cidade, de exultação em uns, de indignação em outros, de surpresa em todos, quando se soube que na festividade da Cruz, à porta da igreja, diante de numerosíssimo concurso, havia-se o regente inclinado, e beijado a mão do Imperador! Cinco meses depois abria-se a assembléa geral, e a sensação fôra tão profunda, que êsse ato ministrou o mais amplo tema às divagações do voto de graças.

A par do beija-mão, houve outra novidade. Os discursos com que era aberto o parlamento não ocupavam a assembléa geral com o Imperador e com a sua familia; a fala dêsse ano começou dando aos representantes da nação noticia da saúde de S. M. I.

A opposição democrática compreendeu o alcance de dois atos que hoje pareceram insignificantes, mas que então revelavam nova era, marcavam que uma nova direção ia ser dada aos espiritos, aos trabalhos da legislação, aos atos do govêrno.

A primeira necessidade que se fez sentir foi a de acudir à unidade do império, ameaçada pela extensão abusiva dada às atribuições das assembleias provinciais. Foi então elaborada com madureza, porfiadamente discutida a lei da interpretação. Foi essa lei o pomo de discórdias lançado em meio dos partidos, e traçou a linha divisória entre os reatores contra a organização democrática, e os defensores dela. Hoje que depois de tantos anos e de tantas peripécias, volvemos a nossa atenção para essa lei, admiramo-nos que fôsse ela, tão simples, e em si mesma tão pouco eficaz, objeto de tantos debates, e de tantas clamorosas acusações; é que não era a lei em si mesma que a tudo isso dava ocasião, era a lei como reveladora do futuro, como o primeiro triunfo de uma causa que todos supunham estar morta.

Entretanto, digamo-lo; as assembleias provinciais para logo se desvirtuaram; se pouco eficazes se tornaram para o bem, e igualmente ineficazes para o mal, o que a isso as reduziu não foi por certo a lei da interpretação. A outras causas, ao resfriamento da opinião, ao enfraquecimento do princípio eleitoral, ao abandono em que foram elas deixadas a ambições subalternas, ao espírito de patronato, e de dissipação que nelas se entronizou, cumpre pedir a explicação da ruína dessa instituição que tantas confianças de um lado, quantas desconfianças do outro havia suscitado, e que se encarregou de iludir a todas.

O que de mais importante achamos na lei de interpretação é o que tem por fim regularizar as relações de dependências em que os magistrados

foram postos pelo ato adicional. Pela letra desse ato podem as assembléias decretar a suspensão e até a *demissão* dos magistrados sôbre queixa de responsabilidade, ouvindo-o e dando lugar a defesa. Dos termos em que era concedida essa prerrogativa podia-se concluir que a demissão do magistrado poderia ser decretada em uma lei provincial, sem relação aos rigores da justiça, sem fórmulas protetoras, mas por deliberação da autoridade legislativa. A interpretação declarou que a assembléia procedia em tais casos como grande júri, com todas as fórmulas ordinárias do processo, e não podendo suspender ou demitir o magistrado, senão no caso de julgá-lo incurso em crime a que a lei houvesse imposto a pena de suspensão ou de demissão. Bem pouco era isso; as idéias de reação ainda longe estavam do ponto em que hoje as vemos, quando para o magistrado, até mesmo nos crimes que como particulares possam cometer, reclama-se um foro privilegiado.

Entretanto progrediam essas idéias com incalculável veemência: os inconvenientes e perigos das instituições democráticas eram cada dia mais geralmente sentidos; discussões renhidas e violentas travavam-se na tribuna e na imprensa. A paz pública, continuamente alterada nas províncias; a revolta do Maranhão sucedendo à da Bahia; a do Rio Grande, complicando-se às vezes com questões exteriores, e nunca chegando ao seu termo, ostentavam com as mais lúgubres côres os vícios anti-sociais de uma atualidade ainda mais pavorosa pelo receio do futuro: o monstro medonho da anarquia que devastava as nações

americanas, já o patriotismo o via lançando as garras sôbre o Brasil. A indústria não podia germinar, e o tesouro, já oneradissimo, via de dia em dia multiplicarem-se os seus encargos.

As desgraças da minoridade aproveitavam ao elemento monárquico, davam ao povo severíssimas lições. Já se compreendia que nem mesmo eram suficientes o zêlo, a dedicação dos estadistas para, com o triunfo das doutrinas salutaras, pôr têrmo a tantas agitações: ia-se pois generalizando uma como aspiração pelo dia em que, chegando o imperador à maioridade, ficasse constituído o poder nas grandes bases constitucionais.

Essas aspirações tão rápidas e tão fortes se desenvolveram que não foi possível contê-las; não podendo apressar a marcha do tempo, sentiu-se que cumpria encurtá-lo; surgiu a questão da maioridade.

Entretanto um dêsses fatos extraordinários em que alguns vêm a intervenção da Providência protetora do Brasil, e em que não vemos nós senão súbitas iluminações do patriotismo, apresentou-se, a opposição, que tanto se distinguira na sustentação das conquistas democráticas, constituiu-se, em ódio ao govêrno regencial, a grande promotora da maioridade.

Ela se fez, nem podia deixar de fazer-se: no estado dos êspíritos essa idéia era do pequeno número das que, uma vez aventadas, não podem mais retrair-se. A constituição se lhe opunha, em defesa da constituição tentou o govêrno algum esforço, frouxo porém e irresoluto, pois a

maioridade estava em seus instintos, era como o remate da sua obra. A maioridade se fez. Essa mutação de posições entre os promotores e os adversários dela, entre os homens da monarquia, trouxe alguma confusão nos primeiros dias que se lhe seguiram; uma eleição teve de correr no meio dessa confusão, fácil é ver o que seria: a confusão porém durou pouco, e os promotores da reação monárquica foram daí a alguns meses chamados ao poder e aos conselhos da corôa.

Paremos um pouco: estamos em fins de 1840; a maioridade é apressada, antecipando o seu termo; no campo de Santa Ana, junto ao palácio do senado, onde se acham em tumulto reunidos senadores e deputados, está o povo: quantos indivíduos entre êles estariam, que nove anos antes, estavam no mesmo lugar, e a quem para comprimir as impaciências republicanas que os arrastavam, dizia o patriotismo: "Temos treze anos; em treze anos podemos-nos preparar!"

Não foram treze anos, não; bastaram nove! Quem naquela data teria podido prevê-lo? Quem, se algum profeta o houvesse anunciado, quem não teria escarnecido do profeta? quantos o não teriam apedrejado? E entretanto nove anos de lição bastaram!

Ria-se algum Demócrito da grande comédia humana; dessas variações inconsistentes, dessa versatilidade; não temos nós a desgraça dessa ironia, não desdenhamos da humanidade, antes a vemos grande e admirável; vêmo-la nessas variações obdecendo à lei eterna da ação, da reação. A ação democrática havia triunfado em 1831; que importam seus instrumentos, as paixões, os inte-

rêsses que lhe deram o triunfo? A reação monárquica triunfou em 1840; que importam seus instrumentos, as paixões e os cálculos que lhe deram o triunfo? A grande lei do progresso achou-se cumprida; foi essa a segunda fase da luta; era tão necessária como a primeira, tão necessária como a terceira. Felicitemo-nos; que nessas jornadas escabrosas da nossa organização política a pátria conservou-se inteira, incólume; nos rochedos em que teve de abalroar, não deixou dispersos os pedaços do seu corpo gigantesco; neles não verá o pensador político os destroços de uma nacionalidade extinta.

QUARTO PERÍODO. — 1840 A 1852.

TRIUNFO MONARQUICO.

Antes de começar as nossas observações acerca dessa época tão próxima dos nossos dias, e em que se acham envoltos caracteres e nomes de tantos cidadãos ainda hoje existentes, em que temos de ocupar-nos com fatos tão recentes na memória e no coração de todos, sentimos a necessidade de fazer um protesto. Que não queremos ofender a ninguém, que não desejamos despertar suscetibilidades, que só procuramos a verdade, sem a qual não poderá deste nosso trabalho sair utilidade alguma, é o que devem ter deixado evidente as páginas até agora pelo leitor percorridas; protestamos pois que, qualquer que tenha sido a nossa posição nas lutas do passado, não conservamos o menor ressentimento contra

pessoa alguma; compreendemos as necessidades políticas, a influência das relações, o arrastamento das lutas, a cegueira das paixões e o seu impulso; protestamos pois ser justos, tanto para ex-adversários, como para ex-aliados; o que queremos é explicar pelo lado nobre, pelo lado digno do caráter brasileiro, todas as ocorrências; esperamos conseguí-lo: a franqueza e a lealdade dirigiram a nossa pena.

Cumpre antes de tudo apresentar uma observação; nos partidos, vastas aglomerações de homens, congregados pela identidade de pensamento e de instintos políticos, há igualmente interesse individuais e interesses coletivos, há paixões e ilusões. Muitas vezes um partido está no poder, e todavia há nos elementos sociais uma tendência tão contrária às suas idéias, que o seu triunfo se anula, e apenas lhe deixa servir aos interesses individuais e coletivos, as paixões e as ilusões que o congregaram: até mesmo tão forte é às vezes essa tendência, que o partido, embora ocupe as posições do domínio e da influência, tem de obedecer-lhe e de servi-la, ainda contra os seus princípios, e de firmar as convicções que lhe são mais repugnantes.

No longo e importantíssimo período histórico que vamos perpassar, nem sempre estiveram no governo os homens da opinião *conservadora*, por muitos anos o poder foi dado aos seus adversários, aos liberais: e entretanto a obra da reação monárquica continuou, por êles próprios servida ou auxiliada. No período de 1844 a 1848 os ministérios que se sucederam compuseram-se dos seus

mais notáveis estadistas, dos seus mais dedicados aliados; todas as posições de predomínio e de influencia foram por elles occupadas; as câmaras davam-lhes quase unânime apoio; e entretanto a doutrina actualmente aceita acêrca do poder moderador, doutrina tão repugnante aos princípios do regimen parlamentar, foi por algum deles invocada, por todos sustentada e firmada no país; a grande conquista do *veto* presidencial sôbre os atos das provincias, a interpretação dos dois terços, foi por um dêsses ministérios estatuida.

Explicaremos êsses fenômenos, como nos dias da grande luta faziam-o os partidos? apresentamos-emos como aviltamentos dos caracteres politicos, como denúncias de falta de convicção e de pouca fé nas idéias que apregoavam? Longe de nós semelhante injustiça, que desairaria o caráter nacional, não; chamados ao poder os homens dessas opiniões, achavam-se tolhidos pela tendência que encontravam; ainda não era o tempo das suas idéias, ainda a sociedade não sentia a justiça, a necessidade delas, e os obrigava a recuar. Deveriam ter largado o poder? Mas o poder era-lhes uma dupla garantia; já porque os livrava, a elles e aos seus co-partidários, da preponderância de homens que a cegueira das paixões politicas lhes representavam como fatais; já porque pensavam assim impedir que a tendência, contra a qual lutavam, continuasse em novas e maiores conquistas.

Entretanto elles próprios a serviam; quando, na discussão do voto de graças, quis o senado apresentar uma indicação de política diversa da

que pelo govêrno era anunciada, foi por este trazida a campo a vontade imperial, como devendo pelo acatamento que infundia cobrir essa indicação: quando um senador disse algumas verdades teóricas acêrca da monarquia real e da pessoal, mil capitulos se ergueram, deram-se mil interpretações às suas palavras, de modo a mover enredos absurdos no regimen representativo; quando se apresentaram aos eleitores pernambucanos as candidaturas dos Srs. Chichorro e Ferreira França, não duvidaram desculpar-se desta última declarando-a imposta pelo imperador; e quando enfim foram apresentadas ao senado as cartas imperiais desses dois senhores, quando o senado quis discutir a validade da eleição pernambucana, afadigaram-se na lida insana de tornar odioso o senado, apregoando que queria desatender a corôa e cassar *cartas imperiais!*

Eram homens de opiniões liberais! criminalos-emos? não, pois sabemos que o poder impõe necessidades, que há tendências sociais imperiosas, que os partidos tem arrastamentos irresistíveis; ora, a tendência de toda a opinião corria nêsse sentido; a atmosfera que a todos nos rodeava, em que todos vivíamos, era essa; estávamos em plena reação.

Firmou-se então a doutrina de que os atos do poder moderador não podem ser discutidos pois são privativos da corôa, que é sagrada e irresponsável. Estabeleceu-se que nesses atos o ministro referendador obrava como máquina passiva, em respnsabilidade alguma, nem mesmo a que resulta das discussões perante o juízo da razão nacional. Embalde se dizia que não podendo

ato algum ter validade sem a rubrica, a rubrica importava a responsabilidade; que devia o ministro a bem do país examinar o ato, e se o achasse contrário aos públicos interesses, devia, por lealdade à constituição, e até por lealdade à corôa, negar-lhe essa rubrica; embalde se dizia... “calai-vos, respondiam; o ato é da privativa atribuição do imperador, e o imperador é inviolável e sagrado; calai-vos; pois nós ministros também nos calamos, referendamos, como simples oficiais de secretaria; a nossa referenda é uma fórmula vã. Calai-vos.”

Infelizmente no século em que vivemos a razão não se cala diante de ato algum humano; tudo discute, de tudo quer saber a razão, a tudo quer ver se deve louvor ou censura; e se alguém lhe não aparece de quem se queixe ou a quem louve, não há dogma algum que a faça emudecer, e impôr-se a si própria a lei da indiferença em negócio que importa a sua sorte.

Não bastava, para marcar a era em que estavamos, a substituição do monarca na plenitude dos direitos constitucionais do executivo e do moderador, na plenitude das suas prerrogativas, ao poder regencial limitado por uma democracia suspeitosa; era necessária essa extensão dada à prerrogativa, extensão que, se nos dias de triunfo pôde ser uma fôrça, nos dias de adversidade pôde ser a maior das calamidades!

Confundamos pois na obra da reação monárquica todos os ministérios que de 1840 até 1851 se sucederam; todos foram instrumentos mais ou menos voluntários, mais ou menos hábeis dessa reação.

Uma exceção única poderíamos fazer. Era chegado o ano de 1848; formara-se o ministério Paula Sousa (*); mostrou êle o sincero desejo de realizar algumas reformas que pusessem termo à reação, e pudessem trazer o equilíbrio; nêsse sentido proferiu alguns discursos, fez aparecer no senado alguns projetos; não teve porém a necessária fôrça, a indispensável energia para prosseguir na sua obra. Além de que, ainda não era tempo; circunstâncias de grande momento vieram embaraçá-lo, e arrastá-lo ao abismo.

Na extrema dos sustentadores do ministério se apresentavam alguns deputados a quem os movimentos europeus comunicavam a sua vertigem; êsses buscavam a popularidade, apresentando idéias de reforma mais ou menos irrealizáveis, ou rodeiadas de dificuldades e de perigos, e com elas e não menos com os meios de que, para realizá-las, lançavam mão, ainda mais dificultavam a obra do ministério, dividiam e irritavam os grupos do partido, e fortificavam os seus adversários. Essa fração tendia à revolta; a revolta era o seu necessário paradeiro; ora, a autoridade estava tão forte, ela que já absorvia quase toda a fôrça social, que não podia aceitar as imposições da revolta.

Falamos em revoltas: foi o êrro lamentável do partido liberal nessa quadra, êrro análogo ao que em quadra diversa haviam cometido os *caramurús* (**); dêsse êrro aproveitou-se a tendência social a bem da autoridade, como do pensamento

(*) Durou o ministério presidido por Francisco de Paula Souza e Melo de 31 de março a 29 de setembro de 1848.

(**) *Caramurus* era o apelido dado aos restauradores, que se esforçavam para repor D. Pedro I no trono do Brasil.

da restauração aproveitou-se a tendência social a bem da democracia.

O partido liberal não compreendeu que o campo da razão pública era o único, as armas da inteligência as únicas que lhe podiam ser salutaras. Tratava de defender algumas das conquistas do período democrático; pois a defesa é tão difficil, que exija meios extraordinários e violentos, quando é sabido que: “o que está tem muita força?” A imprensa, a associação pacífica, a petição não são armas eficazes, quando há constância, e quando se confia nas próprias convicções?

O partido liberal não teve fé em si, nem confiou no futuro; quis tudo apressar, e tudo comprometeu; quis invocar as paixões da revolta, e teve exagerar as suas pretensões, a fim de dar arras a essas paixões.

Hoje hão de por certo os chefes dêsse partido, vendo o estado a que se acha reduzido o país, lamentar as fatalidades de 1842 e de 1848!

E de fato, a reação monárquica se havia operado nos espíritos, não tanto pela eficaz propagação das doutrinas, como pela lição prática da anarquia, pelo desejo de evitar o calamitoso porvir das ex-colônias espanholas que o patriotismo já via iminente; tudo pois quanto fôsse continuar revoltas, agravava êsses receios, exacerbava aquella reação. Para desarmá-la, para embaraçar-lhe o progresso era indispensável que a causa liberal com todo o esmero se depurasse de tudo quanto podia autorizar ou desculpar tais prevenções; cumpria-lhe praticamente convencer a todos, de que, longe de ser incompatível com a ordem, era a liberdade a condição necessária, indeclinável

dessa mesma ordem. Cumpria-lhe praticamente fazer sentir ainda aos mais timoratos que a liberdade constitucional, a liberdade que todos deviam querer, não só era diversa da ordem, não só lhe era análoga, como até com ela se confundia; assentavam nas mesmas bases, medravam com a mesma prosperidade, definhavam, morriam, juntamente e pelos mesmos golpes.

O trabalho da reação monárquica foi completo; onde a democracia havia posto um elemento seu, a reação colocou um elemento oposto. Depois da lei da interpretação, veio a reforma do código do processo.

O juiz municipal, o juiz de orfãos, o promotor público cessaram de ser escolhas da câmara municipal; foram escolhas do governo: o juiz de paz eletivo cedeu as suas atribuições policiais, e a sua jurisdição criminal a delegados e subdelegados, nomeados, demitidos a arbítrio do governo; o júri, acusado continuamente de ineficaz quaisquer que sejam os tribunais a que tenha de ser cometida; pois tem suas causas na benignidade da índole brasileira, — o júri viu cerceada a sua jurisdição em um grande número de casos, e até nos que lhe ficaram sujeitos deu-se ao juiz de direito a faculdade de anular a sua decisão, quando não concordasse com ela, apelando para a relação; assim o juiz de direito e a relação, a magistratura enfim, exerceu sobre a instituição popular uma como inspeção e tutela.

Houve mesmo quem falasse na conveniência de alçadas especiais para os crimes que comprometem a segurança do Estado; felizmente essa aspiração nunca foi reduzida a projeto, e ainda menos a lei.

Centralizou-se a ação policial, criando um chefe de polícia para a província, quando outrora o juiz de direito na sua comarca era a autoridade policial superior. Dest'arte desapareceu de todo a obra policial e judiciária da democracia. Seria um mal tudo quanto se fez? Não queremos dizer tanto; queremos unicamente reconhecer aonde estamos.

Todavia cumpre ver que dessa organização nasceu um monstro horrível, que ameaça toda a segurança individual, que aniquila toda a liberdade; monstro que em mil vítimas que cotidianamente persegue, não se farta, não sacia os seus instintos: A *PRISÃO ARBITRÁRIA*... O regime das *lettres de cachet*, que tantos clamores excitou na França de Luiz XV, está de muito excedido; sôbre a liberdade individual impera o capricho; não aqui, ali, em pequenos povoados, onde a tutela da opinião é fraca, e quase nula a fôrça represora da inteligência; mas nas cidades, nas capitais, na capital do império! A prisão arbitrária com todos os escândalos das paixões mesquinhas de mil agentes prendedores, com todo o desdém pela sorte das vítimas, pelo sofrimento dos cidadãos; a prisão arbitrária contra a qual não há senão um recurso, a carta de empenho: tal foi o primeiro fruto de uma organização policial irresponsável, soberana, que só depende do govêrno, que só ao govêrno dá conta de si.

Contra a prisão arbitrária havia um recurso em nossas leis, o *habeas corpus*. Esse recurso, porém, para ser salutar, exige essencialmente a independência, a ilustração, a consciência do dever da magistratura, e a magistratura cessou de

oferecer tais garantias. Demais, estabeleceu-se que o *habeas corpus* não podia ser concedido senão por autoridade superior a aquela em cujo nome era feita a prisão; bastou pois que o prendedor declarasse presa a sua vítima à ordem do chefe de polícia, à ordem do presidente da província, que a declarasse presa para o recrutamento, presa para a marinha, ou ainda presa para indagações policiais; bastou qualquer dessas coarctadas, para que a prisão arbitrária zombasse do *habeas corpus*.

As necessidades das guerras intestinas em permanência trouxeram a restauração do exército de linha, constituído sôbre bases mais seguras e depuradas; a marinha foi igualmente restaurada: e tanto esta como aquele compreenderam e desempenharam o seu dever na defesa da ordem pública. Não contente, porém, com os meios de enérgica ação que lhe davam marinha e exército, a reação procurou transformar nas antigas milícias do outro regimen a instituição democrática da guarda nacional. Para isso bastou-lhe arrancar a eleição e a temporaneidade aos seus oficiais: o governo os nomeou: a princípio a reação os quis em completa dependência; quem os nomeava os demitia; mas depois aperfeiçoou ela a sua obra, fez vitalícias as patentes, como no exército. Ao mesmo tempo, continuando serviço de paradas, de guardas, de rondas e de destacamentos, em que os guardas ficavam provisoriamente sujeitos ao severo regimen da tropa de linha, vergou-os à disciplina e à subordinação, quase que à obediência passiva do exército, sob pena de prolongadas prisões e so-

frimentos: a cidade achou-se militarizada, e se todo o império não se transformou em um quartel, foi sómente porque, disseminada a nossa escassa população pela vastidão do território, acha mil facilidades de subrair-se ao mando dos superiores.

O poder estava em vias de conquista; nessas ocasiões irrita-o a menor resistência, e êle a quebra, ainda quando parte de seus aliados naturais: o poder judicial, aliado natural da autoridade, nem sempre com a desejada diligência coadjuvava a sua ação; remoções sôbre remoções mostraram aos juizes de direito, e até aos municipais, que sua independência era uma quimera. Quando a lição das remoções trouxe a todos êles essa fatal convicção; quando por ela impelidos os magistrados se fizeram homens políticos, e vieram dominar o parlamento, cuidaram então de livrar-se dessa sujeição: regularizaram o direito de remover, de modo a nunca sacrificar os interêsses do removido, regularizaram o acesso às relações de modo a em parte livrarem-se do arbítrio: essas leis eram salutaes por certo, e por isso a reação não podia em boa fé aceitá-las e executá-las: de fato, vemos que está uma delas atacada com franqueza em um projeto de reforma, e a outra se acha de todo falsificada, e vale apenas como um vestígio de bem inspirada tentativa.

Uma simples medida legislativa arrancou às assembléias provinciais a designação dos vice-presidentes.

Muito mais importante contra elas foi uma interpretação relativa ao *veto* presidencial.

Além de desenvolver-se mais amplamente na prática a doutrina do art. 16 do ato adicional incluindo-se entre os atos das assembléias provinciais que os presidentes podem suspender até a decisão dos poderes gerais, não só os que são ofensivos dos direitos de outras províncias, e dos tratados feitos com potências estrangeiras, mas também os que são opostos às leis gerais e à constituição do império, appareceu um aviso determinando que a votação dos dois terços, necessárias para ser considerado como lei um ato da assembléia provincial a que o presidente negasse sanção, não era simplesmente a dos dois terços dos membros presentes à sessão, porém a dois terços da totalidade dos membros que compõem tais assembléias.

Este aviso, publicado por um ministro do periodo liberal, causou todavia alguma estranheza; o ministro que lhe succedeu revogou-o, declarando ficar dependente da assembléia geral a aceitação da sua doutrina, e deixando entregue às assembléias provinciais, enquanto não apparecesse nova lei interpretativa, admiti-la ou rejeitá-la. Daí resulta, que em algumas províncias vale a doutrina, e requer-se para anular o *veto* a aprovação dos dois terços dos membros que compõem a assembléia, em outras bastam os dois terços dos membros presentes à sessão.

Onde porém a reacção mais habilmente conseguiu os seus intentos, foi no regimen eleitoral. Qual o tinhamos, dava triumpho infalivel à demagogia, e não podia deixar de intimidar a nação que aspirava pela ordem, e a quem essas cenas de comícios, de vozerias, de violências não pa-

reciam muito próprias para assegurar o triunfo da vontade nacional. Dessa convicção universal nasceu a reforma do regímen de eleições; procurou-se prudentemente arredar todos os sintomas de demagogia; operações lentas, enfadonhas, matadoramente lentas, determinadas por uma lei minuciosamente casuística, e embrulhadas em um sem número de avisos explicativos, o conseguiram; não houve mais comício, nem a fôrça e a violência deram a lei; substituiu-se a fraude, a corrupção e a coação das autoridades. Os votantes não compareceram mais em massa, solidários, apoiando-se uns nos outros, e apresentando o aspecto do tumulto; compareceram individualmente, sob a direção, a tutela e a fiança dos seus inspetores de quarteirão, sob a vigilância dos seus superiores da guarda nacional.

Na eleição demagógica o govêrno necessariamente venceria desde que o quisesse; pois o govêrno é fôrça organizada; na eleição na qual se combinou, os inspetores de quarteirões e os oficiais da guarda nacional vencem suave e naturalmente... até porque a universal convicção da infalibilidade dessa vitória arrega os esforços antecipadamente reconhecidos ineficazes, dos que poderiam querer contrastá-la.

Tal foi a obra da reação monárquica, tão completa como havia sido a da ação democrática; uma partira do medo e da suspeita contra o poder e o aniquilara; a outra do medo da turbulência e do horror ao tumulto e à anarquia, e aniquilara a liberdade. Na sociedade brasileira organizada pela democracia, tôda a fôrça, tôda a autoridade parte das freguesias, os municípios, da

eleição local, do povo; câmara municipal eletiva e quatrienal; juizes municipais, de orfãos, promotores eleitos pelas câmaras; júri por elas qualificado; juizes de paz eletivos e anuais; assembleias provinciais eletivas, quase soberanas no seu poder de legislar, dominando a magistratura pela faculdade de demitir os juizes de direito, invadido o executivo pela nomeação dos vice-presidentes: e para proteger essa ordem de coisas nada de exército: serviam cidadãos armados na guarda nacional, obedecendo a chefes de sua confiança, e d'elles dependentes pela necessidade da reeleição.

Na sociedade organizada pela reacção a influencia da localidade desapareceu; tudo partiu do govêrno, tudo ao govêrno se ligou, o govêrno foi tudo, e tanto que hoje não há Brasileiro que mil vêzes por dia não manifeste a convicção de que a sociedade está inerte, e morta, de que só o govêrno vive. E por isso ao govêrno se dirigem todos os votos, todas as aspirações a melhoramentos, o govêrno é por todos invocado até quando se quer, para divertimento da capital, contratar cantores e bailarinas!

Enquanto a obra da reacção se ia realizando, os defensores da democracia não desampararam o campo. Como no período de 1834 a 1836 houve quem conservasse as idéias, as tradições, diremos até o culto do poder monárquico, quem lutasse por embaraçar as consequências do triunfo de 1831, houve igualmente quem se conservasse, senão em todo, ao menos em parte, fiel às idéias populares, quem por elas lutasse, e assim quisesse embaraçar as consequências do triunfo de 1840.

Infelizmente, já o dissemos, não contavam êsses com os recursos legítimos da tribuna, da imprensa, da associação, da petição, e por isso mais comprometeram do que serviram à causa da liberdade obrigando muitos que a poderiam defender, a desampará-la e até a agredi-la, vendo-a confundida com a revolta que seus instintos, como sua inteligência, repeliam.

Entretanto essa mesma luta não foi infecunda para a ilustração nacional, para o desenvolvimento da razão pública.

Idéias foram aventadas, e tão hábilmente sustentadas, que calaram em muitas convicções: expressões tão bem inspiradas que ficaram como um ferrete de ignomínia sôbre alguns meios de govêrno e de opressão; grandes necessidades públicas foram demonstradas, e a razão nacional se esclareceu. O observador que, desprevenido, confrontar as épocas, verá que em tudo e por tudo os *caramurús* de 1831 a 1836, e os liberais de 1841 a 1851 desempenharam o mesmo papel, cometeram os mesmos erros, fizeram os mesmos benefícios. O que arredava dos *caramurús* as simpatias da grande massa nacional era a restauração, o que arredou dos liberais as mesmas simpatias era o constante apêlo para as armas: em um e em outro caso, revolta e sofrimento, ruína da liberdade e da ordem, é a nação queria existir, e existir livre.

Desde, porém, que a morte de D. Pedro I fez desaparecer a causa profunda dessa aversão e desse divórcio, a doutrina do partido *caramurú*, modificada, aperfeiçoada pela inteligência, foi geralmente abraçada, triunfou sob a bandeira do regresso.

Assim igualmente, no dia em que, depois de tantas revoltas mal sucedidas, uma derradeira se fez concitando todos os elementos de conflagração, e sem embargo de tudo, sucumbiu, entrou em todos os espíritos a convicção da improficuidade da turbulência; as paixões refrearam o seu ardor, puseram silêncio a suas exigências, retiraram as suas ameaças; então cessou naturalmente a aversão e o divórcio, e sob o pregão do progresso conservador apareceu a época da transação.

A preponderância exclusiva da ação correrá seus destinos, e desaparecera.

A preponderância exclusiva da reação lhe sucedera, ia correndo os seus destinos.

Cumpriria deixar que esses destinos se completassem, que no arrefecimento das paixões, na extinção dos ódios, no resfriamento do interesse político, a reação prosseguisse, e não contente com tudo quanto havia ocupado, quisesse continuar a sua expansão até chegar ao *knout* do moscovitismo?

Não, dirão unânimes todos os Brasileiros. Mas também a reação pode parar e consolidar-se nas suas conquistas; nada mais ameaçar, mas nada também ceder, acrescentaram alguns. Esses não terão examinado o painel da atualidade, nem estudado as lições da história política do mundo.

Dir-lhes-iam elas que todo o poder tem instintos irresistíveis de expansão a que necessariamente cede, se lh'os não vem reprimir com uma justa ponderação outros elementos de poder de diversa origem e índole diversa. A reação, ou

há de ser contida pelo desenvolvimento do princípio que já dominou absoluto, e que hoje está completamente excluída, pelo princípio democrático, ou há de ir por diante; parar espontaneamente é-lhe impossível.

Se vai por diante, irá necessariamente despertar novas lutas. Embora despido de toda a influência oficial, deserdado do seu quinhão constitucional, o espírito de democracia não está morto, nem pode morrer no Brasil. Continuando, a reação i-lo-á necessariamente provocar... e provocando, há de êle vencer, pois terá por si êsse grande apoio do bom senso nacional, que anulou os *caramurús* em 1833, e lhes deu triunfo em 1836. Há de vencer, pois o Brasileiro quer, quer, quer indispensavelmente liberdade como condição da ordem, ordem como condição da liberdade: e nossos pais bem o compreenderam, e por isso no grande pacto fundamental que liga os Brasileiros, estabeleceram o consórcio, o justo equilíbrio dos elementos monárquicos e democráticos, cada um com os direitos, com os encargos que lhe são próprios.

Há de vencer, e então... Pois estará destinada a nossa bela pátria, sem embargo da índole tão admirável dos seus filhos, da sua benevolência, da sua generosa magnanimidade, da sua inata indulgência, a ficar eternamente condenada aos incessantes acometimentos da ação e da reação, sem que nunca, nem nas mais favoráveis circunstâncias, descubra a sabedoria política os meios de combinar os dois elementos constitucionais, colocar a sociedade nos seus eixos?

Pensamos que não: tal fatalidade nos não persegue!

O período da reação está tão completo desde 1852, como o da ação o esteve no dia em que o regente do ato adicional tomou conta do governo para dar testemunho da desorganização social que o assombrou. E' pois chegada a época da transação.

ÚLTIMO PERÍODO. — 1852 A 1856.

TRANSAÇÃO

O período da transação está começando; diz-nos onde param as antigas parcialidades, onde os seus ódios? Já de há muito desapareceram. Em testemunho disso vêde aí que palavra puseram por diante os parlamentares, quando se levantaram contra o ministério que precedeu ao atual? A conciliação. E esse mesmo ministério, como o seu predecessor, como o seu sucessor, que tendências mostrava senão as de uma conciliação que ao menos quanto aos indivíduos, punha em perfeito olvido todo o passado? E que movimento social era êsse que todos os políticos presentiam, a que obedeciam, que lhes fazia abandonar as suas posições de vencedores, senão o resultado da convicção íntima do país de que estavam extintas todas as paixões, acabadas todas as lutas do passado? E essa extinção das paixões, esse esquecimento de ódios, o que são senão os sintomas evidentes de que a sociedade tem chegado a esse período feliz de calma e de reflexão que pode e deve ser aproveitado para a grande obra da transação?

Cumpre que o poder espontaneamente se desarme de quanto lhe foi dado, não por ser-lhe essencial para desempenhar os seus tutelares encargos. mas em atenção às circunstâncias excepcionais da posição em que êle se viu colocado; cumpre-lhe renunciar ao arbítrio com que suprime a liberdade individual, com que subjuga a nação militarizada. Cumpre-lhe ver entre as idéias que os liberais puseram por diante nos dias de suas lutas (idéias que felizmente foram escritas em três programas notáveis), quais as que satisfazem as verdadeiras necessidades públicas, quais as que, sem perigo, dão ao elemento democrático algum quinhão na organização política do país; cumpre que o que é do povo seja restituído ao povo.

Se assim acontecer, não receíamos errar profetizando que a era lamentável de convulsões pela qual têm necessariamente de passar as nações novas que tratam de organizar-se, estará concluída, para nunca mais ser renovada: então entregues as questões de política, de govêrno, de alta administração ao jogo legítimo de um regímen representativo com prudência equilibrado, poderá a nação brasileira caminhar segura para os grandes destinos que a esperam.

Se porém perder-se o ensejo; se os anos de 1855 e 1856 correrem tão infecundos para a grande causa da transação como correram os três anos que lhes precederam; se o poder compreender tão mal o seu dever para com a pátria, que continue exagerando cada vez mais as suas conquistas, então... Ah! quem sabe se os defensores da causa nacional, da causa da liberdade e da ordem,

não terão de ir defendê-la contra as exagerações de uma nova reação democrática nos seus limites extremos da ordem social, não terão de ir defendê-la, não já contra os que quiseram a supressão do senado, a ruina de instituições essenciais, mas contra os que acometeram todo o edifício político, e todo o edifício social, contra os que quiserem uma constituinte!

O moscovitismo, se lá chegassemos, traria necessariamente a anarquia e a demagogia; mas, temos fé na inteligência e no patriotismo brasileiro, lá não chegaremos.

As súbitas iluminações do patriotismo que tantas vêzes nos têm salvado, confiamos que ainda uma vez, enquanto é tempo, salvar-nos-ão. O período da transação será aproveitado, e os dias fatais da eleição de 1855 não verão a luta da sociedade manietada para repelir os representantes que o *moscovitismo* lhe quiser impôr.

Escrevemos este folheto, de improviso, nos momentos roubados a mil ocupações, escrevemo-lo sem ter tempo, nem sequer de lhe limar o estilo; escrevemo-lo, porque entendemos que era um dever nosso, e esse dever cumprimo-lo com toda a sinceridade de nossa convicção, sem influência alguma de malquerença individual, antiga ou recente. Estamos certos de que nesse ponto o leitor far-nos-á justiça; no mais, sem desvanecimentos de vaidade, muito folgaremos se houvermos despertado alguma reflexão fecunda, e lançado sôbre a atualidade alguma luz que aproveite nos que a têm de dirigir.

FERREIRA VIANNA E A “CONFERÊNCIA DOS DIVINOS”

Ferreira Vianna, discursando no dia 5 de julho de 1882, na Câmara dos Deputados, proferiu estas palavras, dirigidas ao então Visconde de Paranaguá:

— Tomara que eu tenha o patrocínio que vossa ex-celência tem, quando algum dia, por desgraça, fôr ministro!

O registro da taquigrafia assinala que a frase foi acolhida com risos pelo plenário. Era um dos segredos desse tremendo orador parlamentar o modo pelo qual fazia desencadear o riso em meio dos mais graves debates. Ai, não só a formulação da frase era naturalmente engraçada, como ainda a condição do orador aprofundava o contraste. Defrontavam-se, de um lado, o Visconde de Paranaguá, um áulico, um valido do imperador e, do outro, Antônio Ferreira Vianna, o desabusado autor da “Conferência dos Divinos”. O deputado não podia compreender como o imperador, depois de aconselhar-se com Saraiva, tivesse preterido esse velho e ilustre político baiano para colocar à frente do gabinete aquêlê visconde. Daí insistir em que se tratava de “um ministério patrocinado.”

— Se há nisso uma insinuação, eu protesto! — exclamara Paranaguá.

— Ministério patrocinado? Mas patrocinado por quem? — interpelou o deputado Moreira de Barros.

— Queremos que fale com franqueza! — intimou Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior.

Ferreira Vianna já tinha alcançado o fim desejado. Sem se perturbar, voltou-se para os adversários e declarou:

— Mas, senhores, é do meu natural ser confuso!

Outra vez o riso dominou o plenário... Não exprimia pròpriamente uma verdade, mas sabia dar uma forma velada ao seu pensamento, quando o desejava. Não tão velada, no entanto, que os iniciados não lhe percebessem o sentido. Foi o que aconteceu com a “Conferência dos Divinos”, por exemplo. Ali, tudo é alegórico. Ao leitor de hoje, impressiona singularmente a repercussão que alcançou tal panfleto nos últimos anos do Império. E é interessante notar que serviu de munição de bôca à veemente campanha republicana, desenvolvida a partir de 1870, data do famoso manifesto que teve Saldanha Marinho como primeiro signatário. Foi reproduzido em muitos jornais de tendências republicanas e teve sucessivas edições, uma destas, para melhor compreensão dos leitores, anotada por Anfrísio Fialho, que viria a ser um dos membros da Assembléia Constituinte de 1891. É o têxto que escolhemos para reproduzir neste volume.

* * *

Foi uma das figuras mais curiosas da política do Império o autor da “Conferência dos Divinos”. Nasceu na cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul, a 11 de maio de 1832, veio menino para o Rio de Janeiro, aqui se matriculando no Imperial Colégio de D. Pedro II, então dirigido pelo monge beneditino Frei Rodrigo. Bacharel em letras, teve como companheiro de turma

os futuros senadores Paulino Soares de Souza e Henrique d'Avila. Distinguiu-se, como estudante, principalmente em línguas, em especial a latina, a alemã e a inglesa. Traduziu vários trabalhos do inglês e do alemão, inclusive fábulas de Lessing e contos do cônego Schmid. Em São Paulo, onde fez com brilhantismo o curso de direito, Ferreira Vianna teve como companheiros de estudos moços que muito se distinguiram na vida pública brasileira. Entre êsses, Felix da Cunha, José Bonifácio (o moço), Teixeira Júnior, Américo Brasiliense, Quintino Bocayuva, etc. Fez parte, em 1852, de uma sociedade de cultura, o Ensáio Filosófico Paulistano, e foi o orador oficial da Faculdade de Direito de São Paulo nas homenagens prestadas naquele ano ao jovem acadêmico e talentoso escritor Álvares de Azevedo, que acabava de desaparecer. Com Quintino Bocayuva, fundou um pequeno jornal, "A Honra", cuja tendência era nitidamente republicana (provavelmente por influência desse companheiro), o que não obstou a que ambos logo buscassem abrigo nas fileiras do Partido Liberal. Foi em São Paulo que, ainda acadêmico, iniciou sua vida de político e de panfletário, com a publicação de "A Fusão", folheto dedicado a Felix Xavier da Cunha e impresso na Tipografia Liberal, de Joaquim de Azevedo Marques, na capital daquela província, no ano de 1854. Quais eram as idéias dominantes desse panfleto? Fazia Ferreira Vianna um paralelo da conciliação dos partidos, na França, com a conciliação no Brasil, iniciada no ano anterior, sob a égide do Marquês de Paraná. A da França tivera lugar entre legitimistas, orleanistas, socialistas e comunistas, e Thiers fôra o chefe dessa coalisção, sem todavia se vangloriar de ser legitimista, republicano, socialista ou comunista. Acrescentava: "Unem-se os partidos quando em opposição pa-

ra dar batalha, e derrotar, se lhes fôr possível, o inimigo comum. Ante o inimigo que goza do poder, não é político repelir aliança temporária de adversários, muito embora, que se achem em hostilidade com o govêrno”. Não entendia, porém, como se fizesse uma fusão do partido que estava com o govêrno o que representava a oposição. Tal fusão, dizia, “é descrença, egoísmo de alguns, pusilanimidade de outros, e graves danos para o país”. Sua admiração ia para os vultos franceses que tinham resistido aos impulsos coalicionistas: Guizot, Berrier e Victor Hugo. Estes não se abraçavam... E prosseguia: “Sim, lá víamos grandes homens, vasta e nobre política, inalterabilidade de crenças; aquí, homens recomendáveis, sem dúvida, política acanhada, e por vezes falha daquela nobreza com que se devem bater os partidos, e uma inconstância e uma vacilação tal de idéias, que bem se poderia acreditar que, entre nós, não se pensa senão em satisfazer o mais repreensível egoísmo. Todavia não se generaliza nessa proposição; ainda existem caracteres nobres, convicções de bronze, partidários firmes e generosos; e a prova está no Partido Liberal, que, privado do poder há cinco anos, nem por isso emudeceram seus oradores, nem amorteceu-se a imprensa, nem esfriaram seus apóstolos na defesa heróica dos princípios da liberdade. Aí estão no Rio de Janeiro êsses homens que todos os dias protestam contra as arbitrariedades do poder; aí está a imprensa com a frente cheia de estrêlas, com as armas vergadas de troféus”. No seu entender, essa imprensa, com o brilho de sua polêmica, com o conceito de que gozava, estava “enfraquecendo todos os dias o govêrno com a publicação dos seus desatinos”. Repelia a mão estendida de Paraná, afirmando categoricamente que “os bravos campeões do Partido Liberal sabem morrer, mas não consentem em ser degradados”.

Palavras cheias de um transbordante entusiasmo e de um idealismo que, em breve, seria desmentido, as dêsse moço estudante de apenas 22 anos de idade já anunciavam, no entanto, o argumentador vivaz e o arguto observador político do futuro. Uma das principais conclusões do folheto com que Ferreira Vianna empreendia o combate à conciliação era a de que a fusão dos partidos seria um caminho certo para apres-sar o advento da República. Quarenta e cinco anos antes da queda da monarquia já presentia êle que o regime perigava, proclamando: “Talvez pensem os conciliadores que fundir os partidos é harmonizar dois amigos brigados, ou ligar dois seres que se odiavam para comum utilidade. É um fatal engano em que só podem viver fôfas cabeças”. E por que exprimia tal juízo? Porque, afirmava, “com a fusão dos dois parti-dos em que se acha felizmente dividido o país, — felizmente porque no sistema representativo há necessi-dade de opposição constante, e constitucional, — êsses dois partidos se amalgamarão e aparecerá um único, que representará a combinação, ou a fusão”. E decla-rava que “aqueles que são hostis à conciliação, ou por seus escrúpulos, ou mesmo por suas idéias, se irão alis-tar nas fileiras do partido que formado e organizado se apresentar em campo para bater os fusionistas, — e êsse partido é o republicano”. Asseverava que “nin-guém poderá censurar aqueles que sem serem radical-mente republicanos se forem abrigar à sombra do es-tandarte democrático puro, porquanto alguns homens sós, e sem comunidade de vistas, nada podem alcançar”.

Era, ainda, reverente para com a pessoa do impe-rador. Dizia, mesmo, que “o Partido Liberal é o mais sólido alicerce sôbre que pode assentar-se o trono, por-quanto abraça o rei com o povo, e mais ou menos sos-

sega os exagerados e revolucionários”. Como *mot de la fin* vinha êste rasgo: “Aquêles que nos oferecem a humilhante fusão, digamos: os nossos bravos companheiros políticos ainda não estão cansados de pelear em prol da liberdade constitucional”. Era, como se vê, um galhardo liberal, com o *panache* de um verdadeiro espadachim...

Mas, uma vez formado em 1855 e tendo defendido tese em 1856, veio para o Rio de Janeiro e no mesmo ano se assinalou sua primeira capitulação: o “concluído” José Tomás Nabuco de Araújo, deputado e ministro da Justiça do Gabinete de Paraná, estendia-lhe a mão protetora e Ferreira Vianna, estreitando-a, se deixava nomear para o cargo de promotor público na Côrte. Quatro anos depois, demitiu-se para se dedicar ao jornalismo, à advocacia e à política. Quando, mais tarde, surge na arena partidária é já como um grande jornalista conservador.

A princípio, colaborou no “Correio Mercantil” e, depois, quando Saldanha Marinho e Quintino Bocayuva se desligaram do “Diário do Rio de Janeiro”, até então a serviço do Partido Liberal, assumiu Ferreira Vianna a chefia de sua redação, passando a combater veementemente a facção política liderada naquele momento por seu ex-correligionário Zacarias de Góes e Vasconcelos. Com a queda de Zacarias, começou a brilhar a estrêla política de Ferreira Vianna. Deram-lhe os conservadores um grande banquete, e o antigo idealista de “A Fusão” é saudado pelo antigo liberal e então intransigente saquarema Sales Torres Homem, que fizera o mesmo caminho para chegar às hostes conservadoras. Levado à vereança e à presidência da Câmara Municipal da Côrte, Ferreira Vianna prova, nessa oportunidade, a sua capacidade de administrador e a

vocação mais decidida para funções executivas. Entretanto, seu verdadeiro destino seria a tribuna parlamentar.

Quando presidente da Câmara da Capital do Império, eram precários os recursos com que contava para a realização de obras públicas. Não poderia lançar tributos, pois os contribuintes já arcavam com os pesados ônus que lhes haviam sido impostos pela nação, para o custeio da guerra com o Paraguai. Fez então Ferreira Vianna uma coisa inédita: saiu pelo centro da cidade, visitando estabelecimentos comerciais, escritórios, casas de família, e pedindo, êle mesmo, donativos para a construção de escolas. Foi assim que fez construir as escolas municipais de São Sebastião e de São José. Dissolvida a Câmara dos Deputados, quando se realizou o novo pleito foi um dos deputados eleitos pela Província do Rio de Janeiro, na qual se inseria o "município neutro", que após a República se converteu em Distrito Federal. Participou das legislaturas de 1869 a 1872, de 1872 a 1875, de 1878, 1881 a 1884 e de 1886 a 1889. Teve, assim, cerca de quinze anos de atividade parlamentar.

O conde de Afonso Celso, seu contemporâneo em dois desses períodos legislativos, os de 1881 a 1884 e de 1886 a 1889, dêle deixou um interessante retrato no livro "Oito anos de Parlamento — Poder Pessoal de D. Pedro II". Escreve o ilustre memorialista: "Completo ator na tribuna, possuía em sua lira todas as cordas, — a cômica, a dramática, a trágica. Figura socrática, enigmática, expressiva mas desconcertante, fazia pensar na célebre sentença: a palavra foi dada ao homem para encobrir o pensamento. Encetava o discurso lentamente, a voz cava, o ar humilde, e monacal, olhos baixos, imóvel, como a suplicar misericórdia. Estabele-

cia-se imediato silêncio: afinavam todos o ouvido, para não desaproveitar uma sílaba daquelas ponderosas revelações. A pouco e pouco, a dicção se avolumava, ganhava consistência, o gesto ia-se desprendendo e se inflamando. E era um gozo escutar Ferreira Vianna. Ora pregador, ora tribuno, ora palestrador, brincava com a palavra, e a cororia, e a torcia, e a meneiava como perito artista o seu dócil instrumento. Aquí movimento e fervor, adiante calma e majestade, além entonações burlescas, mais tarde indignação, zombaria, dôr, a ponto de se temer que as lágrimas saltassem. Ajuntai vastos conhecimentos filosóficos e históricos, anedotas picantes, felizes achados de idéia e de expressão, locuções lapidares, muitas das quais ficaram populares. A dicção, sempre rítmica, não se acelerava nos episódios de mais fôrça, guardando inalterável correção. O que dava aos discursos de Ferreira Vianna sabor particular eram os subentendidos, as reticências, as alusões maliciosas e veladas, frequentemente ferinas, à pessoa do Imperador. A par de trechos cuja harmonia, simplicidade e aticismo atingiam a genuína eloquência clássica, estalavam invectivas e epigramas tão imerecidos quanto cruéis. A variedade dos tons, a propriedade da mímica e das atitudes, a profusão dos matizes autorizavam afirmar-se que Ferreira Vianna representava seus discursos, regalando os olhos dos circunstantes, além de lhes regalar a inteligência e o ouvido. Tudo estudado e calculado, mas — suprema vitória da arte! — aparentando a frescura e a espontaneidade da improvisação. Até os algarismos eram artisticamente apresentados”.

Era Ferreira Vianna deputado pela segunda vez, quando a 27 de fevereiro de 1873 se deu o famoso incidente com o jornal “A República”, órgão do recém-

fundado Partido Republicano e dirigida por Salvador de Mendonça e Quintino Bocayuva. Arvorara êsse jornal uma bandeira, que seria a nacional, se não lhe faltassem as armas do Império, e afixara boletins anunciando a proclamação da República Espanhola, a cuja chefia ascendera Emilio Castelar. Registraram-se, então, sérios incidentes. O jornal foi atacado por grupos armados, que o govêrno asseverava serem constituídos por populares (*), mas que os republicanos afirmavam serem agentes de policia. O fato é que, sob as vistas dos policiais, foi a redação de "A República" apedrejada, aos vivas à monarquia e a D. Pedro II, sendo o jornal republicano obrigado a arriar, finalmente, a bandeira que havia içado. Tinha a policia permitido a iluminação do quarteirão onde se achava a séde daquele jornal e o embandeiramento de sua redação. Na fachada do prédio, à rua do Ouvidor, sôbre a taboleta do jornal, fôra colocada uma inscrição a gás, — "Viva a República"! E, num transparente, no centro, o retrato de Emilio Castelar. No meio de uma entusiástica manifestação republicana, o edificio cheio de famílias, deu-se o súbito ataque. Lúcio de Mendonça deixou registra-

(*) Em carta ao imperador, então em Petrópolis, datada de 1.º de março de 1873, era o que dizia o Visconde do Rio Branco, presidente do Conselho: "Estávamos em conferência quando recebemos aviso pelo deputado Gusmão Lobo de que um grande ajuntamento de povo queria deitar abaixo a taboleta da *República*, se ela não fôsse retirada pelos proprietários. Nessa insistência houve pedradas de um e outro lado. Escrevermos ao chefe de Policia que fôsse ao lugar e, tratando bem ao povo, o dissuadesse daquele intento. A Policia fez isso, dispersando o povo por meio de patrulhas de cavalaria. A demonstração popular foi espontânea, e de várias classes da população. Realmente a audácia da gente da *República* era para provocar essa represália, desde que os sentimentos de ordem e de amor às instituições não estão mortos, como êles supunham. É natural que atribuam o fato ao Govêrno, como são capazes de atribuir-lhe a peste, mas há numerosos testemunhos em contrário". In "Anuário do Museu Imperial", Ministério da Educação e Saúde, Petrópolis, 1951. É interessante o confronto da versão oficial com a da opposição...

do: "A Policia apadrinhava, visivelmente, a agressão. Policiais foram vistos a carregar cêstos de pedras. Quem o disse, em discurso público, foi uma testemunha maior de tôda exceção, o honrado senador Francisco de Paula da Silveira Lôbo. A pretêxto de que o *povo* estava revoltado de ver a bandeira nacional sem as armas imperiais, um delegado de policia foi intimar ao proprietário da folha que retirasse dali aquela bandeira ou não responderia por nada, nem pela segurança da propriedade, nem pela das vidas". Assim como o senador Silveira Lobo atacou o govêrno do Visconde do Rio Branco no Senado, o deputado Ferreira Vianna também formou ao lado dos jornalistas da "A República", com igual veemência, na Câmara dos Deputados.

Começou Ferreira Vianna contestando que D. Pedro II fôsse soberano, como o chamara o ministro da Justiça, deputado Duarte de Azevedo. Não. Não era, porque a Constituição qualificava-o de "primeiro representante" e expressamente reconhecia como dimanações da vontade ou da soberania nacional todos os poderes políticos. "Se, em verdade, o chefe do poder executivo fôsse soberano, como pretende o nobre ministro da Justiça, — continuou, — a nossa forma de govêrno seria outra, e a manifestação de "A República" não poderia ser tolerada, e muito menos consentida pela autoridade competente. Só a monarquia constitucional representativa pode manter-se no meio da luta de todas as opiniões politicas, sem nada perder de sua fôrça moral e consolidando-se cada vez mais do espirito público". Como sempre, recusava-se Ferreira Vianna a admitir a "onipotência" do imperador. A demonstração dos republicanos parecia, a êsse conservador de índole tão liberal, uma coisa romântica, inocente, pacifica. E argumenta: à luz do dia, não tinha havido nenhum pro-

testo. Só alta noite, quando o júbilo democrático, na hora do cansaço, já havia amortecido, é que se levantou aquele tardio grito de indignação contra o ultraje à bandeira... “A decoração era a mesma que se conservara durante o dia e parte da noite; eram as mesmas as bandeiras, a iluminação igual, apenas menos resplendente. Parece que a indignação veio por acesso repentino e rompeu na rua quando o entusiasmo arrefeceu no clube republicano”, frisa maliciosamente o orador.

Quanto à bandeira, argumentava: “Quais as causas da indignação popular? Ver arvorada uma bandeira que não tinha a corôa imperial. Seria uma bandeira ou um estandarte do clube republicano? Decididamente não era a bandeira nacional, porque lhe faltava um de seus símbolos. Mas, senhores, essa bandeira ou estandarte não continha nenhum ultraje à honra e à dignidade da pátria. A omissão da corôa é lógica, porque está de acôrdo com as opiniões e princípios professados públicamente pelo clube republicano. Se é um ultraje arvorar aquele pendão, notai que maior tem sido levantar o dístico “A República”, publicar o jornal e lançá-lo à circulação. A tolerância dos govêrnos e da opinião pública denuncia que o ultraje é pretêxto convencional para justificar a violência. Exigir que “A República” arvorasse em sua manifestação ao recente triunfo da democracia espanhola a bandeira com o símbolo da monarquia seria impôr-lhe a apostasia; arriar a que arvorara, um capricho. Neguem a manifestação das opiniões, mas não levem o suplicio até obrigá-las à incoerência. Seria o requinte da tirania”.

Declarava-se francamente contrário à República. E afirmava: “A melhor forma de govêrno na região teórica é uma questão sem alcance político. O problema

está resolvido pela nossa Constituição prática e sãbiamente. Foram atendidas devidamente as condições do nosso país. Os resultados, não obstante as degenerações de nossa instituições, se não correspondem inteiramente às previsões do legislador constituinte, nos têm assegurado benefícios, que duvido pudessem alcançar de qualquer forma de govêrno. Entretanto, a república não merece o desdém que se lhe quer lançar. No declinar do nosso século temos assistido a tantas decadências e surpresas, que seria temeridade escarnecer dos recursos e influência da democracia. O meio das monarquias superarem as crises não é abandonarem-se aos expedientes do arbitrio, mas aceitarem de boa fé as reformas exigidas pela liberdade prática. A república, que fez a glória da antiguidade grega e romana, que preside aos destinos do maior povo do nosso século, que mantém felizes e independentes no meio das potências da Europa os livres e pacíficos cidadãos da Suíça, nos deve inspirar outros sentimentos”. Não seria exagêro dizer que êsse conservador fez, no inicio de 1873, um dos discursos mais liberais que ouviu a Câmara. Diremos, mesmo, que nenhum dos vários deputados republicanos mandados ao Parlamento antes de 15 de novembro de 1889 proferiu palavras que ao menos levemente se assemelhassem a essas... Foi longo o discurso em que Ferreira Vianna condenou com firmeza as monarquias arbitrárias, que exercem o poder como verdadeiras ditaduras com violência e terror, mostrando como caíram Napoleão III na França, Isabel II na Espanha e Fernando II em Nápoles. “A sorte dessas dinastias deverá ter convencido a todos os governos que o caminho da ordem é o da liberdade”. Afirmou, por fim, que os ataques à redação de “A República” haviam dado ao ministério uma celebridade que não era invejável. “A

imprensa era a única válvula de respiração que ainda restava ao espírito público. O responsável pela explosão será a mão que a comprime. Dedicado a esta liberdade, que prefiro a tôdas as outras pago-lhe voluntariamente o tributo do meu reconhecimento. A imprensa foi vitima de um atentado não repetido nesta cidade e nem tentado no segundo reinado. Não creio goze do beneficio do silêncio, que tão imprudentemente deseja obter, e lhe anuncia o órgão democrático tão brutalmente ultrajado. A politica do govêrno precipita-o em um abismo fundo e hediondo: o do desprezo público”.

Tal era o espírito de Ferreira Vianna. Sua irreverência não poupava o seu próprio partido. Era um conservador que, não raro, zurzia os conservadores, para gáudio dos liberais e dos republicanos que curtiam o ostracismo. Nos últimos meses do gabinete Rio Branco, abalado pela questão dos bispos e por dissensões entre os próprios ministros, embora estes procurassem dar, em público, uma impressão illusória de concórdia, fez êle um discurso em que satirizou a “pacificação” do ministério:

— Não creio, senhor presidente, nesta paz, porque ela foi feita a trôco e a sacrificio, não de idéias, o que é muito, mas até de certos princípios de amor próprio, que difficilmente cedem. Não creio nesta paz; e, a êste respeito, quero sôbre ela fazer uma imagem, recordando a V. Excia. um fato que aconteceu comigo nas nossas vizinhanças... Passeava eu uma tarde para dar um pouco de força ao meu já tão cansado corpo... passeava eu uma tarde, quase ao anoitecer. E na rua do Catete, junto à Secretaria dos Negócios Estrangeiros (designo êstes lugares porque são muito conhecidos do nobre presidente) há uma casa que os portuguezes chamam de pasto; ouvi dentro um grande alarido, barulho, cabeças

quebradas, gritos de pedido de socôrro, e me aproximei com tôda a rapidez para ver o que era, tanto mais que já a tocar o apito, já a alguns corria o sangue pelo rosto abaixo, outros estavam estentidos no chão, outros espumavam, os porrêtes trabalhavan; era um alarido em todos os pontos; saí e olhei o leteiro, um lampeão, espécie de farol, que esta casa tem, e o dístico era "*Paz entre amigos*". (*Hilaridade geral e prolongada no salão e nas galerias*).

Pelo simples registro da taquigrafia bem se pode avaliar o efeito cômico obtido pelo malicioso orador...

Afonso Celso conta que os discursos de Ferreira Vianna eram por êste anunciados prèviamente a um seu amigo e admirador, o "compadre Barradas", que jamais perdia ocasião de ouvi-lo, "boquiaberto, em êxtase". Era comum ouvir-se esta observação:

— Lá vem o Barradas... O Ferreira Vianna vai falar...

Se a imprensa aludia à sua presença na tribuna, para combater êste ou aquêle projeto, as galerias se enchiam de espectadores, ávidos de gozar um espetáculo divertido, excitante, não apenas para os estranhos, mas até para os membros da Câmara, pois um dia, ante uma tirada de maior efeito do orador, o deputado Leandro Chaves de Melo Ratisbona, no auge do entusiasmo, completamente fora de si, tomou de um só gole o copo d'água destinado ao orador, em meio do espanto e da hilaridade geral. É Afonso Celso quem conta êste episódio, para sublinhar que, "no conjunto, era iconoclasta e destruidora a ação desses discursos", em que os republicanos encontraram "abundante arsenal de armas para combater o antigo regime". Tinha Ferreira Vianna consciência do êxito do tipo de oratória que adotara e que cultivava com prazer especial, em parte talvez por cálculo eleitoral, em parte pelo gôsto de brilhar. Não seria

por outro motivo, aliás, que Afonso Celso anotara: “A arte refinada deste eminente mestre da palavra muito encantou e divertiu seus contemporâneos. Mas parece que quem mais se encantou e divertiu com ela foi o próprio orador”.

Sua posição era mais a de um “dissenter” que a de um partidário. Era um advogado do diabo na grei conservadora. Mas não se tome esta expressão ao pé da letra... Quando surgiu a famosa “questão dos bispos”, funcionou como advogado, ao lado do adversário político Zacarias de Góes e Vasconcelos, antigo chefe liberal, defendendo com êste os prelados prêso por decisão do imperador e do gabinete Rio Branco, com a anuência do Conselho de Estado. Ferreira Vianna foi quem, perante o Supremo Tribunal, fez a defesa de D. Antônio de Macedo Costa, bispo do Pará.

A “questão dos bispos” nascera de uma exigência de Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira, através dos vigários de sua diocese, aos membros das irmandades religiosas, pertencentes à maçonaria, para que abjurassem essa “seita condenada pela Igreja”, sob pena de serem imediatamente expulsos. Os padres que fôsem maçons ficavam impedidos de celebrar qualquer ato religioso enquanto não se desligassem da maçonaria. As irmandades reagiram recorrendo ao govêrno, e não admira que o fizessem, sendo o chefe do gabinete de então, o Visconde do Rio Branco, uma alta dignidade da maçonaria. Desta, tinham feito parte no primeiro reinado, as mais ilustres figuras do Império, a começar por D. Pedro I, José Bonifácio, Joaquim Gonçalves Ledo, Martim Francisco, José Joaquim da Rocha, José Clemente Pereira, e entre os religiosos o cônego Januário da Cunha Barbosa, Frei Francisco de Santa Tereza Sampaio, Padre José Cupertino, Frei Antônio de Arrábida, Padre René Boiret,

Padre Narciso Nepomuceno, Padre Francisco Vieira Goulart, Padre Manuel Rodrigues da Costa, Frei Leandro do Sacramento, etc. Uma bula papal colocara, porém, a maçonaria no rol das coisas proibidas e daí a atitude de Frei Vital, seguido pelo bispo do Pará, D. Antônio de Macedo Costa. Mas, como as bulas papais, sendo a religião ligada ao Estado, dependiam, para produzir efeito, do *placet* do imperador, e êste não fôra dado, o Conselho de Estado deu provimento aos recursos das irmandades. Não se conformaram Frei Vital e D. Antônio de Macedo Costa, surgindo o conflito que teve prosseguimento com o processo, a prisão e o julgamento dos bispos.

Mesmo defendendo, perante o mais alto tribunal do Império, um bispo processado por desobediência ao soberano, Ferreira Vianna produziu momentos de hilaridade. Não levou a sério o libelo acusatório do promotor Baltazar da Silveira, sustentando que não existia no Código Penal a figura delituosa que se atribuia ao prelado. Onde? Em que artigo? Seria no artigo 9? Êste dizia: "Obstar ou impedir de qualquer maneira o efeito das determinações dos Poderes Moderador e Executivo, que forem conforme à Constituição e às leis, prisão com trabalho de 2 a 6 anos". Ou *então* seria no artigo 86, que abrange os atentados à Constituição e à forma de govêrno? Êste dizia: "Tentar diretamente e por fatos destruir algum ou alguns artigos da Constituição, prisão com trabalho de 3 a 12 anos; e, se consumir o atentado, de 20 anos no máximo, de 12 no médio e de 6 no mínimo". Ou *então* seria no artigo 81, que capitula os atentados contra a existência do Império? Ou *então* no artigo 142...

Houve risos, dada a entoação sarcástica que o orador dava a cada *então*. A repetição alcançava um efeito cômico irresistível. O presidente fez soar os tímpanos

e exclamou: “Atenção! Silêncio!” Mas o advogado do bispo do Pará continuou, implacável:

— Mas êsse artigo trata apenas dos excessos e abusos das autoridades. Ou *então*...

Nova hilaridade. A campanha voltou a funcionar.

— Ou *então* será no 129, parte final, que trata da prevaricação?

No entender do advogado, o bispo do Pará se limitara à resistência passiva, que não era capitulada como crime, e não podia ser condenado sem que a lei determinasse a natureza do delicto e qual a pena aplicável. Nessa ordem de idéias, afirmou:

— Ninguém pode ser por isso condenado pela Constituição do Império. O artigo 102, parágrafo 14 (invocado na acusação), não tem correspondente na lei penal. Pode dar-se uma infração, e efetivamente se dão, sem aplicação de pena. Neste assunto odioso nem se amplia e menos se pode inventar. Ninguém será sentenciado senão por virtude de lei anterior; e nós, advogados da lei, requeremos a Vossa Majestade que não consinta que o venerável bispo continue a ser perseguido por motivo de defender a religião do Estado, de que êle é um dos mais illustres pontífices.

Com argumentos diversos, Zacarias defendeu por sua vez seu constituinte, Frei Vital, bispo de Olinda. Falharam, porém, os dois grandes advogados, pois os bispos foram condenados pela justiça imperial, à pena de quatro anos prisão com trabalho, beneficiando-se, primeiro, da comutação para prisão simples e, depois, da anistia, decretada pelo último gabinete de Caxias.

Em 1878, passou Ferreira Vianna a publicar, na “Gazeta de Notícias, mediante entendimento com Ferreira de Araújo, uma série de artigos, com o título de

“Libelos Políticos”. Dêsses artigos, foi feita uma tiragem em volume, de formato pequeno, com cêrca de cem páginas, ao que parece com o aproveitamento da composição tipográfica utilizada no jornal. Não tiveram os “Libelos Políticos” repercussão que ao menos de longe lembrasse a de “A Conferência dos Divinos”, embora o imperador fôsse visado da primeira à última página do folheto. É que Ferreira Vianna não fazia outra coisa, nêsses artigos, senão repetir os mesmos argumentos e opiniões que utilizava em seus discursos parlamentares. A forma alegórica e o próprio anonimato que cercara o aparecimento de “A Conferência dos Divinos”, as indagações iniciais sôbre quem seria o autor, até que se descobriu nêle a pessoa de Ferreira Vianna, tudo isso deu ao primeiro panfleto um prestígio que os “Libelos Políticos” não alcançariam (*).

Ferreira de Araújo, nas suas “Coisas Políticas”, volume que reuniu uma série de folhetins publicados pela “Gazeta de Notícias” no ano de 1883, assim se exprimia a respeito dos méritos e das convicções do autor da “Conferência dos Divinos”: “O Sr. Ferreira Vianna, que é um orador parlamentar de primeira água, um escritor político de valia muito fora do comum, um advogado de talento perigoso, é conservador e católico apostólico romano. Ninguém lhe pode querer mal por isso; tanto melhor para êle, se consegue acomodar a sua ilustração com as suas crenças, e estas só nos podem

(*) Quando circulou pela primeira vez a “Conferência dos Divinos”, em 1867, Quintino Bocayuva foi o primeiro a identificar-lhe o autor, segundo refere Antônio Ferreira Vianna Filho. Este, para quem, com algum exagero, falando da famosa obra paterna, “cada palavra era um grito, cada frase era um incêndio, era uma mole tremenda que desabava sôbre o trono”, deixou êste depoimento: “Era anônimo, mas o estilo à Lamenais traíu o autor e Quintino conheceu o seu antigo companheiro de São Paulo”. O segredo passou a ser de Polichinelo. Era como se o panfleto tivesse sido assinado do próprio punho por Ferreira Vianna, com a firma reconhecida em tabelião...

interessar quando o Sr. Ferreira Vianna quizer legislar com elas. Em tôdas as questões em que a religião não tem que intervir — e é fôrça confessar que S. Excia. não faz do catolicismo o seu molho de pasteleiro, — é inegável que o modo de ver do illustre parlamentar produz sempre grande impressão em quantos o ouvem e o lêem. O sr. Ferreira Vianna não faz parte de uma legião, nem mesmo como chefe; fala em nome do Partido Conservador, ao qual pertence, sustenta as idéias do seu partido, mas de um modo bem diverso do que o fazem em geral seus correligionários; é monarquista, mas defende a monarquia apontando os êrros do monarca, e dizendo que o meio de o sustentar não é fazer-lhe as vontades, é pô-lo no seu lugar”.

Essa rebeldia, êsse horror que Ferreira Vianna, tão propenso a fortalecer a corôa em “A Fusão”, manifestaria durante tão longo tempo ao poder pessoal do imperador foi por muitos levado à conta de uma intriga política. Ao cairem os liberais, em 1868, teria sido lembrado o seu nome para ministro da Justiça. O gabinete conservador seria constituido, por Itaboraí, apenas com senadores e figuras estranhas à Câmara. O escolhido fôra, não êle, mas José de Alencar. É preciso convir, entretanto, que tal intriga não poderia ter influido na publicação, anterior a essa escolha, da “Conferência dos Divinos”. Além disto, o imperador, em confidências a políticos de sua intimidade, teria desmentido a balela do veto que lhe atribuíram.

Voltemos, porém, ao homem público, ao grande parlamentar, que sempre foi. É bem possível que sequisse o conselhos de Sales Torres Homem, sôbre a oratória política e fôsse, realmente, um ator, com papel muito bem sabido. Mas nem sempre, pois que os apertes não podem ser previstos e Ferreira Vianna tinha

uma arte especial em revidá-los, aí demonstrando a espontaneidade epigramática, a improvisação humorística, que todos lhe admiravam. Dezenas de passagens desta natureza poderiam ser citadas para ilustrar esta observação. - Às vêzes, desentranhava de um documento uma simples palavra, para acerar as suas críticas e provocar o riso do plenário. Logo no primeiro ano em que exerceu o mandato de deputado, leu uma cópia da carta dirigida pelo ministro do Brasil em Londres a Robert Benson, a propósito da garantia de juros à Estrada de Ferro Great Western. Dizia o documento, a certa altura: "S. Excia., o ministro da Agricultura, autoriza-me a declarar a vossa excelência que o govêrno imperial está determinado a promover sèriamente as necessárias discussões no Senado e que, logo que os fundos sejam votados, não haverá demora em decidir esta importante questão".

— O *sèriamente* era desnecessário, — observou Ferreira Vianna, — porque não creio que o govêrno do meu país promova coisa alguma a não ser sèriamente...

O conselheiro Almeida Areas, futuro Visconde de Ourém, deve ter ficado com as orelhas a arder, no seu pôsto diplomático, em Londres...

Ninguém mais incisivo, quando queria replicar, de pronto, a um adversário, ou defender um ponto de vista contestado. Uma ocasião, em 1882, a Câmara dos Deputados reduzira determinado crédito, solicitado pelo govêrno. O Senado emendara, restabelecendo o montante que a Câmara impugnara. Voltou, assim, a matéria à discussão, nesta casa, sob forte pressão governamental para que acolhesse a emenda dos senadores.

— Querem fazer a Câmara dos senhores Deputados engolir o cuspidio! — exclamou o vigoroso parlamentar.

No meio de um discurso sério, intercalava alusões que provocavam hilaridade, conseguindo, assim, fazer-se ouvir até quando discutia o crescente aumento do “deficit” orçamentário. Numa sessão de junho de 1882, alguém o taxara de apaixonado. E êle retrucava:

— Tem vossa excelência tôda razão! Absorvido pela paixão política, mal sabia eu soletrar e já vinha para aquí ouvir os discursos do nobre deputado Pereira da Silva!

O riso espoucava, e o decano da Câmara dos Deputados, na época, o conselheiro João Manoel Pereira da Silva, nada podia dizer, pois desde a legislação de 1848 vinha fazendo os seus massantes discursos... O riso colocava o auditório à feição do orador e não do aparteante. Por vezes, tinha audácia oratórias, como a de pedir para o Brasil uma grande desgraça, capaz de pôr à prova a resistência da nacionalidade, as fôrças íntimas, as energias adormecidas do seu povo. Combatia, na sessão de 8 de junho de 1886, a vertigem do “deficil” e os sucessivos empréstimos no estrangeiro, quando fez esta declaração:

— Há dias, um amigo, talvez inquieto, dizia-me na expansão da amizade: — “Que crê você que falta ao Império para sair desta situação, crescer, prosperar?” Disse: “Deus tem-lhe dado tudo, mas não o maior dos bens, — uma grande desgraça”. Sim, senhores, no dia em que sofrer o golpe rude da desgraça, havemos de entrar na regra, porque o pródigo só acredita que está perdido quando não lhe dão mais dinheiro!

A reacção da Câmara foi gritar: “apoiado! apoiado!” No combate aos gastos militares e na defesa de um programa de obras úteis, afirmava:

— Dizia um viajante célebre que foi a Roma: “Não admirei o Coliseu: é uma grandeza que passou;

não admirei os vestígios dos batalhas daqueles imperadores, os Césares: são nuvens que passam; admirei a fonte de Trevi, que há dois mil anos da água ao povo romano”.

Quando Franklin Dória, ministro da Guerra no gabinete Saraiva, propôs a mudança dos uniformes dos oficiais, Ferreira Vianna o combateu severamente.

— O uniforme é, para o oficial, uma despesa, e a mudança continua agrava os seus recursos. É preciso cuidar menos de exterioridades e mais do que interessa ao bem estar do soldado. A reforma, porém, do uniforme, foi considerada de tamanha importância que vem anexo no relatório (*). A reforma descreve tôdas as minuciosidades do grande e do pequeno uniforme, dos vivos e das charlateiras. Parece antes uma questão de estética que uma questão administrativa.

Censurou ao ministro ter criado a Biblioteca Militar à revelia do Poder Legislativo, por uma simples portaria:

— “Hei por bem”, disse o ministro. “Hei por mal”, deveria ter escrito, porque sem autorização do poder competente criou uma despeza perpétua. Isto é uma usurpação de prerrogativa!

Mais importante lhe parecia a revogação do famoso regulamento do Conde de Lippe, pelo qual ainda se regiam as nossas fôrças armadas, e das leis penais militares.

— É intolerável, por exemplo, — dizia, — a legislação penal militar aplicada ao Exército e à Armada. É uma lei antiquíssima, bárbara, que não se aplica mesmo por causa da ferocidade de suas disposições.

(*) O relatório do Ministério da Guerra, enviado à Assembléa Geral Legislativa.

O processo é arbitrário e incongruente; a defesa do acusado não é livre, nem completa; o Supremo Tribunal da Justiça tem poder que nem o chefe do poder executivo — o poder de comutação de penas. Ora, por que não se trata da legislação penal militar e do seu processo? Há material suficiente para se decretar uma legislação mui razoável, pelo menos mais adiantada. Entretanto, continuam o Exército e a Armada debaixo pressão de uma legislação de antigualhas e sem dúvida oposta aos sentimentos do país e da legislação que prevalece a respeito do cidadão!

Note-se que é a palavra de um conservador, proferida dois anos antes de se verificar o incidente que daria causa à famosa “questão militar”, reação contra essa “lei antiquíssima, bárbara”, e o draconiano regulamento do Conde de Lippe, base da disciplina da caserna até então.

* * *

Sua oratória, muitas vezes constituia simples diversão para os parlamentares que o ouviam, deliciados com as pillérias e as “trouvailles”, em que seu espírito era fértil, sem dar maior importância às advertências constantes sobre o máu estado das finanças do Império. Num fim de discurso, na sessão de 14 de junho de 1882, por exemplo, disse Ferreira Vianna:

— Peço licença à Câmara para contar-lhe uma história, e com ela concluirei este mal modelado discurso...

Em vez de contar logo o que prometera, alonga-se, porém, em considerações sobre o orçamento e a necessidade de serem rigorosamente pautadas por esta lei as despesas públicas. Ao cabo de alguns minutos, os ouvintes ardiam de impaciência. E a taquigrafia registra:

“DIFERENTES SRS. DEPUTADOS — E a história?

O SR. FERREIRA VIANNA — Ah! A história? Já lá vou...”

Era um artista que sabia criar a expectativa no auditório para colher o melhor resultado possível. Sua historieta, é aplicada, então, com a arte de um consumado narrador:

“O SR. FERREIRA VIANNA — Já sou tido e havido por um homem atrasado, por um “casaca de ferro com botões de latão”, um homem do sistema antigo e que, portanto, não acredita em progresso, não acredita em melhoramentos, não acredita em outras tantas coisas que o nobre presidente do Conselho, com espírito e verdade, chamava aqui “panacéia”. E também não acredito na igualdade! Acho que isto é um palavrão com que se engana o néscio povo. Mas vamos ao caso: Dois ratos furtaram um pedaço de queijo e trataram de dividi-lo, mas era impossível que um se ajustasse com o outro, porque estas idéias de *liberté, égalité e fraternité* já lá estavam (*risos*). E, então, um dizia ao outro: — “Maior é o seu quinhão que o meu”. E o outro: — “Não, o seu quinhão é maior”. — “O meu é menor; o seu é que é maior”, dizia o outro, “e nós devemos ser tratados com a maior igualdade”. — “A igualdade deve ser observada de modo irrepreensível, porque, o que não fôr absolutamente igual, é injusto, é atentatório dos nossos direitos”. Isto diziam ambos. Não podendo chegar a um acôrdo, nomearam um...

UM SR. DEPUTADO — Árbitro.

O SR. FERREIRA VIANNA — ... árbitro. Nos negócios estrangeiros há disso... Nomearam um supremo árbitro e procuraram o suposto primeiro Adão, na doutrina nova, o macaco (*riso*). O macaco observou a regra da igualdade; pôs um pedaço de queijo em uma concha da balança, e o segundo pedaço em outra concha.

Um pesava mais que o outro. E que fez êle? Roeu a parte que supunha exagerada (*hildridade*); colocou de novo os dois pedaços nas duas conchas da balança; ainda apresentavam diferença; o macaco tornou a roer, e assim ia; mas acudiram os ratos reclamando: não queremos mais a igualdade, queremos a desigualdade, nada de confraternização, nada de *liberté!* (*Hilaridade. Muito bem, muito bem. O orador é cumprimentado*)”.

O discurso não nos diz qual a moral dessa fábula: decerto a de que os ratos empenhados na disputa seriam os liberais e os conservadores, tendo *como árbitro a figura do imperador, que roia ora de um lado, ora de outro...* Não seria outra, mesmo porque, pouco depois, falando em tom sério, dizia o deputado conservador:

— O tempo e a lição dos livros me têm ensinado que só há uma solução para os difíceis problemas que neste momento se agitam: liberdade, liberdade, liberdade. A autoridade, que foi o ponto de apoio de outrora, sem a liberdade, será conflito. A liberdade, transformada em licença por aqueles que menos a prezam, será anarquia. O govêrno de cada competência no que lhe é próprio, ou pela natureza, ou pela lei, é a ordem, que é a liberdade coletiva.

Não houve, no Império, mais entranhado defensor da autonomia dos municípios e das províncias, que considerava mutilados em suas prerrogativas. Parecia-lhe essencial revigorar os municípios e reduzir os males da excessiva centralização do poder. Exemplificava:

— A França era grande, dominava a Europa, sua palavra era a última; mas, no dia em que a cabeça que por ela pensava desapareceu vencida, ficou paralizada e caiu prêsa inerte dos inimigos invasores. Já Napoleão I dizia, recordando no exílio os êrros do seu govêrno: “Mal fiz em invadir a Espanha! Era um país

constituído por tal forma que cada município, cada *fuero*, era uma Espanha nova que surgia para debelar-me; era uma nação que se repartia no momento do perigo em tantas pátrias quantas eram as suas circunscrições municipais”.

Afirmava que, sem municípios livres e independentes, sem províncias capazes de governar-se, não acreditava na estabilidade do Império, nem das instituições. Dizia que não havia então govêrno na Europa, mesmo os educados na escola do cesarismo e das onipotências, que não cedesse dia por dia alguma competência e autoridade aos municípios e às jurisdições provinciais, como o meio de repartir, não tanto o poder, que bem lhes custava, mas a responsabilidade, que os assegurava. A própria Constituição do Império, inspirada em bôa fonte, e no alvorecer das idéias de administração livre e local, consagrara a autonomia com profundidade tal que não suportava irresoluções.

— Sei bem o que se diz para dourar a usurpação, — declarava, adiante, referindo-se à rumorosa suspensão dos vereadores da Côrte. — A Câmara Municipal é incapaz, os seus precedentes o têm provado. Ouço também dizer no Senado, — perdõem-me os nobres deputados que invoque autoridade tão alta, — que o poder judiciário está corrompido! E atrás de mim os maledicentes em turba dizem: O Parlamento não vale nada! Uns desacreditam os outros; e, nesta reciprocidade de difamações, não sei que poder se salva. Se devemos suprimir a competência de um poder por abuso real ou denunciado seremos forçados a suprimir todos os poderes do Estado...

A mentalidade de Ferreira Vianna não admita saques contra o futuro, sob a forma de empréstimos ou de orçamentos deficitários. Queria que a administração fôsse feita com a mais rigorosa economia, executadas apenas as obras para as quais houvesse recursos no Tesouro. “O Império é o *deficit*”, tornou-se uma chapa nos seus discursos. No seu exagerado privatismo, entendia que o Estado não devia explorar serviços industriais de qualquer natureza, nem mesmo estradas de ferro. Não concedia à nação sequer o direito de possuir uma bôa imprensa oficial, sob a alegação de que concorria com a indústria particular e, ainda, de que o capital empregado era enorme e a receita tão pequena que não correspondia sequer aos juros. “Quem quiser manter um segredo deve publicá-lo no “Diário Oficial”, — é uma frase por êle cunhada. Não via vantagens na existência de um telégrafo nacional, quando outras nações o tinham explorado por empresas privadas. Condenava a existência de caixas econômicas, montepios, depósitos de órfãos, em que via desvantagem para a atividade comercial e industrial do país. A isto chamava de “desapropriação de capitais disponíveis, enervando o comércio e a indústria.”

Nem tudo eram assomos e injustiças em suas críticas. Tinha observações oportunas e reparos bem fundamentados, como, por exemplo, quando chama a atenção do ministro da Fazenda de então, Visconde de Paranaguá, para a irregular escrituração das despesas públicas, no Tesouro Nacional, em que havia singularidades como êste título: “Despesas feitas e não escrituradas”.

— Seria necessário, também, criar um Tribunal de Contas, com certa jurisdição, e ter o Parlamento, como na Inglaterra, um defensor do orçamento. que ponha o

visto nas despesas. Atualmente, o govêrno gasta como entende, sem fiscalização alguma.

Havia, no seu entender, um orçamento fantástico. Dizia: "O orçamento sai da Câmara com *deficits* nas suas entranhas; parece haver orçamento e não há. Era preciso nomear uma comissão de homens patrióticos, livres de espírito partidário, que fizesse o orçamento real do Império. As recriminações de um para outro partido nada adiantam, nem à Câmara, nem ao govêrno. É uma situação impossível de continuar, e a Câmara deve saber a descrença que há no público e a pouca confiança que êle tem no seu patriotismo. A Câmara não é arena de combate, de glórias e vitórias. Os representantes que tiverem um coração sincero retirem-se para suas casas, e saibam que só há um mérito em nosso país: "ser protegido do árbitro supremo do Brasil".

Este final de discurso é mais uma alfinetada no Visconde de Paranaguá, ministro da Fazenda e presidente do Conselho, aos olhos de todos apresentado como um áulico...

* * *

O discurso em que Ferreira Vianna martelou, do princípio ao fim, com estudada insistência, a expressão "quarenta anos de mentiras e perfídias", aplicada ao reinado de D. Pedro II, que começara em 1840 e já ia varando o ano de 1882, foi dos que maior impressão causaram. O terrível demolidor o proferira na sessão de 3 de agosto desse ano e começara por fazer a crítica dos próprios partidos, em que se dividia a opinião política do Império, ambos enfraquecidos, despojados de suas prerrogativas, do que resultava uma Câmara

completamente anulada. Daí os quarenta anos “de mentiras e de perfídias, de que se queixaram os liberais na tribuna e na imprensa, e de que se queixaram também os conservadores, com a diferença de que os queixumes eram proferidos pelos oprimidos e abafados por aqueles que se achavam no poder pelo favor.”

— Ambos — acrescenta — começaram e recomeçaram a história dos queixumes e da justificação dos tiranos. A oposição de hoje diz o que dizia a oposição de ontem, atualmente no poder para glorificar atos que condenara. Fracos os de cima, indiferentes os de baixo, e um poder muito grande, uma ambição extraordinária, mas sem gênio; um povo sem caráter, sem energia política, vaga entre os extremos, — a anarquia e o absolutismo.

Adiante diz que não há coisa mais aviltante para os partidos do que esta repetição do que se eleva e do que se abate em louvores e exprobações.

— Para saber o que diz o Partido Liberal quando o imperador fere a sua Câmara de dissolução basta ler o que disseram os conservadores vítimas do mesmo ato. Para saber como procederia o Partido Conservador repudiado pela corôa, basta conhecer o que faria o Partido Liberal em idênticas circunstâncias. Esta reprodução de queixas e louvores é o fenômeno mais aviltante da moral e da política dêste país.

No meio dêste discurso, surgem de quando em quando rasgos patéticos:

— O Parlamento é espectro, sombra de outra sombra, porque nem há país constituinte, nem país constituído!

Mais uma vez insiste na necessidade da criação de um Tribunal de Contas, que aprovasse as despesas públicas, pois que estas eram livremente feitas pelo go-

vêrno e vinham à Câmara apenas para receber uma chancela. “A despeza deve ser precedida de um pedido de autorização do govêrno e eu, como membro da maioria, não votaria um real a mais do que o pedido”. Sempre com a mesma preocupação de economia, combate a política dos empréstimos que ia nos colocando, cada vez mais, nas mãos dos banqueiros londrinos.

Quando assim se manifesta, Ferreira Vianna declara que continua fiel ao Partido Conservador. Afirma que êsse partido “precisa de uma sentinela perdida, para explorar o caminho, a fim de que não o considerem um partido de atrazo”.

— Duas razões me induziram a enfileirar-me no Partido Conservador, — declarou. — A primeira, por estar êsse partido mais próximo da igreja em que fui educado; a segunda, por uma frase que ouvi do Marquezês de Olinda: “Resistir ao rei, para bem servir ao rei”. Essa legenda na bandeira conservadora deslumbrou-me...

Num dos seus discursos, comparou Pedro II a um rei de França que, como divertimento favorito, emprendia numa arena lutas de cães e gatos. Quando queria que vencessem os gatos, deixava-os famintos e mandava dar comida a fartar aos cães. Êstes, saciados, se tornavam lentos e incapazes de uma reacção ante os felinos, acicatados pela fome e extremamente aguerridos. Quando queria que vencessem os cães, procedia de maneira oposta. O Partido Liberal seria o dos gatos e o Partido Conservador o dos cães? Ou vice-versa?

Um dos seus pecados foi ter combatido a abolição, do que se valeu Ruy Barbosa para ferreteá-lo no famoso parecer ao projeto de Rodolfo Dantas sôbre a liberdades dos sexagenários, citando-lhe a frase conformis-

ta, que nem parece provir da bôca de um homem tão destemperado: “É um perverso quem levanta paixões na alma do fraco contra o forte”. Mas a idéia abolicionista trazia uma grande fôrça e o próprio Ferreira Vianna viria a fazer parte de um govêrno que se annunciaria sob a bandeira da “abolição imediata e sem indenização”...

Falando sôbre o desembaraço com que agiam os presidente do Conselho em face da Câmara teve, num de seus discursos, esta tirada:

— O que se pode dizer é repetir a frase de uma literata francesa, que, talvez por não ser formosa, tinha pezar de pertencer ao sexo feminino e, então, despiu-se em frente dos criados e se defendia, dizendo: “Não são homens”. (*Riso*). Assim, o abuso e o escândalo são de tal ordem que se pode asseverar que nós não somos homens... (*Hilaridade*).

O terrível panfletário feria a Câmara em cheio e a Câmara ria, como se nada tivesse que ver com tudo aquilo...

Católico ardoroso, ninguém defendeu com maior veemência, na Câmara, os bens das ordens religiosas, ameaçadas de expropriação. Fez parte de irmandades diversas. Era protetor da Igreja da Candelária e da Ordem Terceira da Penitência. Fez restaurar a Capela Imperial e restituiu ao culto a igreja de São Joaquim, há mais de seis lustros interdita. Amigo íntimo de Frei João do Amor Divino Costa, provincial do Convento de Santo Antônio, depois de viúvo ia Ferreira Vianna, muitas vezes, passar temporadas nêsse claustro, como hóspede especial, num recolhimento piedoso. Daí ter aparecido em centenas de caricaturas, principalmente nas da “Revista Ilustrada”, de Ângelo Agos-

tinii, vestindo o hábito de frade franciscano. Para o caricaturista famoso, êle era “Frei Antônio”...

* * *

Maiores libelos que a “Conferência dos Divinos” foram, como temos visto, os próprios discursos de Ferreira Vianna como deputado conservador. Nunca cessou de protestar contra o arbítrio do imperador, contra a concentração de poderes que tinha êste nas mãos, contra a anulação do Parlamento e dos políticos, em geral, diante da vontade do monarca. Pode-se dizer que foi, assim, um autêntico vanguardeiro da República, pois que ensinava o desprezo à pessoa do imperador. Afonso Celso, que surgiu na Câmara do Império como um liberal evoluído, um aliado natural dos republicanos, — embora, depois, derrubada a monarquia, se inclinasse para esta, — frisa o que foi a ação de homens como Ferreira Vianna, numa passagem expressiva de seu livro “Oito anos de Parlamento”: “Alguns conservadores me apoiaram naquelas manifestações, ou se expressavam de tal modo a respeito das instituições monárquicas e do imperador que fortemente abalavam essas instituições e desprestigiavam o monarca conforme em mais de um ponto tenho salientado. No meu citado discurso de 22 de junho de 1886, proferido perante o presidente do Conselho, Barão de Cotegipe, acentuei que, tendo viajado bastante pelo interior do país, ainda não encontrara um homem disposto a pegar em armas para defender a monarquia. Em abono dos meus assertivos relativos ao próximo advento da República, citei o discurso de Ferreira Vianna, a 31 de julho de 1884, verdadeiro libelo contra o Sr. D. Pedro II, aplaudido pelos conservadores presentes, discurso

qualificado pelo orador como de protesto contra o *príncipe conspirador*".

Naquele dia, fez o tribuno conservador um dos mais devastadores discursos, entre todos os que proferiu, contra o regime monárquico. Feriu, como sempre, a tecla da "onipotência imperial".

— As sucessões contínuas de ministérios; — perguntou, — a intriga fácil que pode ser feita entre os ciúmes e as invejas daqueles que se julgam com habilitações para ser presidentes do Conselho; a obra paciente e longa de dominar e estragar os poderes do Estado e, principalmente, os partidos políticos; tudo isso não está na consciência de todos os que me ouvem? Há alguém satisfeito diante desta impotência, que abate e sufoca, e que a ninguém exalta, senão depois da humilhação? Senhor presidente, esta situação desgraçadamente é do país, e todos nós temos sido vítimas. Do fundo das minhas desilusões, tenho a grande satisfação de levantar um grito, um grito não de guerra, porque estou velho, mas de protesto e de indignação. É uma situação do país e dela devemos sair com o concurso do país inteiro. Liberais e conservadores, republicanos, homens honestos de todas as seitas reunidas em tórno do estandarte da liberdade constitucional, é tempo de sacudir este jugo da onipotência usurpadora e ilegal, que tem estragado as fôrças vivas da nação, e que não posso representar melhor do que dizendo: ela é o *deficit* e o *deficit* é ela!

Era uma pregação quase revolucionária. Não foi outra a observação que então fez o deputado Severino Ribeiro. Mas Ferreira Vianna não quis aceitar essa conceituação:

— Revolucionário, eu? — inqueriu, escandalizado.

Afirmou que não era. Seria aquela, no entanto, a voz de um conservador? Reconhecia que tinha sido “muito forte” em suas expressões. Todavia acrescentava:

— Não tenho mais medo senão de Deus! Não temo mais nada, nem receio do senhor do império, nem da condenação do meu partido, porque lhe digo a última palavra de adeus nesta ocasião solene; nem tampouco das murmurações dos seus adversários, porque sei que não são em meu benefício. Se a consciência falasse, eu teria grande maioria, senão unanimidade nesta casa. (*Apoiados*). Portanto, nem medo, nem interesse. Mas o meu espírito, já o disse tantas vezes! — carece de outras nutrições. Estou cansado de representar nesta comédia política. É uma decoração tris-tíssima, onde só há espectros e uma única realidade: este poder onipotente e só, que me aflige, me irrita, e quero, por minha parte, escapar a todas as tentações. Não, revolucionário, nunca! Porque, por mim, não se há de derramar o sangue de um só homem...

No final do discurso, volta ao “leit motiv” do discurso de dois anos antes sobre o abastardamento da política imperial. E declama:

— Quarenta anos de opressões, de onipotência e de vitórias incruentas do poder armado contra a opinião do país desorganizada; quarenta anos de desfalecimentos, de sujeições, de murmurações, de tímidos protestos; quarenta anos de usurpações bem sucedidas, de liberdade constitucional quase suprimida, terão animado talvez o poder a afrontar a opinião do país e a desferir sobre a Câmara o golpe da dissolução. Sobre as ruínas do princípio popular, o novo César caricato ousa encorajar os que vacilam ou temem, repetindo: “*Quid times, Cæsarem non velles!*”

Oliveira Lima qualifica êsses rasgos mais como uma “verrina” do que mesmo como um “discurso”. E declara, em seu livro “O Império Brasileiro” (1ª. edição, página 130): “Os protestos suscitados pela objurgatória injuriosa que anunciara esta expressão não o intimidaram, antes lhe forneceram o impulso de que carecia. A Câmara, ora surpresa, ora tripudiante, teve que ouvir até o fim essa filípica, mais precursora da República do que os artigos estudados de Quintino Bocayuva ou os discursos declamatórios de Silva Jardim”.

Os republicanos como que adotaram Ferreira Vianna nêsse momento. Anfrísio Fialho, que então publicava “O Constitucional”, deu-se pressa em receditar “A Conferência dos Divinos”, com uma introdução cheia de elogios ao deputado conservador, que anunciara formalmente o rompimento com o seu partido, e acompanhada de notas destinadas à melhor compreensão das alusões do famoso panfleto. Naquela introdução, escreveu Anfrísio Fialho: “Foi durante a legislatura que findou o ano passado que o Sr. Ferreira Vianna desfechou no Império e no seu representante, o Sr. D. Pedro II, os mais certos e profundos golpes; tão certos e tão profundos que não sabemos quando, ou se jamais se fecharão as feridas por êle produzidas”. Nessas palavras, estava o maior engano do editor de “O Constitucional”. Em primeiro lugar, o Partido Conservador tratou de envolver Ferreira Vianna e abrandá-lo com toda a espécie de emolientes. Os conservadores sustentaram-lhe o nome na eleição para a legislatura seguinte.

Mais valia tê-lo no partido que fora dêle, como adversário, engrossando a corrente republicana. Que

estranho conservador era àquê! Certa vez, afirmando a sinceridade de suas opiniões políticas, declarou Ferreira Vianna:

— Sou sinceramente conservador, sou... E quem conhece a minha vida particular, sabe se o sou praticamente... Sou muito adverso a novidades, tanto que, na minha casa, não se muda o lugar do pote, porque quero saber onde êle está, para a qualquer hora da noite ir beber água...

A facécia, que fazia explodir o riso no plenário e nas galerias, não o impedia de se voltar, por vezes, contra o próprio Partido Conservador, acicatando-o, procurando metê-lo em brios, incitando-o a que tomasse a dianteira ao Partido Liberal em certas questões de caráter urgente, ou que tais lhe pareciam. No discurso de 14 de setembro de 1886, em que, ao mesmo tempo, recusava crédito para obras públicas que julgava dispensáveis, insistia em que de nada valia o progresso material sem que houvesse paralelamente o progresso social. E dizia que assim se manifestando não estava se expondo "ao estigma de uma apostasia de princípios", que reputava fundamentais e sobre os quais não faria transação alguma. E acrescentava:

— Se fôsse possível, o que não creio, que o partido conservador nos primeiros raios da aurora da sua nova ascensão, quisesse perante a nação tomar a atitude de quem pretende ressuscitar doutrinas condenadas por séculos de abusos, restabelecer princípios apodrecidos e levantar do sepulcro sistemas impossíveis, seria de exclamar: Não; não: êste partido inalterável como um rochedo, êste partido que não quer acompanhar o movimento natural do seu tempo e tem por glória guardar tão somente a tradição e a lembrança do passado, êste partido que não pode ir com a civiliza-

ção até as últimas expressões do progresso, do desenvolvimento e da grandeza moral e material; não tem futuro. Este não é o partido conservador que sustentamos, porque temos feito sacrifícios e cuja glória desejamos; é uma múmia para ficar no sepulcro. Não estamos filiados a um partido que queira tornar-se odioso pelo confisco das liberdades municipais, pela anulação das franquezas e das competências provinciais. Não nos podemos filiar, não o queremos a um partido que empreendesse hoje restaurar o que foi condenado, e proscreever as vitórias do espirito consagradas na Constituição e no Ato Adicional. Se é este o partido que aparece no horizonte, se é esta a idéia que lhe serve de legenda, se é esta enfim a bandeira que deve nos conduzir, desde já digo, e bem alto: Não, esta bandeira caiu atrás; a nossa é outra, é a do partido conservador, que apoiado na lição da vida, crê no futuro, e nêle tem os olhos cheios de esperança.

Esse discurso foi vivamente aplaudido, entrecortado de “apoiados” e “muito bem” a todo o instante. Nêsses momentos, mais do que nunca, os liberais se queixavam de que os conservadores queriam arrebatar as bandeiras de suas lutas... Ferreira Vianna tinha idéias um tanto singulares, a respeito do saneamento da cidade, mas teve o bom senso de opor-se aos desígnios de um médico de grande prosápia, o deputado mineiro João da Mata Machado, que sustentava a necessidade de ser aterrada a lagôa Rodrigo de Freitas, por ser “um laboratório de miasmas”. No seu entender, não bastava sanear a cidade. Era preciso, também, que surgissem medidas para atenuar a miséria geral, que não era apenas do Rio de Janeiro, mas de todas as grandes cidades do mundo.

— Em Paris, — perguntava, — que são as mansardas denunciadas por Haussonville? Que esterqueiras

mefíticas e nauseabundas não são as pocilgas dos trapieiros, que arrecadam das ruas os ossos, que suas desgraçadas mulheres e filhas raspam, para os restos da carne agregada tirarem o suco com que fazem o caldo para manter a sua já depauperada natureza! Quem não conhece os frutos desta política sensualista, de trabalhar para gozar e gozar indefinidamente; desta política anti-cristã, que faz com que os filhos nasçam raquíticos, escrofulosos e tão repugnantes, até haver quem pretenda que devam ser exterminados para não perpetuarem os defeitos da espécie humana? É a miséria; e a miséria destrói o saneamento público, porque torna impossível o privado. O luxo de não querer ver os andrajos do mendigo; o prazer de respirar dentro de uma bela berlinda o ar purificado das ruas; a ostentação de ter uma cidade exteriormente bela e decorada, eu compreendo para os ricos, mas não para os pobres e miseráveis. Em vez de entrarmos com espírito de gozo material, que não fecunda, penetremos com o espírito de caridade até êsses esconderijos onde se oculta a miséria, para dar pão a quem tem fome, procurar trabalho para os que estão inativos, levantar as almas pelo bafo salutar do cristianismo. Deixar de lado esta política material, se não ateista, que é a primeira das pestes e insaneamento de todo o mundo. Ao lado desta propaganda, que vejo tão acêsa, a troco dos maiores sacrifícios e, ainda, dinheiro do contribuinte, a levantar por empréstimo dentro da cidade do Rio de Janeiro, dessa propaganda de ostentação pelos trabalhos materiais; é preciso ativar a propaganda salutar, benéfica e civilizadora da educação moral e religiosa. Não tenho fé nesse saneamento, porque não pode produzir os efeitos desejados diante da miséria que se propaga e cresce na nossa sociedade. É máu, diz o pro-

fessor de higiene ao desgraçado; é máu que dispa a roupa e guarde-a no mesmo apartamento em que dorme. Mas eu, replica o pobre operário, não tenho recursos para dois apartamentos; meu salário não chega. É perigoso que durma com oito ou dez companheiros no mesmo cubículo. Mas isto explica-se, torna o desgraçado, pela necessidade indeclinável. Se é condição de morte, não posso deixar de aceitá-lo pela força das circunstâncias. Seria melhor que, em vez de beber vinho falsificado ou envenenado, bebesse o saboroso vinho do Pôrto. Seria muito bom, diz o aconselhado, e se robusteceria a minha natureza; mas não tenho recursos, luto com a pobreza. Seria muito melhor que mudasse de roupa, senão todos os dias, ao menos todas as semanas. Não posso; estou coberto de andrajos por que me falta o trabalho, e se êstes desaparecerem, terei de mendigar outros! Para que serve êste saneamento? Para impedir que a febre amarela e outras pestes acometam a cidade? Não! É preciso sanear os hábitos, atacar o mal em sua origem; e nada vejo, sr. presidente, a êste respeito. Pelo contrário, a tendência do país é para promover o bem público unicamente por obras materiais. Aqueles que poucos representantes têm, os que são pobres, falam por mim nesta ocasião perante a Câmara dos Srs. Deputados”.

* * *

Quando caiu o gabinete de Cotegipe, o Partido Conservador se mostrou disposto a pacificá-lo. João Alfredo Corrêa de Oliveira, o “líder taciturno”, disciplinador das votações, foi chamado ao paço de São Cristóvão pela princesa Isabel e convidado a formar o novo gabinete. Subiu na crista da “questão militar” e ascen-

dia ao governo decidido a dar solução ao problema servil. Uma de suas primeiras audácias foi a de destinar a pasta da Justiça ao autor de "A Conferência dos Divinos"!

Ferreira Vianna, ministro! Repetia-se, trinta anos depois, o caso de Sales Torres Homem... "No dia em que eu, por desgraça fôr ministro", dissera êle, entre risos, no discurso proferido seis anos antes, por ocasião da apresentação do gabinete de Paranaguá... E agora estava, numa pasta politica, por excelência, a de Justiça.

Apreciador de bôa música, foi dos que, com Benjamin Kinsman, Machado de Assis, Taunay e outros, fundaram e mantiveram em funcionamento o famoso Clube Beethoven, sociedade de concertos, que presidia quando foi escolhido por João Alfredo para ministro da Justiça. Coube-lhe redigir o teor da fala do trono, com que a princesa Isabel, pela terceira vez na regência, se dirigiu à Assembléa Geral do Império e bem assim o têxto do ante-projeto de lei, declarando extinta a escravidão no Brasil. O conservador que antes resistira à onda abolicionista se rendia, agora, à evidência dos fatos: os escravos fugiam em massa das fazendas, cresciam os quilombos por toda parte, especialmente os do Rio e de Santos, e o exército, pelos seus porta-vozes mais autorizados, Deodoro da Fonseca e o Visconde de Pelotas, recusava o papel de capitães do mato que se queria atribuir aos seus oficiais... Estava mesmo extinta a escravidão. Faltava apenas o reconhecimento final de um estado de coisas que não era mais possível disfarçar...

Ministro da Justiça, Ferreira Vianna andou visitando serviços públicos e foi à Casa de Correção, a fim de inspecioná-la. Lá interrogou vários prêsos. Um dê-

les, em palavras repassadas de arrependimento, lhe teria explicado porque estava atrás das grades:

— Estou aqui, senhor Ministro, porque buli com uma donzela e fui condenado. Já cumpri metade da pena. Se vossa excelência me manda pôr em liberdade, repararei o mal, casando-me com a moça...

Reza a anedota que o ministro teria respondido em tom chocarreiro:

— Olhe, meu amigo... Quer que eu lhe dê um bom conselho? Talvez seja mais negócio cumprir o resto da pena...

A passagem de Ferreira Vianna pelo ministério provocou muitos ditos e gracejos irreverentes. Mais uma vez se confirmava a observação maliciosa que corria entre os políticos da época: o de que o imperador era como um polvo sêco, — quanto mais batido, mais macio. Não era ao pai, mas à filha, tão beata quanto Ferreira Vianna era também beato, que se devia a escolha. Mas é de crer que D. Pedro II não tivesse procedido de maneira diversa, pois se esmerava em cortejar o antigo e tenaz adversário. Além de sua atuação parlamentar, em certa época dedicou-se Ferreira Vianna a defender o proteccionismo industrial, numa série de conferências, na escola da Glória, onde habitualmente se realizavam tais tertúlias. E um dos seus ouvintes mais assíduos era o imperador, que assim timbrava em querer dar, de público, uma prova de sua superioridade moral.

Quando a imprensa estranhou que Ferreira Vianna, que tão mal dizia do regime, a êle se incorporava, aceitando uma pasta ministerial, o panfletário respondeu com uma ponta de cinismo:

— Os arrependidos é que se salvam!

Nem sempre foram mansas as relações do ministro com o soberano. A mudança de Ferreira Vianna da

pasta da Justiça para a pasta do Império, antes exercida por José Fernandes da Costa Pereira Júnior, parece um ato de mera rotina, visto que em muitos gabinetes houve constantes trocas de pastas. Entretanto, tal não se dava. O formidável tribuno recebia um castigo, com a sua remoção de uma pasta importante para outra que tinha bem menor expressão. É que o ministro e o chefe de Polícia, seu subordinado, tinham encorajado as atividades da Guarda-Negra, formada por capoeiras, ex-escravos, para perturbar os comícios republicanos, promovidos por Silva Jardim, Lopes Trovão e outros. Insuspeitamente, André Rebouças, monarquista ardente, escreveu no seu diário, a 30 de dezembro de 1888, registrando o “selvagem conflito”, verificado naquela data na travessa da Barreira: “O imperador repreendeu severamente ao ministro Ferreira Vianna e a todos os cortezãos que pediam, como sempre, sangue de republicano para encobrir a sua inbecilidade e a sua covardia”.

Como se não bastasse isto, a 2 de janeiro de 1889, volta a anotar: “O imperador repreendera ao ministro da Justiça Ferreira Vianna o proceder caviloso da Polícia no conflito de 30 de dezembro de 1888 da Guarda Negra com os Republicanos-Escravocratas. Como sempre Pedro II sustentou as doutrinas: “Não matar” e “deixar discutir”. Nessa ocasião, o César caricato e de voz feminino parecia mais liberal que o autor da “Conferência dos Divinos”. E a 4 de janeiro Ferreira Vianna se conformava em passar a pasta ao deputado Pernambucano Francisco de Assis Rosa e Silva, que breve seria um dos grandes oligarcas da República... Foi ministro do Império até 6 de junho, data em que os conservadores caíram, para ceder lugar ao ministério liberal de Ouro Preto, o último da monarquia,

O que foi sua ação no exercício daquelas duas passas está registrado, em perfeita síntese, por Afonso Celso, no livro "Oito anos de Parlamento — Poder Pessoal de D. Pedro II": "O eminente opositor da véspera prejudicou o ministro de Estado. As suas terríveis e legendárias apóstrofes: — "O Império é o deficit; quarenta anos de opressões e usurpações; o príncipe conspirador; César caricato e outras, proferidas pouco antes de Vianna subir ao poder; — seus doestos constantes à pessoa do monarca, de cuja integridade mental chegou a duvidar, — doestos de tanto mais pêso quando partiam de um conservador, — constrangiam-no na posição de secretário da corôa, primeiro sob a princesa, em seguida sob o próprio D. Pedro II. Nunca alcançou no banco ministerial um só dos ruidosos triunfos a que outrora estava afeito. O deputado João Penido o pôs em sério embaraço, volvendo contra êle — ministro do Império — um requerimento sôbre a saúde do Imperador que Vianna mêses antes formulara e cruelmente desenvolvera da tribuna. Apesar de muito haver trabalhado naquela pasta e na da Justiça, durante o ministério João Alfredo, seu lugar não é entre os ministros notáveis, mas entre os grandes oradores. Em todo caso, não foi ministro subalterno ou vulgar".

Incorporara-se à máquina executiva quando o Império agonizava, prestes à succumbir dos golpes que êle próprio ajudara a desferir. Depois da proclamação da República, embalde velhos correligionários tentaram atraí-lo para a organização de um movimento restaurador, que se anunciaria por um vibrante manifesto à nação. Não quis pôr nêle a sua assinatura e houve quem lhe attribuisse uma saída maliciosa:

— É melhor que eu fique de fora, para requerer os "habeas-corpus" quando vocês forem prêsos...

Na verdade, um dos últimos atos de sua vida pública foi a defesa que fez, como advogado e como publicista, do velho conselheiro Andrade Figueira, — o homem de coração de bronze, na frase de Joaquim Nabuco, proferida ao calor do debate da lei da abolição, a que se opunha aquêlê côm a maior intransigência. O velho conselheiro fôra arrolado pela policia de Campos Sales como chefe de uma suposta conspiração monarquista. A intervenção de Ferreira Vianna está documentada em "A Conspiração Policial", o último de seus panfletos, publicado em meados de 1900, tendo como introdução uma carta de Andrade Figueira.

Dizia-se, então, que elementos do velho regime se tinham ligado a republicanos despeitados, para destituir Campos Sales, e que um govêrno de emergência seria constituído, dêle fazendo parte o general Costallat, o almirante Custódio José de Melo e o conselheiro João Alfredo. Eram também apontados os nomes do general Cantuária, do ministro Piza e Almeida, do Supremo Tribunal Federal, do conselheiro Lafaiete Rodrigues Pereira e de outros. O antigo chefe de Policia, José Basson de Miranda Osório, o último da monarquia, era apontado como um dos financiadores do movimento.

O fato é que a policia, depois de fazer seguir Andrade Figueira durante alguns dias, finalmente resolveu prendê-lo, pondo-lhe cêrco à casa. Como não saísse à rua o velho político conservador, sua residência foi violentamente invadida, sendo êle arrastado à fôrça e sob protestos para a prisão que lhe destinaram no quartel dos Barbonos. Ferreira Vianna atribui, como o título do panfleto indica, à própria Policia, desejosa de ostentar serviços, uma conspiração que assegura inexistente. Verbera a violação da Constituição da República, que declara ser o lar o asilo inviolável do cidadão:

“Todas as constituições dos povos pertencentes ao grupo da civilização cristã definem o domicilio como o asilo inviolável. *My house is my castle*, dizem os ingleses. *Mein haus mein burg*, dizem os alemães”. E acrescenta: “Tantos atentados, agravados pela premeditação, insistência e desrespeito, não têm fácil explicação — talvez algum plano urdido nas reservadíssimas confidências policiais. Com que vitória contava o chefe de Polícia para cometer e mandar cometer tal série de violências? A de ouvir do conselheiro Andrade Figueira em face as três sublimes negativas: *Não posso. Não quero. Não devo*. “*Não posso*”, porque não tendes o direito de me inquirir, nem na qualidade de réu, nem na de testemunha! Submeter-me pela força ao vosso capricho seria o sacrificio de minha dignidade, de meu caráter, o meu suicídio moral! “*Não devo*”, porque a defesa do meu direito é um dever para com a sociedade! Defendendo-o da vossa agressão defendo o direito de todos! “*Não quero*”, porque a minha vontade, dentro da esfera do meu direito, prevalece sobre o vosso arbitrio!”

Não respondendo ao inquérito, Andrade Figueira, enviava, de sua prisão, à “Imprensa”, de Ruy Barbosa, cartas que causaram viva impressão. Foi, contudo, pronunciado, o que deu, como resultado, um ato solene de protesto, sob a forma de uma visita coletiva ao preso. Lá estava Ferreira Vianna. Lá estavam também Ruy Barbosa, Lafaiete Rodrigues Pereira, Afonso Celso, Edmundo Bittencourt e outras personalidades. Ruy teve o seu discurso ao ilustre prisioneiro interrompido por um oficial da brigada policial, que despediu os visitantes rudemente, em nome do comando. O processo, contudo, dá em nada... O réu é absolvido e pôsto em liberdade. E já em 1901 recebe uma homenagem da

Câmara dos Deputados, que o convida para colaborar com a sua comissão especial encarregada da revisão do Código Civil...

O filho de Ferreira Vianna, portador do mesmo nome, muito ligado a Quintino Bocayuva, colaborou com a República e no republicaníssimo "O País" escreveu os artigos que depois reuniu num livro, muito indiscreto e muito discutido, "O Antigo Regime", com o pseudônimo de Suctônio. Em suas páginas, trata com o maior rigor os figurões da monarquia, menos, é claro, o próprio pai. Com a aproximação de 1888 e 1889, Ferreira Vianna se tornou amigo do imperador, e tendo viajado para a Europa depois da proclamação da República, foi visitá-lo, na propriedade da Condessa de Barral, em Voiron, onde, em agosto de 1890, se encontrava o monarca destronado. Foi D. Pedro II quem lhe deu cartas de apresentação para várias personalidades a quem desejava conhecer na Alemanha. Nessa viagem, Ferreira Vianna foi também recebido pelo papa Leão XIII, no Vaticano. No regresso, voltou à sua banca de advogado. Tinha setenta e dois anos, quando a morte o levou, a 10 de novembro de 1903.

A "Conferência dos Divinos" talvez pareça, hoje em dia, uma página ingênua, senão mesmo de todo anódina, principalmente em face da linguagem atual da nossa imprensa. Todavia, na época em que foi publicada, constituiu um rasgo de audácia. E o que tem de realmente importante é o fato de ter sido o marco inicial de uma campanha violenta e tenaz, desferida por Ferreira Vianna, primeiro sob forma escrita e, mais tarde, sob forma verbal, contra o antigo regime, à sombra do qual viveu durante cerca de vinte anos como homem público, mas com o qual jamais se entendeu nem chegou verdadeiramente a estimar.

A CONFERÊNCIA DOS DIVINOS

POR

FERREIRA VIANNA

Notas de Anfrísio Fialho

A CONFERÊNCIA DOS DIVINOS

I

Horriovel tempestade está iminente sôbre os tétos da cidade eterna. (1)

Os relâmpagos alagam de luz as sete colunas, e logo as envolvem de mais densas trevas. Os raios se desprendem do céu, e, como serpentes, se enroscam nos monumentos (2).

A terra treme, o ar rebomba e o povo dorme!

O *Forum* não é mais a arena dos Gracos, (3) — é a parada dos Pretorianos (4) — a espada em vez da palavra.

Um vulto aparece diante do colosso que o célebre Zenodoro levantara com preciosas substâncias à altura de 120 pés, em homenagem ao crime. (5).

Nunca o gênio se aviltou tanto.

1) *Roma, séde do govérno dos imperadores romanos.*

2) *Estátuas, colunas de bronze.*

3) *Tibério e Cáio Graco, tribunos do povo romano. Foram assassinados por ordem e influências do senado aristocrático.*

4) *Guarda dos Imperadores romanos.*

5) *Zenodoro, célebre estatuário que fez a estátua de Nero, imperador romano, em relação ao qual o seu preceptor, Sêneca, dizia: "o trono ensina o crime e a perfídia".*

Pára o vulto, e pareceu tremer aos pés do monumento. Rasgou-se um relâmpago e rutilou na fronte do desconhecido o diadema dos Césares. Era a sombra de um Senhor do mundo; logo após veio outro, e finalmente um terceiro.

Vararam abraçados a área, saudaram o colôso e entraram na casa de ouro (6).

Ao encontrarem a estátua da fortuna beijaram-lhe os pés de frio mármore com lábios dêles, que eram de fogo, e sentaram-se em frente.

Cerraram as janelas para não serem incomodados com a luz do céu e os roncões da tempestade. É noite funda — hora das supremas traições.

II

Um, de todos, o mais alto, disse:

— “Maldito povo, besta feroz que não posso domesticar!

Dei-lhe jogos, não concorreu a êles. Dei-lhe vitórias, não me saudou.

Dei-lhe dinheiro, não se abaixou para levantá-lo.

Dei-lhe pão, deixou-o aprodrecer!”

— “O que queria então o povo?” — interrogaram os dois outros.

6) *A casa de ouro era um vasto e suntuoso palácio, e mais rico que tem havido no mundo, que Nero mandou construir para si sobre as ruínas de Roma produzidas por um incêndio que devorou dois terços da cidade e do qual êle mesmo passava por seu autor.*

— “Queria liberdade e justiça,” — respondeu o primeiro, com amargo despeito.

— “Maldito povo!” — responderam os três.

Levantou-se o segundo, mais baixo; que o primeiro, porém reforçado das espáduas (7)!

— “Também eu dei-lhe jogos, trigo e vitórias, e tudo desprezou. Em altas vozes exigiu justiça — aumentei o número dos algozes; clamou por liberdade — multipliquei as vítimas; insisti, incendiei Roma; replicou, cantei na lira em quanto gemia; conspirou contra meu divino poder, massacrei-o!

— “Em lugar de leis fiz mordanças; em lugar de sacerdotes criei espiões; em lugar de tribunas levantei fogueiras.”

“Cêna horrível! As vítimas insultavam-me, os moribundos amaldiçoavam-me e os cadáveres deixavam com o derradeiro alento, nos lábios roxos, o mais penetrante sarcasmo!”

“Das cinzas saiam fantasmas, que não me deixavam dormir. Se fechava os olhos, arrancavam-me as entranhas; se os abria, queimavam-me os meus, porque os seus eram de fogo”.

“A noite para mim tinha ventre, de onde rebentavam milhares dêstes duendes horripilantes. Como é horrível à noite!”

— “Horrível,” — repetiram todos!

— “A noite é um ser vivo, que se move, que fala e que devora como um antropófago; deve ser o senhor do inferno. Ah! que não possamos do-

7) Nero, que mandou matar a própria mãe, Agripina, para mais seguramente governar.

minar êste monstro! Eu tinha mêdo que o sol me visse e que a noite me absorvesse. Os filósofos chamam a isto remorso. Miseráveis cogitadores, nunca tive remorsos; o que eu tinha era mêdo” (8).

“O dia com seu sol e a noite com suas trevas, venceram-me. Agora mesmo, passando pelas estátuas que ornamentavam esta cidade incrível — vi na mão de uma um punhal, era Mário. — Corri: na mão de outra o instrumento da tortura, era Sila. — Cai sem fôrças; todos se moviam a queriam estrangular-me!

“Nem os Césares me queriam poupar! A noite aviventa os mortos e faz diliquir os vivos. A própria terra se remexeu em meus passos, era quente como se pisasse suas estranhas vivas, era fria como se tropeçasse nos cadáveres de minhas vítimas.

“Aborreci-me de governar; convoquei o povo — que medonho espetáculo!”

— “E’ verdade! E’ verdade!” — rosnaram os dois outros.

— “Convoquei o povo, não me olhou; não sei se por ódio, se por mêdo. Despi a toga imperial e atirei-a no meio da multidão — rasgaram-a em milhares de fragmentos que o vento levou. Lancei ao touro, que já rugia e cavucava a terra, o meu diadema; todo o meu ser, desapareceu debaixo de suas patas. Entreguei-me como um

8) “O, mêdo, diz Toulotte, é o segredo dos tiranos”. É que apesar da corôa, da púrpura ou do manto feito de papos de tucanos que os enfeitam, êles são feitos da mesma massa que os malfeitores da mais baixa condição social.

prisioneiro, ninguém me tocou. Desci as escadas do império e não achei uma enxerga.”

— “Maldito povo!” — entoaram todos com tal raiva, que as palavras pareciam punhais envenenados.

E caiu o segundo soberano do mundo, vertendo dos lábios espessa espuma. Oh! se o povo fôsse uma formiga, ali a matara e a engolira. (9).

III

Ergueu-se o terceiro, que ainda não tinha falado. Era jovem, desconjuntado de corpo, e disse com entoação feminina: (10).

— “Vós, meu prezado irmão, — apontando para o primeiro, — e vós, meu primo, — olhando para o segundo, (11) — cometestes um grande e irreparável êrro: não empregar a política de temporização, infalível como a ferrugem, que consome o ferro mais rígido.

“Eu falsifiquei tudo; no meu tempo as honras eram sem honras, as dignidades sem dignidade; perverti o sentimento moral e teria conse-

9) *Todos êles são como Calígula, que dizia que desejava que o povo tivesse um só pescoço para matá-lo mais facilmente. A diferença é que uns pensam e dizem, e outros pensam e não dizem. E destes últimos que Caro, membro da Academia Francesa, diz: “A astúcia é mais mortífera do que a violência”.*

10) *Já o leitor deve ter adivinhado que vai falar o César brasileiro. Era ainda jovem na época em que foi escrita a Conferência dos Divinos.*

11) *E de vez em quando lançando um olhar de esguelha para ambos.*

guido fazer desaparecer a noção do bem e da justiça, se não procurasse refúgio no lar doméstico.

“Este Aquiles é vulnerável no coração. A ambição é o que mata.

“Açulei todas as ambições e desprezei todos os homens; rebaixei a uns para elevar a outros, e vice-versa. A baixeza, a improbidade porque tirava lucros e a mediocridade, porque podia chegar até a minha divina pessoa. Em lugar de raios de Júpiter, distilei o veneno sutil e sabroso da corrupção; comecei por embriagar os grandes e cheguei até o povo. A corrupção caiu de cima para baixo como um orvalho (12).

“Os homens de consciência e mérito eram poucos, e estes, ou beberam na taça misteriosa o licôr sublime, ou se recolheram ao seio da família. Deixei-os vegetar na obscuridade; morreram abafados.

“Quando me encontravam procuravam ocultar-se; ria-me deles.”

“Dividi-os em partidos; servi-me de um para destruir o outro, e quando vencido estava quase morto, levantava-o para reduzir no mesmo estado o vencedor (13).

“Eram ferozes! Às vezes fingia querer conciliá-los para os confundir e corromper mais. Nivelei as cabeças das papoulas como o nosso

12) “Nasce de cima a corrupção dos povos” exclamou uma vez um ex-ministro do Sr. D. Pedro II, o visconde de Niterói.

13) A supressão dos partidos políticos é a morte moral de uma nação. É este um dos meios pelos quais o Imperdador reduziu o Brasil ao estado de cadáver.

avoengo ilustre Tarquínio Soberbo. Neguei prestígio ao gênio e glória ao heroísmo, antepondolhe a mediocridade laureada e o egoísmo glorificado.

“Todos me amaram, e se alguns me desprezaram, era no íntimo do seu coração e sem ódio. Amavam-me tanto que se o diurno Júpiter Capitolino me concedesse oito mãos, seriam insuficientes para dá-las a beijar a multidão que as solicitava de todos os lados.

“O meu reinado foi uma comédia, como me chamava o seu, Augusto, nosso divino antecessor. Creio que representei, tão bem como êle, o meu papel. Não aborreci o vício, nem amei a virtude; não arranquei aquêle, nem plantei esta, — serví-me ora de uma, ora de outra, como convinha.

“Ao princípio encontrei almas varonís, algumas se renderam com saudações, outras com honras e gorjetas para êles e seus filhos, e contra as que ficaram firmes atirei a mediocridade ambiciosa. Coitados — morreram estalados, e, o que é mais, convencidos de que nada valiam. Não dei jogo, prazeres que passam e se esquecem; — dei emprêgo, e aumentei o funcionalismo; (14); — o ordenado é renda que pode ser vitalícia se o servidor não se esquece de seu divino senhor.

“Não dei vitórias, alcancei derrotas e fui saudado frenéticamente, e tanto que me obrigaram a dizer *basta!* e a rejeitar palmas.

14) “Os empregados públicos, disse Lamartine, são o exército do rei”. Tocqueville diz é por intermédio do funcionalismo que o rei pode intervir de mil modos diferentes nos interesses individuais de cidadãos,

“Conservei na miséria os juizes; os ignorantes e necessitados ficaram; os talentosos procuraram outra carreira. *Esta é a pedra fundamental de meu sistema.*

“Aperfeiçoei tanto a minha politica, e achei tão boas disposições, que obtive fazer da baixeza uma vaidade ou um luxo dos principais da terra. Homens ricos, bem educados, amados por suas mulheres e por seus filhos, com tôdas as condições da vida, não se julgavam felizes enquanto não eram admitidos criados na minha casa; alguns entristeceram e morreram por me ter esquecido de lhes fazer esta *divina graça*. A chusma de solicitadores era tal que faltaram em meu palácio librés suficientes.

“Enfim, em poucos anos estavam quase todos a meus pés suplicantes, inclusive os sucessores dos Gracos (15). Eu era a água que matava a sede, o fogo os aquecia, a luz que iluminava e o trigo que nutria. Era uma luta digna de ver-se a que travára entre os patriotas e os pretorianos para decidirem qual de entre êles seria o primeiro a tirar-me os borzeguins.

“Diverti-me muito, fiz o que quis, e não matei um homem!

15) *Com efeito tôda a nação está prostrada, submissa e fraca, aos pés do monarca onipotente, “Somos um miserável rebanho de ovelhas!” exclamou no senado o Sr. Silveira Martins. “Somos escravos livres!” disse o ano passado o Sr. Ferreira Vianna na Câmara dos deputados. “Somos uma nação traída e vilipendiada!” exclamou também há poucos dias do alto da tribuna parlamentar o Sr. Amaro Bezerra, acrescentando: “Tudo está baralhado, rebaixado, prostituído!”*

“Grande erro foi o vosso, meus irmãos! A política da fôrça faz mártires, e os mártires, como sabeis, ressuscitam; a política da corrupção faz miseráveis, e os miseráveis apodrecem antes de morrer. Vós encontrastes em vossos reinados a invencível resistência dos cadáveres-vivos, e eu governei pacificamente vivos-cadáveres (16). vêde que grande diferença!

“Quando me achei moribundo, bem ví que os meus cortezães abandonaram o meu leito, e correram aos pés de meu sucessor (17) — perdoei-lhes: é a única vingança dos miseráveis.

— “Ave César!” — exclamaram os dois outros, e todos três se sumiram nas trevas.

Roma, 4 de fevereiro.

16) No Processo da monarquia brasileira, que estamos publicando diariamente no Constituinte provamos a existência do plano concebido pelo Imperador “reduzir a nação ao estado de cadáver” e mostramos os meios pelos quais elle conseguiu o seu infernal projéto.

17) E o que já está acontecendo a vista da próxima abdicação do Imperador: as recepções da herdeira presuntiva da corôa são cada vez mais numerosas.

Há ocasiões em que o número de visitantes do Palácio Isabel é superior ao dos majores Morin que vão semanalmente a S. Cristóvão,

BIBLIOGRAFIA

- AFONSO CELSO — *Oito anos de Parlamento — Poder Pessoal de D. Pedro II* — Cia. Melhoramentos de São Paulo — 1927.
- ALBERTO DE FARIA — *Mauá* — Paulo, Pongetti & Cia. — Rio de Janeiro — 1926.
- ANDRÉ REBOUÇAS — *Diário e Notas Autobiográficas* — Coleção Documentos Brasileiros — Livraria José Olimpio Editora — 1938.
- BARÃO DO RIO BRANCO — *Efemérides* — Ministério das Relações Exteriores — 1946.
- CARLOS PONTES — *Tavares Bastos* — Série Brasileira — Companhia Editora Nacional — 1939.
- ESCRAGNOLLE DÓRIA — *Coisas do passado* — in “Revista do Instituto Histórico e Geográfico” — 1909.
- ERNESTO SENNA — *O Conselheiro Ferreira Vianna* — Rio — Tipografia do Jornal do Comércio — 1902.
- ERNESTO SENNA — *Rascunhos e Perfis* (Notas de um repórter) — T. do “Jornal do Comércio” — Rio — 1909.
- FERREIRA DE ARAÚJO — *Coisas Políticas* — Tipografia da “Gazeta de Notícias” — 1884.
- FERREIRA DA ROSA — *Memorial do Rio de Janeiro, in “Arquivo do Distrito Federal”* — Vol. II — 1951.
- HELIO VIANNA — *Contribuição à História da Imprensa Brasileira* — “Imprensa Nacional” — 1945.
- HENRI RAFFARD — *Apontamentos acerca de pessoas e coisas do Brasil, in “Revista do Instituto Histórico e Geográfico”* — 1889.
- JOSÉ DE ALENCAR — *A Guerra dos Mascates* — Livraria José Olympio Editora — 1951.
- JOAQUIM NABUCO — *Um estadista do Império* — Companhia Editora Nacional — 1936.

- LÚCIO DE MENDONÇA — *Caricaturas Instantâneas* — Editora "A NOITE" — 1939.
- JOÃO MANUEL DE CARVALHO (PADRE) — *Reminiscências sobre vultos e fatos do Império e da República* — Amparo — 1894.
- OLIVEIRA VIANNA — *O Ocaso do Império* — Companhia Melhoramentos de São Paulo — Sem data.
- OSVALDO ORICO — *Estadistas do Império* — 1.^a série — Marisa Editora — Rio — 1953.
- PEDRO CALMON — *História Social do Brasil* — Brasiliana — 2.^o tomo — Companhia Editora Nacional — 1937.
- S. A. SISSON — *Galeria dos Brasileiros Ilustres*.
- SILVIO ROMERO — *História da Literatura Brasileira* — Livraria Editora José Olympio — 1955.
- SUETÔNIO (ANTONIO FERREIRA VIANNA FILHO) — *O Antigo Regime* — 1896.
- TIMON (EUNÁPIO DEIRÓ) — *Estadistas e Parlamentares* — Rio de Janeiro — 1883.
- VISCONDE NOGUEIRA DA GAMA — *Minhas Memórias* — Magalhães & Cia. — Rio de Janeiro — 1893.
- VISCONDE DE TAUNAY — *Reminiscências* — Livraria Francisco Alves — 1908.
- WANDERLEY PINHO — *Humorismo no Parlamento Brasileiro* — in "Revista do Brasil".

PUBLICAÇÕES OFICIAIS:

- Anais da Câmara dos Deputados do Império.
Anuário do Museu Imperial de Petrópolis — 1951.

POLIANTEIA:

- "1.^o Centenário do Conselheiro Antônio Ferreira Vianna" — Rio — 1932.

JORNAIS E REVISTAS:

- "O Brasil", "O Atlântico", "O Regenerador", "Correio Mercantil", "Gazeta de Notícias", "Revista Ilustrada", "Semana Ilustrada", "A Reforma", "A Nação", "Gazeta da Tarde", etc.

✱

ESTE LIVRO FOI COMPOSTO E IMPRESSO
NAS OFICINAS DA EMPRESA GRAFICA DA
"REVISTA DOS TRIBUNAIS" LTDA., A RUA
CONDE DE SARZEDAS, 38, SAO PAULO,
PARA A
COMPANHIA EDITORA NACIONAL
EM 1956

✱

TRÊS PANFLETÁRIOS DO
SEGUNDO REINADO

Série 5.^a ★ BIBLIOTECA PEDAGÓGICA BRASILEIRA ★ Vol. 286
B R A S I L I A N A

R. MAGALHÃES JÚNIOR

Três Panfletários do Segundo Reinado

FRANCISCO DE SALES TORRES HOMEM E O
"LIBELO DO POVO" * JUSTINIANO JOSÉ DA
ROCHA E "AÇÃO; REAÇÃO; TRANSAÇÃO" *
ANTONIO FERREIRA VIANNA E "A CONFE-
RÊNCIA DOS DIVINOS"

Edição Ilustrada

951
B23
v. 286

COMPANHIA EDITORA NACIONAL
SÃO PAULO

Exemplar N.º 237

1956

Impresso nos Estados Unidos do Brasil
Printed in the United States of Brazil

INDICE

Introdução	1
Sales Torres Homem e o "Libelo do Povo"	3
Texto Integral do "Libelo do Povo"	47
Justiniano J. da Rocha e "Ação; Reação; Transação"	127
Texto Integral de "Ação; Reação; Transação"	161
Ferreira Vianna e a "Conferência dos Divinos"	219
Texto Integral da "Conferência dos Divinos"	265
Bibliografia	276

INDICE DAS ILUSTRAÇÕES

Sales Torres Homem (Retrato de Augusto Off) Pág.	15
Sales Torres Homem (caricatura)	Pág. 25
Sales Torres Homem Condecorado (caricatura) Pág.	35
Balança dos Senadores (Sales e Amaro Bezerra) Pág.	45
Justiniano José da Rocha (Retrato de Boulanger) Pág.	125
Justiniano J. da Rocha (caricatura anônima) Pág.	145
Ferreira Vianna, Vereador (caricatura)	Pág. 217
Ferreira Vianna (fotografia)	Pág. 227
O "Padre Mestre" Ferreira Vianna (caricatura) Pág.	247



Francisco de Sales Torres Homem, Visconde de Inhomirim, autor de "O Libelo do Povo", segundo um retrato litográfico de Augusto Off, publicado por ocasião de sua morte.



Francisco de Sales Torres Homem, numa caricatura de Henrique Fleiss em "A Semana Ilustrada".



Francisco de Sales Torres Homem, já senador do Império, contemp'ando ao espêlho a condecoração recebida do imperador, pouco antes de sua elevação a Visconde de Inhomirim, "com grandeza". Caricatura de Henrique Fleuiss, em "A Semana Ilustrada".



Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti, com seu enorme corpanzil, gordo como uma baleia, pesa menos que Sales Torres Homem na balança em que o imperador pesa os candidatos ao Senado. Caricatura publicada em 1868, em "A Semana Ilustrada", de Henrique Fleuiss.



Justiniano José da Rocha, o grande jornalista conservador, autor de "Ação; reação; transação", segundo o retrato existente na galeria de grandes figuras do Império de Luis Aelxo Boulanger.



Detalhe de uma caricatura anônima, divulgada contra Justiniano José da Rocha, em 1837. «Esta é a Rocha Tarpéia», dizia a legenda em versos. A cabeça amulatada de Justiniano aí está, esculpida de frente e de perfil. É da época em que ele deixou a redação de «O Cronista», para aceitar emprêgo no «Diário do Govêrno», com 3:600\$000 anuais de ordenado. «Traz o seu prêço na testa, valor porque foi comprado», acrescentava a legenda irreverente.



Antônio Ferreira Vianna, autor da "Conferência dos Divinos"
e um dos demolidores da monarquia brasileira.



Caricatura de Ferreira Vianna, na "A Semana Ilustrada", de Henrique Fleuiss, na época em que exercia o político conservador a presidência da Câmara Municipal.



O "padre-mestre" Ferreira Vianna, no seu retiro conventual, reflete sôbre o convite que acaba de receber de João Alfredo: "Conto contigo para ser ministro da Justiça". Caricatura de Angelo Agostini, em "Revista Ilustrada" (1887).